

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO

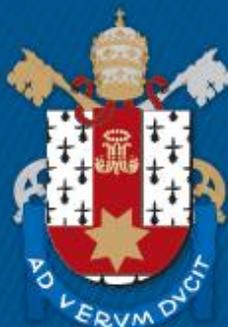
GEANDRA DENARDI MUNARETO

**A CIÊNCIA COMO REGENERADORA DA NAÇÃO: EUGENIA E
AUTORITARISMO NO PENSAMENTO DE OLIVEIRA VIANNA, AZEVEDO
AMARAL, RENATO KEHL E BELISÁRIO PENNA.**

PORTO ALEGRE

2017

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GEANDRA DENARDI MUNARETO

**A CIÊNCIA COMO REGENERADORA DA NAÇÃO: EUGENIA E
AUTORITARISMO NO PENSAMENTO DE OLIVEIRA VIANNA, AZEVEDO
AMARAL, RENATO KEHL E BELISÁRIO PENNA.**

PORTO ALEGRE

2017

GEANDRA DENARDI MUNARETO

**A CIÊNCIA COMO REGENERADORA DA NAÇÃO: EUGENIA E
AUTORITARISMO NO PENSAMENTO DE OLIVEIRA VIANNA, AZEVEDO
AMARAL, RENATO KEHL E BELISÁRIO PENNA.**

Tese apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Doutor junto ao
Programa de Pós-Graduação em História
da Faculdade Filosofia e Ciências Humanas
da Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu

PORTO ALEGRE

2017

GEANDRA DENARDI MUNARETO

**A CIÊNCIA COMO REGENERADORA DA NAÇÃO: EUGENIA E
AUTORITARISMO NO PENSAMENTO DE OLIVEIRA VIANNA, AZEVEDO
AMARAL, RENATO KEHL E BELISÁRIO PENNA.**

Tese apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Doutor junto ao
Programa de Pós-Graduação em História
da Faculdade Filosofia e Ciências Humanas
da Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu – Orientador

Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins – PUCRS

Profa. Dra. Luciana Murari – PUCRS

Prof. Dr. Rafael Machado Madeira – PUCRS

Profa. Dra. Angela Maria de Castro Gomes – UFF

Ficha Catalográfica

M963c Munareto, Geandra Denardi

A ciência como regeneradora da nação : Eugenia e Autoritarismo no pensamento de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Renato Kehl e Belisário Penna / Geandra Denardi Munareto . – 2017.

286 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu.

1. Eugenia. 2. Autoritarismo. 3. Nacionalismo. 4. Brasil. 5. Intelectuais. I. Abreu, Luciano Aronne de. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário responsável: Marcelo Votto Teixeira CRB-10/1974

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação da PUCRS e à CAPES, por terem tornado possível a realização deste trabalho.

Ao meu orientador, Prof. Luciano Aronne de Abreu, cuja ajuda foi fundamental na realização da minha tese. Agradeço a paciência e a compreensão, mas sobretudo as críticas, que serviram para deixar esse trabalho mais rico, complexo e organizado.

Aos professores Luís Carlos dos Passos Martins, Luciana Murari e Gisele Venâncio, pelas valiosas sugestões durante a banca de qualificação.

Aos colegas do PPG da PUCRS, que tornaram a jornada mais divertida e agradável. Agradeço principalmente ao Rafael Petry Trapp, o Rafa, que, embora não sendo mais colegas, teve um papel essencial no processo de pesquisa das fontes utilizadas na minha tese. Ao José Augusto Miranda, por ter me convidado para participar do grupo de estudos sobre História Global. Embora eu tenha participado de poucas reuniões, as discussões que tivemos tiveram um impacto importante na minha compreensão sobre Eugenia e me incentivaram a buscar exemplos fora do caso brasileiro. À Priscila Weber, por organizar as oficinas sobre História, Racismo e Eugenia, na qual pude falar um pouco mais sobre o meu trabalho e meus estudos sobre Eugenia e teorias raciais. Agradeço também ao colega Mateus Skolaude, por compartilhar comigo material de pesquisa referente as conferências realizadas pelo Renato Kehl na Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e na Faculdade de Ciências do Porto.

À minha família e aos meus amigos, que ofereceram um valioso suporte durante esse tempo difícil. Gostaria de agradecer especialmente à Dieice, pela ajuda com a revisão do texto e pelos chás e conversas sempre divertidas, que me ajudaram a esquecer os problemas da tese e aliviar o stress.

Ao Rodrigo, pelo apoio e suporte durante esses quatro anos. Obrigada por sempre ter me incentivado, ficando a meu lado mesmo nos momentos mais difíceis. Não tenho palavras pra manifestar o tamanho do meu apreço por ti e pela ajuda que me deste nesse período.

RESUMO

O seguinte trabalho tem por objetivo analisar a associação entre Eugenia e Autoritarismo nas obras de Belisário Penna, Renato Kehl, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, não só relativos aos diagnósticos dos problemas nacionais, mas também em seus projetos de futuro. Todos eles não só veem a desorganização da nação como um problema a ser solucionado, mas também a inabilidade das elites dirigentes em percebê-los, propondo soluções adequadas, bem como a impossibilidade de uma população inferiorizada, doente e disgênica em proporcionar meios para que o país alcançasse a prosperidade. Eugenia e autoritarismo aparecem como soluções que viabilizariam o tão sonhado caminho para o progresso e para a modernidade. No entanto, sua eficácia dependeria de uma ação conjunta entre essas duas propostas, dados que, sozinhas, não seriam capazes de superar as três principais causas do atraso nacional: raça, elites e organização político-institucional.

Palavras-chave: eugenia, autoritarismo, nacionalismo.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the association between Eugenics and Authoritarianism in the works of Belisário Penna, Renato Kehl, Oliveira Vianna and Azevedo Amaral, not only related to the diagnoses of national problems, but also in their projects for the future. They saw not only the disorganization of the nation as a problem to be solved, but also the inability of the ruling elites to perceive them, proposing appropriate solutions, as well as the impossibility of an inferiorized, sick and dysgenic population in providing means for the country achieve prosperity. Eugenics and Authoritarianism appear as solutions that would enable the long-awaited path to progress and modernity, but its effectiveness would depend on a joint action between these two proposals, as that alone they would not be able to overcome the three main causes of national backwardness: race, elites, and political-institutional organization.

Keywords: eugenics, authoritarianism, nationalism.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	1
RESUMO	2
ABSTRACT	3
INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO 1 - EUGENIA: DISCUSSÕES, CONTROVÉRSIAS E DESDOBRAMENTOS	20
1.1 – EUGENIA: ESTUDOS, CONCEITOS E ASSOCIAÇÕES PROBLEMÁTICAS.....	28
1.1.2 – Eugenia e genocídio: uma associação não tão óbvia.....	57
1.2 – O DESENVOLVIMENTO DA EUGENIA NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	63
1.2.1 – Primeiros trabalhos	68
1.2.2 – Instituições	71
1.2.2.1 – <u>A Liga Brasileira de Higiene Mental</u>	90
1.2.2.2 – <u>Comissão Central Brasileira de Eugenia</u>	94
1.2.2.3 – <u>Sociedade dos Amigos de Alberto Torres</u>	95
1.2.3 – O boletim de eugenia e o primeiro congresso brasileiro de eugenia	106
CAPÍTULO 2 - O ATRASO COMO PROBLEMA	110
2.1 – O FATOR HUMANO COMO RAZÃO DO ATRASO	114
2.1.1 – A questão racial	114
2.1.2 – Qualidade e quantidade: a questão eugênica	135
2.2 - ELITES COMO CAUSA DO ATRASO	148
2.3 – O PROBLEMA POLÍTICO-INSTITUCIONAL	162
2.3.1 – O liberalismo como problema	165

2.3.2 - Inexistência de opinião pública organizada e o fracasso do modelo democrático.....	178
--	-----

CAPÍTULO 3 - EM BUSCA DE UMA NAÇÃO MODERNA: AUTORITARISMO E EUGENIA COMO SOLUÇÃO PARA O PROBLEMA DO ATRASO 192

3.1 – ESTABELECEDENDO NOVOS ALICERCES PARA A NAÇÃO: A BUSCA POR UMA NOVA ARQUITETURA POLÍTICO-INSTITUCIONAL	198
---	-----

3.1.2 - O corporativismo como projeto	205
---	-----

3.1.3 – Novas elites, novos rumos	219
---	-----

3.2 – O ESTADO AUTORITÁRIO COMO CONDIÇÃO PARA UM PROJETO EUGÊNICO MAIS AMPLO E EFICIENTE	225
--	-----

3.3 – MELHORANDO A RAÇA NACIONAL	229
--	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS	259
-----------------------------------	------------

FONTES CONSULTADAS	266
---------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	271
---	------------

INTRODUÇÃO

Por que vivemos em um país atrasado? Essa foi uma das questões que mais intrigaram os intelectuais durante o período da Primeira República, e inúmeras obras foram dedicadas a responder essa inquietação. Passando, muitas vezes, pela interpretação do passado e com vistas para a construção do futuro, esses trabalhos buscavam procurar, não só na formação de nossa sociedade ao longo da história, mas também na nossa população, as razões e os entraves que levaram o Brasil a uma situação de descompasso em relação às nações mais prósperas e civilizadas.

Dentro desse contexto de inquietação relativo à situação de retrocesso vivida pelo país é que as obras de Azevedo Amaral, Oliveira Vianna, Belisário Penna e Renato Kehl se inserem. Todos eles, assim como seus contemporâneos, procuraram responder quais os problemas enfrentados pela sociedade brasileira que levaram ao seu retrocesso e a tornaram incapaz de progredir. Em seus diagnósticos três foram as razões principais apontadas por esses autores como causas da incapacidade da nação brasileira em se tornar um lugar moderna e próspera. A primeira, que chamamos de “fator humano” em alusão à expressão utilizada por Azevedo Amaral para designar a população nacional, levando em consideração sua formação racial e aspectos biológicos - como mentalidade, psicologia e potencial intelectual - que, na opinião do jornalista, tornavam os povos mais ou menos propensos ao desenvolvimento técnico, cultural e socioeconômico. A segunda diz respeito à qualidade das elites dirigentes, responsáveis pela determinação do modelo político a ser adotado – incluindo aí questões como soberania e formas de representação política - pela configuração do Estado e pela formatação das instituições políticas do país. Por último, temos a questão da organização político-institucional da nação. Sobre esse assunto, discutiu-se a adaptabilidade dos modelos estrangeiros à realidade nacional. Quanto mais orgânico e mais próximo das peculiaridades nacionais, e quanto mais capaz de resolver as mazelas típicas da formação social de uma nação, mais adaptável e mais capaz de manter uma sociedade organizada e coesa, auxiliando assim na sua evolução e caminhando em direção à modernidade e ao progresso.

As soluções apontavam no mesmo caminho. Se a população mestiça e doente era vista, assim como a falta de organização e o caos gerados pela adoção de um sistema

exógeno, fruto da utopia e da falta de senso de realidade de nossas elites, como um problema, a solução só poderia vir de um modelo capaz de lidar, de maneira conjunta, com essas duas questões.

O remédio para os males brasileiros residia, na visão dos quatro intelectuais, cujos escritos analisaremos ao longo dessa tese, na conjunção ente eugenia, que atuaria no fortalecimento da nossa raça, e a adoção de um sistema autoritário-corporativista, capaz de ordenar a sociedade, de forma a forjar uma nação mais centralizada, coesa, estruturada e homogênea.

Eugenia e autoritarismo se sobrepõe, assim, dentro do projeto pela busca de progresso e modernidade propostos por Vianna, Amaral, Penna e Kehl. Embora, ao longo de sua obra, tenham dado ênfase em assuntos diferentes, o que se sobressai é que, separados, esses dois elementos só seriam capazes de resolver de maneira limitada e incompleta os problemas fundamentais da sociedade brasileira. Como iremos destacar daqui em diante o entrave brasileiro é visto como fruto da conjunção de problemas relativos à raça nacional – entendida não só no sentido antropológico, mas também como forma de designar o conjunto da população que habita o país – e da adoção de um modelo liberal-democrático, tido como responsável por aprofundar as falhas oriundas da nossa formação nacional.

Se a adoção de um Estado centralizador, autoritário e corporativista é tido como capaz de corrigir as deformações da nossa sociedade, impondo ordem e organizando a nação, ele, por si só, não seria capaz de resolver os problemas relativos à qualidade da população. Isso porque, para Amaral, Penna, Kehl e Vianna, o progresso pleno só poderia ser atingido se o processo de degeneração da raça brasileira fosse interrompido. Por um lado, as moléstias que assolavam uma parte importante dos habitantes das cidades, e quase a totalidade daqueles que moravam no interior, haviam deteriorado de tal forma a constituição física do povo que pouco se podia exigir destes em termos de produtividade. A incapacidade para o trabalho, além de atrapalhar a produção de riquezas, também criava o que chamavam de “cargas sociais”, ou seja, pessoas sem capacidade de trabalhar e que, para sobreviver, acabavam dependendo da caridade e da ação de instituições filantrópicas. Na visão desses intelectuais, esses indivíduos se assemelhavam a parasitas, pois oneravam o Estado e a parte produtiva da população, sugando recursos, sem oferecer nada em troca.

Por outro lado, preocupavam-se com a miscigenação, que viam como fator desestabilizador não só da psique do brasileiro, como também causador da queda da capacidade intelectual e da inabilidade da nação em ascender em direção a um patamar mais elevado de progresso e civilização. Na visão de Renato Kehl, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral a qualidade do “fator humano” determinaria o grau de desenvolvimento material e cultural de uma determinada sociedade. Assim, na visão desses intelectuais, a composição racial ocuparia um papel preponderante na determinação dos destinos de uma nação.

Kehl, Vianna e Amaral acreditavam que a intensa mistura entre raças havia produzido, no Brasil, uma população de qualidade inferior, pouco afeita à organização e à disciplina. Para esses autores, os estigmas gerados pelo caldeamento psíquico de tipos diferenciados antropológicamente e associados pela miscigenação, imprimiam efeitos marcantes na organização de sociedades onde as misturas raciais eram predominantes. De acordo com esta perspectiva, a intensa mistura de raças produziria uma espécie de “desequilíbrio permanente”, que atuaria como uma força de desagregação, oposta ao desenvolvimento de uma sociedade política unificada e eficiente.

Como podemos ver, o fator racial também era visto como um empecilho a adoção de determinados modelos políticos. Dessa forma, a arquitetura institucional e política da nação deveria não só levar em conta esse problema, como também auxiliar na busca de soluções, de forma que a questão racial e eugênica fosse resolvida da maneira mais eficiente possível.

O projeto de melhoramento da população brasileira colocava o Estado como um importante aliado na implementação e na coordenação de medidas de Higiene e Eugenia. Através de leis rígidas, este deveria impedir a entrada de etnias consideradas inferiores e inassimiláveis, de portadores de taras, desvios morais e doenças e de pessoas incapazes de trabalhar e contribuir para o enriquecimento da nação. Ao mesmo tempo, este deveria, por meio de incentivos, financiar e garantir o constante afluxo de populações brancas superiores, de forma a purgar a influência negra e indígena na raça nacional e melhorar o estoque genético da nacionalidade.

Além disso, caberia ao Estado coordenar e implantar políticas públicas voltadas para a profilaxia e combate de doenças, bem como evitar a multiplicação de indivíduos

disgênicos. Para os intelectuais analisados, era preciso assegurar a eficiência e o progresso por meio da seleção consciente dos elementos formativos da nação. Acreditavam, assim, que o e o bem-estar da coletividade dependia da proporção em que elementos eugênicos da sociedade preponderariam sobre os portadores de taras indesejáveis.

De forma a assegurar a plena aplicação de medidas eugênicas e higiênicas, era preciso que o Estado fosse dotado da autoridade necessária para que a saúde e a qualidade de vida atingissem sua plenitude. Além disso, era necessário que houvesse uma centralização dos serviços de saúde, de forma a garantir a sua continuidade e uniformidade nas diferentes regiões do país.

O bem-estar da coletividade deveria ser colocado como prioridade, em detrimento das vontades e do direito individual. Sociedades onde a presença de indivíduos inferiores impedia que estes pudessem agir sobre o meio, modificando-o e aproveitando-o em seu benefício de forma a impulsionar o seu progresso econômico, estavam fadadas a nunca se desenvolver ou, no caso do descuido com a seleção biológica, ao retrocesso à condições de caos e barbárie. O controle sobre a qualidade do elemento humano, só seria possível, na visão de autores como Kehl, Amaral, Vianna e Penna, por meio da implementação de leis que visassem a “seleção conveniente” daqueles elementos cujo predomínio levaria ao desenvolvimento progressivo do processo civilizatório. Além disso, ao impedir a multiplicação de indivíduos cacogênicos por meio da restrição do matrimônio, da esterilização compulsória, e da eliminação de benefícios sociais, acreditavam que a criminalidade e uma série de “males sociais” seriam extintos. Renato Kehl, por exemplo, argumentava que prisões, penitenciárias e manicômios só seriam despovoados quando homens e mulheres compreendessem “a verdadeira significação do casamento” e da “monstruosidade representada pela procriação de enfermos, de imbecis, de alienados, de criminosos”¹.

Devido à falta de educação e cultura da maioria da nossa população, autores como Kehl, Penna e Amaral defendiam que tais projetos fossem aplicados de maneira compulsória. Não se podia esperar que, dada a falta de consciência eugênica e desconhecimento dos princípios mais básicos de saúde, a população se submetesse a exames pré-nupciais ou abrisse mão do casamento com portadores de taras hereditárias

¹ KEHL, Renato. Crescei e multiplicai-vos. **BOLETIM de Eugenia**. Ano II, n.18, junho de 1930, p. 1.

ou mesmo com pessoas de raças diferentes, uma vez que não compreendiam totalmente o perigo que essas ações representavam. Até que esses princípios fossem inculcados no povo por meio da educação, de forma que pudessem se submeter voluntariamente à exames ou à esterilização e escolhessem seus cônjuges de maneira consciente, o Estado precisaria tomar à frente, de forma que o restante da coletividade não fosse prejudicado.

Ainda que, através da criação de uma consciência eugênica, algumas decisões pudessem ficar ao encargo dos indivíduos, o Estado ainda atuaria quando o bem-estar da nação estivesse ameaçado. Sendo assim, a aplicação de um plano eugênico de reabilitação do povo brasileiro só poderia ocorrer de forma plena e completa sob um governo autoritário e centralizado. Embora sua implementação fosse possível dentro de um Estado liberal, Belisário Penna e Renato Kehl sublinhavam que este modelo apresentava empecilhos importantes, que prejudicavam a eficiência ou mesmo a promulgação de leis eugênicas e de reformas sanitárias mais amplas. Programas nacionais esbarravam no federalismo, que prejudicava sua continuidade e alcance; o mesmo podia ser dito com relação à alternância de partidos e facções no poder garantidos pelo sistema representativo. A defesa das liberdades individuais proposta pelo liberalismo impedia que medidas compulsórias fossem aplicadas. Assim, a segregação e o isolamento de portadores de doenças infecciosas, como a lepra, ou de doentes psiquiátricos eram impedidas com base nesse princípio.

Embora a associação entre eugenia e autoritarismo pareça óbvia à primeira vista, sua associação se deu com as mais variadas propostas políticas. Se, no caso de nossos autores, houve uma rejeição ao modelo liberal em favor de propostas que visavam um Estado centralizado, dotado de poderes de intervenção, essa premissa não é válida para todos os casos. França e Inglaterra, por exemplo, comportaram propostas que combinavam eugenia e liberalismo, repudiando medidas compulsórias em prol da preservação dos direitos dos indivíduos. Os eugenistas dessa linha defendiam uma eugenia de caráter voluntário, na qual os indivíduos optariam por se submeter à exames pré-nupciais e seriam orientados à não contrair matrimônio caso um dos cônjuges fosse portador de doenças hereditárias ou que pudessem causar algum problema à prole, como no caso de males congênitos, como no caso da sífilis congênita. O aconselhamento à restrição da natalidade e a disponibilidade de métodos de esterilização também eram previstos, mas a decisão de seguir ou não as prescrições médicas cabia, em última

instância, ao indivíduo, não podendo o Estado contrariá-la, mesmo sob a perspectiva de garantir o bem-estar do restante da sociedade.

Conforme demonstrou Richard Cleminson, a eugenia também apareceu associada a movimentos anarquistas². Os eugenistas dessa linha advogavam em favor do autogerenciamento ou autocuidado em relação à saúde, na qual o indivíduo, através da autoconsciência e de amplas ações educativas, fosse capaz de compreender e decidir sobre questões relativas à saúde, sexualidade e reprodução. Como podemos ver, nem mesmo a premissa de um Estado coordenando e assegurando a adoção de medidas eugênicas foi uma constante.

No caso dos intelectuais aqui estudados, essa aproximação se dá mais por um compartilhamento de ideias e projetos comuns do que por uma associação automática entre autoritarismo e eugenia. Em todos eles, há uma consciência de que o atraso brasileiro era derivado da falta de organização, da inadequação de modelos estrangeiros à nossa realidade e à qualidade inferior do elemento humano. Daí suas propostas convergirem para a defesa da eugenia e de um modelo capaz de superar as mazelas causadas pelo liberalismo e pela descentralização federalista, de forma a ordenar a sociedade e estabelecer um regime político-institucional capaz de suprimir o caos e impor um projeto que levasse o país em direção à modernidade e ao progresso. É nesses diagnósticos e prognósticos semelhantes que reside a aproximação entre Oliveira Vianna, Renato Kehl, Belisário Penna e Azevedo Amaral. Todos eles buscavam melhorar a nação, e apontavam os caminhos que consideravam como sendo aqueles que possibilitariam ao país alcançar estágios cada vez mais elevados de riqueza, grandeza, civilização e cultura.

A nossa intenção também é ressaltar como a eugenia esteve lado a lado com projetos modernizadores, tal qual destacado por Marius Turda. De acordo com o historiador, “eugenics should be understood not only as a scientific narrative of biological, social and cultural renewal, but also as the emblematic expression. Of programatic modernism”³. O modernismo da qual se refere Turda é aquele que “encourages the artist/intellectual to collaborate proactively with collective movements

² CLEMINSON, Richard. Eugenics without the state: anarchism in Catalonia, 1900–1937. **Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences**. Oxford, n. 49, p. 232-239, 2008.

³ TURDA, Marius. **Modernism and Eugenics**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010, p. 2.

for radical change and projects for the transformation of social realities and political systems”⁴.

A ideia é demonstrar que a busca por mudanças não se deu, no início do século XX, somente por meio de alternativas à ordem liberal. No Brasil, assim como muitos outros países, a intelectualidade procurou respostas e apontou soluções que incluíam noções de nação como uma comunidade biológica. Assim, não bastava moderniza-las apenas renovando seus sistemas políticos, econômicos e suas instituições. Era preciso cuidar da população, evitando sua degeneração e melhorando não só sua saúde, como sua constituição física e mental.

Os escritos de Vianna, Penna, Amaral e Kehl refletem essa tendência, uma vez que seu projeto de reabilitação nacional incluía não só mudanças político-institucionais, mas também o aperfeiçoamento da população, purgando todos os males que a inferiorizavam, fossem eles de origem racial ou patológica. Como podemos ver, a noção de nação como comunidade biológica também fez parte do entendimento desses intelectuais. Há uma sobreposição entre concepções de nação, Estado e raça nacional, de forma que estes, dentro de seus diagnósticos e programas modernizadores, não podem ser desvinculados.

Os quatro autores em questão buscaram se colocar como artífices de uma nova sociedade, construída a partir de bases racionais e científicas. Colocavam, assim, suas ideias a serviço da construção da nacionalidade, fazendo desta um instrumento de transformação social e política. Utilizavam, assim, o conhecimento que produziam como base para a ação, de forma a modificar uma realidade que não os satisfazia. De acordo com Daniel Pécaut, essa foi uma das características mais marcantes da geração intelectual que viveu durante as décadas de 1920 a 1940.

Essa confluência nas preocupações e indagações indicam que foram nessas questões que se estabeleceu o que podemos denominar como *problemática legítima*. Para entendermos melhor como se organizou esse espaço de debate comum, utilizaremos o conceito de Campo de Produção Ideológica, desenvolvido pelo sociólogo Pierre

⁴ TURDA, Marius. **Modernism and Eugenics**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010, p. 2.

Bourdieu. Segundo Bourdieu, o Campo de Produção Ideológica pode ser definido da seguinte maneira:

[...] universo relativamente autônomo, em que se elaboram, na concorrência e no conflito, os instrumentos de pensamento do mundo social objetivamente disponíveis em um determinado momento e em que, ao mesmo tempo, se define o *campo do pensável politicamente* ou, se quisermos, a *problemática legítima*⁵.

Sendo um sistema de forças, o campo é constituído por um jogo permanente de consenso e dissenso entre os atores que o compõe. Na medida em que estes interagem, o campo adquire sua estrutura específica, através do estabelecimento de objetos de disputa e dos interesses próprios, e que não são percebidos por aqueles que não foram formados para fazer parte deste. Conforme aponta Bourdieu, esta mesma estrutura, que está na origem das estratégias destinadas à transformá-la, também está sempre em jogo:

As lutas cujo espaço é o campo tem por objeto o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do campo considerado, isto é, em definitivo, a conservação ou a subversão da estrutura da distribuição do capital específico. (Falar de capital específico é dizer que o capital vale em relação a um certo campo, portanto dentro dos limites deste campo, e que ele só é convertível em outra espécie de capital sob certas condições [...])⁶.

Tal espaço é um lugar privilegiado de luta simbólica, na qual os agentes buscam impor uma definição do mundo social que corresponda aos seus interesses. Como podemos ver, o que está em jogo, nessa disputa, é exatamente o que Bourdieu classificou como *monopólio da violência simbólica legítima*, ou seja, o poder de impor – ou mesmo de inculcar – os instrumentos de conhecimento e expressão (taxonomias), de forma arbitrária, sobre a realidade social. No entanto, essa violência não se manifesta de forma explícita, mas sim de maneira sutil, sendo em geral ignorada por aqueles que estão sujeitos a ela⁷. No caso de nosso estudo, o que está em disputa é o estabelecimento da visão “mais legítima” sobre os assuntos politicamente relevantes no debate público. Assim, os autores que ocuparam posições dominantes dentro desse campo foram capazes

⁵ Grifos no original. BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2006, p. 372.

⁶ BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 90.

⁷ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

de ditar qual era o diagnóstico e o prognóstico para os problemas nacionais naquele período.

Outra propriedade do campo, menos visível, é que todas as pessoas nele engajadas tem um certo número de interesses em comum, ligados à própria existência deste espaço social: daí a cumplicidade subjacente a todos os antagonismos.

Esquece-se que a luta pressupõe um acordo entre os antagonistas sobre o que merece ser disputado, fato escondido por trás da aparência do óbvio, deixada em estado de doxa, ou seja, tudo aquilo que constitui o próprio campo, o jogo, os objetos de disputa, todos os pressupostos que são tacitamente aceitos, mesmo sem que se saiba, pelo simples fato de jogar, de entrar no jogo⁸.

Bourdieu destaca um conjunto de circunstâncias que são necessárias para que alguém seja reconhecido como integrante de um campo. Entre outros preceitos, aqueles que pretendem adentrar nessa esfera devem estar familiarizados com os procedimentos comuns aos membros, ou seja, o *habitus*. A posse de um determinado tipo de capital e seu acúmulo também são condições *sine qua non* para nele galgar posições.

No caso do campo de produção ideológica, o peso maior fica por conta do *capital simbólico*, *capital de prestígio* ou *autoridade socialmente reconhecida*. É a partir dele que os agentes que o detém são capazes de fazer com que a apreensão do mundo por eles criada seja vista como algo natural e evidente⁹. Isso é feito através da apropriação dos *símbolos coletivos* - ou seja, em forma de ideias, imagens, palavras e nomes - e aos quais uma sociedade atribui tradicionalmente valores positivos. Conforme aponta Martins, esses símbolos, por possuírem definição e difusão instáveis, tornam-se objeto constante de conflito. Por esse motivo, os agentes buscam tanto como forma de se associar aos sentidos historicamente mais consolidados, quanto como um meio de modificar a sua definição mais legítima, a fim de melhor adequá-los às suas características, aos seus projetos, às suas disposições. Dessa forma, o que fica claro é que a importância do símbolo ou do simbólico, dentro dos conflitos sociais, reside no seu enorme poder de mobilizar grupos e de legitimar àqueles que dele conseguem se apropriar¹⁰.

⁸ BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 91.

⁹ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000, p. 145.

¹⁰ MARTINS, Luis Carlos dos Passos. **A grande imprensa “liberal” da Capital Federal (RJ) e a política econômica do segundo governo Vargas (1951 – 1954)**. 2010. 360f. Tese (Doutorado em História) -

Além de ser o espaço em que são definidas problemáticas legítimas, Martins aponta que, o campo de produção ideológica também é onde se engendram os principais mecanismos de legitimação de propostas, programas, projetos políticos, econômicos e sociais, em relação aos quais uma determinada sociedade procura encontrar respostas para os seus problemas mais urgentes. Sendo assim, os integrantes desse campo detêm o poder não só de elaborar planos específicos para determinado grupo, mas também de fazê-los valer para todo o coletivo, em forma de propostas “autorizadas” pela força simbólica que este foi capaz de acumular nesse espaço ¹¹.

Por ser um espaço bastante heterogêneo, o campo de produção ideológica conta com agentes oriundos de diferentes campos ou subcampos, cuja “competência” ou “autoridade” é medida com base nos recursos materiais e simbólicos que mobiliza e de sua posição no respectivo campo de origem (intelectual, político, jornalístico, etc.). Estes últimos, por sua vez, são divididos hierarquicamente dentro do próprio campo de produção ideológica, na qual as diferentes categorias (ou campos) lutam para impor um veredito “imparcial”, ou seja, para fazerem reconhecer sua visão como objetiva¹².

No período da Primeira República, os intelectuais ocuparam um espaço privilegiado na determinação de um projeto de reestruturação nacional, na qual eles próprios ocupariam um papel central, atuando como verdadeiros reformadores sociais. Grupos como integralistas, intelectuais católicos, defensores do autoritarismo, sanitaristas – só para citarmos alguns exemplos – demonstram os diferentes matizes de pensamento que estava em jogo e que influenciaram ações e o ideário político do período.

Mas quem eram esses intelectuais? A fim de defini-los e localizar os quatro autores que iremos analisar nesse trabalho – Azevedo Amaral, Oliveira Vianna, Renato Kehl e Belisário Penna – utilizamos como referência as reflexões desenvolvidas na obra de Pierre Bourdieu. Segundo o sociólogo francês, os intelectuais seriam os responsáveis pela produção de bens culturais e simbólicos. A classificação de um indivíduo como tal se daria, também, por sua inserção dentro de um determinado campo intelectual.

Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, 2010, p. 54-55.

¹¹ MARTINS, Luis Carlos dos Passos. **A grande imprensa “liberal” da Capital Federal (RJ) e a política econômica do segundo governo Vargas (1951 – 1954)**. 2010. 360f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, 2010, p. 56.

¹² BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000, p. 55.

Constituindo uma categoria socioprofissional de contornos pouco rígidos, os intelectuais moviam-se entre as fronteiras fluidas de diversos campos disciplinares, mobilizando uma diversidade de conceitos e referências teóricas dentro de suas obras. Sua produção abrangia desde bens culturais duradouros e valorizados – como o livro – até outros tipos de produtos, difundidos em suportes mais “efêmeros”, como artigos de jornal e revista, discursos, resenhas, etc.

Como criadores e mediadores culturais, eram produtores de interpretações sobre a realidade social, tomando para si a tarefa de forjar uma consciência nacional e promover a organização do país. Pode-se dizer que os intelectuais seriam uma espécie de “profissionais” da produção de bens simbólicos, conforme apontou Ângela de Castro Gomes, essenciais à legitimação de regimes políticos modernos, cada vez menos afeitos ao uso da força como forma de coerção. Daí o seu grande valor político¹³. Esse tipo de demanda seria marcado por uma forte vinculação entre cultura e política, criando uma relação quase indissolúvel entre saber e poder.

O avanço dos intelectuais se deu, em larga escala, sob o signo da ciência. A posse de um saber científico, reconhecido e valorizado por amplos setores da sociedade, conferia a legitimidade necessária para que estes pudessem influir nos rumos a serem tomados pela nação. Formulam, assim, uma teorização da política como competência: a arte de governar estava ligada, quase que obrigatoriamente, ao conhecimento fornecido pela ciência. Dessa maneira, proclamava-se a semelhança entre o ofício intelectual e o de governante. Essa foi uma forma de certos indivíduos declararem diretamente sua candidatura a postos de direção política¹⁴.

No entanto, não podemos enxergar aí uma busca pela mão protetora do Estado, ou mesmo dizer que esses intelectuais tenham sido cooptados, conforme a teoria apresentada por Miceli. Acreditamos que, assim como demonstrou Pécaut, a geração que viveu no final da primeira República e atravessou o período em que Vargas ocupou o poder, buscou

¹³ GOMES, Ângela de Castro. História, ciência e historiadores na Primeira República. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos (Orgs.). Ciência, civilização e república nos trópicos. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2010, p. 13.

¹⁴ PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: Entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990, p. 31.

muito mais construir o seu próprio papel como elite dirigente, mostrando sua disposição para auxiliar o Estado na construção da sociedade com bases racionais¹⁵.

Assim como muitos autores dessa época, os intelectuais aqui analisados expressaram sua vontade de colocar suas ideias e seus escritos a serviço da nação, fazendo destes um instrumento de mudança social e política. Compartilhavam, assim, as ambições das gerações intelectuais do início do século, ou seja, apagar as fronteiras tradicionais que havia entre os chamados homens de letras e os homens de *sciencia* e o homem de ação. Dessa forma, ao proclamarem sua competência mediante assuntos de interesse nacional, tomaram como ponto de concordância que a sua missão era, antes de tudo, política.

Uma das questões que surgiram durante a pesquisa foi sobre que classificação aplicar a personagens como Renato Kehl e Belisário Penna. Se resta pouca dúvida que Oliveira Vianna e Azevedo Amaral podem ser classificados como intelectuais, o mesmo não se aplica aos dois médicos em questão.

Comumente, vemos a expressão *homem de sciencia* associada tanto a Kehl quanto a Penna, principalmente por seus contemporâneos. Os próprios autores se entendiam como tal, uma vez que se colocavam como portadores legítimos do conhecimento científico, devido à sua formação como médicos e o fato de a medicina e suas subáreas (higiene, parasitologia, etc., áreas da qual Penna atuou e teve participação em alguns estudos da área¹⁶), bem como a eugenia serem reconhecidas como ciência.

No entanto, se observarmos a sua atuação mais ampla, incluindo aí suas obras de divulgação e sua participação em periódicos não circunscritos à medicina ou a ciência propriamente dita, vemos que tanto Kehl quanto Penna visaram extrapolar sua atuação para além da ciência propriamente dita. Ambos se consideravam como divulgadores e propagandistas da higiene e/ou da eugenia, buscando ampliar o alcance de suas ideias e proposições para além do público especializado.

Além da participação em espaços usualmente ocupados por intelectuais, como jornais e revistas de alta cultura, os dois médicos dedicaram-se a na produção de obras didáticas voltados para o grande público e manuais para crianças em idade escolar¹⁷.

¹⁵ PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: Entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990, p. 22.

¹⁶ Nos referimos aqui ao auxílio prestado por de Penna nas pesquisas e debates sobre a doença de Chagas.

¹⁷ Sobre os manuais escolares produzidos por Kehl, ver: KINOSHITA, Carolina Toshie. **Um D. Quixote científico a pregar para uma legião de Panças: os manuais escolares de higiene à sombra da Eugenia**

Lília Schwarcz utilizou, em *O espetáculo das raças*, essa definição para referir-se a um tipo de intelectual que surge em fins do século XIX, representado por leitores ávidos da produção científica, sobretudo europeia e que, dispersos nos diversos estabelecimentos voltados para a pesquisa, começam a definir-se como um tipo especializado de profissional. De acordo com a antropóloga,

Longe de conformarem um grupo homogêneo, divididos em função de vários interesses profissionais, econômicos e regionais – que tendem a se acirrar com a queda da monarquia –, esses intelectuais guardavam, porém, certa identidade que os unia: a representação comum de que os espaços científicos dos quais participavam lhes dava legitimidade para discutir e apontar os impasses e perspectivas que se apresentavam para o país. Reduzida, essa elite ilustrada acabava circulando pelos diferentes centros e estabelecendo relações de intercâmbio cultural, perfil comum que lhes garantia, de um lado, um certo reconhecimento, de outro, certa polivalência, que nesse caso encobria a parca especialização, ou mesmo a frágil delimitação das áreas do saber.

É esse, inclusive, o contexto que marcará o início de uma disputa velada entre os “profissionais de ciência” e os “homens de letras” cuja atividade começava a ser caricaturada, em função de seu alheamento das questões políticas e sociais mais imediatas. Definindo-se como intelectuais que lutavam “pelo progresso científico da nação” (Lacerda in AMN 1876:26), esses cientistas passarão a questionar o papel de outros colegas que, segundo eles, se afastavam dos problemas mais imediatos do país¹⁸.

Embora Oliveira Vianna apareça como *homem de ciência* na classificação da autora devido a sua participação no IHGB, não acreditamos que tal oposição entre este o *homem de letras* possa ser aplicada dentro do contexto que trabalhamos. Na definição de autores como Miceli e Pécaut, estes últimos se envolveram igualmente nos debates acerca do futuro do Brasil. Basta olhar para a figura de Monteiro Lobato que, mesmo tendo sido reconhecido pela sua obra literária, envolveu-se de maneira expressiva nas questões relacionadas à nação, sendo, inclusive, um dos defensores mais contundentes do envolvimento de cientistas na política:

“[...] a república dos Estados Unidos do Brasil é um gigantesco hospital, que em vez de lidado por enfermeiros é dirigido por bacharéis. E conclui-se ainda que é tempo sofistas de profissão cederem o passo aos cientistas de verdade. É ridículo, e mais que ridículo, fatal, permanecer uma enfermaria desta ordem coalhada de legistas discutindo chicanas à beira de milhões de entrevados. O bacharel do Brasil faliu”¹⁹.

(1926-1936). 2013. 192f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2013.

¹⁸ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 39-40.

¹⁹ LOBATO, Monteiro. O problema vital. In: *Obras completas de Monteiro Lobato*. São Paulo: Brasiliense, 1957, p. 243.

Além disso, se é verdade que Vianna participou do IHGB e de outras associações científicas, este também foi reconhecido em meios tradicionalmente associados aos “homens de letras”, já que também foi eleito para ocupar uma cadeira na prestigiada Academia Brasileira de Letras.

Embora tenham inúmeros exemplos de intelectuais que tiveram atuação restrita em áreas como a literatura e a ciência, esse certamente não foi o caso de nenhum dos autores aqui estudados. Aquele que talvez tenha extrapolado menos essa fronteira entre a literatura e a ciência tenha sido Azevedo Amaral, uma vez que este atuou majoritariamente no campo jornalístico, não tendo circulado em nenhuma sociedade ou academia específica da área científica (museus, sociedades antropológicas, ligas, sociedade de medicina, etc.) – o que não impediu o autor de fazer constantes referências aos debates científicos, ou mesmo abordar questões relacionadas à eugenia em suas obras. Além disso, este também foi convidado a participar como palestrante no Primeiro Congresso de Eugenia.

Micael Herschmann propôs o conceito de “intelectual-cientista” para definir os agentes sociais que, na autoridade de especialistas, teriam uma espécie de “licença” concedida por eles próprios e reconhecida por outros, para intervir em questões sociais que extrapolam seus campos específicos de produção e atuação:

Na falta de um termo melhor que designasse estes intelectuais, utilizei este termo composto. A dificuldade de encontrar um termo apropriado para este agente social está fundamentada na atuação deste especialista, que extrapolava a produção científica, realizando obras abrangentes, de cunho teórico, sociológico e literário. A partir de sua especialidade, de seu saber tecnocientífico, eles ‘inventavam’ soluções para os chamados ‘problemas nacionais’. Longe de propor uma definição de ‘intelectual’, considerei-o como aquele que se reconhece e é reconhecido pelos outros como tal²⁰.

No entanto, se esse termo cunhado por Herschmann resolve o nosso impasse na classificação de Kehl e Penna como intelectuais, servindo também para designar Oliveira Vianna e sua atuação como sociólogo e membro de sociedades nacionais e internacionais de antropologia, a dúvida recai se esse conceito pode ser utilizado para classificar de Azevedo Amaral. Se considerarmos que o intelectual-cientista é aquele que ocupa

²⁰ HERSCHMANN, Micael. A arte do operatório: medicina, naturalismo e positivismo (1900-1937). In: HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto. **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 46.

posições em ambos campos, isto é, intelectual e científico, então Amaral ficaria de fora. Apesar de utilizar-se do vocabulário e das teorias provindas da ciência, ele próprio não via a si mesmo como cientista, nem buscou inserção em tal área.

Talvez o termo *intelectual-cientista* fosse mais adequado se trabalhássemos somente com Vianna, Kehl e Penna, uma vez que este demonstra a intenção desses autores de ser reconhecido em ambos os campos. No entanto não seria adequado encaixar Azevedo Amaral dentro dessa classificação. Sendo assim, acreditamos ser o termo intelectual, sem o complemento adicionado por Herschmann, aquele que dá conta da atuação dos quatro autores aqui trabalhados.

Os capítulos que se seguem buscam analisar a obra desses quatro autores, destacando como, em seus diagnósticos sobre os problemas brasileiros e nas soluções apontadas, pontos em comum emergem. No primeiro, procuramos fornecer uma explicação sobre eugenia e essa vinculação entre Eugenia e modernidade. Dado que o termo eugenia, com exceção dos trabalhos mais específicos sobre o tema, ainda é carregado de concepções errôneas, procuramos trazer alguns debates que desmistificam essas noções, demonstrando não só a amplitude dessas ideias, mas também sua maleabilidade. Também tratamos de examinar rapidamente o desenvolvimento da Eugenia no Brasil, de forma a situar o leitor sobre o contexto dos debates e o desenvolvimento de espaços de discussão sobre a ciência galtoniana no país.

O segundo capítulo tem por objetivo analisar os diagnósticos dos quatro intelectuais acerca dos obstáculos que ocasionaram o atraso brasileiro. Três eixos comuns foram identificados: “fator humano”, relacionado à qualidade da população; elites, cujo idealismo e desconhecimento da realidade refletiram em sua inabilidade de criar um regime orgânico e adaptado às peculiaridades da nossa formação racial e histórica; e por último, os problemas político-institucionais causados pela adoção de modelos estrangeiros, como o liberalismo e o federalismo.

O terceiro trata dos caminhos apontados para a superação do descompasso brasileiro frente à outras nações. Através de prescrições e fórmulas que entendiam como produzidas a partir do conhecimento e da análise da realidade nacional, propunham trajetos a serem seguidos para que o país alcançasse o progresso e a desejada modernidade. Sendo três as principais dificuldades a serem superadas, as soluções focam exatamente na resolução dessas disfunções por eles identificadas. Dessa forma, os pontos

abordados são semelhantes aos apresentados no capítulo anterior. No entanto, se no capítulo 2 as questões relativas à raça são o ponto de partida, no capítulo 3 a ordem se inverte. Isso porque, para os autores, seria através da implementação de um Estado autoritário que se iniciariam as mudanças em busca de um novo Brasil. Através da hipertrofia do poder executivo, este assumiria a função de arbitrar e coordenar as atividades nacionais, de forma a ampliar sua esfera de influência e recursos de poder. O Estado passaria, assim, a exercer, de maneira progressiva, funções qualitativamente novas: políticas, econômicas, sociais, educacionais, entre outras. Dessa forma, seria possível não só organizar a sociedade, mas também canalizar elites mais capazes para dirigir o país e garantir meios para melhorar a saúde e a qualidade da raça nacional.

CAPÍTULO 1 – EUGENIA: DISCUSSÕES, CONTROVÉRSIAS E DESDOBRAMENTOS.

Desconhecida e incompleta. Essas duas palavras foram frequentemente utilizadas por intelectuais do período republicano para caracterizar a nação brasileira. Enquanto gerações de poetas e escritores – como José de Alencar, Bernardo Guimarães e Franklin Távora e Alfredo Taunay – descreviam o Brasil de maneira poética, idealizando uma paisagem natural repleta de riquezas e de uma população vivendo em completa harmonia com o meio, um quadro bastante diferente passou a ser pintado nos relatórios de jornalistas e cientistas que se aventuraram pelo interior do país.

Euclides da Cunha, ao caracterizar a população sertaneja, apresentava uma visão que pouco se aproximava do quadro idealizado pela literatura romântica e naturalista. Ao invés de civilização, barbárie. No lugar de um povo valoroso e forte, digno de admiração, uma população mestiça, doente, pobre, analfabeta e abandonada pelo Estado. Esse contraste se acentuava quando essas regiões do sertão eram comparadas com as cidades do litoral brasileiro. Se por um lado, estas últimas eram concebidas como espaço de modernidade e civilização, o interior passa a ser identificado como um lugar atrasado, selvagem e esquecido pelo poder público. Euclides da Cunha descrevia os habitantes do sertão como “estrangeiros em sua própria terra” que, por sua situação de desamparo, eram forçados a viver e trabalhar “nas condições desgraçadas de uma disfarçada servidão”¹. A figura delineada pelo escritor de *Os sertões* foi corroborada pelos relatórios de expedições que adentraram o território brasileiro, associadas à expansão e construção de rodovias e linhas telegráficas, e às viagens de estudos, financiadas pelo Instituto Oswaldo Cruz².

¹ CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1966, p. 61. Sobre a obra de Euclides da Cunha, ver: MURARI, Luciana. **Brasil, ficção geográfica: ciência e nacionalidade no país d'Os sertões**. São Paulo; Belo Horizonte: Annablume; Fapemig, 2007.

² HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos (Orgs.). **Ciência, civilização e república nos trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2010. KROPF, Simone Petraglia. Carlos Chagas e os debates e controvérsias sobre a doença do Brasil (1909-1923). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, p.205-227, jul. 2009. LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. São Paulo: HUICITEC, 2013. LIMA, Nísia Trindade. Uma brasileira médica: o Brasil Central na expedição científica de Arthur Neiva e Belisário Penna e na viagem ao Tocantins de Julio Paternostro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, p.229-248, jul. 2009. MAIO, Marcos Chor (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 1996. SANTOS, Ricardo Augusto. **Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do Eugênio Kehl (1917-37)**. Niterói: UFF, 2008. 257f. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2008.

O quadro apresentado ruuiu com a visão de que a realidade poderia ser conhecida sem ajuda da ciência, afinal, foi sob a ótica de médicos, engenheiros e jornalistas, através da observação e de uma análise ancorada em saberes como geografia, etnologia, antropologia e medicina, que o verdadeiro Brasil emergia. A constatação de que ainda havia muito a ser conhecido impulsionou muito dos intelectuais do período a investigar e buscar essas frações da nação e do povo que se iam além dos limites do litoral.

A ideia de que essa tarefa só poderia ser desempenhada com a ajuda do conhecimento científico parece ter sido um ponto de contato entre muitos pensadores do período. Afinal, se pouco ou nada se conhecia sobre o país e sua população, como reverter a situação de atraso na qual o Brasil se encontrava? Não seriam os problemas apontados pelos participantes das expedições, como falta de educação, saneamento, descaso do poder público os entraves para o nosso desenvolvimento?

Viajantes estrangeiros e parte da intelectualidade local haviam apostado suas explicações na tese de que nunca seríamos uma nação devido à mistura racial e ao clima, o que levaria inevitavelmente à degeneração biológica das pessoas que aqui viviam e à impossibilidade do Brasil tornar-se uma nação moderna e civilizada. De acordo com autores como Gobineau, Buckle e Agassiz, miscigenação étnica seria um fator que caminhava na direção contrária a da evolução, produzido assim uma população composta por elementos inúteis e incapazes de acompanhar o progresso da humanidade. Tais representações sobre o Brasil e sua população, quando não influenciaram negativamente a opinião dos intelectuais brasileiros sobre o seu próprio país, colocaram em dúvida a sua viabilidade como nação no cenário internacional.

Embora tenha exercido grande influência nas análises e nas representações posteriores sobre a realidade brasileira, a adoção de tal perspectiva não foi algo unânime. Enquanto a influência de tais explicações continuava viva na mente de inúmeros autores³, houve intelectuais que procuraram questionar ou mesmo desqualificar tais visões, apresentando explicações alternativas para compreender a incapacidade do país em organizar-se como uma nação moderna. Essa geração de que viveu e escreveu durante a primeira metade do século XX - e da qual se destacaram nomes como Alberto Torres, Edgard Roquette-Pinto, Belisário Penna, Carlos Chagas e

SCHWEICKARDT, Júlio César; LIMA, Nísia Trindade. Os cientistas brasileiros visitam a Amazônia: as viagens científicas de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas (1910-1913). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p.15-50, dez. 2007.

³ Entre estes, podemos citar Paulo Prado, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Renato Kehl.

Fróes da Fonseca - acreditava ser necessário repensar não só a imagem do Brasil e da condição de ser brasileiro, mas, antes, encontrar soluções viáveis que efetivamente pudessem regenerar e civilizar o país, de modo a alavancar o seu desenvolvimento e colocá-lo nos trilhos da modernidade⁴.

É nesse contexto que a eugenia e o autoritarismo emergem como soluções para os dilemas apresentados, uma vez que ambas propostas tinham por objetivo regenerar e reorganizar a nação. Os quatro autores que iremos analisar ao longo desse trabalho – Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Belisário Penna e Renato Kehl – apostaram nesses projetos como meio de reverter o atraso civilizacional em que se encontrava o país.

O debate em torno da modernização nacional foi central pra muitos dos intelectuais desse período, passando a ser uma das problemáticas principais que orientaram as discussões e ações políticas durante a primeira metade do século XX. Utilizaremos, dessa forma, a problemática da modernização como um dos fios condutores de nossa análise.

Essa escolha se dá por uma série de motivos. Primeiro porque entendemos que essa preocupação permeia os trabalhos de Belisário Penna, Renato Kehl, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral - sendo um dos pontos comuns em suas análises. Todos eles debruçaram-se sobre essa questão, elaborando em torno desse assunto suas noções de Nação, Estado, sociedade, progresso, civilização, democracia, elites, etc.

No centro das visões que contruíram sobre o Brasil, as ideias de modernização aparecem de duas formas: uma delas, é num sentido mais amplo, na qual o foco recai sobre a obtenção de estágios mais desenvolvidos de cultura, riqueza, instituições, organização social, poder, etc. Além dessa noção mais ampla, elas também aparecem em interação e diálogo com os impasses e avanços concretos do projeto modernizador pela qual o país passava durante as primeiras décadas do século XX⁵, na qual inúmeros analistas trataram de apresentar sua opinião e propor uma direção futura para elas⁶.

⁴ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 146-166, jul/dez 2010, p. 148.

⁵ Podemos citar entre eles as transformações sociais, culturais, econômicas e institucionais que acompanharam o declínio da economia cafeeira e a ampliação do capitalismo industrial no Brasil, bem como as reformas urbanas iniciadas por Pereira Passos, a construção de ferrovias e de sistemas de saneamento, etc.

⁶ PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrilheiros e Semeadores: A modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-**

A busca por medidas que impulsionariam o progresso do país e modernizariam a nação incluíram não somente propostas de reestruturação do Estado, da economia e das instituições, mas também de melhoria da própria população, que cada vez passava a ser pensada em termos de “capital biológico”⁷. Investir na qualidade e na salubridade dos integrantes da nação era uma questão fundamental para garantir o desenvolvimento do país. Primeiro, porque havia a ideia corrente de que somente um povo composto de indivíduos de qualidade superior seria capaz de produzir uma civilização e culturas superiores. Dentro dessa concepção, os povos ditos selvagens e bárbaros encontravam-se nesse estado devido à presença de fatores disgênicos e da inferioridade intelectual dos indivíduos que compunham tais sociedades⁸. Intervir, portanto, na presença de fatores patológicos e degenerativos (fossem eles efeito de doenças ou da mistura com raças inferiores), evitando sua proliferação, era imprescindível para impedir a decadência de uma nação.

Eugenia e autoritarismo atuaram, dentro da concepção da obra de Penna, Kehl, Amaral e Vianna, de maneira complementar, uma vez que ambos projetos tinham o mesmo objetivo, ou seja, tirar o país do atraso e impulsionar a modernização e o progresso da nação. Cada autor, no entanto, atribuiu um peso diferente a cada um desses projetos, concentrando seu foco em diferentes pontos, como iremos ver ao longo deste trabalho.

Para os eugenistas, por exemplo, o autoritarismo forneceria um modelo estatal mais adequado na aplicação das medidas necessárias que visassem o melhoramento da população.

1940). São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; Editora 34, 2000, p. 18 – 19.

⁷ A ideia de “capital biológico” foi concebida pelo eugenista francês Sicard de Plauzoles como forma definir o acúmulo de caracteres biológicos (fossem eles físicos ou mentais), passados de geração em geração. O conceito tornou-se central para sua concepção de eugenia, tendo sido utilizado por eugenistas ao redor do mundo. De acordo com Plauzoles, o valor de uma nação “*resided in the number of healthy adults able to work, to produce and to reproduce healthy offspring. In attempting to calculate the population’s value, de Plauzoles resorted to terminology borrowed from veterinary sciences, which understood as the art of crating and perfecting the individual as a working machine. The role for eugenics, then, was to assure the production of human capital in order to achieve the best racial health possible*”. PROMITZER, Christian, TRUBETA, Sevasti, TURDA, Marius (Eds.). **Health, Higiene and Eugenics in Southeastern Europe to 1945**. New York, Budapest: Central European University Press, 2011, p. 317.

⁸ Para uma análise mais detalhada, ver: GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martin Fontes, 2003. Ver também: BOWLER, Peter. **Evolution: the history of an idea** (25th Anniversary Edition). California: University of California Press, 2009. DEGLER, Carl N. **In Search of Human Nature: The Decline and Revival of Darwinism in American Social Thought**. Nova York: Oxford University Press, 1991.

Partidários da função diretiva que o Estado deveria assumir na organização e administração racional da sociedade, os defensores da Eugenia formularam ideias específicas sobre as funções a serem exercidas pelo aparelho estatal e por suas intuições. Acreditavam, assim, que a superação dos problemas sociais se daria por meio de um Estado centralizado e intervencionista, imbuído de autoridade para planejar e intervir na sociedade, a fim de garantir a aplicação das propostas eugênicas que colocassem o bem coletivo acima do individual. A ação impositiva do poder público far-se-ia, assim, extremamente necessária na execução não só dos seus programas profiláticos, mas principalmente daqueles que exigiam medidas de eugenia negativa, como por exemplo, no estabelecimento de leis que restringissem o matrimônio de indivíduos degenerados, segregação e esterilização compulsiva, proibição ou taxação de bebidas alcoólicas, controle de imigração. Havia uma profunda ligação entre essa demanda e uma dada visão racional-cientificista adotada pelos intelectuais brasileiros que, cada vez mais convencidos de seu papel central como profissionais/técnicos dotados de um conhecimento científico legítimo, que era concebido como indispensável à superação do atraso brasileiro.

Assim como muitos pensadores do período, os eugenistas foram bastante críticos ao modelo liberal, por acreditarem que o mesmo, além de ineficiente, não seria capaz de atender às demandas e exigências necessárias para erradicar os males que afetavam a população brasileira, e que, na visão desses autores, se não fossem sanadas, seriam responsáveis pelo declínio da nação. A Eugenia, como ciência, propunha que se intervisse em escolhas da esfera íntima, como reprodução, proibição de determinados hábitos ou mesmo escolha de cônjuges. Muitas vezes, propunham-se medidas compulsórias, que entravam em conflito com a liberdade de cada indivíduo, conforme apregoava a doutrina liberal, como por exemplo, esterilização, segregação e confinamento em instituições para possuidores de doenças mentais ou mesmo contagiosas⁹ ou mesmo proibição da entrada no país sem prévia análise do imigrante¹⁰.

Outro aspecto que tornava o projeto autoritário atrativo para os eugenistas era a possibilidade de participação de intelectuais e homens de *sciencia* nas políticas de

⁹ Belisário Penna, por exemplo, foi um dos grandes defensores da internação compulsória de pacientes portadores de lepra como forma de evitar o contágio.

¹⁰ Em geral, esses exames levavam em conta a origem, raça, constituição física e mental. Alguns autores divergiram sobre a questão racial ser levada em conta na escolha de imigrantes em potencial – como foi o caso de Roquette-Pinto, que acreditava que a raça não constituía um fator disgênico.

Estado, através de conselhos técnicos e de associações profissionais. É importante lembrar que uma parte importante dos participantes do movimento eugênico no Brasil eram médicos, e parte deles via com interesse a adoção de um modelo corporativista, uma oportunidade para a inserção destes profissionais nas discussões públicas, uma vez que este funcionava, de acordo com Wanderlei Guilherme dos Santos, como um sistema de ‘cidadania regulada’, que se apoiava na atribuição de direitos moldados em função da filiação profissional. Intelectuais como Oliveira Vianna e Azevedo Amaral defendiam uma organização funcional da nação. O corporativismo seria o meio de construir, a partir de cima, uma mediação entre “povo massa” e “administração pública”. Vianna estabelecia uma relação direta entre organização, cooperação e solidariedade e a ela conferia a função de oferecer a base para instituições estatais compatíveis com formas de governo “modernas”: as organizações profissionais e os conselhos técnicos. Em sua obra *O idealismo da Constituição*, defende a representação profissional como “forma obrigatória e exclusiva” e método único e eficaz para a constituição dos conselhos municipais. Já os conselhos técnicos objetivariam uma forma associativa destituída de ideologia política, esvaziando assim de conteúdo partidário a ação governamental e substituindo-o por uma administração orientada pelas “exigências pragmáticas do corpo social”. Defendia que havia chegado o tempo da importância progressiva da competência técnica na elaboração de leis e na administração pública. Os eugenistas compartilhava, assim, tal proposição técnica/científica, uma vez que entendiam que esta, por representar critérios neutros e baseados na verdade, disputaria lugar com a política liderada pelos bacharéis, de forma a expulsá-los e instituir outro paradigma de gestão social no país, ancorado nos valores da higiene e da eugenia. Além disso, marcaria o lugar dos médicos detentores de um saber autorizado, colocando-os como peça chave na condução de políticas públicas que guiariam o projeto reformador da nação.

Já os autores ligados à corrente autoritária acabaram recorrendo à Eugenia por uma série de questões que pretendemos abordar de maneira mais aprofundada ao longo do trabalho. Primeiramente, ela oferecia uma base científica pra alguns dos diagnósticos destacados pelos intelectuais autoritários. Tanto Vianna quanto Amaral viam a questão racial como entraves a serem superados para que o Brasil pudesse se tornar uma nação moderna. Ambos acreditavam que a miscigenação entre raças diversas havia fixado elementos indesejáveis na psique e na constituição física do brasileiro. Oliveira Vianna chegava a argumentar que a mistura constante entre diferentes etnias seria um fator de

instabilidade na composição do brasileiro, já que os constantes cruzamentos entre “raças distantes” resultariam na formação de uma variedade cada vez maior de tipos mestiços, ao invés de levar à sua estabilização¹¹.

No entanto, quando se tratava da fusão entre a população brasileira existente com elementos brancos de origem européia, tanto Amaral quanto Vianna apresentaram argumentos positivos, ressaltando os benefícios que tais cruzamentos trariam ao “patrimônio hereditário do nosso povo”¹². Ainda assim, era imprescindível que o processo de caldeamento étnico passasse “pela intervenção deliberada da própria sociedade”, com o intuito de “dirigir metodicamente o processo seletivo”¹³, assegurando assim o constante aperfeiçoamento racial do elemento nacional.

Para Azevedo Amaral, a aplicação da Eugenia era imprescindível para “uma organização eficiente de defesa do futuro da nacionalidade”, assegurando a “elevação constante do nosso nível de capacidade biológica e de desenvolvimento intelectual”¹⁴. Junto à ela, deveriam se somar a aplicação de medidas sanitárias e higiênicas como forma de evitar o surgimento de endemias e “outros fatores deteriorantes da capacidade biológica de nosso povo”. Essencial também seria a “sistematização de métodos educativos” que pudessem assegurar o “aproveitamento das aptidões potenciais da inteligência brasileira, convertendo-as em ativas forças sociais”¹⁵.

A eugenia também seria utilizada como ferramenta de seleção de identificação de elementos cujas habilidades e competência os tornavam aptos a ocuparem cargos dentro do aparelho estatal. De acordo com Vianna, tais indivíduos concentravam-se entre as “elites das letras, das artes, das ciências, da grande indústria, da grande propriedade e do alto comércio”¹⁶, mais do que nas “classes políticas” e muito raramente nas classes médias e inferiores. Devido às suas qualidades excepcionais de caráter e a sua constituição mental superior, os indivíduos eugênicos seriam os mais

¹¹ Diferente de Vianna, outros autores, como o antropólogo Edgard Roquette-Pinto, defendiam que a miscigenação entre diferentes raças tenderia a homogeneização do tipo brasileiro, argumentando que haveria uma tendência à estabilização dos caracteres próximos à média das populações predominantes no país, ou seja, o tipo branco mediterrâneo. SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. 2011. 383f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2011, p. 226.

¹² AMARAL, Azevedo. **Ensaio Brasileiro**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 276.

¹³ AMARAL, Azevedo. **Ensaio Brasileiro**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 278.

¹⁴ AMARAL, Azevedo. **Ensaio Brasileiro**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 278-279.

¹⁵ AMARAL, Azevedo. **Ensaio Brasileiro**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 279.

¹⁶ VIANNA, Oliveira. O eugenismo das elites (fragmento de capítulo). In: **BOLETIM de Eugenia**. Ano III, n.29, maio de 1931, p. 2.

aptos a exercer as “funções elevadas” que eram exigidas na determinação dos rumos que o país deveria tomar¹⁷. A fim de indentificá-los, Kehl e Amaral propunham que a genealogia das famílias pertencentes a esses grupos de elite fossem traçadas.

Interessante notar, também, que a Eugenia foi utilizada como um dos argumentos para desqualificar o liberalismo e a democracia, e evidenciar a superioridade do modelo autoritário. Azevedo Amaral, em sua obra *Estudos Brasileiros*, fala sobre a influência disgênica das democracias modernas, argumentando que esta teria permitido o desenvolvimento de um sistema de “filantropismo político”, atuando de forma contra-seletiva, neutralizando as forças “naturais e sociais” que, sem a influência de medidas e instituições de caráter filantrópico, eliminariam “uma boa parte dos degenerados”, impedindo-os de contaminar as gerações futuras com seus vícios e taras¹⁸. O argumento de que a organização nos moldes do liberalismo privilegiava a participação de elementos disgênicos na política e nas instituições estatais, enquanto que o autoritarismo canalizaria as mentes superiores para dentro do Estado era utilizado tanto por Vianna como Amaral. O repúdio ao sufrágio universal também era justificado pela ideia de que a população não teria capacidade intelectual para escolher representantes políticos que tivessem aptidão e habilidade para governar o país. Dessa forma, reforçavam a ideia de que era necessário restringir os direitos políticos da população a um grupo pequeno de indivíduos competentes.

1.1 – Eugenia: estudos, conceitos e associações problemáticas.

Cada vez mais, os historiadores que se dedicam ao estudo da Eugenia tem buscado ampliar a percepção de seu objeto de estudo para além de uma ciência cujos debates permaneceram restritos apenas ao meio científico de um número igualmente reduzido de países. Os primeiros trabalhos sobre o assunto permaneciam fragmentados, rendendo pouco ou quase nenhum diálogo entre áreas como história da ciência, sociologia, antropologia, ou mesmo outros ramos e subdivisões dentro da própria história. Além disso, as pesquisas anteriores sobre o tema também tiveram problemas

¹⁷ AMARAL, Azevedo. **O Brasil na crise atual**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

¹⁸ AMARAL, Azevedo. **Ensaio Brasileiro**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 96-100.

em ultrapassar a barreira geográfica, falhando em demonstrar a expansão e recepção das ideias eugênicas em diferentes países, indo além dos casos mais emblemáticos, como Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos. Como consequência, durante muito tempo se acreditou que a Eugenia não teria encontrado solo fértil fora do território europeu ou, no caso de tais ideias terem em raras exceções encontrado leitores fora da Europa, estes não teriam sido capazes de articular um movimento eugênico coeso ou significativo. De acordo com Marius Turda, nos últimos vinte anos, os estudiosos do tema buscaram cada vez mais corrigir tais omissões, por meio de análises comparativas e interdisciplinares¹⁹. Dessa forma, foram capazes de demonstrar o amplo espectro de variações assumidos pela Eugenia em diferentes contextos nacionais e sociais, bem como sua expressão dentro de múltiplos ambientes culturais e sua associação com determinadas ideologias políticas.

This awareness, in turn, has informed the ways in which they describe eugenics, pose questions, and formulate answers. This growing body of scholarship has reframed the study of eugenics in broader and more integrated terms, generating a new direction of research that is interdisciplinary and multi-factorial. The historiography on eugenics is finally ‘catching up’ with the main problems addressed by current debates, not only in the medical humanities and bioethics, but also in broad historical fields like sexuality, inequality, and disability. What is now emerging is a synthetic and critical perspective, which, on the one hand, assesses the relationship between eugenics and various political ideologies and cultural regimes, while, on the other, shows how eugenics has provided some of the practical and conceptual tools necessary for constructing the biotechnologically informed worldview and ethics cultivated today²⁰.

¹⁹ Obras como a de Nancy Stepan e Mark Adams estiveram entre os primeiros que adotaram uma análise comparativa da Eugenia, abrindo a possibilidade de estudos sobre o tema dentro de outros países. STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. ADAMS, Mark (Org.). *The Wellborn Science: Eugenics in Germany, France, Brazil, and Russia*. New York: Oxford University Press Inc., 1990. Mais recentemente, a perspectiva comparativa tem sido aplicada através de trabalhos coletivos que congregam historiadores de diversos países, tais como: BASHFORD, Alison; LEVINE, Phillipa (Org.). **The Oxford Handbook of the History of Eugenics**. New York: Oxford University Press, 2010. MIRANDA, Marisa; VALLEJO, Gustavo (Org.). **Uma Historia de la Eugenesia: Argentina y las redes biopolíticas internacionales (1912-1945)**. Buenos Aires: Biblos, 2012. MIRANDA, Marisa; VALLEJO, Gustavo (Org.). **Darwinismo Social y Eugenesia em el mundo latino**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2005. TURDA, Marius; GILLETTE, Aaron. **Latin Eugenics in Comparative Perspective**. London: Bloomsbury Academic, 2014. PROMITZER, Christian, TRUBETA, Sevasti, TURDA, Marius (Eds.). **Health, Higiene and Eugenics in Southeastern Europe to 1945**. New York, Budapest: Central European University Press, 2011.

²⁰ TURDA, Marius. Crafting a healthy nation: european eugenics in historical context. In: TURDA, Marius (Ed.). **Crafting Humans: From Genesis to Eugenics and Beyond**. Göttingen: V&R unipress, 2013.

Além desses temas, a historiografia referente à Eugenia foi capaz de abrir novos campos de investigação, seja por meio do questionamento de ideias enraizadas no senso comum sobre Eugenia, e que muitas vezes se expressam dentro de trabalhos acadêmicos – como a ideia de que a Eugenia teria perdido força após a II Guerra, devido a sua relação problemática com o nazismo e as políticas de extermínio²¹ – seja através de assuntos que emergem a partir das recentes abordagens: relações entre eugenia, sexismo e feminismo²²; literatura, arte e teatro²³; antropologia social; higiene e bem-estar no espaço urbano.

Desde que Francis Galton cunhou o termo “eugenia” como forma de designar a ciência que tinha por objetivo estudar e investigar os fatores que pudessem prejudicar ou melhorar as qualidades raciais das gerações futuras, fosse fisicamente ou mentalmente²⁴. Galton deu vazão às suas ideias em um contexto de importantes mudanças globais. As décadas finais do século XIX trouxeram consigo a crescente difusão de doutrinas nacionalistas, o surgimento de inúmeras inovações tecnológicas que viriam a revolucionar a maneira como as pessoas percebiam e concebiam o mundo em sua volta, novas formas de se pensar a população, seja em termos de cidadania, seja como força-de-trabalho ou mesmo como geradora de traços e qualidades que seriam fundamentais para a saúde e bem estar das futuras gerações. Todos esses aspectos combinados geraram um ambiente cada vez mais propenso a responder à reivindicações que precipitavam a ciência galtoniana. Francis Galton, no entanto, além de batizar a nova

²¹ BASHFORD, Alison. Internationalism, cosmopolitanism and eugenics. In: BASHFORD, Alison; LEVINE, Phillipa (Org.). **The Oxford Handbook of the History of Eugenics**. New York: Oxford University Press, 2010. MOSES, A. Dirk; STONE, Dan. Eugenics and Genocide. In: BASHFORD, Alison; LEVINE, Phillipa (Orgs.). **The Oxford Handbook of the History of Eugenics**. New York: Oxford University Press, 2010. WEISS, Sheila F. **Race Hygiene and national efficiency: the Eugenics of Wilhelm Schallmayer**. Berkeley: University of California Press, 1987. WEISS, Sheila F. **The nazi symbiosis: human genetics and politics during the Third Reich**. Chicago: University of Chicago Press, 2010. WEINDLING, Paul J. **Health, race and german politics between National Unification and Nazism, 1870 – 1945**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

²² KLAUSEN, Susanne; BASHFORD, Alison. Fertility control: eugenics, neo-malthusianism and feminism. In: BASHFORD, Alison; LEVINE, Phillipa (Orgs.). **The Oxford Handbook of the History of Eugenics**. New York: Oxford University Press, 2010.

²³ CHILDS, Donald J. **Modernism and Eugenics: Woolf, Eliot, Yeats, and the culture of degeneration**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. WOLF, Tamsen. **Mendel's Theatre: Heredity, Eugenics and Early Twentieth-Century American Drama**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.

²⁴ PEARSON, Karl. **The Life, Letters and Labours of Francis Galton - vol. 3**. London: Cambridge University Press, 1930, p. 222.

disciplina, também foi responsável por solidificar, propagandear e popularizar a Eugenia como resposta às demandas que se formaram no conturbado século XIX²⁵.

O termo teve rápida aceitação e difusão, tendo sido adotado em inúmeros países. Sociedades eugênicas foram criadas nas mais diversas partes do globo, seguidas pela fundação de Ligas internacionais e mundiais, destinadas à discutir o assunto. Através dessas instituições e do suporte fornecido por disciplinas como antropologia, psiquiatria, sexologia, biologia, genética, estatística, medicina – entre outras – a ciência eugênica ganhou um suporte e legitimidade cada vez maiores. A Eugenia, assim, tornou-se uma linguagem compartilhada mundialmente, ainda que, na maioria das vezes, houvesse diferenças com relação aos meios para que tal ideal fosse atingido.

Ainda que a Eugenia tenha focado em alguns problemas em escala global, como os movimentos migratórios, ou buscado formar uma rede internacional de eugenistas, como a *International Federation of Eugenic Organizations* e a Federação Latina Internacional de Sociedades Eugênicas (também chamada *Federazione Latina fra le Società di Eugenia*, *Fédération Internationale Latine des Sociétés d'Eugénique*, *Federațiunea Societăților Latine de Eugenie*), o foco central de ação sempre foi, primeiramente, a nação. O ideal de nação saudável foi uma constante nos discursos eugênicos, conforme argumenta Turda, sobrepondo-se à ideia de uma melhoria da população mundial como um todo. Assim, seu centro de ação sempre esteve voltado para a modernização e para o progresso do que se entendia como “raça nacional”²⁶.

Esse foco voltado para a nação já aparecia nos trabalhos de Galton, e em alguns de seus escritos a palavra *eugenics* vinha acompanhada do adjetivo *national*. Karl Pearson, no editorial do recém criado periódico *Annals of Eugenics* explicava que Galton havia utilizado o termo “nacional” antes de eugenia porque este havia “*conceived that the nation, not the family nor the individual, was the proper unit for study*”²⁷. Tal perspectiva foi adotada pelo discípulo de Galton, em sua obra *The*

²⁵ LEVINE, Phillipa; BASHFORD, Alison. Introduction: Eugenics and the modern world. In: BASHFORD, Alison; LEVINE, Phillipa (Org.). **The Oxford Handbook of the History of Eugenics**. New York: Oxford University Press, 2010.

²⁶ TURDA, Marius. Crafting a healthy nation: european eugenics in historical context. In: TURDA, Marius (Ed.). **Crafting Humans: From Genesis to Eugenics and Beyond**. Göttingen: V&R unipress, 2013. TURDA, Marius; GILLETTE, Aaron. **Latin Eugenics in Comparative Perspective**. London: Bloomsbury Academic, 2014.

²⁷ PEARSON, Karl apud TURDA, Marius. Crafting a healthy nation: european eugenics in historical context. In: TURDA, Marius (Ed.). **Crafting Humans: From Genesis to Eugenics and Beyond**. Göttingen: V&R unipress, 2013.

Academic Aspect of the Science of National Eugenics, publicada em 1911. Conforme Pearson,

Every nation has in certain sense its own study of eugenics, and what is true of one nation is not necessarily true of the second. The ranges of thought and of habit are so diverse among nations that what might be at once or in a short time under the social control of one nation, would be practically impossible to control in a second. Eugenics must from this aspect be essentially national, and eugenics as a practical policy will vary widely according as you deal with Frenchmen or Japanese, with Englishmen or Jews²⁸.

Assim como Galton e Pearson, a maioria dos eugenistas utilizava a nação como categoria analítica dominante dentro dos discursos políticos e culturais que visavam a melhoria da raça humana. As especificidades nacionais eram utilizadas principalmente na caracterização e na identificação de traços mentais e psicológicos inerentes às populações nativas desses territórios²⁹. A ideia de classificar os grupos humanos que vivem em determinado país ou região como raça não foi exclusividade dos eugenistas³⁰, embora tenha sido largamente utilizada por eles como unidade de análise³¹. Conforme apontam Appelbaum, Macpherson e Roseblatt, a atribuição de determinados traços, fossem eles biológicos ou culturais, a comunidades nacionais eram comuns no final do século XIX e início do XX. Referências à “*raza chilena*”, “*raza mexicana*” “raça francesa”, “raça inglesa”, “raça germânica” eram correntes não só na linguagem científica, mas também nos discursos intelectuais e políticos de formação destas próprias nações³².

Foi durante o período entre-guerras que os programas de eugenia nacional alcançaram o ápice de seu desenvolvimento. O final da Primeira Guerra teve um grande impacto na forma como os eugenistas concebiam suas ideias. Foi a partir daí que tanto a

²⁸ PEARSON, Karl. **The Academic Aspect of the Science of National Eugenics**. London: Dulau, 1911, p. 4.

²⁹ Em alguns casos, no entanto, como apontam Mazumdar e Turda, “*not all of this heightened collective consciousness prompted eugenic speculation about the nation; if anything, particularly in Britain, class and race – an awareness of social and biological divisions within the nation – recur more frequently*”. TURDA, Marius. *Crafting a healthy nation: european eugenics in historical context*. In: TURDA, Marius (Ed.). **Crafting Humans: From Genesis to Eugenics and Beyond**. Göttingen: V&R unipress, 2013, p. 112. Ver também: MAZUMDAR, Pauline M. H. **Eugenics, Human Genetics and Human Failings: The Eugenics Society, Its Sources and Its Critics in Britain**. London: Routledge, 1992.

³⁰ Ver, por exemplo, as doutrinas de “nacionalismo étnico” de Johann Gottfried Herder.

³¹ O eugenista Georges Vacher de Lapouge, por exemplo, foi responsável por criar um novo método utilizado para classificar e diferenciar as diferentes raças humanas, batizado de antroposociologia.

³² APPELBAUM, Nancy; MACPHERSON, Anne S.; ROSEMBLATT; Karín Alejandra. **Race & Nation in Modern Latin America**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2003, p. 14.

nação quanto o Estado passaram a ser o foco das ações e projetos idealizados pelos defensores da Eugenia. O Estado era, assim, concebido como responsável pela criação e administração das instituições voltadas para a saúde e qualidade da população, enquanto que a nação era vista e avaliada como sendo uma entidade biológica adaptável e flexível. Sendo assim, encontrava-se sujeita não à desintegração e extinção devido à influência de fatores degenerativos, mas também era capaz de melhorar e progredir através da aplicação de medidas e leis eugênicas. Outra importante consequência desse período, cujo impacto ressoou dentro das concepções eugênicas foi a transformação das relações entre esfera pública e privada. De acordo com Turda, a linha entre esses dois espaços passou a ficar cada vez menos nítida, devido à ideia de responsabilidade pública perante à pátria. Como resultado, foi possível combinar e mesclar noções de bem-estar coletivo e de responsabilidade individual relativos à nação³³.

Foi a partir desse período também que a Eugenia tornou-se uma filosofia de regeneração biológica e social, passando assim a fazer parte também das discussões políticas. Tanto a direita como a esquerda aderiram à ideia de que era necessário extinguir os elementos disgênicos a fim de manter o restante da população saudável.

Foi sob essa justificativa de sacrifícios em prol da saúde da população que impuseram-se amplos programas de intervenção visando a nação como um todo, através da sujeição dos corpos à gestão política, seja para o seu aprimoramento, seja para a sua supressão ou até mesmo aniquilamento. A eugenia tornava-se, assim, uma das expressões daquilo que Michel Foucault chamou de biopoder.

Mas no que consiste esse “biopoder”? De acordo com Michel Foucault, a biopolítica da população, iniciada no século XVIII, marcou a entrada dos fenômenos próprios à vida humana na ordem do saber e nos cálculos do poder. Assim sendo, os processos relacionados ao corpo e à vida passam a transformar-se em alvo privilegiado de saber e de intervenções corretivas. De acordo com Foucault, “deveríamos falar de biopolítica para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos possam entrar no domínio de cálculos explícitos e o que transforma o saber-poder num agente de transformação da vida humana”³⁴. O sujeito, enquanto possuidor de direitos, passou a

³³ TURDA, Marius. Crafting a healthy nation: european eugenics in historical context. In: TURDA, Marius (Ed.). **Crafting Humans: From Genesis to Eugenics and Beyond**. Göttingen: V&R unipress, 2013, p. 113.

³⁴ FOUCAULT apud CAPONI, Sandra. Biopolítica e medicalização dos anormais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, Vol. 19, n.2, p. 529-549, 2009, p.532.

ocupar um segundo plano em relação à preocupação política de maximizar o vigor e a saúde das populações.

Entendemos que a eugenia e suas práticas definem muito bem as características dessa biopolítica da população, uma vez que, além de propor um melhoramento da raça e da espécie, necessita-se de uma construção de corpos sem direitos que se configura como *vida nua*³⁵, vida que se mantém nas margens da “normalidade” e que pode ser submetida e até aniquilada³⁶.

Um dos traços marcantes desse biopoder é a importância crescente da norma sobre a lei, ou seja, a ideia de que é preciso definir e redefinir o normal em contraposição ao seu oposto: os anormais. Há, assim, um deslocamento do direito para a medicina, que passa a ocupar-se de campos de intervenção que vão bem além do doente e da doença. O estabelecimento de um aparelho de medicalização coletiva responsável por gerir as “populações” através de mecanismos de administração médica, de controle da saúde, da demografia, da higiene ou da alimentação, permite aplicar à sociedade toda uma distinção permanente entre o normal e o patológico e impor um sistema de normalização dos comportamentos, da existência, do trabalho e dos afetos³⁷. Não é a toa que a eugenia buscava atuar em todas essas frentes, criando programas amplos de intervenção.

Esse poder que se exerce sobre a vida de forma a administrá-la, aumentá-la e aplicar sobre ela controles e regulações gerais vai ser complementado pelo poder de morte exercido pelo Estado no espaço da biopolítica. O imperativo de morte só é admissível no sistema de biopoder se tender à eliminação do perigo biológico e ao fortalecimento, diretamente ligado a essa eliminação, da própria espécie e da raça. O racismo, aponta Foucault, é condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização. Assim,

o racismo vai permitir estabelecer, entre a minha vida e a morte do outro, uma relação que não é uma relação militar e guerreira de enfrentamento, mas uma relação de tipo biológico: ‘quanto mais as espécies inferiores tendem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu – não enquanto indivíduo, mas enquanto espécie – viverei, mais forte eu serei, mais vigoroso serei, mais

³⁵ O conceito de *vida nua* é desenvolvida pelo filósofo italiano Giorgio Agamben em: AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

³⁶ CAPONI, Sandra. Biopolítica e medicalização dos anormais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, Vol. 19, n.2, p. 529-549, 2009, p. 532.

³⁷ REVEL, Judith. *Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005, p.63.

poderei proliferar'. A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura³⁸.

Por tirar a vida, não nos referimos apenas ao assassinio direto, mas às suas formas indiretas: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a segregação, a rejeição, etc.

Os corpos passam, dessa forma, a estarem sujeitos à gestão política, seja para o seu melhoramento ou maximização, seja para a sua supressão ou aniquilamento. Para que essa gestão seja possível, é necessário multiplicar as estatísticas de morbidade e mortalidade, registrar e comparar os dados e números e observar atentamente as características daqueles que possam ser considerados como sujeitos perigosos ou fora da norma³⁹.

Conforme afirma Foucault “o elemento que circula do disciplinar ao regulador, que se aplica ao corpo e às populações e que permite controlar, ao mesmo tempo, a ordem do corpo e os fatos de uma multiplicidade humana é a norma”⁴⁰.

Essa novo mecanismo não usa mais a morte como meio de sustentação – tal qual o poder soberano antes exercido por reis e imperadores – e não se dirige apenas à docilização disciplinar de indivíduos em sua dimensão particular e orgânica. Essa nova forma de poder, denominada biopolítica, é centrada na vida como um todo e não somente no corpo, dirigindo-se ao homem enquanto espécie.

A condição para o surgimento do assim chamado biopoder é o aparecimento de uma categoria nova: a população. Esta representa “um novo corpo: corpo múltiplo, corpo de inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável”⁴¹. O biopoder se destinará, assim, a preservação da vida coletiva. Para a manutenção e proteção desta, passa-se a inverter a máxima da soberania:

³⁸ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, p.215.

³⁹ CAPONI, Sandra. Biopolítica e medicalização dos anormais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, Vol. 19, n.2, p. 529-549, 2009, p.535.

⁴⁰ FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France: 1970-1982**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p.181.

⁴¹ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p.206.

Aquém, portanto, do grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a “população” enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de “fazer viver”. A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e deixar morrer⁴².

A população passa a ser regulada por meio de estatísticas variadas, como taxas de natalidade, de fecundidade e de mortalidade. Analogicamente, ela passa a ser o novo corpo soberano que deve ser defendido a qualquer custo. Torna-se, assim, num contexto biopolítico, imprescindível defender a população numa estreita relação com a produção, pois esta é a protagonista do trabalho e do consumo em uma sociedade capitalista.

É nesta intrincada teia de poderes que se vê formar uma nova medicina, voltada para um corpo quer individual, quer populacional. Unida aos interesses capitalistas, os profissionais dessa área ganham grande importância na maximização do uso dos corpos, na manutenção da saúde para proveito de uma produção de riquezas sempre crescente. Corpos vão se tornando cada vez mais disponíveis, enquanto realidade biopolítica, para as complexas engrenagens capitalistas. E, nesse sentido, Foucault destaca que a própria medicina é uma estratégia biopolítica⁴³.

A eugenia fez uma ampla utilização dessa nova medicina e pelos campos por ela abertos (saúde pública, higiene, sanitarismo, etc.), juntamente com outras disciplinas, como a higiene racial, a estatística, genética – como forma de afastar o perigo da degeneração e manter a nação saudável. Na visão dos eugenistas, a utilização e aplicação de tais conhecimentos afastariam as sociedades modernas do atraso e da barbárie. Afinal, investir na população era investir na nação, e se a primeira estivesse fisicamente e mentalmente doente, a segunda estaria sujeita ao mesmo processo de decadência e degeneração sofrida pelos indivíduos que ali viviam. Isso acontecia porque, no final do século XIX, as nações eram frequentemente retratadas como organismos vivos, cujo funcionamento obedecia às leis biológicas e carregando consigo virtudes e qualidades simbolizadas pelas características inatas de seus integrantes, que eram transmitidas de geração para geração. Conforme explica Marius Turda,

⁴² FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p.207.

⁴³ XAVIER, Rogério Pereira. **Corpos disponíveis: análise foucaultiana do discurso do sanitarismo, da genética e da eugenia**. 2006. 126f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós Graduação em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006, p.23.

After 1900, especially, this shifting relationship between the individual and the racial community to which he or she belonged contributed significantly to the emergence of a eugenic ontology of the nation. As a result, the individual body became a synecdoche for the collective national body depicted as an organism susceptible to the biological debilities that attend birth, growth, aging and dying. As a quintessential modernist response to the threats of cultural and biological collapse, eugenics located the individual and the national body within a specifically scientific discourse, one whose legitimacy stemmed from its preoccupation with improving the racial quality of the population and protecting its health⁴⁴.

Com a emergência de novas ciências, como a genética - que passa a reforçar a um ideia de hereditariedade de determinados traços humanos, ou mesmo a possibilidade de se traçar a “pureza” de alguns povos através da análise do tipo sanguíneo - no início do século XX, passa-se cada vez mais a se emergir uma identidade nacional construída em torno de fatores biológicos. A própria determinação de cidadania passa a obedecer a essa regra. A partir daí, aqueles indivíduos ou raças que representassem um perigo biológico ao corpo nacional deveriam ser identificados, combatidos e eliminados. De acordo com Foucault, esse processo funciona como uma espécie de “extrapolação biológica do inimigo político”⁴⁵. A erradicação de potenciais “ameaças” ao futuro da nação era necessária não só para fortalecer a “raça” nacional, mas também era vista como um meio de proporcionar a sua regeneração.

O medo da degeneração social e biológica também era frequentemente visto como uma ameaça à perspectiva de progresso nacional. O porvir passa a ser, assim, objeto de ansiedades e inseguranças entre intelectuais, cientistas e artistas de inúmeros países. Assim, esses grupos passaram a incentivar e colaborar proativamente movimentos em prol de mudanças radicais e projetos que tivessem por objetivo a transformação não só da realidade social em que viviam, mas também dos sistemas políticos em voga na época⁴⁶.

Como forma de corroborar suas hipóteses acerca do declínio e da deterioração da “raça nacional”, uma série de dados e números passaram a ser apresentados. Assim, questões como aumento das taxas de criminalidade nas áreas urbanas, imigração descontrolada, dissolução das estruturas familiares tradicionais, condições precárias e

⁴⁴ TURDA, Marius. **Modernism and Eugenics**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010, p. 5-6.

⁴⁵ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 217.

⁴⁶ GRIFFIN, Roger. **Modernism and Fascism: The Sense of a Beginning under Mussolini and Hitler**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007, p. 62.

insalubres de vida nas quais a maioria da população vivia, medidas e projetos de medicina e higiene social insuficientes e ineficazes, declínio da taxa de nascimentos, principalmente entre as classes altas, disseminação de doenças contagiosas e moléstias venéreas, alcoolismo, vagabundagem, aumento de comportamentos imorais e desvios sexuais, passaram a ser utilizados como indicativos de que a qualidade da população estava decaído⁴⁷.

A eugenia passou, nesse contexto, a apresentar-se como uma alternativa viável para solucionar tais problemas. Primeiro porque esta era capaz de oferecer uma resposta em termos científicos, e portanto mais rápidos e previsíveis do que o desenrolar natural e lento operado pela natureza. Segundo porque ela possibilitava aos seres humanos intervirem diretamente, quebrando a incerteza quanto ao futuro da raça nacional.

Turda também aponta que o discurso eugênico – assim como a ideia de modernização – estava profundamente enraizado com aquilo que Reinhardt Koselleck denominou de *Neuzeit*⁴⁸, ou seja, a possibilidade de recomeçar a história de uma nova maneira. Por apresentar uma possibilidade de “recomeço”, quando assombrado pela perspectiva de dissolução racial ou de retrocesso, muitos intelectuais encontraram na Eugenia uma estratégia eficiente e persuasiva para proteger o passado de um presente pouco animador, bem como uma forma de guiá-lo em direção a um futuro redentor⁴⁹.

No período que se segue ao final da Primeira Guerra, a Eugenia já havia se estabelecido como uma alternativa bastante atraente para lidar com tais problemas, traduzindo-se em uma grande variedade de programas nacionais voltados para a implementação de medidas de melhoria social e biológica. Além de propor projetos relacionados à regeneração e manutenção da saúde e da qualidade da população nacional, a Eugenia também foi responsável por proporcionar uma estratégia biológica destinada a preservar o privilégio de determinados gêneros e grupos sociais e étnicos. Os eugenistas empregaram, frequentemente, argumentos discriminatórios como forma de justificar suas visões de melhoria nacional, motivados pelo desejo de formar e manter um senso de coesão e identidade compartilhada, bem como a tentativa de tornar a população racialmente homogênea. Tais premissas foram utilizadas, não raro, em

⁴⁷ TURDA, Marius; GILLETTE, Aaron. **Latin Eugenics in Comparative Perspective**. London: Bloomsbury Academic, 2014.

⁴⁸ KOSELLECK, Reinhardt apud TURDA, Marius. **Modernism and Eugenics**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010, p. 6.

⁴⁹ TURDA, Marius. **Modernism and Eugenics**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010, p. 6.

períodos de mudanças socio-políticas profundas, coincidindo muitas vezes com reivindicações de direitos e de cidadania não só por determinadas classes, como também minorias étnicas e pelo movimento feminista⁵⁰.

Os defensores da Eugenia acreditavam que a identidade de uma nação seria determinada com base em fatores culturais, sociais e, principalmente biológicos. Sendo assim, era possível delimitar quais indivíduos pertenceriam à comunidade como cidadãos, separando-os daqueles considerados estrangeiros ou *outsiders*⁵¹, cuja existência representava uma potencial ameaça à pátria. Conjuntamente, a Eugenia fornecia um sistema complementar de “limpeza” ou “purificação interna”, na qual pessoas consideradas debilitadas, anormais, doentes e “anti-sociais” eram separadas da maioria “saudável”. Medidas como segregação, esterilização e, em casos mais extremos, eutanásia, foram sugeridas como forma de lidar com esses grupos “digênicos”⁵².

Se hoje as políticas sugeridas por eugenistas nos parecem retrógradas, na época em que foram propostas elas foram consideradas avançadas e progressistas⁵³. No entanto, apesar de terem atraído seguidores dos mais diversos espectros políticos, seus

⁵⁰ APPELBAUM, Nancy; MACPHERSON, Anne S.; ROSEMBLATT; Karin Alejandra. **Race & Nation in Modern Latin America**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2003. STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

⁵¹ No caso dos eugenistas, esses *outsiders* representariam os indivíduos não eugênicos da sociedade. Dependendo do autor em questão, um indivíduo “disgênico” poderia ser alguém que possuísse alguma doença (contagiosa ou hereditária, física ou mental), criminosos, pessoas consideradas “amorais”, pessoas com déficit de inteligência ou mesmo alguém pertencente a determinada raça ou etnia – só para citarmos alguns exemplos. Essas categorias variaram bastante de eugenista para eugenista, de maneira que grupos considerados digênicos pra um autor, poderiam ser considerados eugênicos para outro (como foi o caso dos judeus, mestiços, orientais, etc.).

⁵² TURDA, Marius. Crafting a healthy nation: european eugenics in historical context. In: TURDA, Marius (Ed.). **Crafting Humans: From Genesis to Eugenics and Beyond**. Göttingen: V&R unipress, 2013, p. 116.

⁵³ DEGLER, Carl N. **In Search of Human Nature: The Decline and Revival of Darwinism in American Social Thought**. New York: Oxford University Press, 1991. BASHFORD, Alison; LEVINE, Phillipa (Orgs.). **The Oxford Handbook of the History of Eugenics**. New York: Oxford University Press, 2010. TURDA, Marius (Ed.). **Crafting Humans: From Genesis to Eugenics and Beyond**. Göttingen: V&R unipress, 2013. Degler e Moses argumentam que medidas como a esterilização com fins eugênicos eram consideradas medidas reformistas e progressistas. Degler aponta também que antes da Primeira Guerra Mundial, nenhum estado do sul dos Estados Unidos – cuja população é considerada mais conservadora – havia proclamado leis de esterilização involuntária. Segundo o autor “*The “advanced” states of the North and West, wherein all the laws in fact had been passed, might find such legislation in line with modern scientific thought, but the conservative South would have none of it. Only after the First World War was the march joined by any southern state. It is significant, too, that “progressive” North Carolina was the state in which, next to “frontier” California, most of the sterilizations have been performed. By the opening of 1930s, some 12,000 sterilizations had been performed in the United States, of which over 7,500 were carried out in California alone*”. DEGLER, Carl N. **In Search of Human Nature: The Decline and Revival of Darwinism in American Social Thought**. New York: Oxford University Press, 1991, p. 46.

projetos dificilmente puderam ser caracterizados como “democráticos”. Afinal, boa parte dos eugenistas propuseram que o direito de reprodução de inúmeros indivíduos fosse retirado, e a decisão transferida para a mão de especialistas ou mesmo do Estado. Outros sugeriam, ainda, que aqueles que fossem considerados não-eugênicos fossem internados em instituições – asilos, hospitais, leprosários, prisões, sanatórios – ou relegados à espaços marginais. A ciência atuava, através da eugenia, cada vez mais em favor da intervenção social, principalmente quando se tratava de extirpar as “ervas daninhas” da sociedade⁵⁴. O Estado atuaria como uma espécie de “jardineiro”⁵⁵, cortando o mal pela raiz e livrando a nação das “impurezas”.

Sendo assim, o Estado ocuparia um lugar central dentro dos inúmeros projetos eugênicos que floresceram ao redor do globo. Isso porque, segundo Turda:

Entrusting the state with additional powers meant enhancing the eugenicists’ crafting mission. In a eugenic state thus defined, the eugenicists’ self-styled social and political responsibilities would fundamentally change their professional relationship with society at large. This was to be achieved by insisting on their scientific expertise and, hence, justifying their claim to decide which members of the population were biologically and socially valuable and which were not⁵⁶.

Em muitos países - e o Brasil certamente foi um deles, como veremos adiante – o poder atribuído ao Estado pelos eugenistas teve uma importante contribuição na elevação dos profissionais da área da saúde a uma posição de destaque dentro da sociedade. Não é a toa que, em muitos casos, estes tenham ocupado cargos de importância também dentro do Estado. Casos como o da Itália - ou mesmo da Alemanha – onde conselhos, comitês e ligas nacionais foram criadas e presididas por eugenistas. Mussolini abraçou muitas das medidas sugeridas pelos defensores da Eugenia dentro da Itália, e seu relacionamento com eugenistas proeminentes como Corrado Gini não só tornou a ciência galtoniana uma parte importante do projeto fascista, mas também foi

⁵⁴ A ideia das “ervas daninhas” que precisam ser extirpada da sociedade aparece tanto nos trabalhos do eugenista inglês Havelock Ellis, como em alguns dos escritos de H. G. Wells. Ver: ELLIS, Havelock. **The Problem of Race-Regeneration**. London: Cassell, 1911. WELLS, H. G. *Socialism and The New World Order*. In: **Journalism and Prophecy, 1893-1946**. Londres: Bodley Head, 1984.

⁵⁵ A metáfora do “gardening state” ou “estado jardineiro” também é utilizada por Bauman. Ver: BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

⁵⁶ TURDA, Marius. *Crafting a healthy nation: european eugenics in historical context*. In: TURDA, Marius (Ed.). **Crafting Humans: From Genesis to Eugenics and Beyond**. Göttingen: V&R unipress, 2013, p. 119.

responsável pelo reconhecimento e importância obtidos pelos eugenistas italianos no cenário internacional. O reconhecimento do sucesso alcançado pelo *Duce* na aplicação de programas eugênicos veio não só de seus compatriotas, mas também dos participantes estrangeiros que compareceram ao *Eighth Meeting of the International Federation of Eugenic Organizations*, realizado em Roma no ano de 1929. Eugen Fischer, médico eugenista e diretor do *Kaiser Wilhelm Institute of Anthropology, Human Heredity, and Eugenics*, felicitou Mussolini, classificando-o como um “great statesman who, in the Eternal City, shows more than any other leader today, both in deed and work, how much he has taken the eugenic problem of his people at heart”⁵⁷.

Essa relação entre Eugenia, autoritarismo e *expertise* tecnocrática aparece em outros lugares para além dos exemplos mais conhecidos da Alemanha Nazista ou da Itália Fascista. A demanda por um Estado mais forte e dotado de mais poderes para intervir de maneira eugênica na população foi vasta e extensiva, e vinda de eugenistas das mais variadas posições políticas tais como os anarquistas na Espanha, os socialistas na Grã-Bretanha, feministas e social-democratas na Alemanha e na Suécia, entre outros.

Membros da *Fabian Society*, como George Bernard Shaw e H. G. Wells, por exemplo, acreditavam que a eugenia só poderia aplicada de forma ampla e eficiente dentro de um governo socialista⁵⁸. Tal visão foi compartilhada por inúmeros outros intelectuais e cientistas dentro da esquerda, como o o geneticista americano Hermann Joseph Muller, ganhador do Nobel de Medicina em 1946. Em 1936, enquanto ocupava a posição de Geneticista Senior no Institute of Genetics of the U.S.S.R. Academy of Sciences, o autor enviou uma carta endereçada à Joseph Stalin, na qual propunha a aplicação de um programa eugênico no país, expressando assim a sua visão:

The matter is none less than that of the conscious control of human biological evolution – that is, the control by man of the hereditary material lying at the basis of life in man himself. This is a development which bourgeois society has been quite unable to look squarely in the face. Its evasions and perversions of this matter are to be seen in the futile mouthings about “Eugenics” current in bourgeois “democracies,” and the vicious doctrine of “Race Purity” employed by the Nazis as a weapon in class war. These spurious proposals are offered as a substitute for socialism, i.e., as a decoy to mislead and divide workers as well as petit bourgeois.

⁵⁷ FISCHER, Eugen apud TURDA, Marius; GILLETTE, Aaron. **Latin Eugenics in Comparative Perspective**. London: Bloomsbury Academic, 2014, p. 100-101.

⁵⁸ TURDA, Marius. Crafting a healthy nation: european eugenics in historical context. In: TURDA, Marius (Ed.). **Crafting Humans: From Genesis to Eugenics and Beyond**. Göttingen: V&R unipress, 2013.

In opposition to these bourgeois misconstructions, geneticists of the political left recognize that only a socialized economic system can provide the material basis and the social and ideological framework necessary for a really sound policy with regard to human genetics, for a policy which will guide human biological evolution along socially desirable lines. They recognize further that sufficient biological knowledge and a sufficiently refined physical technique already exist for the production of very noteworthy results in this field even within the span of our own lifetimes. And they are aware that both the immediate and the ultimate possibilities of a biological kind thus opened up under socialism so far outdistance the biological aims hitherto envisaged by bourgeois theorists as to make the latter appear quite ridiculous. *True eugenics can only be a product of socialism*, and will, like advances in physical technique, be one of the means used by the latter in the betterment of life⁵⁹.

Nessa mesma linha, ou seja, de uma eugenia orientada para políticas socialistas e orientadas à esquerda do espectro político, desenvolveu-se o movimento conhecido como *Bolshevik Eugenics*, cuja popularidade lhe rendeu seguidores tanto na Grã-Bretanha quanto nos Estados Unidos⁶⁰.

Se é verdade que grande parte dos advogados da Eugenia apostaram num Estado forte como sendo o ideal para que as políticas eugênicas fossem empregadas, é importante lembrar que houve aqueles que discordaram de tal perspectiva. Os trabalhos do historiador Richard Cleminson tem apontado nessa direção. Ao estudar o desenvolvimento do movimento eugênico na Espanha, o autor identifica dois núcleos principais que se organizaram dentro do país, e cujas ideias diferiram bastante entre si, principalmente no que diz respeito ao papel ocupado pelo Estado na aplicação de medidas voltadas para a Eugenia.

Embora no caso da Espanha seja difícil falar de um “movimento eugênico propriamente dito, devido à baixa institucionalização e à fragmentação dos grupos, separados em diversos centros regionais subdivididos por diferenças ideológicas, Cleminson foi capaz de identificar duas correntes distintas em meio à tamanhas divergências:

On the one hand, there was what we might call an ‘official’ professionally oriented eugenics movement, connected to medical organizations or reviews and which was somehow linked to state structures. This official movement

⁵⁹ Grifo meu. MULLER, Hermann J. apud GLAD, John. Hermann J. Muller’s 1936 Letter to Stalin. **The Mankind Quarterly**, Edinburgh, Vol. 43, n.3, p. 305-329, Spring 2003. John Glad destaca que, após o recebimento da carta, Stalin fez com que o livro de Muller, *Out of the Night*, fosse traduzido para o russo.

⁶⁰ PAUL, Diane B. Eugenics and The Left. **Journal of the History of Ideas**, Pennsylvania, Vol. 45, n. 4, p. 567-590, Oct./ Dec. 1984.

possessed no national eugenics organization as such, was centered on Madrid, and was generally unsuccessful in its aims until the early 1930s.

But largely outside of this official movement, we can see a cluster of social movements that spoke the language of eugenics from a variety of different perspectives. These were usually not integrated into professional medicine or state structures. This latter category included alternative currents of thought and practice such as nudist and vegetarian movements and anti-statist anarchism, all of which were notably strong in the eastern regions of Catalonia and the Levant⁶¹.

Foi dentro desse último grupo que propostas que repudiavam a ação do Estado como implementador de medidas eugênicas se desenvolveram. Tal foi o caso dos defensores da Eugenia que atuaram dentro do movimento anarquista na Espanha. Reunidos em torno de periódicos como *Salud y Fuerza* (1904–1914), *Generación Consciente* (1923–1929), and *Estudios* (1929–1937), parte desses anarquistas espanhóis buscaram fundar um programa baseado na prevenção de doenças venéreas e na aplicação de propostas eugênicas e neo-Malthusianas que não fossem autoritárias ou mesmo aplicadas via aparelho estatal.

Esses anarquistas possuíam uma visão própria sobre o funcionamento da natureza. Contrariando a concepção corrente entre muitos eugenistas, que viam com pessimismo o desenrolar do processo de evolução e desenvolvimento das sociedades, que, em sua opinião, tendia à degeneração a menos que houvesse intervenção humana, os anarquistas espanhóis acreditavam não haverem doenças de causa “natural”. Para eles, ela não era resultado da ação de patógenos, mas sim produto de uma organização social disfuncional. A plena saúde da população não seria, portanto, atingida por meio do crescimento econômico e “capitalista”, nem pelo desenvolvimento da economia e das cidades, mas sim através da criação de colônias situadas em locais que fossem saudáveis e benéficos, conforme escreveu um influente eugenista dessa corrente na *Revista Blanca*.

Conforme o proeminente médico e anarquista Isaac Puente, “the capitalism, the Church and the state had created a ‘race of the poor’, overcome with poverty, tuberculosis and venereal disease. This ‘race’ was not the same kind of entity talked

⁶¹ CLEMINSON, Richard. Eugenics without the state: anarchism in Catalonia, 1900–1937. **Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences**. Oxford, n. 49, p. 232-239, 2008, p. 233.

about in German Nazi or Spanish nationalist movements but had more in common with the human race in general or the working class”⁶².

Como parte do plano de criar uma entidade que fosse independente dos desígnios do Estado, os médicos filiados à associação anarco-sindicalista CNT (Confederação Nacional do Trabalho) fundaram a Federação Nacional de Sindicatos da Saúde no ano de 1931. Um dos pilares dessa instituição foi a noção de “*health communism*”⁶³, na qual a saúde passa a ser um elemento de liberação e, por isso, deveria estar disponível à todas as pessoas. A Federação adotaria como missão a seguinte orientação:

It is only in a society which is founded on economic independence and the wellbeing of all that health facilities can possibly be provided efficiently. The right to health must be guaranteed by the social organization, which should provide all members with food, clothing, housing, education and technical provision⁶⁴.

Os anarquistas advogaram também em favor do auto-gerenciamento ou auto-cuidado em relação à saúde, na qual o indivíduo, através da auto-consciência e de amplas ações educativas, fosse capaz de compreender e decidir sobre questões relativas à saúde, sexualidade e reprodução. Assim, as mulheres teriam poder de decidir sobre o próprio corpo, e os casais de trabalhadores deveriam refletir sobre a quantidade e qualidade de seus descendentes, exercendo essa escolha através do uso métodos contraceptivos.

Alguns eugenistas-anarquistas como Puente aconselhavam a população a evitar fatores que atuassem de maneira disgênica, como o uso de álcool e tabaco, e alertavam sobre a necessidade de abster-se de relações sexuais a fim de prevenir a gravidez no caso de um dos membros do casal possuir uma doença venérea. Além disso, o médico também orientava que a concepção deveria evitar ao máximo a concepção quando a situação econômica da família fosse precária e não permitisse o sustento de um novo membro.

⁶² PUENTE, Isaac apud CLEMINSON, Richard. Eugenics without the state: anarchism in Catalonia, 1900–1937. **Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences**. Oxford, n. 49, p. 232-239, 2008, p. 235.

⁶³ CLEMINSON, Richard. Eugenics without the state: anarchism in Catalonia, 1900–1937. **Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences**. Oxford, n. 49, p. 232-239, 2008, p. 235.

⁶⁴ Autor anônimo. El congreso de sindicatos únicos de sanidad. Apud CLEMINSON, Richard. Eugenics without the state: anarchism in Catalonia, 1900–1937. **Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences**. Oxford, n. 49, p. 232-239, 2008, p. 235.

A questão da esterilização não esteve ausente do debate anarquista, tendo sido um ponto de discussão e de divergência. Grande parte dos apoiadores dessa medida defenderam-na como uma ação voluntária, utilizada como forma de controle de natalidade. Cleminson, no entanto, atenta para o fato de que os limites para aplicação de tal recurso não foram claros entre os eugenistas pró-anarquismo.

A proibição de casamentos e a segregação de indivíduos disgênicos em colônias de trabalho eram sugeridas por eugenistas como Puente como alternativas à esterilização. No entanto, reconhecia que, em termos práticos, a primeira não seria tão eficiente, uma vez que casais cujo matrimônio fosse proibido poderiam ter filhos de forma clandestina. Já a segunda era vista pelo médico como sendo:

[...] a more humane solution, disliked by the state because of the costs entailed, but it would allow those individuals to become useful for the collective and to overcome the limitations forced upon them by capitalism—lack of culture, ignorance and lack of awareness or ‘inconsciencia’⁶⁵.

A ideia de aplicação de medidas de Eugenia negativa de forma voluntária, ao invés da execução compulsória por meio do Estado foi igualmente defendida por eugenistas não anarquistas. Mesmo aqueles que advogavam em favor de uma hipertrofia do poder estatal acreditavam que práticas como a esterilização deveriam ser aplicadas com prudência, e feitas somente mediante consentimento do paciente e da família. Entre os defensores dessa ideia esteve o endocrinologista romeno Gheorghe Marinescu⁶⁶.

Outros eugenistas, no entanto, viam tais medidas como um passo anterior à aprovação de esterilização compulsória. Países com governos liberais ou onde a Igreja Católica⁶⁷ tinha uma influência mais acentuada reconheciam as dificuldades de se aprovar uma lei de tal tipo. Afinal, no caso de governos liberais, políticas eugênicas de caráter compulsório violavam direitos individuais de escolha e de reprodução, conquistados com o advento do Estado liberal no século XX. Sua aplicação em tais

⁶⁵ CLEMINSON, Richard. Eugenics without the state: anarchism in Catalonia, 1900–1937. **Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences**. Oxford, n. 49, p. 232-239, 2008, p. 237.

⁶⁶ TURDA, Marius; GILLETTE, Aaron. **Latin Eugenics in Comparative Perspective**. London: Bloomsbury Academic, 2014.

⁶⁷ A Igreja Católica condenou oficialmente a utilização de métodos anticoncepcionais e a esterilização com fins eugênicos na Encíclica *Casti Conubii*, promulgada pela Papa Pio XI no ano de 1930. Ver: LEPICARD, Etienne. Eugenics and Roman Catholicism - An Encyclical Letter in Context: *Casti conubii*, December 31, 1930. **Science in Context**, vol. 11, n. 3-4, p. 527– 544, 1998.

sociedades, argument Macnicol, “would upset that delicate balance of stability and legitimation; the social benefits promised by eugenisists seemed too speculative and dubious to warrant the political risks involved”⁶⁸.

Sendo assim, muitos eugenistas viam na aprovação da esterilização voluntária uma forma de assegurar uma posterior aceitação de medidas de caráter involuntário. Tal foi o caso da Campanha lançada pela *Eugenics Society* na Inglaterra⁶⁹. Iniciada no final da Primeira Guerra, ela visava impedir a reprodução de grupos disgênicos, por meio da aprovação de uma legislação que garantisse que os indivíduos pudessem se submeter voluntariamente a procedimentos que os impedissem de procriar. Conforme Macnicol, essa campanha fez parte de uma estratégia cuidadosamente planejada pela *Eugenics Society*⁷⁰, que consistia em três passos:

First, studies were to be conducted to provide clear proof that mental deficiency and other categories of "mild social inefficiency" that characterized individual in the social problem group had hereditarian basis, and then this evidence was to be deployed in such a way as to instill a "eugenic conscience" within political, scientific and public opinion. Second, an intensive campaign was to be directed at Parliament to achieve the passage of a bill legalizing voluntary sterilization of mental defectives only, subject to a host of safeguards that would **reassure public opinion that the measure was truly libertarian**. The final stage was the most controversial and could only have achieved once voluntary sterilization had been operating effectively for several years: **to secure the passage of legislation for the compulsory sterilization of all categories in the social problem group**⁷¹.

Medidas de caráter coercitivo esbarraram não só em noções de democracia e liberalismo, mas também de individualismo. Georges Schreiber, vice-presidente da Sociedade Eugénica Francesa deu voz a essa preocupação, que foi apoiada por outros eugenistas. Em discurso proferido em 1932, ele levantou a questão referente à intervenção estatal na vida privada dos indivíduos, questionando o direito do Estado de intervir na integridade de seus corpos em nome do bem da nação. Segundo Schreiber

⁶⁸ MACNICOL, John. The Voluntary Sterilization Campaign in Britain, 1918-39. **Journal of the History of Sexuality**, Vol. 2, No. 3, Special Issue, Part 2: The State, Society, and the Regulation of Sexuality in Modern Europe, p. 422-438, Jan. 1992, p. 423.

⁶⁹ SOLOWAY, Richard A. **Demography and degeneration: eugenics and the declining birthrate in twentieth-century Britain**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1995.

⁷⁰ MACNICOL, John. Eugenics and the Campaign for Voluntary Sterilization in Britain Between the Wars. **Social History of Medicine**, n. 2, p. 147-169, 1989.

⁷¹ Grifos meus. MACNICOL, John. The Voluntary Sterilization Campaign in Britain, 1918-39. **Journal of the History of Sexuality**, Vol. 2, No. 3, Special Issue, Part 2: The State, Society, and the Regulation of Sexuality in Modern Europe, p. 422-438, Jan. 1992, p. 428.

“[a] nation whose sentiment resents the power of the state to interfere with the individual will not be converted to obligatory sterilization by reasoning of any kind; this is why [eugenic] sterilization will probably never become firmly established in France”⁷².

Países de longa tradição católica encontraram igualmente empecilhos para políticas voltadas para o impedimento de casamentos, abortos e contracepção. A Igreja Católica sempre foi uma notória opositora desses princípios, principalmente aqueles que evitavam interromper ou evitar a gravidez. Embora nunca tenha se manifestado contrária a princípios de eugenia positiva, na década de 1930, o Papa Pio XI lançou a Encíclica *Casti Conubi*, na qual manifestava abertamente sua contrariedade à medidas eugênicas que interferissem na reprodução e nas uniões matrimoniais, uma vez feriam a santidade do casamento, das crianças e do Sacramento.

Ainda que essa condenação tenha sido dirigida a Estados que aplicaram essas medidas em nome de razões “médicas, sociais ou eugênicas”, é importante notar que a crítica não visava a Eugenia em si, mas sim por alguns dos meios utilizados por esta, como podemos ver nesse trecho da Encíclica:

What is asserted in favor of the social and eugenic "indication" may and must be accepted, provided lawful and upright methods are employed within the proper limits; but to wish to put forward reasons based upon them for the killing of the innocent is unthinkable and contrary to the divine precept promulgated in the words of the Apostle: Evil is not to be done that good may come of it⁷³.

Em geral, a contestação a medidas consideradas dentro do espectro da “eugenia negativa” – principalmente as que se relacionaram à restrição do matrimônio e à esterilização compulsória – vinha acompanhada de uma defesa em prol de políticas “positivas”, que repudiavam a eliminação dos indivíduos em favor de sua “regeneração” através de tratamentos médicos, aconselhamento ou mesmo de medidas educativas. Em alguns casos, havia também o incentivo de programas pró-natalistas, principalmente em

⁷² SCHREIBER, Georges. Actual Aspect of the Problem of Eugenic Sterilization in France. Citado em: TURDA, Marius. Crafting a healthy nation: european eugenics in historical context. In: TURDA, Marius (Ed.). **Crafting Humans: From Genesis to Eugenics and Beyond**. Göttingen: V&R unipress, 2013, p. 122-123.

⁷³ Encíclica *Casti Conubii*. Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/pius-xi/en/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19301231_casti-connubii.html]. Acessado em 25 de outubro de 2016.

países que, como a França, viam na diminuição crescente da população um perigo ao futuro e ao progresso da nação.

Muitos eugenistas viam essa atitude em prol de uma Eugenia de caráter positivo e “não-eliminacionista” como uma oposição à corrente “anglo-saxônica” (predominante nos Estados Unidos, Alemanha e países Escandinavos), cujos pilares principais se baseavam na promoção de uniões selecionados, restrições na procriação e nos casamentos e proteção contra a miscigenação racial. Tal corrente ficou conhecida como “Eugenia Latina”, e reunia defensores na América Latina, Itália, França, Espanha, Portugal e Romênia⁷⁴. Seu foco recaía em questões relacionadas à profilaxia de doenças conhecidas como “venenos raciais” – tuberculose, lepra, sífilis, alcoolismo, tidos causas principais de invalidez, degeneração e aniquilação da raça nacional; cuidados maternos pré e pós parto; proteção da infância; educação higiênica; diminuição das taxas de mortalidade infantil, melhoria das condições de saúde da população em geral.

Embora tenham retirado dessa oposição sua identidade, não quer dizer que os eugenistas anglo-saxões não tenham defendido igualmente medidas de caráter positivo e nem que os eugenistas latinos tenham repudiado de todo a eugenia negativa. Bem pelo contrário. O apoio de ambas correntes esteve presente em ambos os lados, e o debate relativo à qual tipo política eugênica deveria ser prioritária – ou seja, negativa ou positiva – foi bastante acirrado até 1945, nunca tendo sido resolvido de maneira satisfatória entre seus opositores.

A negação de ideias de superioridade e hierarquia racial não tornava a Eugenia menos “legítima”. Afinal, ao contrário do que por muito tempo se acreditou, a Eugenia nunca esteve obrigatoriamente ligada à questão racial. Embora o racismo tenha consistido em uma parte importante do pensamento eugênico, os projetos de intervenção eugênica tiveram como alvo, em sua maioria, indivíduos “degenerados” ou portadores de algum mal que representava algum tipo de ameaça à saúde da população. Conforme observaram Bashford e Levine:

Eugenics and racism become almost interchangeable terms, but the association is perhaps too simplistic. Historical work on eugenics shows that much, if not the most, eugenic intervention was directed at “degenerates”

⁷⁴ TURDA, Marius; GILLETTE, Aaron. **Latin Eugenics in Comparative Perspective**. London: Bloomsbury Academic, 2014.

who already “belonged” racially or ethnically”: “internal threats” or “the enemy within”, whose continued presence diluted the race⁷⁵. In the Third Reich, the prime target for sterilization and euthanasia was the disabled or “feble-minded” German, rather than the foreigner. For Australian lawmakers, it was the English insane who were to be excluded, through immigration restriction statutes and their eugenic clauses. In twentieth-century South Africa, as Saul Dubow shows, eugenics was often a battle over whiteness. In some American states, sterilization of whites was a critical procedure, a means of stabilizing respectable visions of whiteness in a changing demographic environment⁷⁶. To be sure, these were projects of racial nationalism and indeed racial purity⁷⁷ – eugenics was never *not* about race – but the objects of intervention, and the subjects to be “polluting”, were often not racial outsiders, but marginalized insiders whose very existence threatened national and class ideals. This was much a case in emergent states [...] as in nations with a longer history⁷⁸.

Se raça foi uma questão que mobilizou debates acirrados entre eugenistas, que debatiam se a raça era ou não um problema eugênico que deveria ser solucionado, a eliminação de certos indivíduos com base em outros critérios era quase consenso. Portadores de doenças hereditárias e metais, por exemplo, sempre foram alvos da Eugenia, e a sua inclusão na agenda eugênica não chegou a ser objeto de controvérsia, tal qual a questão racial.

O caso brasileiro apresenta exemplos interessantes com relação a esse quesito. Edgard Roquette-Pinto, médico e antropólogo do museu nacional, dedicou uma parte importante de seus escritos para demonstrar que a raça não era causa da inferioridade brasileira, não necessitando que houvesse uma intervenção eugênica nesse sentido. De

⁷⁵ Aqui as autoras se referem à raça como sinônimo de “população nacional”.

⁷⁶ Nos Estados Unidos, os eugenistas utilizavam o termo “white trash” para se referir a população branca considerada “inferior” e “degenerada”. Em geral, acreditava-se que carregavam estigmas da pobreza, que era vista por alguns autores como mal hereditário, criminalidade e baixa capacidade intelectual. Vários desses grupos considerados “white trash” foram alvo de medidas de esterilização compulsória. Ver: BLACK, Edwin. **A Guerra contra os fracos: a eugenia e a campanha norte-americana para criar uma raça superior**. São Paulo: A Girafa Editora, 2003. Um dos casos mais emblemáticos foi o julgamento de Carrie Buck, conhecido como caso *Buck v. Bell*. Sobre o julgamento, ver: BLACK, Edwin. **A Guerra contra os fracos: a eugenia e a campanha norte-americana para criar uma raça superior**. São Paulo: A Girafa Editora, 2003. GOULD, Stephen Jay. A filha de Carrie Buck. In: **O sorriso do flamingo: reflexões sobre história natural**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

⁷⁷ A ideia de raça nos séculos XIX e XX foi bastante plural, contendo vários significados. Quando Bashford e Levine se referem ao fato de que “eugenics was never *not* about race”, é preciso ter em mente essa amplitude de significados. Ou seja, embora nem sempre as ideias de raça enquanto diferentes “espécies” de humanos ou mesmo tipos antropológicos estiveram presentes na discussão, a ideia de raça como “população nativa” era bastante utilizada. Essas distinções serão tratadas de maneira mais aprofundada no capítulo seguinte. Sobre a amplitude de significados do termo raça, recomendamos a leitura de: APPELBAUM, Nancy; MACPHERSON, Anne S.; ROSEMBLATT; Karin Alejandra. **Race & Nation in Modern Latin America**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2003.

⁷⁸ BASHFORD, Alison; LEVINE, Phillipa. Introduction: Eugenics and the Modern World. In: BASHFORD, Alison; LEVINE, Phillipa (Orgs.). **The Oxford Handbook of the History of Eugenics**. New York: Oxford University Press, 2010.

acordo com ele, a ideia de que haveria uma hierarquia entre diferentes tipos raciais era bastante questionável. Tampouco acreditava que a miscigenação gerava indivíduos inferiores, que carregavam em sua constituição os mais diversos tipos de taras e degeneração, tal qual defendiam autores como Oliveira Vianna, Renato Kehl e Azevedo Amaral. Em *Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil*, afirmava que suas pesquisas haviam demonstrado que os mestiços não se mostraram, em nenhum quesito, inferiores aos brancos. Os traços de degradação da população miscigenada não deveriam ser buscados, em sua opinião, na constituição somática dos indivíduos nem nos cruzamentos raciais da qual eram fruto, mas sim nas condições de vida e ao ambiente ao qual estavam submetidos. Para ele, os problemas da população eram de ordem sociológica e política, e não racial⁷⁹.

Embora descartasse os pressupostos racistas defendidos por outros eugenistas, Roquette-Pinto não se opunha à Eugenia, tendo incorporado os pressupostos e as propostas da ciência de Galton em suas investigações antropológicas e na elaboração de seus projetos políticos. De acordo com Vanderlei Sebastião de Souza, Roquette-Pinto acreditava que o conhecimento eugênico não seria apenas uma ferramenta útil para a caracterização hereditária das raças, como também uma técnica fundamental que levaria ao aperfeiçoamento progressivo da humanidade. Para o médico, leituras como a de Renato Kehl, que propunha medidas que impediam a imigração com base na raça e desencorajavam o casamento e a procriação entre pessoas de tipos raciais diferentes, advinha de mal-entendidos e não eram compatíveis com o que propunha a “verdadeira ciência”⁸⁰.

Edgard Roquette-Pinto acreditava que o melhoramento da espécie deveria incluir medidas como o incentivo ao matrimônio e à reprodução entre casais biologicamente bem constituídos e portadores de “qualidades pessoais relevantes”, capazes de gerar uma prole saudável. Ao mesmo tempo, alertava para a necessidade de “retardar a procriação dos mais fracos”. O casamento tardio entre “indesejáveis”, em sua opinião, tinha como efeito “diminuir de modo assombroso a prole global dos inferiores”,

⁷⁹ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. 2011, 382f. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2011, p. 217.

⁸⁰ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. 2011, 382f. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2011, p. 305.

devendo ser imposto àqueles que não possuíam qualidade hereditárias capazes de melhorar a espécie⁸¹.

Essa tensão foi algo permanente dentro da Eugenia em diversos países. A ideia de que raça no sentido biológico pudesse, por si só ser um problema foi algo bastante discutido, e eugenistas travaram inúmeros debates sobre o assunto. Essa polêmica foi bastante duradoura, tendo ultrapassado o período comumente atribuído para o descarte de tais teorias.

Autores como Alison Bashford, Daniel Kevles e Richard Soloway argumentam que, por volta da década de 1940, a Eugenia havia, cada vez mais, rejeitado teorias racistas em favor de uma linha mais “reformista”, conhecida como “*reform eugenics*”⁸², tendo no biólogo Julian Huxley um dos seus principais defensores⁸³.

No entanto, Gavin Schaffer demonstra que, ainda que as ideias de pureza e as tentativas de homogeneização racial tenham, de fato, sido questionados nas décadas de 1930 e 1940, isso não abalou a crença de que as raças ainda possuíam diferentes habilidade intelectuais e que certas etnias eram mentalmente inferiores a outras. Mesmo na linha “reformista”, assumida por instituições como a *British Eugenics Society*, podemos notar uma relutância dos autores em abandonar completamente teorias que estabeleciam diferenças raciais inerentes.

Um exemplo que ilustra bem essa questão pode ser visualizado na análise que Schaffer faz do manifesto *We Europeans*. A obra, publicada em 1935 com o intuito de apresentar uma crítica contundente à ideia de que o conceito de raça pudesse ser aplicado aos seres humanos, dado ao excesso de subjetividade e falta de rigor científico das discussões sobre o assunto na época, deixa transparecer, em vários momentos, a incerteza e a confusão com que tais propostas de abandono completo das teorias racistas traziam.

⁸¹ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. 2011, 382f. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2011, p. 228.

⁸² BASHFORD, Alison. Internacionalism, Cosmopolitanism, and Eugenics. In: BASHFORD, Alison; LEVINE, Phillipa (Orgs.). **The Oxford Handbook of the History of Eugenics**. New York: Oxford University Press, 2010. KEVLES, Daniel. **In the Name of Eugenics: Genetics and the Use of Human Heredity**. Harvard University Press, 1995. SOLOWAY, Richard. From Mainline to Reform Eugenics – Leonard Darwin and C. P. Blacker. In: PEEL, Robert A. (Ed.). **Essays in the History of Eugenics**. London: The Galton Institute, 1997.

⁸³ Julian Huxley também era defensor da Eugenia, tendo sido membro ativo da Eugenics Society e ocupando o cargo de diretor da instituição na década de 1950.

Embora tenha sido identificado como sendo de autoria de Julian Huxley, do antropologista Alfred Cort Haddon e do eugenista e cientista social Alexander Carr-Saunders, *We Europeans* foi escrito por um grupo maior de cientistas e intelectuais, como os médicos Charles Singer e Charles Seligman. Utilizado para debilitar o uso e as definições sobre raça empregadas pelo regime nazista, o texto criticava projetos orientados por teorias de diferença racial, argumentando que projetos cujas ações tinham em conta sua classificação de forma desigual eram injustos, politicamente indesejáveis e não seguiam nenhum método científico confiável. Os autores explicavam que a variabilidade humana não era somente desejável, como também deveria ser incentivada. Sendo assim, qualquer tentativa de uniformizar ou obter uma pretensa “pureza” de qualquer “raça”, nacionalidade ou etnia, ou mesmo de exterminar qualquer grupo humano resultaria, a longo prazo, exatamente no oposto daquilo que os defensores do racismo buscavam, isto é, o progresso da espécie.

Para Gavin Schaffer, uma análise mais minuciosa do texto, combinada com as correspondências escritas pelos redatores do texto na época de sua elaboração demonstram que as objeções levantadas ao uso do termo raça são mais limitadas e ambíguas do que parecem à primeira vista:

For one thing, *We Europeans* did not go as far as to suggest that different populations were in any way equal and in fact defended the idea that racial mental differences existed between different peoples. The authors concluded (regarding the notion that some ethnic groups were mentally inferior): ‘These objections undoubtedly have some validity’. The critique of race in *We Europeans* was grounded in scientific uncertainty. The point made was not that racial differences did not exist between populations, but that science at its present stage was not capable of providing any definitive judgements about race and its effects. Thus *We Europeans* contended not that all disparities between groups were cultural/environmental, but only that it was impossible to draw with any certainty a line between those differences which were cultural and those which were inherent⁸⁴.

Essa mesma ambivalência é demonstrada com relação a questões ligadas à miscigenação. Embora os autores do manifesto tenham atacado a precisão factual dos estudos que condenavam a mistura racial, eles não se arriscaram a ir tão longe e afirmar que tal mescla estava livre de problemas. Conforme Schaffer,

⁸⁴ SCHAFFER, Gavin. **Racial Science and British Society, 1930-1962**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008, p. 38

Referring to the ‘question of the biological results of wide crosses’ (which should be read as a euphemism for the sexual mixing of white Europeans with black non-Europeans) the authors recorded that it was ‘extremely difficult to come to any firm conclusion’ as to the effects. Nonetheless, *We Europeans* did entertain the idea that ‘very wide crosses may give biologically “disharmonic” results in later generations, by producing ill-assorted combinations of characters’. Whilst asserting that issues of race mixture were not primarily about race but ‘nationality, class or social status’, *We Europeans* did not argue that there was nothing wrong with ‘miscegenation’. In fact, the authors concluded that whilst the racial mixing of wide crosses ‘might conceivably be a good thing’, there was ‘a limit to the amount of foreign stock which can be taken up by a nation in a given time’ and that ““racial crossing” may be inadvisable, but chiefly because the ethnic groups involved happen to be in different national worlds or different cultural levels’⁸⁵.

Essa ambiguidade não passou despercebida pelos leitores da obra. O médico e antropologista Cedric Dover, em artigo escrito para a *Nature*, criticou a fragilidade das posições assumidas pelos redatores do *We Europeans* com relação à miscigenação. Acrescentou, ainda, de maneira irônica: “It rather seems as if Dr. Huxley suddenly remembered the manifesto of the Eugenics Society and his position on its council”⁸⁶.

Dover referia-se às opiniões manifestadas por Huxley em suas conferências dentro da *Eugenics Society*. Assim como em *We Europeans*, o biólogo conciliava uma oposição frontal à ideia de pureza racial, ao mesmo tempo que defendia que as diferenças físicas e psicológicas entre os seres humanos possuíam uma certa ligação com as características observadas na raças primitivas do homem. O artigo intitulado *Aryan Racial Myth Exploited*, publicado no periódico *San Francisco Examiner* em 1938, demonstra bem essa ambiguidade nas posições de Huxley. Juntamente com afirmação de que “the whole of racialism as a doctrine, whether Nazi or Fascist, whether British or American, is a myth...[that]... becomes particularly dangerous when it receives official support and becomes sacrosanct orthodoxy”, ele sugeria que negros e indígenas eram “menos avançados” em termos civilizacionais e intelectuais que os brancos:

There is first the undoubted fact we have mentioned, that different peoples are not alike. There are physical and temperamental differences. There are also differences in achievement. No Negro people ever invented ploughing, written language or stone architecture. White men are the most advanced in

⁸⁵ SCHAFFER, Gavin. **Racial Science and British Society, 1930-1962**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008, p. 39.

⁸⁶ DOVER, Cedric apud SCHAFFER, Gavin. **Racial Science and British Society, 1930-1962**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008, p. 39.

science and material civilization (though the Japanese are threatening their supremacy). The American Indians do not rival the white invaders of their countries... It is probable that the primary races of man – black, white, yellow and brown – do differ inevitably and hereditarily, not only in their skin colour and other physical characters, but also in their temperament and their intellectual capacities. These differences, of course, will only be average ones; individually there is an enormous overlap in all mental qualities⁸⁷.

Apesar da hostilidade aos ideais de pureza racial da Eugenia alemã, Huxley, assim como outros eugenistas, não abandonaram a ideia de que havia uma hierarquia entre os seres humanos, havendo aqueles que, devido a qualidades inatas poderiam ser considerados superiores, e aqueles que eram inferiores. Para além das diferenças raciais, os eugenistas nas décadas posteriores à 1940 continuaram vendo certos tipos de diferenças entre os humanos como algo negativo e capaz de comprometer a qualidade da espécie como um todo. Sendo assim, a Eugenia continuava como uma proposição viável para melhoria humana, de forma a eliminar fatores que pudessem impedir o progresso biológico da humanidade. A ideia de que pessoas portadoras de certos traços, deficiências e determinadas doenças se transformariam não só num perigo, mas também um fardo para a sociedade continuava bastante viva.

Um exemplo de como a Eugenia continuava ativa pode ser observado no manifesto *UNESCO: It's purpose and philosophy*, escrito em 1946 por Julian Huxley, primeiro diretor geral da *United Nations Educational Scientific and Cultural Organization* (UNESCO). Nesse documento fundador, o biólogo atribuía à Eugenia um papel essencial dentro das incumbências da recém fundada organização:

To adjust the principle of democratic equality to the fact of biological inequality is a major task for the world, and one which will grow increasingly more urgent as we make progress towards realizing equality of opportunity. To promote this adjustment, a great deal of education of the general public will be needed as well as much new research; and in both these tasks Unesco can and should co-operate.

This does not mean, of course, that Unesco should aim at labeling, docketing, or dragooning humanity. It means that it should encourage all studies and all methods which can be used to ensure that men find the right jobs and are kept away from the wrong jobs - to ensure that individuals find outlets satisfying to their temperament, and work appropriate to their talents, while at the same time ensuring that society is not overburdened with people in positions for which they are inadequate or, still worse, which they are likely to abuse.

⁸⁷ HUXLEY, Julian apud SCHAFFER, Gavin. **Racial Science and British Society, 1930-1962**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008, p. 42.

Biological inequality is, of course, the bedrock fact on which all of eugenics is predicated. But it is not usually realized that the two types of inequality have quite different and indeed contrary eugenic implications. The inequality of mere difference is desirable, and the preservation of human variety should be one of the two primary aims of eugenics. **But the inequality of level or standard is undesirable, and the other primary aim of eugenics should be the raising of the mean level of all desirable qualities.** While there may be dispute over certain qualities, there can be none over a number of the most important, such as a healthy constitution, a high innate general intelligence, or a special aptitude such as that for mathematics or music.

At the moment, it is probable that the indirect effect of civilization is dysgenic instead of eugenic; and in any case it seems likely that the dead weight of genetic stupidity, physical weakness, mental instability, and disease-proneness, which already exist in the human species, will prove too great a burden for real progress to be achieved. Thus even though it is quite true that any radical eugenic policy will be for many years politically and psychologically impossible, it will be important for Unesco to see that the eugenic problem is examined with the greatest care, and that the public mind is informed of the issues at stake so that much that now is unthinkable may at least become thinkable⁸⁸.

Duas importantes observações devem ser feitas sobre o manifesto e o contexto de sua produção e recepção. Primeiro, conforme observou Bashford, é que, no período em que o texto foi publicado, isto é, após o final da Segunda Guerra e queda do regime nazista, as declarações de Huxley sobre Eugenia geraram menos controvérsia do que sua posição referente à questões como controle de natalidade e controle populacional. Segundo Alison Bashford:

That's not because his milieu advocated or secretly harbored predilections for a eugenic race science. It is because Huxley and many of his contemporaries saw no *necessary* relation between eugenics and projects of racial purity with which eugenics later become closely associated: indeed, they were quite open advocates of eugenics' continuance and its social and scientific value⁸⁹.

A partir desse apontamento, decorre nosso segundo ponto, ou seja: diferente do que alguns autores costumam apontar, a eugenia não entrou em descrédito após a Segunda Guerra, devido à sua associação com as experiências nazistas e à Solução Final adotada a partir de 1939 e que levou ao extermínio de centenas de milhares de pessoas. No entanto, como podemos ver, os próprios defensores da Eugenia não pareciam ver problemas em defender abertamente suas ideias. Dentro da própria ONU, da qual a

⁸⁸ Grifos meus. HUXLEY, Julian. **UNESCO: It's purpose and philosophy.** Disponível em : [http://unesdoc.unesco.org/images/0006/000681/068197eo.pdf]. p. 21.

⁸⁹ Grifos da autora. BASHFORD, Alison. Internacjonalism, Cosmopolitanism, and Eugenics. In: BASHFORD, Alison; LEVINE, Phillipa (Orgs.). **The Oxford Handbook of the History of Eugenics.** New York: Oxford University Press, 2010, p. 163.

UNESCO fazia parte, a questão eugênica era amplamente discutida em outros departamentos. Alva Myrdal, chefe da Social Science Division (departamento da UNESCO) e mais tarde ganhadora do Nobel, liderou um projeto na década de 1950 que investigava a relação entre fertilidade e inteligência⁹⁰. O estudo, intitulado *Differential fertility and its effects on the intelligence of the population stock*, foi uma das principais contribuições da UNESCO à World Population Conference, realizada em Roma e apoiada pela ONU no ano de 1954. A equipe selecionada por Myrdal para trabalhar em sua pesquisa contava com alguns dos principais cientistas que estudavam Eugenia e Genética no período. Cedric Oswald Carter, secretário da *Eugenics Society* de Londres, foi nomeado pela World Federation of Health para participar desse mesmo comitê. John Alexander Fraser Roberts, médico geneticista e cujos trabalhos sobre hereditariedade em seres humanos levaram-no a ser um dos pioneiros na área de aconselhamento e planejamento genético, também auxiliou no estudo. Frederik Osborn, que mais tarde lançaria o periódico *Eugenics Quarterly* também foi convidado, mas não pode participar. Conforme Bashford, os trabalhos do grupo retornavam (ou ao menos representavam uma continuidade) ao que chamou de “projeto eugênico original”: “class-based studies on differential fertility and intelligence”⁹¹.

Também não é correta a afirmação de que os periódicos e sociedades eugenicas teriam mudados seus nomes após 1945. Como vimos, a Eugenia continuou a ser abertamente defendida nas décadas seguintes, e muitos periódicos voltados para o estudo da ciência eugênica continuaram a ser publicados após 1945, bem como novas revistas do gênero continuaram a ser criadas, sem que o nome “Eugenia” deixasse de ser estampado em seus títulos. Entre eles, podemos citar a antes mencionada *Eugenics*

⁹⁰ Um fato que comumente passa despercebido por aqueles que não tem familiaridade com a história da Eugenia é que assuntos envolvendo capacidade mental e inteligência foram quase que uma obsessão entre alguns eugenistas. O próprio Galton dedicou parte de seus escritos ao assunto, argumentando que inteligência e genialidade eram traços hereditários. Desse interesse, nasceram várias pesquisas e métodos para mensuração da capacidade intelectual dos indivíduos. Sobre as concepções de Galton, ver: GALTON, Francis. **Inquiries into Human Faculty and Its Development**. Disponível em: <<http://galton.org/>>. GALTON, Francis. **Hereditary Genius: an inquiry into its laws and consequences**. Disponível em: <<http://galton.org/>>. KEVLES, Daniel J. **In the name of Eugenics: genetics and the uses of human heredity**. New York: Harvard University Press, 1995. BOWLER, Peter. **The Mendelian Revolution: The Emergence of Hereditarian Concepts in Modern Science and Society**. London: Athlone Press, 1989. Sobre a questão da inteligência dentro da Eugenia, ver: BLACK, Edwin. **A Guerra contra os fracos: a eugenia e a campanha norte-americana para criar uma raça superior**. São Paulo: A Girafa Editora, 2003. GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martin Fontes, 2003. Ver também: DEGLER, Carl N. **In Search of Human Nature: The Decline and Revival of Darwinism in American Social Thought**. Nova York: Oxford University Press, 1991.

⁹¹ BASHFORD, Alison. Internacjonalism, Cosmopolitanism, and Eugenics. In: BASHFORD, Alison; LEVINE, Phillipa (Orgs.). **The Oxford Handbook of the History of Eugenics**. New York: Oxford University Press, 2010, p. 163.

Quarterly, cujas publicações iniciaram em 1954, ou mesmo a *Bulletin of the Eugenics Society*, criado em 1969. Enquanto a primeira manteve o mesmo nome até 1969, a segunda permaneceu com o mesmo título até 1983, quando se tornou *Biology and Society: The Journal of Eugenics Society*, e assim manteve-se até a sua extinção na década de 1990. Outro exemplo é a *Eugenics Review* (1909-1968), que continua sua publicação até hoje como *Journal of Biosocial Science*. Além disso, a Sociedade Eugênica da Inglaterra continua oferecendo seminários regulares e publicando volumes sobre questões relacionadas à questão populacional⁹².

Além disso, muitas das leis eugênicas aprovadas no início do século XX continuaram em vigor mesmo depois de terminada a Segunda Guerra, tendo sido somente revogadas em meados da década de 1970. Nos Estados Unidos, por exemplo, vários estados mantiveram suas legislações eugênicas pós 45. Entre eles, podemos citar a Califórnia (1979), North Carolina (embora o *Eugenics Board* tenha sido dissolvido em 1977, as leis de esterilização compulsória só foram banidas em 2003) e Virginia (1967). No Canadá, as províncias de Alberta e British Columbia só revogaram essas leis em 1972 e 1973, respectivamente. Na Suécia, elas continuaram ativas até 1975. Casos similares foram verificados na Noruega, Austrália, Dinamarca, Finlândia e Bélgica. Por mais que o número de esterilizações compulsórias tenha caído após a década de 50, elas continuaram acontecendo. Além disso, outros países como a China, Japão e África por exemplo, continuaram aplicando medidas eugênicas até o final da década de 1990⁹³.

1.1.2 – Eugenia e genocídio: uma associação não tão óbvia.

Durante muito tempo, a história da Eugenia esteve intimamente associada ao Nazismo que, em sua busca incessante por uma raça superior, composta por uma

⁹² BASHFORD, Alison. Epilogue: Where did eugenics go?. In: BASHFORD, Alison; LEVINE, Phillipa (Org.). **The Oxford Handbook of the History of Eugenics**. New York: Oxford University Press, 2010, p. 542.

⁹³ BASHFORD, Alison; LEVINE, Phillipa (Org.). **The Oxford Handbook of the History of Eugenics**. New York: Oxford University Press, 2010. ROY, Ashwin et al. “The Human Rights of Women with Intellectual Disability.” **Journal of the Royal Society of Medicine**, v. 105, n. 9, p. 384-389, 2012. Disponível em: < <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3439660/>>. Acessado em: 13 de outubro de 2015.

população ariana, livre de elementos inferiores e disgênicos, não exitou em utilizar práticas de esterilização compulsória e extermínio em massa como meios de obter tão desejada purificação racial. Embora tal visão tenha sido reforçada por inúmeros estudos, principalmente na década de 1980⁹⁴, ainda hoje essa ligação permanece presente não só no imaginário popular, mas também de forma residual no trabalho de historiadores que hoje estudam o tema⁹⁵.

Tal relação, que equiparava a eugenia a praticas nazistas - de forma que elas praticamente tornaram-se sinônimos - funcionou de forma bastante problemática, prejudicando e limitando as análises com relação a adoção e difusão da ciência eugênica. Primeiro porque essa visão aponta uma espécie de “quebra” na cronologia do pensamento eugênico, ocultando a continuidade das propostas pró-Eugenia nos períodos anteriores e posteriores aos regimes fascistas europeus. Com isso, perde-se de vista a permanência de questões anteriores à ciência nomeada e popularizada por Francis Galton e que continuaram a ser discutidas após o término da Segunda Guerra, principalmente no que diz respeito à capacidade de inúmeras áreas do conhecimento de criar explicações para as diferenças entre diferentes povos ou mesmo entre indivíduos, estabelecendo parâmetros de normalidade e anormalidade e, dessa forma, justificando a intervenção sobre as populações e seus corpos em nome de um bem coletivo.

Segundo porque, por um longo período, houve uma dificuldade em reconhecer a influência e a adoção da Eugenia em outros continentes que não o Europeu. Nesse caso, os trabalho de Nancy Stepan e Mark Adams contribuíram bastante ao demonstrar que tal ciência teve um alcance muito maior do que os casos mais notórios – ou seja,

⁹⁴ Sobre isso, ver: MOSES, A. DIRK; STONE, Dan. *Eugenics and Genocide*. In: BASHFORD, Alison; LEVINE, Phillipa (Orgs.). **The Oxford Handbook of the History of Eugenics**. New York: Oxford University Press, 2010.

⁹⁵ Essa associação que chamo de “residual” se deve ao fato de que a relação eugenia-nazismo funciona como um delimitador da história da Eugenia e de sua influência no restante do mundo. Isso se deve ao fato de muitos historiadores ainda defenderem a ideia de que a eugenia teria entrado em declínio em 1940, em razão de sua associação com o nazismo e a Solução Final. Esses autores argumentam que, devido ao descrédito que as teorias eugênicas teriam adquirido, muitas associações e periódicos teriam tirado a palavra “eugenia” de seus títulos, trocando-os por nomes que seriam mais simpáticos aos olhos da sociedade, como “genética” ou “hereditariedade” (ver, por exemplo: BLACK, Edwin. **A Guerra contra os fracos: a eugenia e a campanha norte-americana para criar uma raça superior**. São Paulo: A Girafa Editora, 2003). Nancy Stepan chega a afirmar qu e após a Segunda Guerra “a própria palavra palavra teria sido expurgada do vocabulário da ciência e do debate público”. STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005, p. 12. No entanto, tal visão já não é mais sustentada pelos trabalhos mais recentes. Conforme demonstrou a historiadora Alison Bashford, a Eugenia não deixou de ser defendida abertamente no período pós guerra. BASHFORD, Alison. Epilogue: Where did eugenics go?. In: BASHFORD, Alison; LEVINE, Phillipa (Org.). **The Oxford Handbook of the History of Eugenics**. New York: Oxford University Press, 2010, p. 542.

Inglaterra, berço da Eugenia e Alemanha. América Latina e Ásia (mesmo que representado apenas pela Rússia, no caso da obra organizada por Adams) passam, assim, a integrar o rol dos continentes que viram na ciência criada por Galton uma solução para os seus problemas⁹⁶. Nos últimos anos, tem crescido o número de análises focadas na Ásia, Oceania e África, bem como nos países da Europa Oriental, cujo interesse pela Eugenia parece ter sido negligenciado pelos historiadores em períodos anteriores.

Outro problema que decorre dessa associação é a classificação de teorias e as práticas eugênicas como “pseudocientíficas”, repudiadas por cientistas “sérios” e defendida apenas por meia dúzia de extremistas, situados na periferia dos campos científico e intelectual. Essa ideia, baseada em uma visão teleológica, acaba encobrindo não só o envolvimento e a participação de indivíduos proeminentes e reconhecidos nos círculos científicos, intelectuais e políticos dos mais diversos países na elaboração e divulgação da Eugenia, como ignora questões complexas sobre a natureza política assumida por algumas disciplinas e teorias científicas⁹⁷.

Autores como Dirk Moses, Dan Stone, Alison Bashford e Marius Turda também chamam atenção para os cuidados se deve ter ao vincular Eugenia e genocídio e Eugenia e raça. Embora esses dois termos sejam atribuídos como um desdobramento ou como parte essencial do pensamento eugenico – no caso do primeiro, como consequência direta da ampla adoção de teorias e práticas da *rassenhygiene*⁹⁸ na Alemanha – tais vínculos nunca aparecem de maneira constante ou mesmo obrigatória. Bem pelo contrário. Conforme destacaram Moses e Stone:

Closer inspection of the record also shows that eugenics did not necessarily lead to genocide, indeed that the relationship was highly contingent. Only those German racial hygienists who also subscribed to the “Aryan myth” targeted Jews, while others could find no scientific grounds for anti-Semitism. In other words, eugenics and anti-Semitism were not necessarily related, and the Holocaust was motivated more by the latter than the former. Moreover, as Alison Bashford and others have argued, eugenics need to be analytically distinguished from racism and even racial hygiene in order to properly understand historically significant transformations. Thus, the

⁹⁶ STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. ADAMS, Mark (Org.). *The Wellborn Science: Eugenics in Germany, France, Brazil, and Russia*. New York: Oxford University Press Inc., 1990.

⁹⁷ STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005, p.12.

⁹⁸ O termo, que significa “higiene racial”, foi utilizado pela primeira vez pelo eugenista alemão Alfred Ploetz na obra *Grundlinien einer Rassenhygiene*, publicada em 1885.

preoccupation with racial difference, so characteristic of the lead-up to World War I, was superseded or overlain by policy focus on supposedly inferior members of one's own "racial" population during the interwar period. Indeed, while German eugenicists began to advance arguments in favor of peace because they perceived World War I to have been "contra-selective" or "dysgenic", they became obsessed with the quality of their German stock. The problem was, according to the Social Democrat Alfred Grotjahn (1869-1931), "the army of beggars, alcoholics, criminals, prostitutes, psychopaths, epileptics, mental invalids, feeble-minded, and cripples", who were hindering the regeneration of the German people"⁹⁹.

Embora alguns eugenistas tenham – assim como os nazistas – defendido a esterilização e a eutanásia de grupos considerados disgênicos, classificar essas medidas como genocídio exige um exame cuidadoso deste conceito. O termo genocídio foi cunhado pelo jurista polonês Raphael Lemkin¹⁰⁰ em 1943 e utilizado pela primeira vez em seu livro *Axis Rule in Occupied Europe: Laws of Occupation - Analysis of Government - Proposals for Redress*, publicado em 1944:

By 'genocide' we mean the destruction of a nation or of an ethnic group. This new word, coined by the author to denote an old practice in its modern development, is made from the ancient Greek word *-genos* (race, tribe) and the Latin *-cide* (killing), thus corresponding in its formation to such words as tyrannicide, homicide, infanticide, etc. Generally speaking, genocide does not necessarily mean the immediate destruction of a nation, except when accomplished by mass killings of all members of a nation. It is intended rather to signify a coordinated plan of different actions aiming at the destruction of essential foundations of the life of national groups, with the aim of annihilating the groups themselves. Genocide is directed against the national group as an entity, and the actions involved are directed against individuals, not in their individual capacity, but as members of the national group¹⁰¹.

⁹⁹ MOSES, A. DIRK; STONE, Dan. Eugenics and Genocide. In: BASHFORD, Alison; LEVINE, Phillipa (Orgs.). **The Oxford Handbook of the History of Eugenics**. New York: Oxford University Press, 2010, p.193. Grifos dos autores.

¹⁰⁰ Sobre a obra de Raphael Lemkin, ver: MCDONNELL, Michael A.; MOSES, A. Dirk. Raphael Lemkin as historian of genocide in the Americas. In: **Journal of Genocide Research**, vol. 7, n. 4, p. 501-529, 2005. MOSES, A. Dirk. Raphael Lemkin, Culture, and the Concept of Genocide. In: BLOXHAM, Donald Bloxham; MOSES, A. Dirk (Eds). **The Oxford Handbook on Genocide Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2010. MOSES, A. Dirk. The Holocaust and World History: Raphael Lemkin and Comparative Methodology. In: STONE, Dan (Ed.). **The Holocaust and Historical Methodology**. New York and Oxford: Berghahn Books, 2012.

¹⁰¹ LEMKIN, Raphael. **Axis Rule in Occupied Europe: Laws of Occupation - Analysis of Government - Proposals for Redress**. Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, 1944, p. 80.

Em 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a *Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide*, na qual estabeleceu o genocídio como crime internacional, na qual as nações signatárias se comprometiam a prevenir e punir. Tanto na convenção da ONU, quanto na definição de Lemkin – que, aliás, serviram de inspiração para o documento das Nações Unidas, a noção de genocídio é vista somente como assassinatos em massa. Conforme Moses e Stone, Rapahel Lemkin listou pelo menos oito tipos de medidas governamentais que pudessem ser consideradas genocidas – duas das quais apresentavam viés eugênico. A primeira trata-se de políticas “biológicas” voltadas para a diminuição da taxa de natalidade de grupos nacionais que o autor classificou como “*non-related blood*”, ao mesmo tempo que incentivavam o aumento do número de grupos nativos (*related blood*). Entre os exemplos citados estão a restrição de casamentos, a separação de homens e mulheres com intuito de evitar reprodução, ou mesmo a subnutrição intencional de pais e mães. Já a segunda diz respeito a políticas de caráter “físico”, que buscavam comprometer intencionalmente a saúde dos grupos visados por esses projetos¹⁰².

Embora mais objetivas, as diretrizes da ONU se basearam em algumas dessas ideias propostas pelo jurista. De acordo com o artigo II, genocídio pode ser definido da seguinte maneira:

Genocide means any of the following acts committed with intent to destroy, in whole or in part, a national, ethnical, racial or religious group, as such:

- (a) Killing members of the group;
- (b) Causing serious bodily or mental harm to members of the group;
- (c) Deliberately inflicting on the group conditions of life calculated to bring about its physical destruction in whole or in part;
- (d) Imposing measures intended to prevent births within the group;
- (e) Forcibly transferring children of the group to another group.

Os itens (d) e (e) possuem, de fato, dimensões eugênicas. Entratanto, é importante notar que o genocídio apenas ocorre quando tais medidas são motivadas com

¹⁰² MOSES, A. DIRK; STONE, Dan. Eugenics and Genocide. In: BASHFORD, Alison; LEVINE, Phillipa (Orgs.). **The Oxford Handbook of the History of Eugenics**. New York: Oxford University Press, 2010, p. 193.

intenção de destruir total ou parcialmente um grupo “racial, étnico, nacional ou religioso”, conforme prevê a Convenção.

Tendo isso em vista, não podemos tratar o genocídio como uma consequência inevitável da Eugenia, uma vez que esta última não previa a destruição de nenhuma das categorias acima citadas. Casos de assimilação e absorção e segregação não entram dentro da categoria de genocídio, uma vez que a ideia de “genocídio cultural” não está prevista legalmente pela ONU, nem foi considerada como equivalente à por Raphael Lemkin. A linha fica menos clara quando se consideram políticas coloniais como as que aconteceram na Austrália, que visaram diminuir o número de povos aborígenes e de imigrantes e descendentes de asiáticos, causados pelo medo que essas populações ultrapassassem em número os habitantes caucasianos.

Como forma de evitar a miscigenação entre brancos, negros, aborígenes e asiáticos, e impedir o que acreditavam ser uma das razões do desaparecimento da população branca australiana e o comprometimento da “pureza racial” dos habitantes do país, os estados australianos *Northern Territory* e *Western Australia* adotaram uma série de políticas públicas nas décadas de 1920 e 1930 com o intuito de reverter esse quadro: a proibição de casamentos entre asiáticos e aborígenes, a remoção de crianças mestiças (chamadas de *half-castes*)¹⁰³ de suas famílias e realocadas em instituições onde pudessem ser criadas como crianças brancas, e as meninas casadas com homens brancos. Tais medidas iriam “depurar” o “sangue de cor”¹⁰⁴ ou “impuro” no curso de três ou quatro gerações¹⁰⁵.

Tal medida foi questionada por alguns dos eugenistas do país, uma vez que acreditavam que tais políticas de absorção seriam responsáveis por macular a pureza da “Australia branca”. Essa linha de pensamento também foi descartada pelo estado de Queensland, que preferiu seguir medidas de caráter segregacionista.

A acusação de genocídio referente a tais projetos adotados em *Northern Territory* e *Western Australia* foi feita em um inquérito governamental no ano de 1997, ocasionando um debate público intenso sobre a aplicabilidade do termo. Mesmo na

¹⁰³ As crianças resultantes da união entre descendentes de europeus e aborígenes eram classificadas como *half-castes*.

¹⁰⁴ Ou *black blood*.

¹⁰⁵ Tal processo era conhecido pela expressão *breeding out the black*. MOSES, A. DIRK; STONE, Dan. Eugenics and Genocide. In: BASHFORD, Alison; LEVINE, Phillipa (Orgs.). **The Oxford Handbook of the History of Eugenics**. New York: Oxford University Press, 2010, p. 198.

década de sua aplicação, os contemporâneos tinham poucas dúvidas de que tais políticas tinham por objetivo erradicar a população aborígine ao longo do tempo. No entanto, conforme colocam Stone e Moses, se essas mesmas medidas foram motivadas pela Eugenia, cuja preocupação maior estava relacionada à qualidade e a otimização da condição física e mental dos imigrantes brancos nesse período, é outra questão¹⁰⁶.

Não queremos, no entanto, negar que haja qualquer relação entre genocídio e Eugenia, já que é inegável que existem relações históricas significativas entre ambos. Primeiro porque a ideia de purificação racial presente dentro do discurso eugênico – e que em alguns resultou na defesa da eutanásia, do impedimento de casamentos e da esterilização compulsória – e a busca pela eliminação de grupos raciais considerados oficialmente “inimigos internos” andaram de mãos dadas e se alimentaram do mesmo reservatório de ideias. No entanto, ao contrário da segunda, a primeira não pode ser definida legalmente como genocídio.

Talvez onde haja mais aproximação entre Eugenia e Genocídio seja na busca por maior intervenção a nível populacional dentro dos Estados modernos. Embora não haja, obrigatoriamente, a necessidade de um Estado para que o genocídio ocorra, é bastante marcante no século XX a convergência entre políticas estatais de assimilação e esterilização eugênicas e da transformação de determinados grupos étnicos e raciais em alvos a serem eliminados, uma vez que a decisão da aplicação de ambas passam pelo aval das autoridades governamentais. Não é a toa que autores como Michel Foucault e Giorgio Agamben destacaram a relação modernidade-genocídio, modernidade-eugenia como sendo uma das expressões da biopolítica moderna¹⁰⁷. No entanto, é preciso ter em mente que, como destacamos, não se pode tratar o genocídio como uma espécie de consequência lógica e obrigatória da Eugenia, ainda mais tendo em vista a pluralidade e heterogeneidade que suas propostas apresentaram em diferentes locais, épocas e autores.

¹⁰⁶ MOSES, A. DIRK; STONE, Dan. Eugenics and Genocide. In: BASHFORD, Alison; LEVINE, Phillipa (Orgs.). **The Oxford Handbook of the History of Eugenics**. New York: Oxford University Press, 2010, p. 199.

¹⁰⁷ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. O par eugenia-modernidade e genocídio-modernidade também é desenvolvida por BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

1.2 – O desenvolvimento da Eugenia no contexto brasileiro

Durante o período republicano, desenvolveu-se no Brasil um intenso debate relacionado à nossa identidade enquanto povo e enquanto nação. Movidos por preocupações comuns, os intelectuais brasileiros ponderaram sobre a situação de atraso em que o Brasil se encontrava perante às nações desenvolvidas, e buscaram identificar quais seriam os entraves que impediam o progresso do país.

A ideia de que havia uma hierarquia entre as diferentes nações foi motivo de acirrado debate durante os séculos XIX e XX. Tais explicações, fossem elas baseadas em critérios de inferioridade/superioridade cultural, na dicotomia civilização/barbárie ou mesmo em teorias que colocavam a culpa dessa diferença na influência do clima ou na formação racial das populações nacionais, contribuíram para solidificar a noção de que os seres humanos podiam ser classificados de forma qualitativa e desigual, e que essa diferença podia se refletir no estágio de desenvolvimento e no grau de modernidade e progresso alcançado pela nação da qual esses indivíduos faziam parte.

A Eugenia se desenvolveu como uma parte intrínseca de tal *ethos* científico, cujas discussões marcaram o final do século XIX e o início do XX. Seus defensores tinham como meta a formulação uma doxologia de desenvolvimento racial capaz de englobar a humanidade como um todo. Ao mesmo tempo que tinham como fim a melhoria da espécie humana em sua totalidade, os eugenistas, por outro lado, foram capazes de conciliar tais ideias em concomitância com teorias que visavam, primeiramente, evolução de suas próprias nações, de forma a guiá-las à um futuro novo e promissor.

Por ser uma ciência que, desde sua origem, buscou extrapolar o simples debate teórico e se tornar uma disciplina com aplicação prática e capaz de intervir em questões sociais, econômicas e políticas, foi necessário que seus idealizadores pudessem ser capazes de transformar o debate eugênico em matéria de interesse público. Tendo isso em vista, os eugenistas, passaram a ver a si mesmos, segundo Turda, como “not merely as scientists in the narrow sense, but as champions of a new form of intellectual and cultural activity that sought to find a balance between scholarly detachment and political activism”¹⁰⁸.

¹⁰⁸ TURDA, Marius. **Modernism and Eugenics**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010, p. 19.

Sendo assim, é possível explicar porque os eugenistas não só no Brasil, como em outros países, não restringiram seus debates apenas às sociedades e conferências dedicadas exclusivamente ao assunto. Também ajuda a compreender porque pessoas que não faziam parte de tais círculos aderiram ao discurso eugênico, devido aos esforços de seus apoiadores em fazer de tal tópico uma questão de interesse comum.

Tal ideia é fundamental para expandir os estudos da Eugenia para além de determinados espaços específicos – no caso do Brasil, a Sociedade Eugênica e a Liga Brasileira de Higiene Mental – e buscar sua influência em lugares ou mesmo em autores que não eram associados a tais instituições. Somente assim é possível mapear o alcance que a ciência galtoniana ocupou entre os círculos intelectuais brasileiros e a aderência destes ao ideal eugênico. Também é aí que é possível perceber a oposição e as críticas que foram feitas a Eugenia, bem como as alternativas que foram apontadas em seu lugar.

Em virtude da tendência dos eugenistas em participar de diversas áreas do conhecimento e da sociedade, escolhemos classificá-los como intelectuais ao invés de cientistas propriamente ditos, uma vez que estes não se limitaram a apenas uma área de debate, mas também pelo fato de que nem sempre aqueles que defenderam a Eugenia participaram necessariamente dos círculos científicos – como foi o caso de Azevedo Amaral, por exemplo.

As discussões sobre eugenia abordaram um número amplo de questões como evolução, progresso e civilização, ideias que povoavam o imaginário das elites brasileiras durante um período em que se questionava o atraso brasileiro frente aos demais países. Essa “nova ciência” atraiu a atenção de inúmeros intelectuais e “homens de ciência” no Brasil, que acreditavam que a eugenia seria uma ferramenta capaz de desempenhar um importante papel no processo de construção de uma “outra” realidade nacional, oferecendo um meio de intervenção para retardar e reverter o processo de degeneração e declínio para o país se encaminhava. Dessa forma, a eugenia foi incorporada a projetos políticos e científicos que almejavam promover uma ampla reforma social, incluindo entre eles premissas médicas e ideais científicos relativos a trabalho, educação, urbanismo, higiene e civismo, na qual a a ciência galtoniana teria o

papel de melhorar não só o aspecto físico, mas também moral e mental da “raça nacional”¹⁰⁹.

Devido ao fato de que os eugenistas buscavam resolver problemas e oferecer respostas e soluções para questões que foram objeto de preocupação comum entre a intelectualidade brasileira - ou seja, o desafio de modernizar uma sociedade que, seja por seu clima, sua raça, ou mesmo pelo fato de ter recentemente saído de um regime monárquico e escravagista, era tida como atrasada e que não havia atingido os níveis ideais de civilização e progresso das nações modernas – foi possível que seu discurso se tornasse mais persuasivo e de fácil aderência.

Stella Bresciani chama atenção da importância desses “lugares comuns” de discussão, uma vez que eles atuam de forma a possibilitar a compreensão de informações e trocas de opiniões entre esses diferentes grupos, a partir de um denominador comum que permite que os indivíduos que debatem possam falar de lugares “diferentes”, possibilitando assim um melhor diálogo e comparações, a despeito da instabilidade e dos múltiplos deslocamentos das imagens e das representações que a constituem. Tal noção é desenvolvida por Myriam R. D’Allones, que define o conceito de lugar-comum como sendo algo que vai além dos “simples clichês e banalidades”, e que pertence a um fundo compartilhado de “ideias, noções, teorias, crenças e preconceitos, permitindo a troca de palavras, argumentos e opiniões sobre uma comunidade política efetiva”¹¹⁰.

Questões como o problema da indefinição da identidade nacional, do desconhecimento do território e da população que aqui vivia, bem como os diagnósticos de degeneração que apontava um futuro incerto para o Brasil, foram abordadas pelos defensores da Eugenia. Além de oferecer uma forma efetiva para o conhecimento e identificação dos males que atingiam a nação e seu povo através do uso do conhecimento científico e da expertise técnica, a Eugenia também apresentava-se como um antídoto para a degeneração populacional – fosse ela causada pelo clima, por fatores ambientais, pela raça ou ainda pelas inúmeras doenças e epidemias que atingiam

¹⁰⁹ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 146-166, jul/dez 2010, p. 146.

¹¹⁰ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 40-41. A obra citada por Bresciani, na qual D’Allones desenvolve a ideia de lugar comum é a seguinte: D’ALLONES, Myriam R. *Le dépérissement de la politique: généalogie d’un lieu commun*. Paris: Aubier, 1999.

principalmente os brasileiros que viviam no interior. Como bem demonstrou Turda, “the eugenic tropes of rejuvenation and improvement were used as counterweight to racial and social degeneration, indicating the overlapping between the protection of the individual body and that of the national community”¹¹¹.

Ao englobar ideias sociais, culturais, políticas e biológicas, a Eugenia buscou redefinir a noção de indivíduo e de comunidade nacional de acordo com leis científicas, fossem elas fruto de discussões sobre hereditariedade ou mesmo sobre evolução humana. Os eugenistas brasileiros, assim como muitos de seus colegas de outros países, apostaram na intervenção estatal como forma de garantir o sucesso de seus programas de regeneração e melhoria do país e de sua população. Eugenistas brasileiros como Renato Kehl, Octávio Domingues, Juliano Moreira, Gustavo Riedel, Júlio Porto-Carrero, assim como Galton, Ploetz¹¹², Madrazo¹¹³ e outros de seus contemporâneos, acreditavam firmemente na ideia de que as funções regulatórias do Estado seriam capazes de assegurar não só o controle e a disciplina sociais, mas também atuariam no sentido de disponibilizar mecanismos para que os indivíduos considerados eugênicos pudessem se reproduzir e se desenvolver dentro da sociedade.

Considerando que, para muitos dos eugenistas, a viabilidade do projeto eugênico dependia de uma reformulação na organização e nas instituições estatais, não é estranho que estes tenham buscado em autores que, em seus escritos, tenham conceituado e legitimado a autoridade do Estado como princípio administrativo e político da sociedade.

¹¹¹ TURDA, Marius. **Modernism and Eugenics**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010, p. 26. Embora a noção de rejuvenescimento não se aplique ao Brasil, uma vez que a maioria dos intelectuais do período via a nossa nação não como uma entidade antiga, mas como algo em processo de formação, a observação de Turda ainda se aplica, uma vez que tais projetos tinham como fim reverter um processo de degeneração em andamento.

¹¹² Alfred Ploetz (1860 – 1940), médico alemão, foi um dos principais promotores da teoria da *Rassenhygiene* (higiene racial). O termo, cunhado pelo autor, foi descrito pela primeira vez em sua obra *Grundlinien einer Rassenhygiene*, publicada em 1904. Em 1904, juntamente com o geneticista Fritz Lenz, criou o periódico *Archiv für Rassen-und Gesellschaftsbiologie*, tendo o último como seu editor chefe. Em 1905, fundou a *De Berliner Gesellschaft für Rassenhygiene*, que em 1907 mudaria seu nome para *International Society for Racial Hygiene*. Ploetz tornaria-se Doutor honorário pela Universidade de Munich em 1930. Devido ao seu apoio ao Partido Nazista, foi nomeado, juntamente com os eugenistas Fritz Lenz, Ernst Rüdin e Hans F.K. Günther como integrante do Comitê Consultivo de Especialistas para Política Poluplacional e Racial, que tinha por objetivo auxiliar os nazistas na implementação e aplicação da leis referentes à questões raciais e eugênicas. No ano de 1936, foi indicado por Hitler a uma vaga de professor. No ano seguinte, filiar-se ao Partido Nazista.

¹¹³ Enrique Diego Madrazo y Azcona (1850-1942), médico eugenista espanhol. Sobre sua obra e suas ideias, ver: CLEMINSON, Richard. “A century of civilization under the influence of eugenics”: Dr. Enrique Diego Madrazo, socialism and scientific progress. **Dynamis: Acta hispanica ad medicinae scientiarumque historiam illustrandam**, v. 26, p. 221-251, 2006.

Oliveira Vianna, Alberto Torres e Azevedo Amaral foram grandes referências quando o assunto era a defesa de um Estado central e forte. Além disso, suas críticas ao modelo liberal também foram um atrativo para os defensores de medidas eugênicas coercitivas, uma vez que os princípios de liberdade individual constituíam-se em um obstáculo para a aplicação de políticas públicas que visassem o controle da reprodução, impedimento de casamentos, restrições à imigração, segregação de portadores de doenças mentais em instituições próprias, o isolamento de pacientes com doenças contagiosas em hospitais, etc. Mesmo aqueles que repudiaram algumas práticas da eugenia negativa repudiavam a descentralização e o artificialismo das ideias liberais. Afinal, concordavam com a noção de que somente um Estado organizado, centralizado, orgânico e adaptado à nossa realidade seria capaz de erradicar os males do passado e controlar os processos sociais de mudança. Para autores como Oliveira Vianna, por exemplo, o aparelho estatal seria o responsável pela formação do povo brasileiro¹¹⁴.

Abordaremos nos próximos capítulos, de forma mais aprofundada, como os quatro autores que serão objeto de nossa análise – Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Belisário Penna e Renato Kehl conciliaram seus desejos de formação de um novo povo sob os desígnios de um Estado autoritário. Por hora, iremos tratar de como a Eugenia se desenvolveu no Brasil.

1.2.1 – Primeiros trabalhos

Após ter sido cunhado por Francis Galton, o termo Eugenia rapidamente se disseminou, tendo sido utilizado por inúmeros autores a partir daí. No Brasil, os primeiros trabalhos publicados que se dedicaram a discutir exclusivamente o tema datam da década de 1910.

O filólogo João Ribeiro, membro da Academia Brasileira de Letras, foi um dos primeiros a sugerir que se utilizasse o vocábulo eugenia como tradução para *eugenics*. Conforme discutiria, anos mais tarde, em um artigo publicado no *Boletim de Eugenia*, que a escolha se devia ao termo ser o “mais conforme a índole da nossa língua”, além de

¹¹⁴ SANTOS, Ricardo Augusto. **Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do Eugenismo em Renato Kehl (1917-37)**. Niterói: UFF, 2008. 257f. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 35.

ser mais eufônico e mais característico que “eugenética” ou “eugenica”, conforme propuseram alguns gramáticos brasileiros na época em que foi publicado o texto ou mesmo “aqueles que, nesse ponto, seguem a lição inglesa desde Galton”¹¹⁵.

Em 1912, Horácio de Carvalho publicaria um artigo no jornal *O Estado de São Paulo*, discutindo as primeiras considerações gerais sobre a organização e as ideias eugênicas na Inglaterra.

No ano de 1913, na cidade de Salvador, o médico Alfredo Ferreira de Magalhães, Diretor do Instituto de Proteção e Assistência à Infância e professor da Faculdade de Medicina, da Bahia, realizou a primeira conferência sobre eugenia realizada no Brasil. Abrangendo assuntos relacionados à eugenia e puericultura, intitulou-se “Pró-Eugenismo”, levantando questões sobre a importância eugênica da educação familiar. Para Magalhães, a educação seria um meio de evitar a propagação de diversos “vícios e males sociais”, como o alcoolismo, a prostituição e as doenças venéreas, responsáveis pela degeneração física e moral da raça¹¹⁶.

A primeira tese acadêmica totalmente dedicada ao tema foi apresentada em 1914, pelo médico Alexandre Tepedino, ao colar o grau na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Com o título de *Eugenia*, o trabalho foi orientado pelo professor Miguel Couto, um dos principais médicos brasileiros e participante ativo de movimentos políticos pró-eugenia. Tepedino apresentava um amplo panorama sobre a importância da eugenia para o “futuro da raça”. Além disso, preocupou-se em demonstrar a relação entre direito e a formulação de leis eugênicas. Argumentava:

É crime contra a civilização, o descuido da geração de amanhã! Os governos têm moralmente a obrigação de zelar pelo futuro da raça, pela qualidade dos homens, pela saúde da população. O legislador de hoje não pode ignorar os fenômenos biológicos da hereditariedade. E a eugenia é a religião nova que dirige os destinos da raça humana, de modo a torná-la mais bela, mais moralizada, mais inteligente¹¹⁷.

¹¹⁵ RIBEIRO, João. Questiuínculas. In: **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro, ano 1, nº 2, fev. 1929, p. 3.

¹¹⁶ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)**. 2006, 220f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2006, p.31.

¹¹⁷ TEPEDINO, Alexandre apud SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 146-166, jul/dez 2010, p. 149.

Dois anos mais tarde, o eugenista inglês residente no Brasil Charles W. Arminstrong publicou um opúsculo de 30 páginas intitulado *Melhoremos a nossa raça*. Associando os pressupostos de Darwin e Mendel, propunha que a seleção natural deveria estender-se também à seleção humana, com o intuito de provocar sua regeneração e seu progresso. Como tantos outros eugenistas, defendeu uma administração racional da hereditariedade com o intuito de apressar o lento processo de seleção natural operado pela natureza.

Para Arminstrong, o estudo e a aplicação da eugenia deveria ser tomado como questão prioritária e assumida com urgência pelo Estado, uma vez que o Brasil, além de possuir um grande número de moléstias hereditárias a atingir seu povo, era uma das nações “mais mestiças” que existiam. Sugeria, como solução, a criação de uma Repartição Federal Eugênica, responsável pela aplicação de dez medidas que ele considerava como fundamentais para a implantação de um projeto eugênico em território nacional. Entre elas, podemos destacar a fundação de sociedades locais, a criação de um ministério encarregado da classificação eugênica da população, um amplo controle matrimonial, especialmente entre indivíduos de classes mais baixas, a segregação de “loucos”, “idiotas” e portadores de “males hereditários” e a fundação de Colônias Eugênicas, constituindo-se estas como uma medida eficaz de aprimoramento populacional. A propaganda eugênica deveria assumir um papel de destaque, com o objetivo de “que os povos se convençam da grande vantagem que há de seguir seus preceitos”, tomando parte dela “todo brasileiro que desejar ver o Brasil, mais tarde, uma potência mundial e não uma nação vencida, uma nação de escravos”¹¹⁸.

Como podemos perceber no texto Arminstrong, o racismo científico não era ausente das explicações eugênicas. E isso é um traço que vai se repetir entre os membros do movimento, integrando o pensamento de vários autores, mesmo aqueles que compartilhavam das opiniões dos sanitaristas que defendiam que o problema do Brasil não era absolutamente derivado de um suposto determinismo biológico. O que

¹¹⁸ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)**. 2006, 220f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2006, p.33.

seria combatido através de ferozes críticas eram as explicações baseadas no determinismo climático¹¹⁹.

Outros trabalhos sobre eugenia seriam publicados ao longo da década de 1910, como o livro *Do conceito eugênico do habitat brasileiro*, escrito pelo professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, João Henrique. O médico lamentava o pouco avanço que a eugenia havia feito no Brasil, apontando como exceções as aulas ministradas pelo professor da mesma instituição, Pinheiro Guimarães, na cadeira de Patologia Geral, onde tratava de assuntos relacionados com a defesa eugênica e higiênica da raça.

Foi a partir da conferência proferida pelo médico e farmacêutico Renato Kehl que a eugenia começou a ganhar maior repercussão. Realizada em abril de 1917, na cidade de São Paulo, a convite de dois empresários norte-americanos que dirigiam a Associação Cristã de Moços, recebeu publicação na íntegra pelo *Jornal do Comércio*. Em sua apresentação, Kehl procurou destacar os principais fundamentos da ciência eugênica, e da importância de sua aplicação para o aperfeiçoamento da raça humana. Apresentou ao público, em sua fala, aqueles que considerava serem os principais fundamentos da eugenia: estudo da hereditariedade, a educação eugênica, a seleção conjugal, o direito relativo à eugenia, a higiene e o saneamento. Procurou, igualmente, ressaltar a importância do estudo da eugenia num momento em que as ideias nacionalistas encontravam-se em pleno desenvolvimento no Brasil, a fim de despertar as “forças regeneradoras da nacionalidade”. O médico eugenista também argumentava em favor da criação de leis que restringissem o casamento, vetando o matrimônio entre casais considerados “inaptos”, evitando assim, a degeneração das gerações futuras. No final, fazia um apelo à imprensa, aos intelectuais, aos cientistas e às autoridades políticas, pedindo que trabalhassem em prol da eugenia e, dessa forma, da melhoria

¹¹⁹ No entanto, não desapareceria por completo. Oliveira Vianna parece compartilhar desta visão de que o clima é capaz exercer influência sobre as populações. Podemos encontrar exemplos nas obras *Populações Meridionais* e *Raça e Assimilação*. Nesta última, Oliveira Vianna cita um estudo que demonstra como as populações saxônicas que colonizaram a Austrália degeneraram em duas gerações devido ao clima quente e a falta de adaptação desta raça a essas condições.

progressiva da população brasileira. O texto dessa conferência seria, mais tarde, incorporado ao livro *Annaes de Eugenia*¹²⁰.

Esse texto ficaria conhecido como o discurso fundador da Eugenia no Brasil e marcaria o início da articulação de diversos esforços por parte de Kehl e outros entusiastas e eugenistas a fim de promover a ciência eugênica. A partir desse passo inicial, Renato Kehl ficaria convencido da possibilidade de formar uma associação, a exemplo de tantas outras que estavam sendo criadas no mesmo período, como a Liga de Defesa Nacional (1916), a Liga Nacionalista de São Paulo (1917) e a Liga Pró-Saneamento do Brasil (1918).

1.2.2. - Instituições

A criação das primeiras Sociedades e Ligas que se dedicaram ao estudo e à promoção da Eugenia no Brasil ocorreu por volta do final da década de 1910. Nesse período, já haviam sido criadas instituições com o mesmo intuito na Inglaterra, Índia, França, Polônia, Estados Unidos, Alemanha, Austrália, Suécia, Itália, Áustria, Rússia e Hungria¹²¹. Assim como foi o caso da Liga Pró-Saneamento, nem todas elas dedicavam-se exclusivamente à Eugenia em si, mas mesmo assim abriram seus espaços de debate e publicações para que o assunto fosse não só discutido, mas também onde medidas eugênicas pudessem ser defendidas e incentivadas.

Tendo sido a primeira de seu gênero a ser fundada na América Latina, a Sociedade Eugênica de São Paulo iniciou suas atividades em 1918. Como vimos, embora o assunto já não pudesse ser necessariamente considerado uma novidade entre os brasileiros, até esse período pouco se tinha feito para promover a ciência galtoniana.

Em 1917 é que os primeiros passos nessa direção foram tomados. Nesse ano, havia sido realizada um encontro na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, com o intuito de discutir a reforma do código civil, que pretendia eliminar a restrição ao

¹²⁰ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. In: **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 146-166, jul/dez 2010.

¹²¹ BASHFORD, Alison; LEVINE, Phillipa (Org.). **The Oxford Handbook of the History of Eugenics**. New York: Oxford University Press, 2010.

matrimônio entre tios e sobrinhos, estabelecidos no artigo 183-IV. Após o final da reunião, comentou-se sobre a possibilidade de formar um espaço para o estudo e debates sobre Eugenia, e para a proposição e defesa de políticas públicas voltadas para a aplicação de medidas eugênicas.

No início do ano seguinte, Renato Kehl - que esteve presente na conferência mencionada - enviou convites a algumas dezenas de pessoas, convocando-os para comparecerem à Santa Casa de Misericórdia, com o objetivo explícito de formar uma associação voltada para o “estudo e difusão de questões biológicas e sociais em benefício da nacionalidade”¹²².

A sessão inaugural da Sociedade Eugênica de São Paulo se deu no dia 15 de janeiro de 1918. Paralelo à criação da Liga Pró-Saneamento, aconteceu a sessão inaugural da Sociedade Eugênica de São Paulo, no dia 15 de Janeiro de 1918, no salão nobre da Santa Casa de Misericórdia, local de reunião científica tradicionalmente conhecido, na qual outras Sociedades, como a de Medicina e Cirurgia, realizavam seus encontros¹²³. O discurso de abertura foi proferido pelo próprio Kehl, na qual conclamava os presentes a aderirem à campanha em prol da eugeniização da nação brasileira. Em sua fala, ressaltou a importância da classe médica brasileira no processo de reforma nacional, convocando todos os presentes a auxiliarem na divulgação e na promoção das práticas eugênicas. Para ele, o estudo e a aplicação dos princípios eugênicos seriam o meio mais rápido e eficiente de “moldar o plástico do organismo humano” e de encurtar as “arestas da imperfeição”¹²⁴.

Apesar do ceticismo com o qual algumas pessoas receberam as propostas eugênicas, taxando-as de utópicas, Kehl conseguiu reunir mais de 140 membros na recém-criada sociedade. A nomeação de Arnaldo Vieira de Carvalho, diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo, como presidente da instituição certamente angariou o interesse da elite médica e da imprensa da época. Carvalho possuía uma

¹²² KEHL, Renato. A Eugenia no Brasil (esboço histórico e bibliográfico). In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro, vol. I, 1929, p. 53.

¹²³ A Santa Casa de Misericórdia seria o local onde as reuniões da Sociedade Eugênica de São Paulo passariam a ocorrer. ROSA, Alessandra. **Quando a Eugenia se distancia do Saneamento: as ideias de Renato Kehl e Octávio Domingues no Boletim de Eugenia (1929-1933)**. 2005, 126f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2005.

¹²⁴ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Em nome da raça: a propaganda eugênica e as ideias de Renato Kehl nos anos de 1910 e 1920. In: **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v.11, n.2, p.29-70, Inv. 2006, p. 36.

extensa rede de relações pessoais e familiares com políticos influentes. Além de sua participação em ligas ostensivamente nacionalistas, estava ligado por fortes laços de parentesco com a família Mesquita, casando uma de suas filhas com o diretor e proprietário do jornal *O Estado de São Paulo*, Júlio de Mesquita. O jornal, que possuía grande circulação dentro das cidades paulistas, foi, inclusive, um dos primeiros a noticiar a fundação da agremiação.

A vice-presidência ficaria a cargo de Olegário Moura, Bernardo Magalhães e Luis Pereira Barreto. Renato Kehl ocuparia a função de secretário geral, auxiliado pelos secretários T. H. Alvarenga e Xavier da Silva e pelo tesoureiro e arquivista Argemiro Siqueira. Foram ainda escolhidos três presidentes honorários: Amâncio de Carvalho, Agostinho de Souza Lima e Belisário Penna. Estes últimos foram convidados à representar os interesses da Sociedade na capital federal. Os dois continuaram tendo participação efetiva na divulgação do ideário eugênico no meio intelectual carioca, publicando artigos e manifestos em jornais e revistas, além de dedicarem espaço em suas obras e utilizarem seu prestígio e autoridade políticos para implantação de medidas pró-eugenia¹²⁵. A Sociedade possuía ainda uma Comissão Consultiva, formada por Arthur Neiva, Franco da Rocha e Rubião Meira. O quadro de associados incluía importantes nomes das áreas médicas e da educação, da qual podemos citar José de Souza e Lima, Vital Brasil, Afrânio Peixoto, Juliano Moreira, Antonio Austregésilo e Oscar Freire de Carvalho. Completavam a lista políticos como o senador da República Alfredo Ellis, um influente representante da elite política e econômica de São Paulo, e intelectuais estrangeiros, como o eugenista peruano Henrique de Paz Soldán e o médico argentino Victor Delfino.

Desde o seu início, a Sociedade se definia como uma organização científica e profissional voltada para a promoção de estudos científicos e propaganda sobre questões relacionadas à hereditariedade, descendência e evolução visando à conservação e à melhoria da espécie humana. Os estatutos da sociedade apontavam ainda como seus fins o estudo da legislação, dos costumes e da influência do meio e do estado econômico sobre as aptidões físicas, intelectuais e morais das futuras gerações; bem como a propaganda eugênica, a regulamentação do “meretrício”, do casamento e da imigração,

¹²⁵ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. In: **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 146-166, jul/dez 2010, p. 151.

a campanha pela obrigatoriedade do exame pré-nupcial, a promoção da educação moral, higiênica e sexual e o encarceramento de indivíduos portadores de patologias graves.

A imprensa nacional, principalmente dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, publicou notas elogiosas ao empreendimento realizado pela Sociedade. Jornais como *O Estado de São Paulo*, *Correio Paulistano*, *Jornal do Comércio*, juntamente com a *Revista Brazil-Médico* e a *Revista do Brasil* vincularam em suas páginas anúncios, comentários e notas sobre a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo, divulgando as propostas eugênicas e informando sobre suas atividades. Do mesmo modo, vários intelectuais enviaram correspondências congratulando a criação da sociedade¹²⁶. A reação foi altamente favorável, e a eugenia foi saudada como uma nova ciência, capaz de introduzir uma ordem social distinta por intermédio do aperfeiçoamento médico e científico da raça humana.

A criação da Sociedade Eugênica de São Paulo nesse período não é, como podemos ver, um fenômeno isolado. Conforme Reis, ela se dá em uma conjuntura política de reavivamento do nacionalismo verificado no âmbito da Primeira Guerra Mundial. Com o crescimento dos chamados setores médios urbanos, impulsionado pelo desenvolvimento da indústria brasileira no decorrer da Primeira Guerra, diversos movimentos nacionalistas vão emergir na cena nacional, muitas vezes apoiados num programa agressivo e militante de busca e combate aos males do país. Há uma circularidade entre os membros dessas Ligas – o próprio presidente da Sociedade Eugênica, Arnaldo Vieira de Carvalho eram membro dirigente da Liga Nacionalista. A Liga Brasileira de Higiene Mental, que irá ser criada alguns anos mais tarde, tinha a Liga de Defesa Nacional como associação benemérita, e o fundador da Ação Social Nacionalista, Conde Afonso Celso, como um dos presidentes de honra da instituição¹²⁷. Essa tendência vai se repetir igualmente nas ligas médicas, como veremos mais adiante.

O meio intelectual médico, particularmente em sua vertente sanitária, também se fará presente nesse debate. A criação de ligas médicas de caráter nacionalista foi um desdobramento das discussões provocadas pela publicação do relatório da expedição

¹²⁶ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)**. 2006, 220f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2006, p. 35.

¹²⁷ REIS, José Roberto Franco. **Higiene Mental e Eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30)**. 1994. 354f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 1994, p. 52.

Neiva-Penna e de artigos escritos por Belisário Penna entre novembro de 1916 e janeiro de 1917 para o jornal *Correio da manhã*. Em 1918 é fundada a Liga Pró-Saneamento, presidida pelo próprio Penna, tendo entre suas principais propostas a institucionalização do combate às endemias rurais – consideradas como um dos principais obstáculos do progresso social das populações sertanejas - por meio de uma política nacional exercida de maneira integrada e centralizada nas mãos do governo da União¹²⁸. Reunia, entre seus membros, um número expressivo de intelectuais, médicos, advogados, engenheiros militares e políticos, bem como professores da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, antropólogos do Museu Nacional, pesquisadores e médicos ligados ao Instituto Oswaldo Cruz, integrantes da Academia de Ciências, militares, educadores, juristas e políticos, incluindo o presidente da República Wenceslau Brás. Muitos de seus associados fizeram parte da Sociedade Eugênica de São Paulo e da Liga Brasileira de Higiene Mental, como Juliano Moreira, Renato Kehl, Antônio Austregésilo, Afrânio Peixoto, J. P. Fontenelle, Arthur Neiva, Edgar Roquette-Pinto entre outros.

Sob a direção de Belisário Penna, seu fundador e militante mais ativo, a Liga tinha por objetivo a criação de um serviço nacional de saúde, capaz de se atingir, além das áreas urbanas, as regiões rurais. O movimento pró-saneamento teceu várias críticas ao modelo federalista, implantado pela Constituição de 1891, identificando na partilha de poder entre as elites regionais um dos grandes entraves à solução dos problemas nacionais. Na visão dos líderes da Liga, a federação era responsável por extinguir os laços de solidariedade, dissolvendo os elos da nacionalidade em prol do interesse de oligarquias retrógradas e parasitárias. O abandono das populações do interior do Brasil, que viviam em condições extremamente precárias e insalubres, sem acesso a serviços básicos de educação e saúde, eram atribuídos à ausência e inoperância do poder público, que não assumia a responsabilidade de zelar pelo bem-estar e pelo progresso do povo brasileiro.

Tornava-se, urgente, assim, a criação de uma entidade de caráter nacional, capaz de sobrepujar o pacto federativo então vigente, preservando a implementação de projetos de saúde pública das oscilações causadas pela alternância de poder entre as oligarquias. Além disso, o combate às epidemias, que cada vez mais se alastravam pelo

¹²⁸ SANTOS, Ricardo Augusto. **Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do Eugenismo em Renato Kehl (1917-37)**. Niterói: UFF, 2008. 257f. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 111.

país, perdia a sua eficácia devido à descentralização dos serviços de saúde. Mesmo que um estado ou município fosse bem sucedido nas suas medidas de contenção, seus habitantes continuariam expostos às ameaças provenientes de regiões vizinhas onde o problema não houvesse sido resolvido. Tal organização teria como papel uniformizar os serviços de saúde e coordenar ações de combate à doenças em todo o território nacional, expandindo a esfera de intervenção do Estado para além do Distrito Federal e dos portos¹²⁹.

De acordo com Nara Britto, o programa da Liga poderia ser resumido em três pontos, definidores da essência do movimento pró-saneamento:

Em primeiro lugar, a concepção peculiar de saúde como fator de progresso. Em segundo, a elaboração do que se pode chamar uma teoria higienista do desenvolvimento, que procurava explicar as desigualdades entre as nações a partir da existência ou não de uma política sanitária. [...] Em terceiro lugar, ao atribuir o atraso do país à ausência de saúde e educação, o pensamento médico-higienista apresentava uma solução original para o impasse em que se achava o Brasil, recusando o determinismo de base climática e étnica que predominava no debate intelectual desde o século XIX. O “problema vital”, como o denominou Monteiro Lobato, residia na inutilização da população brasileira para o trabalho, especialmente na área rural, totalmente desassistida, sem médicos nem hospitais¹³⁰.

A fim de divulgar suas ideias, a Liga Pró Saneamento organizou conferências, distribuiu brochuras e panfletos de propaganda, além de exercer um *lobby* intenso no parlamento, em favor da criação de instâncias nacionais de saúde pública. Durante seus dois anos de existência, também publicou um periódico próprio, chamado *Saúde – Mensário de Higiene, Assuntos Sociais e Econômicos*. A revista, apesar de não ultrapassar oito números, reuniu artigos sobre temas variados, ao lado de questões sobre saneamento e endemias rurais. Além disso, estabeleceu delegações em alguns estados da federação, a fim de estimular os governos estaduais a implementarem medidas como a construção de habitações higiênicas, programas de educação higiênica, profilaxia das doenças que assolavam a região, postos médicos rurais e obras de saneamento básico, como a drenagem de rios e lagos.

¹²⁹ HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Anpocs, 1998. LIMA, Nísia T. e HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo V. (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz; CCBB, 1996.

¹³⁰ BRITTO, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1995, p. 23-24.

As propostas da Liga obtiveram apoio de uma parcela dos políticos ligados ao Congresso Nacional que apoiava a intervenção do Estado no campo da saúde pública. Devido ao apoio angariado de certos setores da sociedade, foi possível dar uma grande visibilidade ao problema da saúde pública no Brasil, que passava a ser discutidos nas páginas dos grandes jornais da República, tornando-se, assim, uma questão central no debate político nacional.

De acordo com Illana Löwy, o movimento sanitariaista alcançou resultados concretos muito rapidamente. Em 1918, obteve-se uma declaração de princípios sobre a criação de um serviço de profilaxia rural subordinado ao Departamento Geral de Saúde Pública (em 1919 seria vinculado ao Ministério da Justiça e em 1920 ao Departamento Nacional de Saúde Pública). A pandemia de gripe espanhola que atingiu o país entre outubro e dezembro de 1918, cujo alto número de vítimas revelou a alta incapacidade dos poderes públicos em conter desastres sanitários, reavivou o interesse na criação de uma estrutura centralizada de saúde.

A pressão exercida por esse movimento foi responsável pela criação do Serviço de Profilaxia Rural (SPR), em 1918, e do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), em 1920. Este último era uma entidade de âmbito nacional, encarregada de reorganizar os serviços sanitários do país, ampliando para todo o território a responsabilidade da União na promoção desses serviços, o que provocou mudanças significativas na atuação do Estado no campo da saúde coletiva.

Após a fundação do DNSP e a subsequente incorporação de muitos dos membros do movimento sanitário a seu quadro funcional, a Liga foi dissolvida, uma vez que seus dirigentes acreditavam que seu objetivo havia sido cumprido.

Apesar de sua curta duração, a Liga atuou em conjunto com a Sociedade Eugênica de São Paulo para compilar e lançar o livro de Monteiro Lobato, intitulado *O Problema Vital*. Composto de 16 crônicas, que no total somavam 105 páginas, na qual se discutia a relação entre doença e degeneração, recusando as teses que colocavam na raça a razão do atraso brasileiro. A obra foi lançada pela Edição da Revista do Brasil, da qual Lobato era proprietário, e contou com prefácio de Renato Kehl.

A colaboração entre Lobato e os movimentos eugênico e higienista não se encerraria aí. O escritor e editor atuaria como um dos grandes aliados das campanhas de divulgação promovidas por ambos grupos. Monteiro Lobato não só escreveu sobre o assunto em artigos publicados nos jornais da qual era colaborador, mas também trataria de questões envolvendo eugenia e higiene em suas obras. O seu personagem icônico – o famoso Jeca Tatu – encontrou sua redenção por meio do efeito regenerador da Higiene e da Eugenia. Se em *Urupês* e *Velha Praga*, o Jeca padecia de um mal irreversível, causado pelo clima e pela raça, em *O Problema Vital*, Lobato teceria um diagnóstico diferente. O problema do Jeca não era algo inerente, nem mesmo permanente. Sua ineficiência, indolência e pobreza eram causadas não pela mestiçagem, mas sim pela doença. Por meio da ação regeneradora da ciência e da medicina, o personagem antes descrito como apático, preguiçoso e improdutivo passa a se tornar um indivíduo sadio, trabalhador e empreendedor.

De acordo com Ricardo Augusto dos Santos, esse ponto de inflexão na obra de Lobato foi resultado do seu contato com o diário de viagem produzido por Arthur Neiva e Belisário Penna, durante uma das expedições científicas realizadas pelo Instituto Oswaldo Cruz. Ao fim da sua incursão, os autores elaboraram um extenso relatório, publicado em 1916 como periódico científico em *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, com o título de *Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*. Embora a sua publicação em um periódico especializado da área da saúde tenha circulado inicialmente entre um público bastante restrito, vai alcançar mais tarde ampla repercussão por meios de artigos publicados em jornais e livros de divulgação, conferências, pronunciamentos dos próprios autores e outros cientistas e intelectuais, principalmente aqueles ligados ao movimento higienista e eugênico, tornando-se, de acordo com Nísia Trindade Lima, “referência fundamental para a consolidação da ideia, antes proposta por Euclides da Cunha, de clivagem básica constitutiva da formação histórica nacional: aquela que opõe litoral e sertão”¹³¹.

Nesse extenso e minucioso relato, Neiva e Penna apresentam uma visão crítica e impiedosa à perspectiva ufanista da população rural do interior do país. Ao invés da “de quadros de intensa poesia da vida bucólica, feliz e farta”, descrita pelos poetas

¹³¹ LIMA, Nísia Trindade. Uma brasileira médica: o Brasil Central na expedição científica de Arthur Neiva e Belisário Penna e na viagem ao Tocantins de Julio Paternostro. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, p.229-248, jul. 2009, p. 230.

românticos, o sertão se apresentava, aos olhos de Neiva e Penna, como uma realidade inteiramente distinta.

O relatório expôs as condições de extrema pobreza, doença e analfabetismo na qual vivia a população do interior. Nenhuma forma de assistência médica existia naquelas regiões, segundo a descrição de Neiva e Penna. Os diversos curadores que cuidavam dos males do sertanejo eram considerados como aproveitadores e charlatães, vendedores de poções mágicas. As diferentes concepções de cura de médicos e curadores populares entravam em choque, o que levava a uma caracterização carregada de preconceitos sobre as práticas adotadas pelos habitantes das zonas rurais.

A atribuição das deficiências do trabalhador rural à ausência de educação e saneamento que o protegesse das moléstias tropicais contribuiu pra produzir, conforme aponta Flávio Edler, uma imagem *patologizada* da nação, em oposição à representação *racializada*, proposta pelo determinismo racial e que via os males do Brasil como inerentes à sua raça, degenerada pelo clima, pela geografia e pela miscigenação¹³².

Descoberto Amaro Leite e Pilar¹³³, extremamente decadentes, com suas populações na totalidade constituída de negros e mestiços, inutilizada pelo terrível flagelo que é a moléstia de Chagas, não atingindo nenhuma delas a 400 habitantes. Além desses arraiais, pequenos lugarejos de meia dúzia de habitações, algumas fazendas e pobres casebres esparsos à margem da estrada e à beira dos riachos, cujos habitantes são também, na sua maioria, pobres vítimas da tireoidite, da ancilostomíase e do impaludismo. Enfim, a solidão, a miséria, o analfabetismo universal, o abandono completo dessa pobre gente, devastada moralmente pelo obscurantismo, pelas abusões e feitiçarias, e física e intelectualmente por terríveis moléstias endêmicas¹³⁴.

Embora, segundo Neiva e Penna, o atraso e a ignorância tenham tornado esses povos “impermeáveis ao progresso”, reconheciam a potencialidade positiva dos habitantes, possuidores de “índole pacífica e prestimosa”: “[...] E, apesar de tudo isso, uma raça resistente, aproveitável, vigorosa e digna da melhor sorte. O tipo vaqueiro das caatingas é um símbolo de destreza, de agilidade, de força e de resistência”¹³⁵.

¹³² EDLER, Flávio. Medicina Tropical: uma ciência entre a Nação e o Império. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos (Orgs.). **Ciência, civilização e república nos trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2010, p. 339.

¹³³ Cidades visitadas durante a expedição.

¹³⁴ NEIVA, Arthur; PENNA, Belisário. **Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás**. Brasília: Senado Federal, 1999, p. 220.

¹³⁵ NEIVA, Arthur; PENNA, Belisário. **Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás**. Brasília: Senado Federal, 1999, p. 200.

Esse novo retrato do Brasil, delineado pelos dois médicos sanitaristas, teve papel central na reconstrução da identidade nacional a partir da identificação da doença como elemento distintivo da condição de ser brasileiro¹³⁶. “O Brasil é um imenso hospital”, denunciava o médico e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Miguel Pereira.

A reformulação do personagem de Lobato se dá, portanto, dentro desse contexto. O texto utilizado pelo autor na epígrafe de *O Problema Vital* é bastante elucidativo: “O Jeca não é assim, está assim”. Ou seja, para Lobato, o mal do Jeca já não é algo inerente, resultado de sua constituição racial degenerada. Seu problema era de saúde.

A mudança na mentalidade de Lobato reflete também sua crença no valor positivo da ciência, seja como forma de diagnóstico, seja como remédio para as epidemias que assolavam a população brasileira. Assim como muitos intelectuais do período, acreditava que somente o poder regenerador da ciência seria capaz de retirar o país do atraso e conduzi-lo para a modernidade e o progresso. Devido à essa semelhança de concepções entre Lobato e os dirigentes da Liga Pró-Saneamento e da Sociedade Eugênica de São Paulo, não é de estranhar que essas duas entidades tenham escolhido organizar e compilar, em conjunto, os textos de Lobato em forma de livro. Afinal, ter como aliado um autor e editor prestigiado certamente contribuiria em muito para a divulgação da causa higienista e eugênica.

Menos conhecida que *O Problema Vital*, a obra intitulada *O Choque das raças* ou *O Presidente Negro* também abordaria novamente assuntos relacionados à higiene e, neste caso, principalmente à eugenia. Nesse romance de ficção, publicado em 1926, Lobato narra o desenrolar de uma disputa presidencial que, ocorrida no ano de 2228 nos Estados Unidos, resulta na eleição de um presidente negro. Em nota escrita ao jornal *A manhã*, na qual anunciava o lançamento do livro, Lobato dizia: O Presidente Negro “é um hino à Eugenia, às leis espartanas, e é um brado d’armas em prol do princípio mágico que está fazendo da América do Norte um mundo dentro do mundo – A Eficiência”¹³⁷.

¹³⁶ MAIO, Marcos Chor (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 1996, p.23.

¹³⁷ LOBATO apud SANTOS, Ricardo Augusto. **Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do Eugenismo em Renato Kehl (1917-37)**. Niterói: UFF, 2008. 257f. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 72

Dentro dessa ficção escrita por Lobato, há todo um receituário eugenista, incluindo uma das críticas bastante recorrentes no discurso eugênico ao redor do mundo, isto é, aos indivíduos considerados como “pesos mortos” dentro da sociedade. Essa ideia defende que ações de caridade e assistencialistas tinham um caráter contra-seletivo, pois permitiram a sobrevivência de indivíduos que, além de serem improdutivos, geravam um custo econômico elevado ao Estado. Além dos gastos gerados, havia a preocupação com o fato de esses grupos produzirem proles igualmente degeneradas, capazes de ultrapassar em número os indivíduos eugênicos dentro da sociedade.

Assim como os eugenistas, Lobato demonstrava a preocupação de se aplicar medidas de seleção eugênica que visassem não só a eliminação de raças inferiores e o branqueamento da população. Era necessário, conforme demonstrava em seus escritos, que fosse promovido o casamento entre os mais aptos e se evitasse a procriação daqueles que considerava como inaptos.

Em correspondências enviada a Renato Kehl, Lobato fala da necessidade de se divulgar e popularizar as noções da Eugenia. O escritor também diz-se arrependido de não ter dedicado *O Choque das raças* àquele que considerava o “pai da Eugenia no Brasil”:

Renato

Tu és o pai da Eugenia no Brasil e a ti devia eu dedicar meu Choque, grito de poesia[?] pró-eugenia. Vejo que errei não te pondo lá no frontispício, mas perdoai a este estropiado amigo. Quando passares no Leite Ribeiro entra e pega com a caixa o exemplar que te dediquei. Precisamos lançar, vulgarizar esta ideia. A humanidade precisa de uma coisa só: poda. É como a vinha.

Lobato

Essa proximidade de ideais ajudou a abrir espaço para a publicação de artigos e obras dedicadas ao estudo e divulgação da Eugenia. Como editor da *Revista do Brasil*, Monteiro Lobato publicou inúmeros textos de integrantes do movimento eugênicos e higienista nas páginas do periódico. O relatório escrito por Neiva e Penna, por exemplo, foi debatido em várias sessões da publicação enquanto Lobato era editor, como Notas de Ciência, Homens e Coisas Nacionais e Resenha do Mês.

O espaço aberto na *Revista do Brasil* foi de grande importância para a divulgação e popularização das reivindicações de eugenistas e higienistas. O mensário de alta cultura era possuidor de grande prestígio no meio intelectual. Devido ao renome que adquiriu durante o período republicano, o periódico ostentou uma longevidade bastante rara para os padrões da época¹³⁸. Fundada em 1916, era ligada ao grupo Mesquita, que detinha o controle acionário do jornal *O Estado de São Paulo*, órgão de relevo na grande imprensa. Devido à expansão do mercado editorial, somadas às iniciativas financiadas pelos seus dirigentes, que incluíam uma série de inovações técnicas e mercadológicas (aquisição de impressoras rotativas, novos modelos de composição, contatos estabelecidos com agências internacionais de notícias, expansão de rede de sucursais no interior do estado e do país, etc.), o grupo Mesquita resolve ampliar suas publicações, lançando em 1915 uma edição adicional noturna, chamada *O Estadinho*, e a *Revista do Brasil*, contratando inúmeros escritores consagrados, juntamente com uma geração de jovens promissores, que teriam uma destacada participação no “estado-maior intelectual dos grupos dirigentes paulistas”¹³⁹.

Os idealizadores da revista – Júlio Mesquita, Plínio Barreto e José Pinheiro Machado Júnior – tinham por objetivo restaurar a tradição inaugurada pela antiga *Revista Brasileira*, que serviu de porta-voz estético e foi a principal instância de consagração da geração de 1870. Propunham, assim, suscitar através de suas páginas, o despertar da consciência nacional entre eruditos e políticos, construindo um núcleo de propaganda nacional. Segundo sua visão, isso era necessário dentro de um contexto de profundo desconhecimento das coisas nacionais e de desapego às nossas tradições e história. Esse alheamento era responsável por sermos uma nação incompleta, atrasada, insciente de si mesmo, o que acarretava a aceitação e a imitação subserviente das ideias que vinham de fora.

Além desses diagnósticos a respeito do “estado mórbido” em que se encontrava a pátria brasileira, havia a elaboração de um projeto de ação, destinado a colocar o país no rumo certo. Conforme demonstrou Tânia de Luca :

¹³⁸ Durante a primeira fase da revista, que vai de janeiro de 1916 a março de 1925, a revista circulou ininterruptamente, totalizando 113 números. De acordo com Tânia de Luca, é possível dividir a revista em cinco fases distintas, na qual a sua periodicidade foi irregular e nem sempre contínua, tendo sua publicação sido interrompida durante vários anos. LUCA, Tânia de. **A Revista do Brasil: Um Diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

¹³⁹ MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920 – 1945)*. In: **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 90.

Esclarecer, ensinar, arregimentar e ordenar forças, formar opinião, tendo por arma a palavra escrita, eis o projeto ilustrado dessa elite decidida a exercer aquela que acreditava ser sua missão suprema: conduzir¹⁴⁰.

O mensário reunia uma grande diversidade de autores, ligados a diferentes correntes ideológicas e posturas estéticas. Reunia, assim, representantes da geração de 1870 (Rui Barbosa), escritores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico (Taunay, Roquette-Pinto, Hélio Lobo), ideólogos do autoritarismo (Oliveira Vianna), liberais (Mário Pinto Serva, Pedro Lessa), representantes do renascimento católico (Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima), médicos ligados ao movimento sanitarista (Belisário Penna e Arthur Neiva), bem como aqueles que discutiam questões médico-legais (Afrânio Peixoto) e eugênicas (Renato Kehl)¹⁴¹, membros da Academia Brasileira de Letras (Oliveria Lima, Mário de Alencar, Souza Bandeira) e os jovens modernistas (Mário e Oswald de Andrade, Guilherme de Almeida).

Ao lado dessas discussões que tinham como tema as “grandes questões nacionais”, a revista também dava espaço para textos de caráter poético e literário. A maior parte das contribuições em prosa vinha de escritores regionalistas, como Afonso Arinos, Monteiro Lobato, Mário Sette e Godofredo Rangel, seguidos dos naturalistas-realistas (Júlio Scheibel, Horácio Quiroga, Luiz Gonzaga Fleury, Albertino Moreira). Em menor proporção, apareciam os parnasianos (Alberto de Oliveira), simbolistas (Pompeu Pequeno, Jacomino Define) e decadentistas (João Pinheiro, Tranquilino Leitão). Com relação à produção poética, havia a predominância de poetas parnasianos (Bilac, Francisca Júlia, Alberto de Oliveira, Luis Murat) e neoparnasianos (Amadeu Amaral, Olegário Mariano, Martins Fontes, Mário Alencar, Humberto de Campos), seguidos dos simbolistas (Homero Plates, José Lans, Medeiros e Albuquerque, Wanderley Villela) e dos penumbristas ou decadentistas (Júlio César da Silva, Jaime d’Altavilla, Alcides Flavio, entre outros). A partir de 1923, passa a acolher, com intensidade crescente, autores ligados à renovação estética, como Sérgio Milliet, Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Luís Aranha.

¹⁴⁰ LUCA, Tânia de. **A Revista do Brasil: Um Diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 47.

¹⁴¹ Dos autores citados, tanto Renato Kehl, como Belisário Penna, Arthur Neiva, Afrânio Peixoto, Roquette-Pinto e Oliveira Vianna dedicaram um espaço importante em suas obras para o estudo e discussão de questões eugênicas.

Se é verdade que a *Revista do Brasil* tinha, na sua lista de colaboradores, inúmeros autores consagrados, ela também abriu suas páginas a autores iniciantes e pouco conhecidos pelo público leitor. Os editores, inclusive, orgulhavam-se de serem responsáveis pelo lançamento de novos talentos.

Pouco tempo após o seu lançamento, o periódico tornou-se um dos veículos culturais mais importantes do país, sendo lido por um grande número de pessoas. A qualidade da revista e a presença de autores reconhecidos fez com que suas edições tivessem intensa penetração nos meios intelectuais do período. A presença de nomes de destaque garantiria a notoriedade e maior possibilidade de venda, permitindo aos editores o risco de publicar escritores menos conhecidos. Dessa forma, aparecer em suas páginas tornou-se o sonho de todo estreador que quisesse alcançar a glória no mundo das letras.

Sob a editoria de Monteiro Lobato, a Revista teve um aumento importante no número de assinaturas e vendas. Somadas às estratégias de adotadas pelo escritor para agilizar a divulgação e aumentar a distribuição do mensário, buscou aumentar o espaço dedicado à criação literária, com o intuito de torná-lo mais leve e atraente.

O sucesso comercial e intelectual adquirido pela *Revista do Brasil* possibilitou que Lobato criasse, em 1918 uma editora com o mesmo nome. A *Edições da Revista do Brasil* manteria laços estreitos com o periódico, que passaria a subsidiá-la, abrindo espaço em suas páginas para propaganda, resenhas e biografias dos autores lançados pela editora¹⁴².

Em 1919, Lobato compraria a editora juntamente com outros sócios, formando a *Olegário Ribeiro, Lobato & Cia.*, agora com oficinas tipográficas próprias. Conforme Hallewell, a companhia continuaria usando por um tempo o antigo sinete editorial da *Edições da Revista do Brasil* juntamente com o novo nome¹⁴³. A parceria, no entanto, não duraria muito: no mesmo ano, a sociedade foi dissolvida e Lobato procuraria outro parceiro para continuar sua empreitada no mundo editorial. Em 1920, estabeleceria uma nova parceria com Octalles Marcondes Filho, dando origem a *Monteiro Lobato & Cia.*

¹⁴² VENÂNCIO, Gisele Martins. Da *Revista do Brasil* ao Brasil em Revista: Breve análise da trajetória editorial de Oliveira Vianna. **Varia História**, Belo Horizonte, n.26, p. 132-150, jan. de 2002.

¹⁴³ HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil: Sua História**. São Paulo: EDUSP, 2012, p. 367.

A nova firma alcançou sucesso rápido. De acordo com Pontes, Lobato foi responsável por revolucionar, nos anos 20, todos os aspectos da indústria nacional de livros, em especial nas áreas de distribuição, propaganda e aspecto gráfico das obras. Dessa forma, a *Monteiro Lobato & Cia* tornou-se um sucesso, comprovado pelo crescente e ininterrupto progresso nas vendas¹⁴⁴. Em princípios de 1920, eram vendidos em média 4000 livros por mês e, no ano seguinte, a editora publicava uma nova edição a cada semana. A marca “Monteiro Lobato” virou sinônimo de qualidade, tornando-se bastante conhecida para vender livros por si só. Em 1925, contava com cerca de duzentos títulos em seu catálogo.

A empresa teve seu capital ampliado em 1922, e foi uma das únicas editoras da época a dedicar-se exclusivamente a edição e publicação de livros. Além disso, a casa editorial publicou uma linha bastante diversificada de títulos, ao passo que a maioria de seus concorrentes especializaram-se na produção de livros didáticos ou em outros campos limitados. Outro ponto de destaque, conforme aponta Hallewell, é que a Monteiro Lobato & Cia. foi a que mais publicou, proporcionalmente, títulos importantes ou culturalmente significativos durante o período em que esteve ativa¹⁴⁵.

O crescimento contínuo levou a editora a tornar-se, em maio de 1924, uma sociedade anônima sob o nome de *Cia. Graphico-Editora Monteiro Lobato*. A abertura de capitais permitiu a Monteiro Lobato e seu sócio, Octalles Marcondes Ferreira, a captar fundos para pagar as dívidas adquiridas pela *Monteiro Lobato & Cia.*, além de servirem para financiar a expansão da empresa, que já vinha crescendo desde 1922. Nesse período, a casa editorial já figurava entre as maiores dos país, contando com grande prestígio no meio intelectual do período.

Conforme Bignotto, a *Cia. Graphico-Editora Monteiro Lobato* reunia, entre seus sessenta sócios fundadores a nata da classe dirigente paulista, tendo sido presidida por José Carlos Macedo Soares e contando com nomes como Martinho Prado, Paulo Prado, Renato Maia, Heitor de Moraes, Antônio Prado, Antônio Prado Jr., Ramos de Azevedo,

¹⁴⁴ PONTES, Heloísa. “Retratos do Brasil: editores, editoras e “Coleções Brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50”. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n.26, p. 56-89, 2º sem. de 1988, p. 62.

¹⁴⁵ HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: Sua História*. São Paulo: EDUSP, 2012, p. 368.

Ricardo Severo, José Maria Whitaker, Alceu Amoroso Lima e Goffredo da Silva Telles¹⁴⁶.

Por volta desse período, a editora começou a demonstrar sinais de desgaste financeiro, entando em falência em 1925, mesma época em que Lobato, ironicamente desfrutava a condição autor mais vendido do país, com nada menos que 250.000 exemplares. A sua falência, conforme Pontes, se deveu em grande parte ao quadro de crise mundial que abateu o Brasil após o *boom* pós guerra. O aumento estratosférico do custo de vida, ocasionado pelo fim do conflito mundial (os preços praticamente dobraram em relação aos períodos anteriores), atingiu em cheio a Editora, uma vez que Lobato havia importado dos Estados Unidos modernos equipamentos de impressão e acabamento, numa época em que a taxa de câmbio em vigor encontrava-se particularmente desfavorável¹⁴⁷.

O quadro de ininterruptas crises levaram à liquidação da empresa e do fim da atividade de Monteiro Lobato como editor. Seu ex-sócio, Octalles Marcondes Ferreira, fundaria no final de 1925 a Companhia Editora Nacional.

Dos autores que trabalharemos na nossa tese, dois tiveram suas primeiras obras publicadas pela Editora de Lobato: Renato Kehl e Oliveira Vianna. Tanto Kehl quanto Vianna desenvolveram uma relação amistosa com Monteiro Lobato, e o editor, em inúmeras correspondências, revelava-se admirador dos trabalhos de ambos. Mesmo após findada a relação autor-editor – a Monteiro Lobato & Cia entraria em processo de falência – o criador do Jeca Tatu continuou acompanhando e incentivando o trabalho da dupla.

O primeiro a ser lançado foi *Annaes de Eugenia*, no ano de 1919. Sob a autoria de Renato Kehl, reunia em sua páginas o discurso do eugenistas na Sessão Inaugural da Sociedade e nas três Sessões Ordinárias seguintes, bem como uma lista com o nome dos membros da Sociedade, seus estatutos e mais vinte artigos tratando sobre o tema da eugenia, escritos não só por Kehl, mas também por nomes da eugenia nacional e internacional. A edição, que continha um total de 260 páginas, possuía um acabamento

¹⁴⁶ BIGNOTTO, Cilza. Monteiro Lobato: editor revolucionário? In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Orgs.). **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 122.

¹⁴⁷ PONTES, Heloísa. “Retratos do Brasil: editores, editoras e “Coleções Brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50”. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n.26, p. 56-89, 2º sem. de 1988, p. 63.

caprichado, tendo sido o segundo livro mais caro do catálogo da editora – o primeiro viria a ser *Populações Meridionais do Brasil*, de Oliveira Vianna.

Dois anos antes da publicação do trabalho de Kehl, Vianna havia recebido convite de Plínio Barreto, um dos integrantes do chamado grupo de *O Estado de São Paulo*, para participar da *Revista do Brasil*¹⁴⁸. Respondeu prontamente à solicitação, dizendo estar, por motivos de doença, “*absolutamente proibido de escrever por dois ou três meses*”. No entanto, prometia, após o período de convalescença, enviar-lhe alguns textos sobre “*assuntos de história social que interessava principalmente a origem da gente paulista e a sua ação no jogo da nossa história geral*”¹⁴⁹. Dois meses mais tarde, Oliveira Vianna remeteria o seu artigo para o periódico, como prometido. Publicado na edição de junho de 1917, esse trabalho viria a integrar, mais tarde, o capítulo inicial de seu primeiro livro publicado.

Sob o título de *Populações Meridionais do Brasil*, o trabalho passou a integrar no catálogo da editora no ano de 1920. Nessa obra, Oliveira Vianna propõe uma investigação aprofundada da história e da formação do povo brasileiro. Para isso, o autor propõe a análise a identificação dos problemas nacionais dentro de sua formação histórica e racial. Segundo Vianna, devido à ausência de agentes eficazes de integração social e integração política, o problema principal da nossa organização, no momento da independência, seria o mesmo de outros países latino-americanos: “de um lado, um problema de autoridade e disciplina; de outro, um problema de concentração e unidade”. Disfunções estas que estariam na “*estruturação e na ossificação*” da nacionalidade. Era imprescindível que se desse ao “*agregado nacional, massa forma, fibra, nervo, ossatura, caráter*”¹⁵⁰.

¹⁴⁸ Oliveira Vianna teve uma participação sistemática ao longo da primeira fase da revista – isto é, o período que vai de 1916 a 1925, na qual a revista esteve, após o segundo ano, sob os cuidados de Monteiro Lobato. Além disso, do ponto de vista quantitativo, foi um dos autores mais publicados, ficando em quinto lugar na lista de maior número de colaborações, ao lado de Roquette-Pinto e Godofredo Rangel, somando ao todos 10 artigos. Ele ficou atrás apenas de Monteiro Lobato, que ocupava o primeiro lugar disparado, com 40 textos, seguido por Arthur Motta, com 25, Amadeu Amaral e Mário de Andrade, com 13, e Júlio César da Silva e Medeiros Albuquerque, com 12.

¹⁴⁹ Carta de Oliveira Vianna a Plínio Barreto. Arquivo particular de Plínio Barreto. Friburgo 31.03.1917. Citada por VENÂNCIO, Giselle Martins. **Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883 – 1951)**. 2003. 340f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – UFRJ, Rio de Janeiro, 2003, p. 191.

¹⁵⁰ VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil: populações rurais do centro-sul**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952, p. 428-429.

Como alternativa, propunha uma solução “racional” e “orgânica” para os problemas de organização política:

Quer dizer: pela instituição de um Estado centralizado, com um governo nacional poderoso, dominador, unitário, incontestável, provido de capacidades bastantes para realizar, na sua plenitude, os seus dois grandes objetivos capitais: - a consolidação da nacionalidade e a organização de sua ordem legal¹⁵¹.

Achava-se aí o embrião da proposta que mais tarde seria desenvolvida por Vianna em suas obras posteriores, ou seja, a de um Estado autoritário e corporativo, como alternativa ao liberalismo implantado durante a Primeira República¹⁵².

Além desses dois livros, a editora Monteiro Lobato & Cia. também foi responsável pelo lançamento de *Higiene para o povo: Amarelão e Maleita*, de Belisário Penna. A obra, publicada em 1924, foi escrita na época que Penna ocupava o cargo de Delegado de Saúde, atendendo ao pedido do presidente do estado de São Paulo, Washington Luís. Este deveria servir como um manual educativo para instruir a população acerca dos preceitos de higiene e prevenção de duas das doenças que mais atingiam a população brasileira – ancilostomíase (amarelão) e malária (maleita). Escrito em linguagem simples, era destinado “aos leigos, aos fazendeiros, aos colonos, aos meninos de escolas primárias, aos habitantes do interior, do litoral e dos sertões brasileiros que saibam ler”. Penna acreditava que a ampla abrangência na forma como os temas eram abordados era fundamental para a “vulgarização de preceitos científicos”, de forma a combater “as credices e abusões” através de argumentos simples e “explicações singelas de fatos ignorados pela massa popular e interpretados quase sempre de modo disparatado”. À sua obra, deveria se somar a adoção de amplas medidas educativas e propaganda insistente, pois somente assim essas ideias seriam

¹⁵¹ VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil: populações rurais do centro-sul**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952, p. 429.

¹⁵² Para uma análise das ideias desenvolvidas por Vianna, ver: BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartim de (Orgs.). **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. BRASIL JÚNIOR, Antônio da Silveira. **Uma sociologia brasileira da ação coletiva: Oliveira Vianna e Evaristo de Moraes Filho**. 2007. 191f Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, 2007. BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2005. PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrilheiros e Semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)**. São Paulo: Editora 34, 2000.

capazes de funcionar de forma “verdadeiramente educadora”, infiltrando “em todos os espíritos, até mesmo os mais rebeldes a convicção das verdades científicas que derrocarão afinal a ignorância e a rotina, e iniciarão uma nova era de saúde, de trabalho produtivo, de alegria e de prosperidade não limitadas a algumas castas, mas generalizada a todos habitantes desse país”¹⁵³.

Lobato editaria, ainda, outros livros de Kehl e Vianna. Em 1921, sairia pela editora *Pequenos Estudos de Psicologia Social*, que ganharia segunda edição em 1923. O livro, mais tarde incorporado à prestigiosa coleção *Brasiliana* da Companhia Editora Nacional, na qual reunia artigos publicados anteriormente em diversos periódicos.

Em 1923 seria lançado *A cura da fealdade*, do médico eugenista Renato Kehl. O trabalho possuía 510 páginas e utilizava o personagem icônico criado por Lobato, o Jeca Tatu, como exemplo de “caricatura grotesca do brasileiro cacogenizado”. Kehl via como fatores responsáveis pelo aumento da “fealdade” da população nacional não só a intensa miscigenação, mas também aberração moral sexual de alguns indivíduos, os vícios e os males sociais dos tempos modernos. Defendia como solução para alcançarmos uma raça nacional eugenicamente perfeita, a aplicação de exames pré-nupciais e a esterilização de elementos cacogênicos.

Kehl também tinha intenções de publicar uma edição em inglês de um de seus livros. Em 1929, entrou em contato com Monteiro Lobato, com quem já mantinha relação de longa data, perguntando se não era possível publicar a nova obra que havia escrito nos Estados Unidos, país onde o criador do Jeca Tatu residia naquele momento. Admitia que “a pretensão é grande... mas quem sabe?”, argumentando em favor de seu novo trabalho, da qual ele acreditava “não existir outro do gênero”¹⁵⁴. Lobato enviaria a sua resposta algumas semanas depois, demonstrando seu ceticismo com relação ao pedido de Renato e o aconselhando a mudar de ideia:

Não creio, meu caro Renato, que possas editar teu livro aqui. Não pode haver país onde a eugenia esteja mais proclamada, estudada, praticada, “livrada” do que este. O número de estudos especializados que sobre tal assunto aparecem é enorme e manuais como o teu circulam aos centos e estão em todas as escolas. A ideia está tão adiantada que já começam a aparecer “filhos

¹⁵³ PENNA, Belisário. **Higiene para o povo: Amarelão e Maleita**. São Paulo: Editora Monteiro Lobato & Cia, 1924, p. 3.

¹⁵⁴ Carta de Renato Kehl a Monteiro Lobato. Rio de Janeiro, 12 de Junho de 1929. (Fundo Pessoal Renato Kehl, DAD-COC).

eugênicos”. Uma senhora da alta sociedade meses atrás ocupou durante vários dias o *front page* dos jornais mexeriqueiros graças a audácia com que, rompendo contra todos os preconceitos, resolveu ter um filho eugênico segundo todos os preceitos da ciência e sem se ligar legalmente a nenhum homem. Escolheu um admirável tipo de macho, fê-lo estudar todos os aspectos e achando *fit* para o fim que tinha em vista, fez-se fecundar por ele. Disso resultou uma menina que está sendo criada numa *farm* especialmente adaptada para *nursery* eugênica, e lá vai ela conduzindo sua experiência de ouvidos fechados a todas as censuras da *bigotry*. Seu exemplo á foi imitado e dentro de alguns anos a ciência terá alguns fatós novos a estudar¹⁵⁵.

O livro da qual se referia Kehl havia sido escrito a partir das anotações e leituras feitas durante a sua viagem à Europa. Intitulado *Lições de eugenia*, foi lançado pela Francisco Alves, em 1929. Nesse mesmo ano, o eugenista começaria a editar aquele que viria a ser o primeiro periódico voltado exclusivamente para o estudo e divulgação da eugenia.

Lobato continuaria aconselhando Kehl com relação a publicação de seus trabalhos, conforme podemos observar pela análise das corrêspndências. A cada livro lançado, Kehl enviaria um exemplar ao amigo e antigo editor, aguardando parecer deste último. Em 1938, Lobato escreveria mais um prefácio para a obra do eugenista *Bio-perspectivas: dicionário filosófico*.

1.2.2.1 – A Liga Brasileira de Higiene Mental

O fim precoce da Sociedade de Eugenia de São Paulo não arrefeceu os ânimos dos eugenistas brasileiros. Alguns de seus antigos membros, como Renato Kehl, Belisário Penna, Afrânio Peixoto, Souza Lima, Juliano Moreira e Antonio Austregésilo continuaram cultivando grande interesse e admiração pela Eugenia, mesmo que na época não existisse uma entidade eugênica propriamente dita na Capital Federal. O movimento pró-saneamento, representado institucionalmente pela Liga Pró-Saneamento e pelos Congressos de Higiene realizados anualmente, vinha incorporando cada vez mais as ideias eugênicas em seus discursos em defesa da saúde pública.

Em 1923, a *Liga Brasileira de Higiene Mental* viria a ocupar esse vazio, passando a se comprometer diretamente com os ideais eugênicos. Criada por iniciativa do psiquiatra Gustavo Riedel, foi uma das mais proeminentes associações médicas, com

¹⁵⁵ Carta de Monteiro Lobato a Renato Kehl. New York, 8 de Julho de 1929. (Fundo Pessoal Renato Kehl, DAD-COC).

uma atuação bastante expressiva do campo da psiquiatria e da eugenia nacional nas décadas de 1920 e 1930.

Em 1923, as discussões sobre eugenia encontrariam novamente abrigo institucional, com a criação da Liga Brasileira de Higiene Mental. Dentro dessa nova associação se reuniu um influente grupo, dedicado não só a promover o pensamento eugênico mas também propor outro modelo de organização estatal. Fundada pelo psiquiatra Gustavo Riedel, foi reconhecida pela Câmara dos Deputados como instituição de utilidade pública, através do Decreto nº 4.778 de 27 de dezembro de 1923, passando a receber subvenção federal para o desempenho de suas atividades. Dois anos depois, esse auxílio viabilizaria um amplo programa de prevenção das doenças mentais, possibilitando a criação de ambulatórios para orientação e atendimento da população. Esse suporte financeiro, no entanto, não era regular, exigindo a participação ativa de seus membros com subsídios próprios.

A Liga Brasileira de Higiene Mental foi uma das mais proeminentes associações médicas, representando o papel de instituição mais expressiva do campo da psiquiatria e da eugenia nacional nas décadas de 1920 e 1930. Reunindo mais de 120 membros, contava com a elite da psiquiatria nacional, sendo integrada também por médicos de diversas áreas, educadores, juristas, intelectuais, empresário e políticos. Participavam dessa entidade o presidente da República Arthur Bernardes, três ministros de Estado – Félix Pacheco, João Luis Alves e Pires e Albuquerque, dois senadores – Conde Frontin e José Eusébio, dois deputados – Carlos Maximiliano e Clementino Fraga, o prefeito do Distrito Federal, Alaor Prata, dois Conselheiros Municipais – Cesário de Mello e Mário Piragibe. Contava ainda com representantes do setor industrial, como Guilherme Ginle, Affonso Vizeu e Antônio Gomes Pereira. Seus líderes mais influentes foram os psiquiatras Juliano Moreira, Ernani Lopes e Gustavo Riedel. Além desses, Henrique Roxo, Plínio Olinto, Maurício de Medeiros, Afrânio Peixoto e Faustino Esposel tiveram destaque como dirigentes das primeiras campanhas conduzidas em favor da profilaxia de doenças mentais. Vários dos antigos membros das extintas Sociedade Eugênica de São Paulo e da Liga Pró-Sanitarismo juntaram-se à LBHM, entre eles Renato Kehl,

Belisário Penna, Carlos Chagas, Antônio Austregésilo, Miguel Couto e Edgar Roquette-Pinto¹⁵⁶.

Os objetivos da Liga, conforme expresso em seu estatuto de fundação, seriam os seguintes: a) prevenção das doenças mentais, tendo em vista os princípios de higiene geral, especialmente no que se refere ao sistema nervoso; b) proteção e amparo no meio social dos egressos de manicômios e doentes mentais passíveis de internação; c) melhoria progressiva dos meios de assistência e tratamento aos doentes nervosos e mentais em asilos públicos, particulares ou mesmo fora deles; d) realização de um programa de Higiene Mental e Eugenia no domínio das atividades individuais, escolares, profissionais e sociais.

Há aí uma nítida conjugação desses objetivos, ligados tanto a uma busca de um aperfeiçoamento da assistência psiquiátrica a doentes “nervosos e mentais” não só dentro, mas também fora do asilo, quanto de atenção à higiene mental propriamente dita. Esta última estaria definitivamente alinhada a um tipo de intervenção de caráter médico-social, possuindo indicações preventivas e eugênicas com um amplo campo de ação em diversas áreas e segmentos sociais, abarcando variados aspectos da vida privada e estendendo-se aos círculos da vida pública: no lar, na escola, na organização do trabalho, na vida militar, no ambiente colonial, no domínio criminológico, na produção literária e artística.

Tendo em vista um cenário de inquietação quanto ao futuro da “raça brasileira, os psiquiatras, movidos por um ideal de aperfeiçoamento eugênico do homem brasileiro, atribuem a si mesmo a tarefa quase religiosa de evitar a degeneração mental da população através da Higiene Mental e de medidas preventivas de caráter eugênico. Assim, imbuídos de um espírito nacionalista e regeneracionista, os integrantes da LBHM definem como temas prioritários para a “defesa da mentalidade da raça” o combate ao alcoolismo e aos “vícios sociais”, imigração selecionada, seleção e orientação profissional com vistas à racionalização do trabalho, exames pré-nupciais como forma de controle dos casamentos – prevenindo assim uniões indesejáveis e

¹⁵⁶ STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005, p. 59. SANTOS, Ricardo Augusto. **Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do Eugenio em Renato Kehl (1917-37)**. Niterói: UFF, 2008. 257f. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 119.

incentivando as eugenicamente desejáveis, esterilização compulsória de “grandes degenerados” e criminosos, segregação por motivos eugênicos, higiene mental e eugenia infantil¹⁵⁷.

A LBHM procurou divulgar seus postulados através de diferentes meios: artigos na imprensa, folhetos de propaganda, palestras e pronunciamentos radiofônicos. Em 1925, lançou o periódico *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*. Além de ser o órgão oficial de propaganda dos princípios da Higiene Mental, o periódico serviu como instrumento de intercâmbio político e intelectual não só em âmbito local, mas a nível nacional e internacional. Conforme Santos, o periódico circulava em todos estados, disseminando suas opiniões e ideias e exercendo igualmente uma função irradiadora internacional ao estabelecer relações com as principais sociedades científicas do mundo¹⁵⁸.

Na tentativa de estabelecer os planos do movimento de higiene mental, coordenando ações em âmbito nacional e internacional, através da criação de ligas regionais - como a Liga Paulista de Higiene Mental, a Liga Rio-Grandense de Higiene Mental e a Liga Pernambucana de Higiene Mental – e da realização do 1.º Congresso Internacional de Higiene Mental, que visava reunir médicos e psiquiatras de todos os países para uma troca mútua de informações e experiências no campo da doença mental.

Houve também por parte da Liga iniciativas a fim de efetivar uma intervenção prática dos princípios professados. Foram montados laboratórios de psicologia aplicada, ambulatórios de psiquiatria, consultório gratuito de psicanálise, uma Clínica de Eufrenia¹⁵⁹ Infantil. Também houve organização de diversas semanas antialcoólicas, a aplicação de testes psicológicos em escolas públicas e fábricas e o estabelecimento de contratos de assistência psiquiátrica com a prefeitura do Rio de Janeiro.

¹⁵⁷ REIS, José Roberto Franco. **Higiene Mental e Eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30)**. 1994. 354f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 1994, p. 67.

¹⁵⁸ SANTOS, Ricardo Augusto. **Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do Eugenismo em Renato Kehl (1917-37)**. Niterói: UFF, 2008. 257f. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 120.

¹⁵⁹ Termo cunhado pelos psiquiatras brasileiros atuantes na LBHM como forma de consolidar a relação entre Higiene Mental e Eugenia. Seu significado era “aprimoramento mental da raça”.

1.2.2.2 – Comissão Central Brasileira de Eugenia

Dando prosseguimento ao seu objetivo de consolidar a institucionalização da eugenia no Brasil, bem como influir nas determinações jurídicas em favor de um projeto eugênico, Renato Kehl liderou, juntamente com outros eugenistas, a fundação da Comissão Central Brasileira de Eugenia (CCBE), no ano de 1931. Seu objetivo era promover o estudo, a propaganda e a assessoria a qualquer projeto governamental que buscasse atender interesses eugênicos ou para-eugênicos relacionados à imigração, população, saneamento, educação sexual, “às exigências modernas pré-matrimoniais” e a “fundação de estabelecimentos ou laboratórios para estudos galtonianos”. Sua principal via de ação era por meio de pressões e *lobbies* no Congresso, da participação na elaboração de leis e na promoção políticas públicas governamentais que pretendessem o aperfeiçoamento racial.

Filiada à Federação Internacional das Associações Eugênicas, a CCBE tinha por modelo associações semelhantes existentes em países como Suécia, Estados Unidos e Alemanha, mas sua principal inspiração era a Sociedade Alemã para a Higiene da Raça. De acordo com Kehl, essa entidade científica, voltada para a regeneração integral da nacionalidade, visava promover o estudo, a propaganda e a assessoria a qualquer projeto governamental que buscasse atender interesses eugênicos ou para-eugênicos relacionados à imigração, população, saneamento, educação sexual, “às exigências modernas pré-matrimoniais” e a “fundação de estabelecimentos ou laboratórios para estudos galtonianos”. Sua principal via de ação era por meio de pressões e *lobbies* no Congresso, da participação na elaboração de leis e na promoção políticas públicas governamentais que pretendessem o aperfeiçoamento racial. A eugenia era assim concebida como uma ciência a serviço da nação.

Durante o Primeiro Congresso de Eugenia, foi estabelecida uma solicitação ao Congresso Nacional para a criação de uma nova legislação. Uma lista - publicada mais tarde no livro *Aparas Eugênicas, Sexo e Civilização*, de autoria de Kehl – foi enviada pela Comissão Central Brasileira de Eugenia para o grupo que elaborava o pré-projeto de uma nova constituição. O papel a ser desempenhado pelo Estado seria definido no item número 11:

O Estado, tendo em consideração os itens acima, empenhar-se-á, desde já, para a defesa das futuras gerações, na preservação e multiplicação das boas

linhagens das diversas classes de trabalhadores sadios e úteis, sejam manuais, artísticos ou intelectuais. As medidas sumariamente expostas são indispensáveis para resguardá-las da degeneração, ao mesmo tempo que favorecem o aumento de suas proles. São recursos básicos, ao lado da educação, para elevar o nível médio, somato-psíquico da nacionalidade¹⁶⁰.

Com a criação desta associação, Kehl visava reunir tanto os interesses dos segmentos mais radicais do movimento eugenista – como a Liga Brasileira de Higiene Mental – quanto a atenção de intelectuais das demais correntes eugênicas, além dos membros e autoridades públicas do novo governo. Entre os membros da CCBE encontravam-se Ernani Lopes e Júlio Porto Carrero, respectivamente presidente e vice-presidente da LBHM; o psiquiatra e eugenista Cunha Lopes, da Assistência a Psicopatas do Rio de Janeiro; os eugenistas Toledo de Piza Junior e Octávio Domingues, ambos professores da Escola Agrícola Luiz de Queiroz; e o higienista Achilles Lisbôa, que tinha relações estreitas com Belisário Penna e Eunice Penna Kehl – esposa de Renato Kehl e filha de Penna - que ocupou o cargo de secretária da CCBE. A comissão era formada também por intelectuais e autoridades diretamente ligados ao Departamento Nacional de Saúde Pública, como Gustavo Lessa, Caetano Coutinho e o próprio Belisário Penna, nomeado semanas antes pelo Presidente Getúlio Vargas como diretor do DNSP.

1.2.2.3 – Sociedade dos Amigos de Alberto Torres

A Eugenia, além das tradicionais Sociedades, Ligas e periódicos dedicados a exclusivamente à Eugenia ou que dividiam espaço com assuntos médicos, floresceu em outras instituições que dedicaram-se a discussão de assuntos diversos, como foi o caso da *Sociedade de Amigos de Alberto Torres*. Casos como esse ainda merecem estudos aprofundados sobre o seu papel de divulgação e propaganda eugênica no Brasil e sua relação com outras instituições do gênero.

A *Sociedade de Amigos de Alberto Torres* foi fundada em novembro 1932, na cidade do Rio de Janeiro, por admiradores da obra do político e bacharel em direito Alberto Torres. Seu objetivo era discutir e divulgar as ideias do autor, bem como a realização de ações diversas que contribuíssem para o bem da nação. Com vistas a cumprir seus ideais, seus membros promoveram reuniões, palestras e debates sobre

¹⁶⁰ KEHL, Renato. **Aparas Eugênicas, Sexo e Civilização. Novas Diretrizes.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933, p.257.

assuntos relacionados à educação rural, agricultura, conservação da natureza, imigração, nacionalidade, trabalho, além de discutirem os problemas ocasionados pela seca que assolava constantemente o Nordeste, propondo soluções para mitigar o impacto causado na região.

Silvia Oliveira Campos de Pinho, que analisou na sua tese a recepção da obra de Torres no Brasil, aponta a *Sociedade* como importante espaço de divulgação e estudo da obra do autor, tendo sido uma das principais vias de receptibilidade das ideias torreanas:

E há uma **terceira** recepção a Torres, que ocorre na década de 30, através da *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres*, [...]. Esta terceira recepção mescla as outras duas, apresentando traços de ambas: valoriza o nacionalismo e a defesa de uma nação orgânica e ordenada por parte de Torres, mas tem no ruralismo sua diretriz principal para essa mesma nação. Além disso, embora haja intelectuais na SAAT, seus principais membros são políticos, e ela tem uma franca atuação política. É claro que, como já dissemos, a intelectualidade dos anos 20/30 também estava imbuída de um forte sentido político. Mas a forma de atuação é diferente. A SAAT não tem nas letras seu principalmente instrumento de luta, centrando-se na ação propriamente dita. Muitas vezes, há uma mistura, no sentido de que diversos de nossos intelectuais pertenceram à SAAT. Mas isso não retira a especificidade desta, e só confirma o que dissemos antes: que ela abrange e mescla elementos das duas outras recepções¹⁶¹.

Essa valorização da ação como primordial se traduziu na adoção de uma série de programas incentivados e adotados pela instituição. As atividades voltada para o ensino rural foram a grande tônica da organização. Também marcaram presença iniciativas relacionadas à proteção da natureza e à promoção de medidas que restringiam a entrada de estrangeiros no Brasil. A Sociedade realizou pesados ataques à imigração de determinados grupos étnicos, como japoneses e árabes.

A lista de membros fundadores da SAAT era bastante extensa, incluindo nomes como: Edgar Teixeira Leite, Alde Sampaio, Fernandes Távora, Juarez Távora, Sabóia Lima, Ildefonso Simões Lopes, Lourenço Baeta Neves, Alcides Gentil, Heloísa Alberto Torres, Edgar Roquette-Pinto, José Savaresi, Paulo Filho, Humberto de Campos, Felix Pacheco, Barreto Campello, Barbosa Lima Sobrinho, Oliveira Vianna, Hélio Gomes, Alcides Bezerra, Belisário Penna, Rogério de Camargo, Saturnino de Brito Filho, Roberto Marinho, Alberto J. Sampaio, Magalhães Correa, Prado Kelly, Humberto de

¹⁶¹ PINHO, Silvia Oliveira Campos de. **Alberto Torres: uma obra, várias leituras**. 2007. 246 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2007, p. 126.

Almeida, Porfírio Soares Neto, Mário Roquette-Pinto, Protógenes Guimarães, Anna Amélia Carneiro de Mendonça, Raymundo Magalhães, Rafael Xavier e Raul de Paula. Posteriormente, outras pessoas juntaram-se à Sociedade: Carlos Pontes, Cândido Mota Filho, Celso Viera, Plínio Salgado, Nicolás Debané, entre outros. Como podemos observar, esse grupo era composto por importantes intelectuais, homens de ciência, diplomatas e políticos.

Conforme Pinho, não era qualquer pessoa que poderia participar da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Conforme o estatuto da organização, para integrar o quadro de sócio efetivo, era necessário obedecer aos seguintes critérios:

ser brasileiro nato ou naturalizado; ser proposto por um ou mais sócios efetivos quites; obter um parecer favorável do Conselho Fiscal; pagar uma determinada quantia em dinheiro; prestar compromisso de fidelidade ao programa e fins da SAAT. Além disso, depois de associado, havia uma mensalidade a ser paga. Desse modo, havia requisitos de nacionalidade, econômicos, ideológicos e, principalmente, de sociabilidade, já que era preciso ser indicado por um ou mais sócios. Finalmente, era possível perder o título de sócio, em caso de “incapacidade moral, ou pela prática de atos ou propagação de idéias incompatíveis com o programa e os fins da Sociedade, à juízo da Assembléia Geral”¹⁶².

A *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres* teve grande importância como espaço de socialização entre os intelectuais brasileiros durante o período. Embora fosse relativamente fechada, como vimos, e com um certo alinhamento entre seus membros em termos de pensamento e discurso – o que, obviamente, não excluía conflitos e discordância – exerceu um papel importante no contato entre intelectuais de diversas áreas e correntes, como integralistas, higienistas, eugenistas, defensores do autoritarismo. Apesar de haver diferenças, o que os unia era sua admiração pela obra de Torres e a percepção de que era necessário discutir questões que consideravam de extrema importância para a nação brasileira, identificando problemas e sugerindo formas de ultrapassá-los. Entre os principais temas que eram postos em pauta, estavam questões relacionadas à agricultura, conservação da natureza, educação, imigração, bem como siderurgia, tributação, produção e políticas para a valorização Brasil, de seu território e de sua gente.

¹⁶² PINHO, Silvia Oliveira Campos de. **Alberto Torres: uma obra, várias leituras**. 2007. 246 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2007, p. 170.

A Sociedade foi uma associação civil bastante ativa, organizada, e com considerável poder, devido a sua capacidade de direcionar debates, como no caso da questão imigratória, em que seus membros tiveram presença ativa no impedimento da entrada de grupos étnicos considerados inferiores, como os japoneses e árabes. A atuação dos membros da SAAT não se restringiu apenas ao âmbito de suas reuniões. Organizaram várias conferências e cursos, e suas conferências eram publicadas nos jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Folha do Povo*, *A Nota*, e *Diário Carioca* e em algumas revistas, como a *Revista de Ensino*, a *Revista Nacional de Educação* e a *O Agricultor*. No entanto, o principal divulgador da Sociedade foi o *Jornal do Comércio*. Segundo Silvia Pinho, o proprietário e editor-chefe do jornal, Felix Pacheco, eram membro ativo da SAAT e costumava disponibilizar com frequência espaço em suas páginas, sem custo algum. Além disso, a sede da Sociedade funcionava no edifício do jornal.

Conferências inteiras da SAAT eram regularmente transcritas nesse jornal, ocupando às vezes mais de uma página. No período de 1932 a 1937, anos de maior atividade da SAAT, sua presença no *Jornal do Comércio*, como pudemos comprovar, foi impressionante. Há meses em que ela aparece, através de notícias de suas atividades ou de transcrições de palestras, em cerca de 15 edições, e até mais. Essa presença na mídia impressa conferia um grande poder à SAAT¹⁶³.

Assim como outros membros da Sociedade, Oliveira Vianna desempenhou um importante papel nas discussões sobre imigração, tornando-se uma presença constante nas comissões oficiais que visavam avaliar e preparar propostas que orientariam as políticas imigratórias do governo Vargas.

Em novembro de 1934 foi nomeado pelo Ministro do Trabalho, Agamemnon Magalhães, para integrar a comissão que avaliaria a aplicação da lei de cotas e que seria responsável por elaborar um anteprojeto de lei para regular a questão imigratória. A Comissão de Imigração, como foi batizada posteriormente por Vargas, tinha Oliveira Vianna como seu presidente, contando ainda com a presença de Dulphe Pinheiro Machado, diretor Geral do Departamento Nacional de Povoamento; Roquette Pinto, antropólogo e diretor do Museu Nacional; Renato Kehl, “especialista em assuntos de

¹⁶³ PINHO, Silvia Oliveira Campos de. **Alberto Torres: uma obra, várias leituras**. 2007. 246 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2007, p.173.

eugenia”]; e ainda Raul de Paula, que participaria como membro indicado pela *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres*.

Como podemos ver, o poder da Sociedade em servir de referência para tais assuntos era tanto que lhe valeu uma cadeira exclusiva para seus membros na elaboração das leis imigratorias no período. Além de Vianna, outros de seus membros participariam ativamente das discussões envolvendo a entrada de imigrantes no Brasil, como o deputado Xavier de Oliveira, presidente da Sociedade - que discutiria inclusive essa questão no Congresso de Eugenia - o médico Arthur Neiva, Raul de Paula, Félix Pacheco e o diplomata Nicolau Debané. Esse grupo defendeu ativamente a restrição à entrada de japoneses e árabes no Brasil, denunciando inclusive a substituição de trabalhadores brasileiros por imigrantes dessas nações.

Alguns dos mais ardentes líderes do movimento anti-nipônico, como Miguel Couto, Xavier de Oliveira e Arthur Neiva, integraram a Assembléia Constituinte de 1933, na qual deliberaram com seus colegas em inúmeras ocasiões sobre questões relacionadas à imigração e sugeriram a necessidade de se adotar leis que restringissem o ingresso de estrangeiros no país. Além de demonstrarem repúdio a entrada desses povos, mais tarde iriam manifestar seu descontentamento com a vinda de assírios para o Brasil. Segundo Lesser, “os debates sobre imigração na Assembléia Constituinte freqüentemente começavam com discussão sobre os japoneses e terminavam com comentários raivosos sobre os assírios”¹⁶⁴

Tais proposições geraram opiniões divididas na imprensa nacional, ocasionando uma série de polêmicas entre aqueles que eram a favor e aqueles que eram contra tais medidas. A SAAT apresentava-se como opositora de políticas de incentivo à vinda de pessoas de outra nacionalidade para o país e, devido ao grande prestígio da instituição e de seus membros, conseguiu grande espaço dentro da imprensa para divulgar suas posições. No auge das discussões sobre a vinda de trabalhadores japoneses para o Brasil. Por influência de seus membros, jornais como *Jornal do Brasil*, *Jornal do Comércio*, *Correio da Manhã*, e a *Gazeta do Rio* publicassem matérias sobre a invasão

¹⁶⁴ LESSER, Jeffrey. Imigração e mutações conceituais da identidade nacional, no Brasil, durante a Era Vargas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 14, n.28, 1994, p. 134.

japonesa na Manchúria tecendo comparações com o caso brasileiro¹⁶⁵. A ideia era mostrar que a vinda de integrantes de impérios expansionistas e militarista como o o Japão representava um perigo à soberania do país, devido a presença massiva de habitantes da terra do sol nascente e a dificuldade de assimilação do elemento japonês à cultura e à raça brasileira.

Outros periódicos, como *O Jornal*, abriram espaço para a defesa de autores favoráveis à vinda de imigrantes nipônicos, como foi o caso de Bruno Lobo, professor da Universidade do Rio de Janeiro. Conforme demonstra Endrica Geraldo, *O Homem Livre e A Nação* seguiram a mesma orientação, tendo este último publicado uma matéria com o Ministro da Guerra, General Góes Monteiro, na qual este se manifestava de maneira positiva à vinda de japoneses para terras brasileiras. Até mesmo Assis Chateaubriand tomou parte na polêmica, manifestando-se pró-imigração¹⁶⁶. Dentro de seus artigos e entrevistas, apresentavam visões mais positivas que as dos membros da SAAT, destacando a importância da continuidade das políticas imigratórias e sobre o bom desempenho dos trabalhadores nipônicos, principalmente na lavoura paulista. Salientava-se as características favoráveis deste últimos, que eram descritos como sendo empregados dóceis, organizados e eficientes.

Os debates sobre imigração na imprensa se tornaram mais acirrados em 1932, quando a *Liga das Nações* requisitou a ajuda do governo brasileiro para a instalação de assentamentos de refugiados assírios católicos no país. A companhia britânica *Paraná Plantations, Limited* seria responsável por instalar os recém-chegados no estado do Paraná, contando com o auxílio do governo para a criação de planos inserir os novos imigrantes de maneira adequada.

A princípio, a vinda dos refugiados assírios foi vista de maneira positiva por integrantes do Estado brasileiro, uma vez que apresentava uma série de vantagens, conforme apontou o brasilianista Jeffrey Lesser. Do lado econômico, por exemplo, o assentamento no Paraná teria a função de ocupar e povoar uma área que era relativamente deserta, onde se processava a instalação dos trilhos para uma nova estrada

¹⁶⁵ GERALDO, Endrica. **O "perigo alienígena" : política imigratoria e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)**. 2007. 238f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2007, p. 90-91.

¹⁶⁶ GERALDO, Endrica. **O "perigo alienígena" : política imigratoria e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)**. 2007. 238f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2007, p. 91.

de ferro. Além disso, tratava-se de uma população católica, o que coincidia com as intenções do regime de se voltar para uma sociedade com características religiosas mais tradicionais no tocante à educação e família. A aceitação dos imigrantes também funcionaria como um componente favorável de relações públicas internacional, uma vez que a *Liga das Nações* colocava-se frontalmente à favor do plano e desejava divulgar os esforços humanitários do Brasil para a comunidade mundial¹⁶⁷.

Em 3 de Janeiro de 1934, o então Ministro do Trabalho Oswaldo de Costa Miranda solicitou à Embaixada Brasileira localizada em Londres que informasse a *Liga das Nações* que o governo brasileiro aceitaria a entrada dos assírios sob as seguintes condições: 1) o Brasil não ter nenhuma responsabilidade financeira; 2) Os imigrantes, sem exceção, deveriam trabalhar como agricultores; 3) Os assírios viriam em grupos de 500 pessoas e, somente após estes serem instalados, novos grupos poderiam chegar; 4) a *Liga das Nações* e a *Paraná Plantations* deveriam assumir toda a responsabilidade pela repatriação caso a colônia não prosperasse.

A *Sociedade dos Amigos de Alberto* opôs-se frontalmente à vinda de assírios para o Brasil. Em 1934, Xavier de Oliveira levou a questão aos seus colegas da Sociedade através de um pronunciamento, na qual criticava a política de imigração seguida por certos órgãos do Governo Provisório, em especial o Ministério das Relações Exteriores, uma vez que este pretendia apoiar a instalação de 14.000 refugiados em território brasileiro.

Os ataques proferidos pela SAAT na imprensa, principalmente no *Jornal do Comércio*, que chegava a dedicar páginas inteiras às conferências de membros da instituição atacando a vinda dos assírios levou o Itamaraty a emitir um comunicado proclamando ter sido “um simples intermediário entre a Liga das Nações, governos estrangeiros e o Ministério do Trabalho”¹⁶⁸.

Essa reação tornou-se mais violenta à medida que a questão assíria passou a se tornar parte dos debates políticos relativos à elaboração de uma nova Constituição para o Brasil, uma vez que nela estariam inclusas leis relativas à entrada de estrangeiros.

¹⁶⁷ LESSER, Jeffrey. Imigração e mutações conceituais da identidade nacional, no Brasil, durante a Era Vargas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 14, n.28, 1994, p. 126 – 127.

¹⁶⁸ LESSER, Jeffrey. Imigração e mutações conceituais da identidade nacional, no Brasil, durante a Era Vargas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 14, n.28, 1994, p. 132.

Comentários sobre a assimilação de grupos étnicos estrangeiros ganharam proeminência, principalmente quando os políticos envolvidos concordavam que as medidas de restrição a imigração a serem adotadas deveriam ter a força de regulamentação constitucional, uma vez que os antigos decretos estaduais e federais já não eram mais suficientes.

Xavier de Oliveira, juntamente com outros membros da SAAT que também participavam da constituinte - os deputados Deputados Edgar Teixeira Leite, Domingos Velasco e Alde Sampaio - cobraram uma posição do então Chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, sobre a questão. Este havia respondido o seguinte:

O sr. Xavier de Oliveira – (...) estou devidamente informado de que a diretoria da Sociedade Alberto Torres, a que se incorporam os Deputados Edgar Teixeira Leite, Domingos Velasco e Alde Sampaio, membros dessa associação, recebida, ontem, pelo honrado Chefe do Estado, ouviu de S. Ex. palavras de elevado patriotismo em face desse gravíssimo problema. S. Ex. afirmou que não assinou, nem autorizou ato algum – friso bem esse ponto e peço para ele a atenção da *Assembléia* – não assinou, nem autorizou ato algum que obrigasse o Brasil a receber essa massa de imigrantes assírios¹⁶⁹.

Tanto o pronunciamento de Xavier como a resposta de Vargas foram publicados na imprensa.

Como mencionamos anteriormente, a comissão responsável a emenda constitucional 1.619, que estabeleceu um regime de cotas para imigração de estrangeiros por nacionalidade, contou com a participação de um representante oficial da *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres*. A Comissão foi composta, ainda, por outros membros da SAAT, como foi o caso de Oliveira Vianna, que ocupou a posição de presidente da mesma, o diplomata Nicolás Debanne e o antropólogo Edgard Roquette-Pinto.

A Comissão ficou encarregada, ainda, de analisar o caso dos assentamentos assírios. Os relatórios apresentados por Oliveira Vianna e Raul de Paul apresentavam uma série de argumentos contrários à instalação dos refugiados e,

¹⁶⁹ GERALDO, Endrica. **O "perigo alienígena" : política migratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)**. 2007. 238f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2007, p. 78.

segundo Lesser, tiveram bastante peso, recomendando ao presidente que vetasse a entrada desses imigrantes no Brasil. Um dos pareceres emitidos pela Comissão acusava, inclusive, um dos componentes da Liga das Nações, o General Browne, devido a sua inaptidão “para livrar de abusos aquela comissão de um número de ideias incorretas prevalecentes no Brasil a respeito dos assírios”¹⁷⁰.

Diante das bem alardeadas negativas, em abril de 1934, a Liga das Nações retrocedeu em sua decisão. Uma série de artigos comemoraram o fato, aclamando que tal resolução livraria a América dos “nômades do Iraque”.

Como podemos ver, campanhas da Sociedade contra a imigração tiveram bastante repercussão, a ponto de seus integrantes terem poder de influenciar os debates e a legislação do período. Conforme aponta Geraldo, não era raro que muitos dos textos relacionados à questão imigratória apresentassem forte conteúdo eugênico¹⁷¹.

A Sociedade também atuou de forma a incentivar e promover a educação de ideais higienicos e educação sanitária, com vistas a melhoria da qualidade de vida das populações que viviam interior do Brasil. Tal bandeira foi incansavelmente levantada pelos membros do movimento pró-sanitarismo e pró-higienização, pois entendiam que tais ações eram fundamentais para o progresso da nação, uma vez que acreditavam que a doença e as epidemias que assolavam os brasileiros tornava-os incapazes de se transformarem em mão-de-obra produtiva e, dessa forma, contribuir para o enriquecimento da nação. Não é a toa que o médico Belisário Penna, um dos mais ativos propagandistas e defensores da educação higiênica, do saneamento e da Eugenia tenha tido um papel importante nos projetos da *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres* voltados para essas áreas.

Penna, além de ser admirador da obra de Torres, partilhava com o intelectual uma série de ideias, como por exemplo, a defesa incondicional da tradição agrícola brasileira. O caixeiro-viajante, como ele mesmo várias vezes se intitulou, tomou parte das ações promovidas pela Sociedade, principalmente àquelas ligadas ao estudo dos problemas rurais e à proposição de soluções para os problemas de higiene que os

¹⁷⁰ LESSER, Jeffrey. Imigração e mutações conceituais da identidade nacional, no Brasil, durante a Era Vargas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 14, n.28, 1994, p. 136.

¹⁷¹ GERALDO, Endrica. **O "perigo alienígena" : política migratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)**. 2007. 238f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2007, p. 78.

habitantes das regiões interioranas enfrentavam¹⁷². Tais questões, que envolviam assuntos relacionados à agricultura, a alimentação, ao próprio ambiente rural, tiveram importância central nas ações da Sociedade. Seu principal instrumento de ação foram os *Clubs Agrícolas Escolares*, que tinham por objetivo a ruralização do ensino. Através deles, eram ensinadas noções de educação sanitária, higiene e nutrição. Nesses locais, também eram distribuídas sementes, adubos, mapas e instrumentos agrícolas, além de serem realizadas campanhas visando o reflorestamento de áreas desmatadas.

Os *Clubs* promoviam, ainda, o estudo das obras de Alberto Torres, visando a construção de uma consciência nacional e de um espírito de cooperação, através do conhecimento e a valorização do Brasil, do seu território e da sua gente. Em conjunto com o Museu Nacional, a Sociedade buscavam promover o que Sílvia Pinho chamou de “pedagogia da nação”. Essa ação pedagógica era guiada por dois pontos principais, relacionados entre si:

1) o objeto do conhecimento era sempre composto por elementos brasileiros, desde nossa geografia, solo, fauna, flora, até nossa história e tradições; 2) além do objetivo do conhecimento estar próximo ao aluno, a aprendizagem se dava de forma bastante prática, experimental. Trata-se, assim, de uma pedagogia nacionalista e baseada na saber experimental, prático, valorizando a ação e a proximidade do aluno dos objetos de seu conhecimento¹⁷³.

A Sociedade de Amigos de Alberto Torres não teve muitas dificuldades em implantar seus projetos voltados para educação agrícola. Primeiro, porque a Sociedade possuía bastante proximidade com vários órgãos governamentais, além de ser formada por pessoas com forte capital intelectual e político. Além disso, possuía uma série de sedes espalhadas pelos diversos estados e municípios do país, além da central, que ficava no Rio de Janeiro. Cada uma delas foi responsável por criar e patrocinar diretamente os *Clubs Agrícolas*, o que facilitou a sua instalação em várias localidades. Para se ter uma ideia, em 1936, a SAAT já contava com mais de mil *Clubs* em funcionamento¹⁷⁴.

¹⁷² GÓIS JÚNIOR, Edivaldo. Alberto Torres e os higienistas: intervenção do Estado na educação do corpo (1910-1930). *Saúde e Sociedade*. São Paulo, v.23, n.4, p.1445-1457, 2014, p. 1452.

¹⁷³ PINHO, Sílvia Oliveira Campos de. **Alberto Torres: uma obra, várias leituras**. 2007. 246 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2007, p. 185.

¹⁷⁴ PINHO, Sílvia Oliveira Campos de. **Alberto Torres: uma obra, várias leituras**. 2007. 246 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2007, p. 176.

Encontramos no acervo de Belisário Penna algumas documentos relacionados à sua atividade na Sociedade. O médico enviou uma correspondência em nome da SAAT, onde parabenizava a criação de um núcleo na cidade de Campos. Enviava os cumprimentos aos “amigos torreanos”, declarando o júbilo da Sociedade em ver organizada uma sede naquele “centro tradicional de intelectualidade e de trabalho agrícola e industrial, de uma indústria legítima e natural”. Desejava que seus membros tivessem “sempre em mente as magistrais lições do [...] incomparável patrono” fazendo com que as ideias deixadas pelo “sociólogo e pensador” fossem o “lábaro sagrado” de sua atividade e de suas energias em prol da nação. Assim como o mestre, estes deveriam colocar “inteiramente de lado interesses individuais, de família, de amigos, de partidos, de grupos e de classes, desde que colidam com os da integridade, da saúde, da educação, da economia e da grandeza do Brasil”¹⁷⁵.

Também consta um texto curto, relatando a instalação de seis lactários, obtidos mediante financiamento privado de “alguns capitalistas” e do auxílio de “senhoras” que, atendendo aos apelos do médico, se agremiaram em associações locais de proteção a infância. Relata ter contado com a cooperação do Diretor de Saneamento Rural, Samuel Uchôa, e de Soares Filgueira e Queiroz Lopes, chefes dos Centros de Saúde de Jacarepaguá, Campo Grande e Anchieta. Em anexo, apresentava a carta que havia enviado ao chefe do governo provisório, a fim de lhe chamar “a atenção para o problema da infância”, através da exposição da “calamitosa situação da criança no Brasil”. Criticava o Ministro da Educação e Saúde por ter cortado pela metade a verba que havia recomendado que fosse gasta para manter os lactários já instalados e para que novos fossem criados. Em tom ácido, ironizava a situação: “Houve por bem o Ministro da Educação e Saúde diminuí-la para cem contos, devendo nós levantar as mãos para o céu por não have-la extinto”.

1.2.3 – O Boletim de Eugenia e o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia.

¹⁷⁵ PENNA, Belisário. Carta ao núcleo da Sociedade de Amigos de Alberto Torres, núcleo de Campos. Rio de Janeiro, 30 de Janeiro de 1933 (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

O *Boletim de Eugenia*, como viria a ser chamado, foi editado e financiado por Kehl com recursos próprios. Seu volume de estréia foi publicado no mês de janeiro e passou a circular mensalmente. O Boletim manteve essa periodicidade durante os primeiros anos, e em 1932 passou a ter circulação trimestral. Logo no primeiro ano, a convite de Theophilo Almeida, amigo de Kehl nos tempos da faculdade, o Boletim tornou-se suplemento da revista médica *Medicamenta*, na edição de Junho/Julho de 1929. As tiragens iniciais foram de 1.000 exemplares, contendo 4 páginas cada um e distribuídos gratuitamente mediante solicitação enviada para a caixa postal, em nome de Renato Kehl, anunciada no periódico. Ao ser incorporado pela *Medicamenta*, sua tiragem aumentou consideravelmente, passando a ser enviada aos leitores da revista, que tinha circulação nacional. Além disso, possibilitou o aumento do número de páginas para 8, duplicando seu espaço e representando uma ampliação na propaganda em prol da eugenia.

Constituído por pequenos artigos científicos e outros de simples vulgarização, o Boletim veiculou também resenhas, notas e indicações de livros sobre eugenia, bem como avisos e orientações sobre o movimento eugênico no Brasil e no mundo. Seu propósito era o de disseminar informações e as teses eugênicas para o maior número de pessoas possível. Tendo esse objetivo em vista, era utilizada uma linguagem simples e clara, para que a campanha em prol da eugenia pudesse, segundo Kehl, se disseminar entre “os elementos cultos e entre os elementos que, embora de mediana cultura, desejam também orientar-se sobre o momentoso assunto”¹⁷⁶.

Os temas dos artigos contidos no Boletim versavam sobre os mais diversos assuntos, como casamento, alcoolismo, exames pré-nupciais, catolicismo, maternidade, criminalidade e raça. Através dessas discussões, buscava-se extrapolar o meio médico e despertar o interesse no estudo e na aplicação de medidas relacionadas à hereditariedade, influência do meio e da educação, comportamentos, controle imigratório, mestiçagem e outros fatores relacionados à evolução humana e a contenção dos fatores degenerativos.

¹⁷⁶ KEHL, Renato apud SANTOS, Ricardo Augusto. **Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do Eugenismo em Renato Kehl (1917-37)**. Niterói: UFF, 2008. 257f. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 125.

A partir de 1932, o conselho editorial do Boletim ficou sobre responsabilidade dos eugenistas Octávio Domingues e Toledo de Pizza Júnior, ambos professores da Escola Agrícola Luiz de Queiroz, localizada na cidade de Piracicaba, no interior de São Paulo. Segundo a correspondência trocada entre Kehl e os dois novos editores, o médico iria afastar-se porque pretendia dedicar-se aos seus trabalhos na Bayer, que o enviaria novamente para a Europa. Também menciona que teve a necessidade de se desligar da revista *Medicamenta* por motivos particulares¹⁷⁷. Domingues e Pizza Jr. mantiveram a publicação do Boletim até o ano de 1933, quando este deixou de circular por falta de recursos, já que continuava sendo financiado pelo próprio Renato Kehl e por alguns assinantes que contribuíaam esporadicamente.

Voltando para 1929, ano da criação do Boletim de Eugenia, realizou-se nos salões da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na Praia Vermelha, a mais importante manifestação pública da eugenia brasileira da década de 1920: o *Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*. O Congresso, que fez parte das comemorações do centenário da fundação da Academia Nacional de Medicina, teve como presidente o médico e antropólogo Roquette-Pinto e, como secretário, Renato Kehl. Cerca de 200 pessoas compareceram, e entre os participantes encontravam-se médicos, autoridades das instituições e serviços estatais de psiquiatria e saneamento, professores das Faculdades de Medicina, jornalistas, educadores e deputados federais de diferentes correntes políticas. Além disso, delegados da Argentina, Peru, Chile, Cuba e Paraguai também compareceram. Essa diversidade de participantes, oriundos de áreas distintas, demonstra uma tentativa de estender o debate em torno da Eugenia, vista então como objeto de interesse coletivo, pois remeteria diretamente ao futuro da nação brasileira¹⁷⁸. Na sessão inaugural, a fala de Edgar Roquette-Pinto reforça essa tentativa de expandir as propostas eugênicas para outras áreas. Segundo expôs, até aquele momento a medicina era a responsável por resolver os problemas de saúde que atingiam a população brasileira. Mas, após aquela reunião de especialistas e interessados em

¹⁷⁷ Carta de Renato Kehl a Octavio Domingues. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1932. (Fundo Pessoal Renato Kehl, DAD-COC).

¹⁷⁸ MACIEL, Maria Eunice. A eugenia no Brasil. In: **Anos 90**, Porto Alegre, n. 11, p. 121-143, jul. 1999, p. 135.

eugenia, poder-se-ia exigir um melhor aproveitamento do patrimônio biológico a fim de promover o aperfeiçoamento da nossa “raça”¹⁷⁹.

Os temas debatidos no Congresso, embora girassem em torno da questão eugênica, eram bastante abrangentes – regulamentação de casamentos, educação eugênica, proteção à nacionalidade, raça, a importância de arquivos genealógicos, controle e restrição da imigração, campanhas anti-venéreas, tóxicos e venenos raciais, tratamento das doenças mentais, educação sexual, nutrição e proteção à infância e à maternidade. Os participantes aprovaram diversas resoluções - como a que diz respeito à esterilização compulsória de criminosos e portadores de doenças mentais - das quais a mais controversa foi a questão da adoção ou não de uma legislação nacional que restringisse a entrada no Brasil aos indivíduos considerados sadios (avaliados mediante exame médico) e pertencentes a raças superiores.

Dos quatro autores que aqui estudamos, três deles participaram do Congresso: Kehl, Penna e Amaral¹⁸⁰. Um ponto interessante é que no terceiro volume do Boletim de Eugenia, Kehl publicou uma lista contendo teses que seriam apresentadas no Congresso e os seus respectivos relatores, o nome de Oliveira Vianna aparece 3 vezes. Na lista da 1ª Seção – Antropologia, o texto “Tipos da População do Brasil”, aparecem como apresentadores Oliveira Vianna e/ou (não fica claro) Roquette Pinto. Entre os trabalhos intitulados “Teses Gerais”, constam dois textos de Oliveira Vianna: “A raça do ponto de vista antropológico e do ponto de vista sociológico” e “O problema eugênico da imigração”. Nessa mesma seção encontra-se listado o trabalho de Azevedo Amaral, com o mesmo título: “Problema eugênico da imigração”. No entanto, por algum motivo, Vianna não participou do Congresso, nem há menção nas atas e nos anais sobre os seus trabalhos terem sido apresentados por outra pessoa. Infelizmente, não há nada que mencione o motivo de sua ausências nas correspondências presentes no acervo do eugenista.

Também não foi possível descobrir se os trabalhos foram inscritos pelo próprio Vianna ou se ele havia sido convidado por Kehl para participar do Congresso. Nenhuma

¹⁷⁹ SANTOS, Ricardo Augusto. **Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do Eugenismo em Renato Kehl (1917-37)**. Niterói: UFF, 2008. 257f. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2008, p.130.

¹⁸⁰ No entanto, somente Kehl e Amaral apresentaram trabalhos.

das hipóteses pode ser descartada, uma vez que ambos mantiveram uma relação amistosa e de mútua admiração, pelo que podemos perceber pelas cartas trocadas entre eles. Ao que tudo indica, os dois se encontraram pessoalmente. Em uma de suas missivas, o eugenista pede pra visitá-lo, dizendo acompanhar de longa data, “com muita simpatia e grande admiração a sua brilhante e laboriosa vida publicista e de sociólogo”¹⁸¹. Vianna responde, dizendo que seria uma honra receber em sua casa, dizendo querer conhecer pessoalmente “um espírito que tanto admiro, e de longa data [ilegível]”¹⁸². Além disso, Renato Kehl costumava mandar seus livros e as edições do Boletim de Eugenia para Oliveira Vianna, que em várias ocasiões agradeceu os presentes enviados.

¹⁸¹ Carta de Renato Kehl à Oliveira Vianna. Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1931. (Fundo Pessoal Renato Kehl, DAD-COC).

¹⁸² Carta de Oliviera Vianna à Renato Kehl. Sem data. (Fundo Pessoal Renato Kehl, DAD-COC). Em outras correspondências há menção de que os dois se encontraram pessoalmente mais vezes.

CAPÍTULO 2: O ATRASO COMO PROBLEMA

O dualismo modernidade *versus* atraso foi um tema persistente na produção intelectual brasileira durante a primeira metade do século XX. Inúmeros autores dedicaram suas obras a investigar e resolver o problema do descompasso do Brasil frente às nações mais desenvolvidas e modernas, buscando alcançar o mesmo patamar de progresso e civilização que elas, ou, como diria Octávio Ianni, “colocar-se no tempo de seu tempo, em dia com a história codificada pelas nações mais avançadas, predominantes”¹.

A questão do atraso foi algo tão marcante que acabou contaminando inúmeras discussões - fossem elas de áreas como política e economia, ou mesmo de áreas tão distintas como história e medicina - como uma questão urgente a ser resolvida. Por essa razão, a problemática da modernização se sobressaiu dentro da produção intelectual dessa época, fosse de forma implícita ou explícita.

Como bem ressaltou Luiz Guilherme Piva, a frequência com que aparece e a permanência da temática da modernização na literatura brasileira do período não era forjada apenas por uma sensação dos autores de descompasso com o seu tempo ou pelo sentimento de imitação de países tidos como mais avançados, não podendo, portanto, ser resumida a “mera lente ideológica”. Para o autor, o Brasil era, de fato, um país atrasado em relação às nações centrais, fosse em relação à economia, política, cultura, ciência, etc. Seria, portanto, impossível que as elaborações voltadas às problemáticas inscritas nesses campos não formulassem noções de atraso e modernidade a partir da comparação da situação brasileira com a de lugares que haviam atingido um maior prosperidade e progresso sócio-econômico. Conforme Piva, não era só uma questão de imitação de um modelo da qual se busca inspiração, ou mesmo por dedução óbvia da abissal diferença, mas principalmente porque se estava analisando um país realmente atrasado e, porque não dizer, pobre, com condições de vida, de produção econômica e de difusão cultural e de organização política precárias². Igualmente deficientes eram a educação e a produção

¹ IANNI, Octávio. Estilos de pensamento. In: BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartim de (Orgs.). **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Editora UNICAMP, 1993, p. 430.

² PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrilheiros e Semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)**. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 59.

de conhecimento, basta ver os altíssimos índices de analfabetismo da época³. Relatos como o apresentado pelas comissões científicas da qual participaram Arthur Neiva e Belisário Penna expunham essa realidade que o país vivia, bem como os problemas que enfrentavam a maioria dos brasileiros em razão de tal situação.

Essa constatação de descompasso, de atraso e de carência permanece, observa Piva, a cada novo estágio que a nossa nação alcançava, nova era a dimensão de melhoria a ser feita, dado que as conquistas e aquisições dos países centrais voltavam a colocar à sombra os diminutos passos dados em direção ao progresso, de maneira relativa e absoluta realizados pela nação brasileira. Isso pesava como uma espécie de “tirania do atraso”⁴, que tangia mentes e estimulava ações, com vistas à obtenção de condições melhores de vida, tecnologias mais modernas e complexas, maior produção econômica e cultura mais sofisticada e erudita.

A superação do atraso envolvia dois passos. O primeiro seria identificar quais as razões pelas quais o país não havia se desenvolvido propriamente, tal qual as nações que ocupavam a hegemonia no período. Em algum momento de sua história, o Brasil havia se desviado do rumo do progresso e da civilização. Cabia, portanto, identificar quais seriam esses pontos de entrave, para que o país pudesse voltar aos trilhos e seguir a linha evolutiva que o levaria à prosperidade e à modernidade. Pensar o passado e o presente, diagnosticando nossos erros de percurso, era fundamental para a formulação de alternativas e, assim, passar para o passo seguinte, ou seja, para a formulação de projetos futuros.

Para a intelectualidade do período, não era possível atingir estágios mais avançados sem que mudanças fundamentais e amplas fossem feitas em nossa sociedade. No entanto, era preciso que se traçasse um caminho de desenvolvimento que contemplassem nossas peculiaridades e fossem capazes de resolver problemas que, segundo acreditavam, eram próprios de nosso país. Nisso se constituiria o segundo passo, ou seja, buscar formas de organização da sociedade que, ao se adaptarem a nossa

³ De acordo com o senso realizado em 1900, a taxa de analfabetismo no Brasil ficava em torno dos 65,3% entre a população com 15 anos ou mais. Fonte: Mapa do analfabetismo no Brasil. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>>.

⁴ A metáfora da “tirania do atraso” evocada por Piva é utilizada pelo autor, inclusive, como título do capítulo na qual discute as questões que ressaltamos no texto. PIVA, Luiz Guilherme. A sofreguidão modernizadora e a tirania do atraso. In: PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrihadores e Semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)**. São Paulo: Editora 34, 2000.

realidade e buscassem soluções para as mazelas que atingiam a nossa nação, levariam o Brasil à sua evolução e modernização. Assim, suas soluções tinham um misto de universalismo positivista, uma vez que acreditavam existir etapas a serem seguidas, juntamente com ideias de peculiaridade e organicidade nacional. É daí que vai emergir e se conjugar a busca por formas de fazer com que o Brasil de um “salto adiante”, mas que respeitasse as características próprias do país nesse trajeto⁵. É por esse motivo, portanto, que a necessidade de conhecer a realidade foi uma das teclas na qual muitos autores bateram, uma vez que isso seria uma condição necessária para a formulação de soluções adequadas ao nosso desenvolvimento como povo e como nação. Somente assim seria possível superar o atraso e alavancar o Brasil à condição de país moderno, próspero e civilizado.

De maneira resumida, podemos dizer que a análise de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Renato Kehl pode ser dividida em três eixos principais: o primeiro diz respeito ao que chamaremos de “fator humano”, que envolve o estudo do nosso povo como objeto, identificando as peculiaridades da “raça nacional”, sua psicologia, mentalidade e qualidade eugênica. O segundo eixo, que eu chamaria de “intermediário”, tem como foco o estudo das elites brasileiras. Este mescla não só questões comuns ao primeiro ponto, pois a investigação destes grupos não se resume apenas ao seu papel de criar e moldar a estrutura estatal, legal, política e econômica do país, mas como a psicologia, educação, formação cultural e mental das nossas elites dirigentes influencia esse processo. Para intelectuais como Vianna, Amaral, Penna e Kehl, é essa fração da população a responsável pelos problemas decorrentes da adoção de modelos estrangeiros que pouco se adaptavam a realidade nacional, pelo descaso questões relativas à saúde pública e da constituição eugênica da população, pelo descuido com a miscigenação e pela não adoção de uma política imigratória adequada, bem como pelo atraso econômico do país, fosse pela preferência de modelos agrários baseados no latifúndio ou mesmo pelo pouco investimento no desenvolvimento industrial do país. Diferente da população geral, ela não costumava sofrer as influências negativas do processo de mistura das raças - embora não fosse imune à ele - uma vez que em sua maioria composta por pessoas brancas. Daí, na opinião dos autores, a sua psicologia ser diferente da grande maioria dos brasileiros que, salvo o caso dos imigrantes europeus, acabou herdando traços inferiores devido ao

⁵ PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrilheiros e Semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)**. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 60.

cruzamento de raças tidas como incompatíveis entre si. Apesar de terem retido valores morais e psicológicos caráter das raças da qual descendiam, tal qual havia identificado Oliveira Vianna em populações meridionais - os elementos da classe dirigente não possuíam traços superiores de inteligência, ambição e espírito de ação, típica dos indivíduos eugênicos.

De acordo com Vianna, casos como o do Brasil, onde a política não possuía, em geral, nenhum objetivo superior, “uma triste luta por ordenados”, conforme definia Joaquim Nabuco, o índice eugenístico da classe política era pequeno. Uma alta posição, dentro desse campo, poderia caber tanto a um “homem realmente superior, como a uma personalidade mediana, como a um indivíduo nulo”, e sob o ponto de vista da concentração de qualidades eugênicas, ser “deputado, senador ou ministro”, não queria dizer grande coisa.

O baixo percentual eugênico na classe política era visto, portanto, como um problema a ser enfrentado na reorganização institucional brasileira. Era preciso que o sistema proposto fosse capaz de selecionar os indivíduos superiores da população e canalizá-los para dentro do aparelho Estatal. Afinal, não bastava somente um novo modelo político, se a classe que iria dirigi-lo não fosse capaz de manter sua organicidade, adaptando as leis e as instituições sempre que necessário, para que a sociedade evoluísse para formas mais complexas e elevadas de progresso e de civilização.

O terceiro ponto de discussão diz respeito à investigação de nossas instituições políticas, na qual os autores buscam explicar como estas foram erigidas e sua falta de adequação à nossa realidade. Assim, buscam explicar o atraso brasileiro, argumentando que o nosso aparato político-institucional havia aprofundado defeitos adquiridos durante nossa evolução histórica, como tendência à fragmentação, repúdio à autoridade e ao estabelecimento de um poder central, excesso de poder dos chefes de clãs regionais, insolidarismo, falta de opinião pública. A aplicação de modelos exógenos, completamente alheios às especificidades do povo brasileiro, havia levado o Brasil à uma crise profunda, criando instabilidade econômica, caos e uma série de obstáculos que impediam o país de progredir e prosperar.

2.1 – O fator humano como razão do atraso

2.1.1 – A questão racial

Em 1930, Azevedo Amaral chamava atenção em sua obra *Ensaio Brasileiro*, para a importância do fator humano como impulsionador do progresso das nações. Segundo o jornalista,

Apesar da grande influência exercida pelas condições ambientais no determinismo característico de cada tipo de civilização, cabe ao homem o papel preponderante, como fator do aproveitamento mais ou menos eficaz das circunstâncias em que se acha colocado, dependendo das expressões da sua atividade a marcha do progresso coletivo e as formas que refletem o desenvolvimento do processo sociogênico. Em toda a evolução sociológica aparece o fator humano, ora multiplicando o valor dos elementos favoráveis, ora transformando em causas de êxito as próprias dificuldades opostas pela natureza ambiente à ação realizadora das forças da civilização⁶.

Assim como muitos de seus contemporâneos, Azevedo Amaral acreditava que era na composição dos indivíduos que formavam a comunidade nacional que residia o potencial de desenvolvimento de um determinado país. Apesar da importância de se levar em consideração fatores ambientais como maior ou menor disponibilidade de recursos naturais, a capacidade de evolução de um povo para formas superiores de organização, civilização e riqueza dependiam, em primeiro lugar, da qualidade do elemento humano. Assim, uma população composta por indivíduos e raças eugênicas era visto como um fator importante de ascensão, enquanto que a presença de raças inferiores, mestiços e de portadores de taras hereditárias era tido como um fator de atraso, constituindo-se num empecilho para o progresso de uma nação.

A hierarquia na qual eram classificados os diferentes países, separando as nações hegemônicas e ricas das pobres e pouco desenvolvidas, funcionava como uma forma de sustentar esse argumento. Desde o século XIX, algumas teorias raciais buscavam demonstrar que o grau de complexidade das civilizações europeias e brancas era devido ao fato de possuírem uma população de traços biológicos, mentais e psíquicos superiores.

⁶ AMARAL, Azevedo. **Ensaio Brasileiro**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 63.

Já países, cujos povos predominantes pertenciam a raças inferiores, como a negra e a indígena, estavam fadadas a permanecerem na barbárie. Estas últimas carregavam, na opinião de intelectuais e cientistas que suportavam tais teorias racistas, uma degeneração tão grande que a mera presença destes elementos em grande quantidade representava um perigo de retrocesso a qualquer nação. Somado a isso, a possibilidade de miscigenação de tais raças era visto com preocupação, pois funcionava como ameaça constante de perturbação do organismo social, pois acreditava-se que as mesmas taras presentes nas raças originárias iriam passar para as gerações seguintes, anulando assim as boas qualidades do elemento branco.

Embora a extensão e a sofisticação presentes nas teorias racistas tenham variado, elas tiveram um peso determinante da literatura científica e política dos séculos XIX e XX. Mesmo após as constantes críticas sofridas nas primeiras décadas do século XX, tal pensamento não enfraqueceu, surgindo, sempre que possível, com teorias renovadas e argumentos adaptados. Dos nossos autores, foram Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e Renato Kehl que demonstraram maior preferência por esse tipo de argumentação na hora de analisar a composição da população e apresentá-la como um dos entraves para ao nosso desenvolvimento. Belisário Penna, embora não tenha descartado completamente esta hipótese, preferiu focar a sua explicação em outros fatores que, em sua visão, faziam do brasileiro um povo inferior e degenerado.

O interesse pela formação antropológica brasileira e os efeitos do caldeamento entre as raças que faziam parte do nosso grupo populacional havia atraído a atenção de intelectuais e cientistas desde o século XIX. Naturalistas e viajantes haviam passado por aqui sublinhavam as peculiaridades e as marcas deixadas pelo intenso processo de miscigenação que aqui havia se operado ao longo de nossa história. Dos visitantes que aportaram em solo brasileiro, os que deixaram impressões mais marcantes sobre a questão racial foram o diplomata Joseph Arthur de Gobineau, o médico Louis Couty e o zoólogo Louis Agassiz. Estes três tiveram um peso decisivo na classificação do futuro da nação como um fracasso inevitável, devido à sua composição antropológica e ao grande número de mestiços.

Enquanto o país era descrito como “território vazio” e “pernicioso à saúde”, os brasileiros eram retratados como “seres assustadoramente feios” e “degenerados”. O estado letárgico do povo e da nação brasileira - retratados como estacionados na escala

progressiva da sociedade - era atribuído ao resultado de uma conjunção de fatores climáticos e raciais. Para o médico Louis Couty, uma grande parcela da nossa população, composta por mestiços, índios e negros libertos, sequer poderia ser considerada como “povo”, uma vez que, segundo acreditava, estes não tinham capacidade de desempenhar funções úteis no crescimento econômico e no desenvolvimento do Brasil como nação.

Sobre os cruzamentos raciais, tanto Gobineau como Agassiz concordavam que a hibridização entre diferentes raças gerava um tipo inferior, que não apresentava nenhuma semelhança com a raças puras da qual descendiam, além de apresentarem uma tendência a retroceder à tipos mais primitivos. A esse respeito, diz Agassiz:

O resultado de ininterruptas alianças entre pessoas de sangue misturado é uma classe de indivíduos em que o tipo puro desapareceu, e com ele todas as boas qualidades físicas e morais das raças primitivas, deixando cruzados, que causam horror aos animais de sua própria espécie, entre os quais não se descobre um único que haja conservado a inteligência, a nobreza, a afetividade natural que fazem do cão de pura raça o companheiro e o animal predileto do homem civilizado⁷.

A inferioridade dos híbridos não era só com relação a aspectos mentais e psicológicos. Os efeitos físicos do cruzamento de raças distintas também produziam, na visão de Agassiz, Couty e Gobineau, uma população de constituição física debilitada e de aparência desagradável. Em carta a sua irmã Caroline, Gobineau expressa bem essa visão:

Já não existe nenhuma família brasileira que não tenha sangue negro e índio nas veias; o resultado são compleições raquíticas que, se nem sempre repugnantes, são sempre desagradáveis aos olhos⁸.

As conclusões defendidas por Agassiz derivam de sua visão acerca da evolução dos tipos humanos. O naturalista suíço era defensor da teoria da poligenia, que negava a

⁷ AGASSIZ, Luiz; AGASSIZ, Elisabeth Cary. **Viagem ao Brasil, 1865-1866**. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1938, p. 374.

⁸ GOBINEAU, Joseph Arthur de apud SOUZA, Ricardo Alexandre Santos de. **Agassiz e Gobineau: as ciências contra o Brasil mestiço**. 2008. 163f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008, p.110.

ideia de diferentes raças possuísem uma origem comum, constituindo uma única espécie, apesar de suas diferentes variações geográficas. Para os poligenistas, as raças eram tão distintas fisicamente, que satisfaziam todos os critérios biológicos para que fossem consideradas espécies em separado, tendo surgido não a partir de um ancestral comum, mas sim de vários, cada qual com seu centro de origem específico⁹. Como iremos ver mais para frente, Azevedo Amaral foi um dos autores que adotou a perspectiva da poligenia com relação a origem do *homo sapiens*.

As raças, dentro desse esquema, eram classificadas em grau hierárquico, que ia das mais desenvolvidas às mais primitivas. Se o topo era reservado sempre aos tipos caucasianos – podendo ou não haver distinções entre estes, como foi o caso da classificação de Gobineau, que colocava os arianos como um tipo de branco superior aos demais – o último escalão era ocupado pelas populações negras. Como argumento, apontavam que não havia se formado, no continente africano, nenhuma sociedade complexa e organizada. Para Agassiz, tal fato funcionava como evidência inquestionável da inferioridade dos negros, além de demonstrar traços de “particular apatia” e total indiferença destes “pelas vantagens conferidas pela sociedade civilizada”¹⁰.

A mistura do branco com raças tidas como inferiores inspirava um certo temor não só nesses autores, mas em muitos de contemporâneos que defendiam posições racistas¹¹, tendo influenciado igualmente as gerações posteriores como podemos observar nos escritos de intelectuais como Paulo Prado, Xavier de Oliveira, Miguel Couto, e igualmente nas obras de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Renato Kehl. Primeiro porque consideravam a mistura entre diferentes tipos raciais como algo antinatural e repugnante. Segundo porque esses cruzamentos eram tidos como responsáveis por comprometer a superioridade do tipo caucasiano e por diluir as vantagens que este havia adquirido após séculos de evolução. A miscigenação racial, nessa concepção, seria responsável pela permanência de características inferiores nos híbridos, já que os piores

⁹ GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martim Fontes, 2003, p. 30-34. Sobre as diferentes teorias da evolução, ver: BOWLER, Peter. **Evolution: the history of an idea** (25th Anniversary Edition). California: University of California Press, 2009. BOWLER, Peter. **The Eclipse of Darwinism: Anti-Darwinian Evolution Theories in the Decades Around 1900**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983.

¹⁰ GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martim Fontes, 2003, p. 35.

¹¹ Consideramos como racistas as teorias que consideram haver diferenças inerentes (sejam elas físicas, mentais, psicológicas) entre os tipos/espécies humanas, podendo ou não serem organizados em uma escala hierárquica.

elementos mais tenderiam a predominar nos descendentes. Dessa forma, haveria uma potencialização dos defeitos, criando gerações sucessivas de indivíduos degenerados, de aspecto doentio e constituição mental e física débeis. Somado a isso, estava a crença de que os mestiços eram pouco férteis, garantindo a diminuição e o aniquilamento de qualquer nação que não houvesse resguardado a pureza étnica de seus habitantes.

Na visão pessimista de Agassiz e Gobineau, a miscigenação era algo inevitável no processo civilizador. Se não fossem tomadas providências nesse sentido, a humanidade estaria fadada ao caos e à “anarquia racial”. O Brasil, devido ao caldeamento constante de sua população racialmente diversa, encontrava-se em adiantado processo de decadência dentro dessa análise fatalista¹².

Sem povo, atrasado e sem futuro. Esse era o diagnóstico que haviam nos relegado estes viajantes e naturalistas. Estas causas eram apontadas como provas da inferioridade dos brasileiros, decretando assim a impossibilidade do país em ascender aos valores do mundo moderno e civilizado. Para esses homens, influenciados pelas ideias do determinismo biológico que permeavam o discurso científico da época, o Brasil, devido ao intenso processo de miscigenação de sua população, havia produzido elementos inúteis e incapazes de acompanhar o progresso da humanidade¹³.

Essas representações negativas acerca da nossa realidade nacional, quando não influenciaram a opinião dos intelectuais brasileiros sobre o seu próprio país, ao menos colocaram em dúvida a sua viabilidade no cenário internacional. Com efeito, para a elite intelectual do período, era preciso encarar de frente a questão, fosse por meio do questionamento destas teorias que, assentadas no racismo científico, condenavam o futuro do Brasil, acusando-o de possuir uma “raça” degenerada, biologicamente comprometida pela mistura com o negro e o índio, fosse através da busca de soluções que visassem a sua regeneração.

¹² SOUZA, Ricardo Alexandre Santos de. **Agassiz e Gobineau: as ciências contra o Brasil mestiço**. 2008. 163f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.

¹³ SANTOS, Ricardo Augusto. **Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do Eugênio em Renato Kehl (1917-37)**. Niterói: UFF, 2008. 257f. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 91.

De acordo com Antonio Cândido, a adoção integral dessas ideias vinha colocando o intelectual brasileiro em uma “posição existencial dramática”. Isso porque, “num contexto dominado pela obsessão biológica do século perguntava ansiosamente a quantas ficaria, ele, fruto de um povo misturado, marcado pelo medo da alegada inferioridade racial, que, no entanto, aceitava como postulado científico”¹⁴. Schwarcz descreve a situação desses intelectuais como incômoda, pois

oscilavam entre a adoção de modelos deterministas e a reflexão sobre suas implicações; entre a exaltação de uma “modernidade nacional” e a verificação de que o país, como tal, era inviável. Devia ser difícil abrir mão da crítica externa e de uma certa internalização desse tipo de visão estrangeira a respeito do Brasil, como um país aberrante”, afirma Roberto Ventura (1988:91). Afinal, em um momento que se redescobria a nação, aborígenes, africanos e mestiços passavam a ser entendidos como obstáculos para que o país atingisse o esplendor da civilização, como uma barreira para a formação de uma identidade nacional¹⁵.

Em meio a esse quadro de incertezas quanto ao futuro da nação, alguns intelectuais propunham uma explicação alternativa, questionando as teorias deterministas que condenavam o Brasil a um inevitável e eterno fracasso. Fazia-se necessário repensar não só a imagem do Brasil e da condição de ser brasileiro, mas, antes, encontrar soluções viáveis que efetivamente pudessem regenerar e civilizar o país de modo a alavancar o seu progresso e colocá-lo nos trilhos da modernidade¹⁶. Primeiramente, era preciso romper com a visão negativa acerca da miscigenação. Estimulados pela ideia de que era possível reconhecer na mistura racial atributos positivos, uma vez que esta levaria ao embranquecimento dos brasileiros, a miscigenação, ao invés de ser a causa da inviabilidade da nação, passa a ser antes a razão de sua regeneração. Segundo essa tese, o cruzamento racial tenderia a fazer com que negros e mestiços desaparecessem progressivamente do território brasileiro, resultando assim num branqueamento progressivo da população.

¹⁴ CÂNDIDO, Antônio apud SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 92.

¹⁵ SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 240.

¹⁶ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 146-166, jul/dez 2010, p. 148.

O antropólogo e então diretor do Museu Nacional, João Baptista de Lacerda, apresentou tal perspectiva no Congresso Universal das Raças, realizado na cidade de Londres no ano de 1911¹⁷. Em trabalho intitulado *The Metis, or half-breeds, of Brazil*, apontava que o processo de miscigenação entre brancos e negros não gerava tipos inferiores, tal qual haviam pensado Gobineau e Agassiz. Embora os apresentasse como moralmente voluptuosos e pouco afeitos ao trabalho braçal, Baptista Lacerda reconhecia que os mestiços eram, em sua maioria, “intensamente inteligentes”, apresentando talento e disposição não só para as letras, mas também para a ciência e para a política. Apontava também que muitos deles teriam, inclusive, gerado descendentes que haviam se tornado proeminentes políticos, poetas, pintores, escultores, músicos, advogados, médicos e engenheiros, com reconhecido domínio técnico e excelente habilidade profissional. No final da sua conferência, o médico e especialista em antropologia apresentaria sua tese principal, na qual afirmava que o cruzamento racial levaria ao embranquecimento da população brasileira. Na visão do autor, essa crença podia ser justificada por três razões principais. A primeira seria resultado do processo de “seleção sexual” pois, segundo acreditava, os mulatos tinham uma tendência a procurar parceiros que pudessem “trazer de volta seus descendentes para o tipo branco puro”, removendo assim todos os aspectos característicos da “raça negra”, inclusive o seu atavismo. Somado a isso, o contingente branco da população continuava crescendo, devido a vinda constante de imigrantes europeus ao Brasil, que passou a subvencionar e facilitar sua instalação no país. Por último, apontava a condição de abandono e os problemas sociais que os negros foram obrigados a enfrentar desde a abolição, resultando em altas taxas de mortalidade e baixa expectativa de vida entre esse grupo¹⁸.

Embora tenha gerado um certo otimismo, a teoria do branqueamento não afastou completamente a ideia de que a questão racial no Brasil deveria ser vista como um problema. Primeiro porque o prazo de cem anos, apresentado por Lacerda para a concretização do processo de branqueamento da nação brasileira, era visto como demasiado longo. Segundo porque tal perspectiva não foi capaz de eliminar a ideia da inferioridade dos tipos híbridos. Apesar da tentativa de Lacerda e seus discípulos em

¹⁷ Sobre o Congresso Universal de Raças, ver: SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. **Boletim do Museu Paranaense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 7, n. 3, p. 745-760, set-dez. 2012.

¹⁸ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. 2011, 382f. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2011, p. 84-85.

afirmar que a miscigenação não gerava inevitavelmente indivíduos degenerados, mas sim guardava a potencialidade de produzir uma população que tendia a tornar-se cada vez mais branca e civilizada, persistia a crença na hierarquização das raças e na ideia de que o seu cruzamento levava a resultados indesejáveis.

Azevedo Amaral, Renato Kehl e Oliveira Vianna foram representantes dessa corrente de pensamento, que via as raças como fundamentalmente diferentes e apostavam num processo de depuração e eliminação daquelas consideradas inferiores como forma de melhoramento da população nacional. É importante destacar que, apesar de considerarem o processo de mestiçagem como algo negativo, não deixavam de reconhecer que ele poderia, de fato, contribuir para o processo de branqueamento da população. Dessa forma, não foram críticos à ideia do branqueamento em si, pois acreditavam que as sucessivas misturas poderiam ter aspecto benéfico, minando as características inferiores das raças de origem, **desde que** fossem adicionados elementos eugênicos ao *melting-pot* das raças. No entanto, esse efeito positivo só se daria por meio de um processo cuidadoso, controlado por eugenistas e administrado pelo Estado.

Para esses autores, a ideia de que o cruzamento entre raças heterogêneas ocorresse ao acaso era vista com preocupação, pois acreditavam que esta continuaria produzindo seres inferiores e inúteis, incapazes de contribuir para o progresso da nação. Nisso se aproximavam da noção apresentada por Couty: se esse era nosso povo, melhor seria transformá-lo através da infusão de sangue branco em suas veias. Ou, como diria Renato Kehl, a nacionalidade deveria embranquecer “à custa de muito sabão de coco ariano”.

Na visão de Kehl, Amaral e Vianna, o futuro do Brasil dependia do número de imigrantes da raça branca que o país iria assimilar nos decênios seguintes. A falta de cuidado com a qualidade da população que entrava em solo nacional e o descaso com que a mistura de raças era tratada, sem o mínimo de monitoramento e cuidado, seriam uma das causas pelas quais o país era tido como atrasado. Uma nação não poderia ser construída em alicerces frágeis e instáveis, formados por uma massa de indivíduos inferiores intelectualmente, de psicologia refratária ao progresso e incapazes de servirem de mão de obra e contribuir para o enriquecimento do país. Daí os seus constantes ataques àqueles que negavam que a raça era um problema. Para esses autores, as teses igualitaristas prestavam um desserviço à nacionalidade, pois tiravam o foco dos estudos da raça, formando em torno dessa questão um ambiente de displicência e desinteresse.

Isso era especialmente grave em países como o Brasil, onde, segundo Vianna, “as desigualdades étnicas se revestem de um relevo tão nítido”¹⁹.

Esse modo hierarquizado de conceber os tipos raciais era frontalmente oposta às teses “igualitaristas”, defendidas, no Brasil, por intelectuais como Edgard Roquette-Pinto, Fróes da Fonseca e Manuel Bonfim. Além de negarem a existência de hierarquias raciais, opunham-se à ideia de que os mestiços eram degenerados ou inferiores. Recusavam, igualmente, o argumento de que os problemas nacionais derivavam da constituição racial e das características antropológicas da população brasileira. A miscigenação, ao invés de ser tida como nossa ruína, tal qual haviam previsto anos antes Gobineau, Couty e Agassiz, deveria ser vista como fonte de orgulho. Para o antropólogo Roquette-Pinto, os tipos antropológicos no Brasil eram o melhor que a antropologia poderia desejar. Seus estudos apontavam que o processo de caldeamento que vinha ocorrendo largamente no país havia contribuído não só para uma melhor adaptação das raças aos diferentes meios brasileiros, mas também teria possibilitado a formação de tipos eugenicamente saudáveis, compostos por homens desbravadores e fortes. Em sua obra *Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil*, afirmava que, através de longa e extensa pesquisa, havia chegado à conclusão de que os cruzamentos raciais geravam sempre tipos normais. Por esse motivo, concluía que nenhum dos tipos da população brasileira apresentavam qualquer traço de degeneração antropológica²⁰.

Para o grupo composto por Vianna, Kehl e Amaral era absurdo crer que os tipos morfológicos eram todos iguais. Mais absurdo ainda era crer que compartilhavam da mesma capacidade intelectual e tendência ao progresso. Na visão desses intelectuais, o estudo da evolução das diferentes nações fornecia inúmeros exemplos que comprovavam tais afirmações. Para Amaral, o progresso material e cultural das sociedades refletia a qualidade do fator humano, pois era dele que dependia “o valor de incógnita dos destinos de uma coletividade”²¹. Segundo o jornalista, a potência mental e a energia biológica dos componentes de determinada coletividade determinariam a velocidade e a facilidade com que esta atingiria estágios mais avançados de organização. Embora as dificuldades impostas pelo ambiente natural e a disponibilidade de recursos tivesse um papel

¹⁹ VIANNA, Oliveira. **Raça e Assimilação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932, p. 16.

²⁰ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. 2011, 382f. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2011, p. 203.

²¹ AMARAL, Azevedo. **Ensaio brasileiro**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 51.

importante no “determinismo sociogênico”, a experiência histórica havia demonstrado que era a qualidade do elemento humano que determinaria, em última instância, maior ou menor domínio das condições naturais e a possibilidade de transformar o ambiente em benefício próprio:

Em condições comparáveis de capacidade intelectual e energia biológica, duas coletividades se desenvolverão com maior ou menor rapidez e facilidade, atingindo em dado momento nível mais ou menos alto de progresso social, segundo as circunstâncias do meio físico em que cada uma delas se encontra. Mas a experiência histórica evidencia que as maiores dificuldades inerentes à situação ambiente vêm a ser satisfatoriamente vencidas pela ação humana, quando esta reflete os traços superiores de uma organização bio-psíquica poderosa e eficiente. Por outro lado, elementos humanos inferiores permanecem em atraso social impressionante por entre as condições naturais mais propícias ao surto de uma grande civilização. Os campos carboníferos da Grã-Bretanha deram à civilização britânica um ímpeto que a elevou acima do nível das expressões sociológicas e culturais de outros povos de raça europeias, capazes de hombrar biológica e intelectualmente com ingleses e escoceses; mas as jazidas de hulha da América do Norte ficariam inúteis para sempre se os índios não tivessem sido substituídos pelos colonos transatlânticos²².

Tanto Kehl quanto Vianna defenderam noções semelhantes, pois para eles também a composição racial ocuparia um papel preponderante na determinação dos destinos de uma nação. Sendo assim, era necessário que um projeto modernizador incluísse a eliminação dos elementos de qualidade inferior. Na análise dos três intelectuais, a origem racial era capaz de determinar o potencial intelectual e o perfil psicológico dos indivíduos.

Em *Raça e Assimilação*, Oliveira Vianna preocupou-se em demonstrar como a biotipologia comprovava, com cada vez mais certeza, que o tipo constitucional dos indivíduos determinava não só seu temperamento, mas também sua constituição intelectual. Embora tais características não pudessem ser consideradas privativas de certas modalidades morfológicas – ou raças – específicas, podia-se considerar que elas determinavam maior ou menor frequência em determinados tipos de traços psicológicos ou capacidade intelectual. Essa tendência a determinados comportamentos e mentalidade poderia ser observada igualmente nos tipos mestiços.

²² AMARAL, Azevedo. **Ensaio brasileiro**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 50-51.

O sociólogo fluminense fazia questão de sublinhar que tais classificações não deviam ser tomadas de forma rígida, dogmática, monolítica, pois a vida orgânica não se subordinava a leis inflexíveis e esquemas variáveis, não sendo regida por nenhum princípio absoluto. Assim, quando se fala em raças, adverte o autor, a primeira dificuldade é pensar em termos relativos e não absolutos, em *probabilidades* ao invés de *certezas*. A psicologia diferencial dos tipos raciais deveria, portanto, ser encarada segundo o critério de “grupos de frequência”, da distribuição dos caracteres nas grandes séries, da “lei dos grandes números”. É justamente através desta maior ou menor frequência que seria possível encontrar a caracterização psíquica *diferencial* de determinado tipo antropológico em face dos outros²³.

A ideia de probabilidade ou frequência demonstra uma adaptação das teorias racistas, que antes trabalhavam com esquemas rígidos de classificação. Para os antigos patriarcas da antropologia física, como John Beddoe e Robert Knox, o inventário das diferenças raciais era feito com base apenas na observação de traços psicológicos e físicos. Conforme historiador Gavin Schaffer, com o tempo, tais teses começaram a sofrer constantes ataques devido à sua fragilidade metodológica, inclusive por parte de seus apoiadores. Se, para alguns cientistas e intelectuais, isso significavam colocar por terra a ideia de que as raças eram naturalmente diferentes, por outro lado forçou os defensores das teorias racistas a se adaptar e sofisticar os seus métodos de investigação²⁴.

A biometria – que tinha em Francis Galton e Karl Pearson alguns de seus principais expoentes – forneceu critérios para ampliar o inventário das diferenças raciais, baseados agora não em métodos de observação pura, mas na análise estatística dos grupos raciais, de forma a estabelecer padrões antropométricos. De acordo com Schaffer:

Pearson did not intend for this new biometrical approach to undermine racial research. On the contrary, he believed that the improved method was necessary in order to facilitate innovative and more accurate approaches to the study of race. In his words: ‘...great statistical advances had to be made, before it became possible in an effective and not merely periphrastic manner to study those agencies which may improve or impair the racial qualities of future generations’. Nonetheless, by challenging crude, observation-based physical

²³ VIANNA, Oliveira. **Raça e Assimilação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932, p. 47-48.

²⁴ SCHAFFER, Gavin. **Racial Science and British Society, 1930-1962**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008, p. 27.

racial anthropology, Pearson unwittingly began to unravel the idea of racial difference²⁵.

Vianna faz uso desses métodos, derivados da biometria e da antropometria, como forma de justificar a ideia de que as raças eram naturalmente diferentes entre si, possuindo maior ou menor probabilidade de apresentarem determinadas características. Ao mesmo tempo, acreditava que, com base nesses dados, seria possível classifica-las de maneira hierárquica. Assim, foi possível para o autor afirmar que determinada raça gerava descendentes inferiores, ao mesmo tempo que admitia que em alguns casos essa regra poderia falhar, e indivíduos eugênicos e de mentalidade superior surgirem dentro desses grupos, embora a probabilidade fosse pequena.

Essa também foi uma forma de lidar com críticas que apresentavam exemplos que invalidavam as antigas teses racistas. Renato Kehl, na obra *Aparas Eugênicas*, objetava contra “vozes suspeitas” que tentavam invalidar as teorias racistas com “meia dúzia de exemplos que se contam nos dedos” de indivíduos não brancos que possuíam valor físico, psíquico e mental semelhantes aos apresentados por tipos brancos “sem mescla de sangue heterólogo”²⁶. Esses exemplos, embora possíveis, eram tratados como meros desvios da regra para autores como Vianna, Kehl e Amaral, e não eram considerados suficientes para colocar em dúvida a validade de seus argumentos.

Dentro da escala hierárquica estabelecida por esses intelectuais, o negro ocupava a posição mais baixa. Isso era atribuído à uma série de fatores: psicologia, nível intelectual, potencial de produção de indivíduos superiores, eugenia. Até mesmo a contribuição para o embelezamento da população era levada em conta.

Para Azevedo Amaral, a influência disgênica do elemento negro era bastante conhecida. Os indivíduos pertencentes a essa raça, além de possuírem caracteres bio-psíquicos cuja inferioridade, a seu ver, seria impossível contestar, ainda carregavam em sua constituição uma gama de estigmas hereditários. Considerava que influência desses

²⁵ SCHAFFER, Gavin. *Racial Science and British Society, 1930-1962*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008, p. 27-28.

²⁶ KEHL, Renato. *Aparas eugênicas. Sexo e civilização. Novas diretrizes*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933, p. 201.

elementos no patrimônio hereditário do nosso povo era altamente indesejável, e sua presença apresentava gravíssimas consequências para o futuro da Nação.

Kehl e Vianna também consideravam a presença do negro como nociva, devido ao baixo coeficiente de eugenismo apresentado pelas populações de origem africana. Sua constituição intelectual inferior tornava-a, no pensamento desses autores, pouco suscetível de desenvolvimento progressista. O fato de no Brasil predominarem dois tipos de sangue inferiores – o negro e o índio – fazia com que fossemos um povo de índices eugênicos pouco elevados. Isso era preocupante, pois, para Kehl, Amaral e Vianna, a capacidade de desenvolvimento social, econômico e cultural de um povo estava diretamente ligada à presença de elementos eugênicos.

Tornava-se imprescindível, portanto, evitar a entrada de tais elementos dentro do país, de forma a garantir o futuro da civilização brasileira. A finalidade nacional deveria orientar-se no sentido da elaboração de um tipo europeu. Para isso, era urgente que não agravássemos, de acordo com Amaral, “com o acréscimo de elementos étnicos alheios a raça branca, a desvantajosa posição em que nos encontramos no continente, em relação à outros povos mais imunes que nós da mistura de raças coloridas”²⁷.

Na opinião de Renato Kehl, a entrada de imigrantes em solo brasileiro deveria estar sujeita à uma rigorosa seleção, a fim de que indivíduos de raças “inassimiláveis”, “cretinos” e “mentecaptos” fossem impedidos de se instalar no país, prejudicando ainda mais o valor eugênico da população. Para ele, essa questão deveria ser levada em alta conta pelos dirigentes da nação, uma vez que o problema da imigração era, na sua visão, “de grande importância eugênica”. Assim como Amaral, propunha que fossem estabelecidas leis severas que restringissem a vinda de “populações alienígenas” e de um rigoroso sistema de fiscalização nos portos nacionais, de forma a selecionar cuidadosamente não só o estado de saúde e a aptidão para o trabalho daqueles que buscavam adentrar nossas fronteiras, mas sobretudo o seu “valor étnico”:

Precisamos de leis severas que estipulem as condições para a entrada de alienígenas no país. Não basta a simples verificação do estado de saúde e da aptidão para o trabalho. Faz-se mister considerar o valor étnico. Há povos que nos convém, e outros que devemos evitar. *O nosso representa verdadeira salada de raças incompatíveis.* A nacionalidade está em estado de cólicas: o

²⁷ AMARAL, Azevedo. O problema eugênico da imigração. In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro, vol. I, 1929, p. 336.

metabolismo processa-se, irregularmente; os órgãos emunctórios não apresentam capacidade para a desassimilação; cada dia são absorvidos novos elementos inconciliáveis²⁸.

Para o eugenista, o país não deveria fomentar, de maneira alguma, a imigração de indivíduos de raças como a negra e a amarela. “Bastam-nos os que aqui aportam espontaneamente... e que não são poucos!”, afirmava Kehl. Era preciso investir, ao contrário, na entrada de elementos brancos superiores, de forma a irem transfundindo “o seu sangue nas veias do nosso povo, concorrendo, eficazmente, para que, dentro de algumas gerações, se modifiquem, de modo favorável, as condições da nossa nacionalidade”²⁹.

O desejo de branquear a população vinha acompanhado da crença de que, com a eliminação do sangue negro, o país estaria eliminando um importante entrave para o seu desenvolvimento. Esse processo tinha a vantagem adicional de, não só superar o atraso, mas também reverter essa imagem que o Brasil apresentava no exterior. Mas para isso, era preciso que a nação mantivesse um constante afluxo de imigrantes brancos, promovendo a arianização intensiva da composição étnica do povo brasileiro. Para Vianna, qualquer medida feita “em sentido contrário a essa arianização” deveria ser considerada “obra criminosa e impatriótica”³⁰.

Embora considerassem indesejável a entrada no país de outras etnias não europeias e não brancas no país, esses estrangeiros não eram classificados na mesma escala racial que a população negra, nem considerados, em termos de “valor racial”, equivalentes entre si. De acordo com Endrica Geraldo, a caracterização de determinados grupos na categoria de “indesejável”, embora fossem considerados inferiores ao branco, não significava que fossem enquadrados nas mesmas categorias de discriminação racial³¹.

²⁸ Grifo do autor. KEHL, Renato. **Lições de Eugenia**. Rio de Janeiro: Editora Livraria Francisco Alves, 1929, p. 188.

²⁹ KEHL, Renato. Limitação da Natalidade. In: **BOLETIM de Eugenia**. Rio de Janeiro, Vol. I, nº. 12, dezembro de 1929, p.1.

³⁰ Carta de Oliveira Vianna a Fidelis Reis. Citada por Miguel Couto em discurso proferido na Assembléia Nacional Constituinte. COUTO, Miguel. A imigração japonesa. In: REPÚBLICA dos Estados Unidos do Brasil. **Anais da Assembléia Nacional Constituinte**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1934, vol. VIII, p. 78. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/8169>>.

³¹ GERALDO, Endrica. **O "perigo alienígena": política imigratoria e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)**. 2007. 238f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2007, p. 5-6.

Ainda que se encontrem, nos escritos de Kehl, Vianna e Amaral, argumentos contrários à entrada de outras etnias no país – como aconteceu no caso da tentativa de formação de colônias sírio-libanesas, japonesa e na recepção de refugiados judeus – nenhuma das críticas foi tão veemente quando a direcionada aos tipos negros. Era esse último que representava maior ameaça ao processo de branqueamento, já que era responsável por comprometer não só a eugenia dos tipos caucásicos, levando à sua progressiva degeneração, mas também por comprometer sua beleza e causar instabilidade em seu comportamento.

Se, como havíamos mencionado, a mistura com o negro somente era tolerada por esses autores na medida que fosse controlada e levasse à progressiva eliminação dessa raça, muito se destacou em seus escritos os efeitos negativos caso o processo de miscigenação continuasse a acontecer de forma natural e sem a interferência do Estado no controle da entrada de novas levas de populações de origem africana.

Renato Kehl definia o caldeamento de “raças diversas” como algo dissolvente, degradante e até antinatural. Segundo o eugenista, somente “aberrações individuais ou traições de momento fazem com que um branco procure uma preta ou uma branca aceite um preto”³². Em artigo intitulado *Pelas Gerações Futuras: Esboço de um programa avançado de eugenia nacional* e publicado no *Jornal do Commercio*, o médico afirmava:

Entendemos que a mestiçagem é dissolvente, desmoralizadora e degradante, prejudicando, portanto, o espírito superior visado pela procriação eugênica. É indiscutível o antagonismo e mesmo a repulsa sexual existente entre os indivíduos de raças diversas. Só motivos acidentais ou aberrações mórbidas fazem unir-se um homem branco com uma negra ou vice-versa. E o produto deste conúbio nasce estigmatizado não só pela sociedade, como, sobretudo, pela natureza; está hoje provado, não obstante o grito de alguns cientistas suspeitos, que o mestiço é um produto não consolidado, fraco, um elemento perturbador da evolução nacional³³.

A mistura de “sangues estranhos” ocasionava uma série de problemas, afetando a estabilidade da população brasileira. Ao contrário do que defendia Roquette-Pinto que

³² KEHL, Renato. **Aparas eugênicas. Sexo e civilização. Novas diretrizes.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933, p. 201.

³³ KEHL, Renato. *Pelas Gerações Futuras: Esboço de um programa avançado de eugenia nacional.* In: **Jornal do Comércio.** Rio de Janeiro, 21 abril de 1932 (Fundo Pessoal Renato Kehl, DAD-COC).

acreditava que o processo de fusão levaria à progressiva estabilização dos traços hereditários, criando um tipo nacional mais homogêneo, Renato Kehl, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral argumentavam que o cruzamento entre raças distantes seria responsável por um aumento da variedade de tipos mestiços, e não por sua homogeneização. Para eles, entre os tipos mestiços resultantes do cruzamento de raças heterogêneas haveria uma grande variedade de traços físicos e psicológicos, que tenderia a aumentar a medida que sucessivas misturas fossem ocorrendo. Roquette-Pinto, assim como outros intelectuais que viam a miscigenação sob um ponto de vista mais positivo, esse processo levaria à homogeneização porque, eventualmente, eles tenderiam a se aproximar de maneira gradual à média da população predominante no Brasil – o tipo branco mediterrâneo³⁴.

Oliveira Vianna, Renato Kehl e Azevedo Amaral questionaram as conclusões apresentadas por Roquette-Pinto, argumentando que a harmonia de traços apresentadas pelos mestiços era ilusória, pois escondia os problemas psicológicos que, para Amaral, eram “muito mais delicados e de muito maior relevância social” que os aspectos meramente somáticos do caldeamento, que eram aqueles resultantes do amálgama entre grupos étnicos de psicologia e capacidade intelectual tão distintos. Em *O Brasil na Crise Atual*, o jornalista dizia:

A formação de uma etnia mais ou menos homogênea na qual se reúnem e se harmonizam os caracteres psíquico dos tipos antropológicos caldeados, produzindo outro que pode ser considerado representativo da mestiçagem, não implica em garantia da estabilização psíquica desse novo tipo racial. É bem possível mesmo que o caldeamento psíquico seja irrealizável e que os atributos mentais das raças caldeadas subsistam como elementos irredutíveis do plasma germinativo, mantendo de geração em geração em cada indivíduo o conflito interior de heranças psicológicas não apenas distintas, mas em muitos pontos irreconciliáveis.

Semelhante hipótese concilia-se perfeitamente com as verificações da genética sobre a hereditariedade dos caracteres psíquicos. Estudando uma árvore genealógica, encontram-se indivíduos cujos traços físicos são por tal forma diferentes, que o parentesco por eles poderia ser posto em dúvida. Mas, levando-se em conta o número de variadíssimas combinações dos caracteres hereditários em cada caso individual, dando lugar à formação de tipos profundamente diversos uns dos outros, verifica-se sempre o vínculo que liga em uma descendência os portadores de uma boa herança, como se nos deparam invariavelmente os vestígios de taras ancestrais nas genealogias maculadas por influências psíquicas inferiorizantes. Não admira, portanto, que os caracteres psíquicos normais das raças caldeadas persistam intactos, justapondo-se em

³⁴ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. 2011, 382f. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2011, p. 225-226.

mosaicos por vezes harmoniosos, mas talvez mais frequentemente contraditórios³⁵.

Na visão de Amaral, os estigmas gerados pelo “caldeamento psíquico” de “tipos diferenciados antropológicamente” e “associados pela miscigenação”, imprimiam efeitos marcantes na organização de sociedades onde as misturas raciais eram predominantes, como no caso do Brasil. Isso em geral se manifestaria em forma de conflito de culturas, “reflexo social da íntima luta que se trava em cada indivíduo componente do grupo humano assim formado”³⁶. Como resultado, haveria um desequilíbrio ético permanente, que atuaria como “uma força de desagregação oposta ao desenvolvimento de uma sociedade política unificada e eficiente”³⁷.

Na mesma linha, Renato Kehl afirmava que no Brasil a mescla racial havia produzido tipos tão variáveis e diversos, gerando na nossa população mestiça uma “confusa promiscuidade de temperamentos psíquicos”³⁸. Daí teria resultado a “índole indefinida, a mentalidade imprecisa e inconstante e os vícios políticos e sociais de nossa gente”. O médico acreditava que os híbridos eram produto da amálgama de “duas energias hereditárias diversas, quase heterogêneas, fusão de cromossomos quase irreconciliáveis, e que só a benevolência da natureza permite se associarem”. Nele se manifestavam as doenças e vícios que “pertenciam aos ascendentes de má conformação”³⁹, além de se instalarem a “desarmonia e o desequilíbrio orgânicos, consequentes do ‘conflito’ de caracteres incompatíveis. Além de serem “plasticamente feios na sua generalidade”, formavam um produto “não consolidado, fraco, meio caminho dos dois elementos que o constituíram”. Na sua visão, o cruzamento de raças deveria ser considerado um “elemento perturbador da evolução natural”, não podendo, portanto, ser considerado como “um meio de aperfeiçoamento étnico”⁴⁰.

Renato Kehl, em diversas ocasiões, evoca a obra de Oliveira Vianna, de forma a sustentar suas opiniões. Em texto publicado no Boletim de Eugenia, o médico busca a

³⁵ AMARAL, Azevedo. **O Brasil na crise atual**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 237-238.

³⁶ AMARAL, Azevedo. **O Brasil na crise atual**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 238.

³⁷ AMARAL, Azevedo. **O Brasil na crise atual**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 240.

³⁸ KEHL, Renato. **Lições de Eugenia**. Rio de Janeiro: Editora Livraria Francisco Alves, 1929, p. 188.

³⁹ KEHL, Renato. **Lições de Eugenia**. Rio de Janeiro: Editora Livraria Francisco Alves, 1929, p. 73.

⁴⁰ KEHL, Renato. **Lições de Eugenia**. Rio de Janeiro: Editora Livraria Francisco Alves, 1929, p. 191.

“opinião abalizada” do sociólogo fluminense para demonstrar que os mulatos e mamelucos tendiam a apresentar, em sua maioria, uma “espécie de assimetria moral”, acompanhada frequentemente de “inegável assimetria psíquica” sendo quase todos representantes dessas raças “moralmente incoordenados e incoerentes”⁴¹:

Daí faltar aos nossos mestiços, diz o mesmo autor, “esse senso de continuidade essa energia do querer, essa pertinácia da vontade, essa capacidade de espera, todas essas fortes qualidades, que denunciam as naturezas inteiriças, fundidas num só bloco, coesas, infrangíveis, monolíticas. É quebradiça a sua conduta, zig-zagueiante, irregular, descontínua e imprevista”. (Ol. Vianna – Pop. Meridionais – 1922, p. 117) ”.

O trecho citado por Kehl faz parte da obra *Populações Meridionais do Brasil*. Desde seu primeiro livro publicado, Vianna já chamava atenção para os efeitos disgênicos que surgiam da fusão de raças muito distintas entre si. Embora reconhecesse que houvesse mestiços de tipo superior, “arianos pelo caráter e pela inteligência, ou pelo menos suscetíveis de arianização”⁴², a regra ditada pela “lei antropológica” era de que os tipos híbridos herdassem, com mais frequência, “os vícios que as qualidades de seus ancestrais”⁴³.

Isso porque, na opinião do autor, a mistura entre indivíduos de raças distintas tornava os seus descendentes suscetíveis a “certos golpes de atavismo que os podem fazer retornarem, no fim de algumas gerações, a um dos tipos étnicos geradores”. Conforme “lei antropológica”, afirmava Vianna, quando os cruzamentos se davam entre raças com pouca similaridade entre si, esses retornos apresentariam, em geral caráter degenerescente. Assim sendo, “o elemento inferior é que se reconstrói, de preferência, e absorve os elementos da raça superior”⁴⁴.

Tanto para Vianna, quanto para Kehl e Amaral, o mestiço acabava sempre por incorporar, dentro de si, uma espécie de conflito, resultante da tentativa de harmonizar duas tendências étnicas opostas. Daí a sua instabilidade de caráter e as desarmonias

⁴¹ KEHL, Renato. Questões de raça. In: **BOLETIM de Eugenia**, Vol.I, n.6-7, junho/julho de 1929, p. 3.

⁴² VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil: Primeiro Volume – Populações Rurais do Centro Sul (paulistas, fluminenses, mineiros)**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1952, p. 153.

⁴³ VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil: Primeiro Volume – Populações Rurais do Centro Sul (paulistas, fluminenses, mineiros)**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1952, p. 157.

⁴⁴ VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil: Primeiro Volume – Populações Rurais do Centro Sul (paulistas, fluminenses, mineiros)**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1952, p. 156.

psicológicas que se manifestariam nesses indivíduos. O “sangue disgênico”, que em geral é apresentado pelo negro ou pelo índio, acabaria sempre por predominar e imprimir suas características negativas, atuando, nas palavras de Oliveira Vianna, “como a força da gravidade sobre os corpos soltos no espaço: os atrai para baixo com velocidade crescente, à medida que sucedem gerações”⁴⁵.

Na visão desses três intelectuais, ao invés de se estabilizar, no decorrer dos sucessivos cruzamentos, esses tipos nunca se integram e se fundem completamente. Eles apenas se justapõem e se estratificam, sem nunca formar uma raça homogênea. Assim, o povo nunca estaria “pronto”, formando um tipo “brasiliano” médio, tal qual dizia Roquette-Pinto. As sucessivas misturas só gerariam mestiços cada vez mais diferentes entre si, já que, mesmo nos tipos originários – isto é, branco, negro, indígena – era possível encontrar uma considerável variedade, tanto somática, como psíquica.

Ao invés da unidade, teríamos cada vez maior diversidade. Para autores que a diversidade étnica - principalmente se dentro dela estivessem inseridos os tipos de matriz africana – era negativa, o não controle dos cruzamentos raciais era visto com preocupação, já que, como argumentavam, as “leis antropológicas” mostravam que esse processo levaria, num país como o Brasil, inevitavelmente para a degeneração. Com uma população cacogênica e inferior, era impossível construir uma nação moderna e próspera.

Kehl contrapunha a ideia defendida por Roquette-Pinto de que a mistura entre raças se constituiria numa forma de aperfeiçoamento racial. O matrimônio entre indivíduos de diferentes etnias deveria ser, ao contrário, desencorajado.

Na sua visão, o intenso processo de mestiçagem ocorrido ao longo dos séculos no Brasil havia produzido uma população de fraco valor eugênico e de constituição biológica inferior. Por esse motivo, acreditava que os mestiços - assim como negros e indígenas - eram mais suscetíveis à doenças e vícios sociais, tais como sífilis, alcoolismo e tuberculose⁴⁶. Tais moléstias, vistas frequentemente por eugenistas e higienistas como uma das causas geradoras do que classificavam como “cargas sociais”, que onerava a população produtiva da nação, uma vez que esta deveria arcar com os custos dessa

⁴⁵ VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil: Primeiro Volume – Populações Rurais do Centro Sul (paulistas, fluminenses, mineiros)**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1952, p. 157.

⁴⁶ KEHL, Renato. **Lições de eugenia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929, p. 119-121.

“plêiade improdutiva e atrasada”. Esse problema se agravava pelo fato de que esses indivíduos doentes e degenerados, além de não contribuir para o enriquecimento da nação, continuavam a se reproduzir rapidamente e em escala crescente, sem nenhum controle por parte da sociedade ou do Estado. De acordo com Kehl, essa camada de parasitas continuava, assim, “a procriar desabaladamente, em contraste com a diminuta progressão natal das classes verdadeiramente produtoras e úteis do país”⁴⁷.

Colocava-se, assim, em questão a necessidade de controle reprodutivo entre essa parte da população, composta por mestiços, negros e indígenas. Se por um lado, na opinião do eugenista, havia um fluxo de população branca que crescia com a imigração, esse índice acabava sendo prejudicado pela super-natalidade dentro dessas camadas de “indivíduos inferiorizados”. Enquanto predominasse no país a mistura entre raças heterogêneas e heterocrômicas, sem qualquer tipo de restrição ou cuidado, o valor étnico, eugênico, social e econômico da população brasileira seria colocado em questão.

Se para Renato Kehl, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, a incorporação do povo brasileiro à civilização se daria por meio do branqueamento e da eliminação dos fatores degenerativos que prejudicavam a qualidade do elemento humano, para Belisário Penna esse processo só ocorreria através da educação higiênica e do combate aos males que afetavam a saúde dos habitantes do país. Diferente dos três autores, considerava a doença como o fator primordial da inferioridade e da degradação da população nacional. Isso não significou, no entanto, que o autor não tenha considerado a miscigenação como algo negativo. Pelo contrário. Em texto intitulado *Evolução desordenada e mórbida*, o autor discute, entre outros assuntos, sobre os efeitos nefastos que a importação da mão de obra escrava teve em nossa sociedade. O manuscrito, que não possui data nem informações sobre sua publicação, indica em dois momentos que o autor considera a presença do negro e sua mistura com a população branca como prejudiciais do ponto de vista racial, como podemos ver nos seguintes trechos:

Foi, porém, um grande mal, a sua importação para colaboração forçada e involuntária, de consequências desastrosas e inavaliáveis no tempo e no espaço, porque produziu inferioridade étnica, viciou os padrões com o trabalho servil, e o negro, depois de liberto, sem qualquer assistência, vingou-se inconscientemente do branco escravizador, aviltando-se pelo alcoolismo,

⁴⁷ KEHL, Renato. Limitação da Natalidade. In: **BOLETIM de Eugenia**. Rio de Janeiro, Vol. I, nº. 12, dezembro de 1929, p.1.

fugindo ao trabalho, entregando-se ao batuque e à feitiçaria e, pior de tudo, constituindo-se foco disseminador de variadas e graves endemias.

~~A mestiçagem~~, a mentalidade escravizadora de patrões e autoridades, a mentalidade servil, dos dirigidos e a doença multiforme e generalizada foram herança e consequência da escravidão (cortes feitos pelo autor)⁴⁸.

Como podemos ver, o autor eliminou posteriormente as passagens do texto que fazem menção à mestiçagem e a inferioridade étnica como problemas gerados pela vinda de escravos africanos para o Brasil. No manuscrito, esses trechos aparecem riscados à lápis, juntamente com outras correções feitas por Penna e adições feitas ao artigo. No entanto, não fomos capazes de determinar se o mesmo chegou a ser publicado/apresentado, nem se as correções foram incorporadas no momento da publicação.

Essas afirmações colocadas por Penna entram em contradição com outros de seus escritos, na qual o autor afirma não existirem raças superiores ou inferiores⁴⁹. No entanto, não podemos determinar se houve uma mudança de posição por parte do autor com relação aos efeitos negativos da “raça” – seja para um parecer favorável, seja para a posição contrária, uma vez que, além da ausência de data no manuscrito, não encontramos outras fontes que esclareçam essa questão. É possível também, com base no estudo dos textos de outros intelectuais, como Vianna, Kehl e Amaral, conjecturar que tais afirmações não invalidam a hipótese de racismo por parte de Penna, uma vez que os outros três, apesar de afirmarem incisivamente sua descrença na igualdade das raças, vez ou outra fazem ressalvas semelhantes. Renato Kehl, por exemplo, em *Lições de Eugenia*, ao mesmo tempo que desqualifica mestiços, negros e índios, diz o fazer por motivos exclusivamente eugênicos, “sem qualquer motivo ou preconceito de superioridade e inferioridade”. Vianna, em *Raça e Assimilação*, também declarava: “Eu não me preocupo com afirmar propriamente a inferioridade e a superioridade desta ou daquela raça... O que afirmo é que as raças são *desiguais*. Desiguais num sentido apenas da maior ou menor frequência em tipos de temperamento e em tipos de inteligência”⁵⁰.

⁴⁸ PENNA, Belisário. **Evolução desordenada e mórbida**. Sem data. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

⁴⁹ PENNA, Belisário. **Saneamento rural e educação higiênica**. Conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna, em Juiz de Fora, a 22 de Junho de 1918, a convite da Sociedade de Medicina e Cirurgia. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

⁵⁰ VIANNA, Oliveira. **Raça e assimilação**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 177.

2.1.2 – Qualidade e quantidade: a questão eugênica

A composição racial não foi o único fator de preocupação na hora de pesar as causas do atraso relacionadas à qualidade da população brasileira. Para Kehl e, principalmente para Belisário Penna, as razões da degeneração do capital humano eram mais abrangentes. De acordo com os dois médicos, o futuro da “raça brasileira”⁵¹ – e aqui raça é utilizada como sinônimo de população nacional – dependia da capacidade de assegurar a saúde e a qualidade dos indivíduos que aqui viviam, evitando que doenças, vícios e taras hereditárias afetassem a capacidade intelectual e produtiva dos habitantes do país. Não foi à toa que certas moléstias, como o alcoolismo, a sífilis, e a lepra eram classificadas pelos eugenistas como “venenos raciais”, pois eram vistas como responsáveis pela degradação das forças orgânicas da espécie humana. Caso tais questões não fossem resolvidas, o Brasil não seria capaz de superar seu estado permanente de miséria, onde a desnutrição, a doença e as epidemias e endemias rurais eram uma constante.

Para Belisário Penna, o saneamento e a higiene deveriam ser a preocupação prioritária de qualquer governo que buscassem eugenizar e melhorar a qualidade da população brasileira. Para o médico, até que esse problema fosse resolvido, pouco importava investirmos na busca por novos contingentes populacionais como forma de melhoria da raça nacional, pois essa “gente importada” em pouco tempo, acabava sendo afetada pelos mesmos males que atingiam a população nativa:

Ao clima subtropical, à pujança e majestade da natureza e à apregoada inferioridade da raça, atribuíamos todos os males. Era uma fatalidade, um mal sem remédio. Tínhamos de importar novas gentes, deixar extinguir-se a que possuímos, por imprestável e incorrigível, sem atentarmos que a gente importada, no decorrer de pouco tempo, sofre dos mesmos males, nacionaliza-se pela anemia, e que seus descendentes, castigados desde a infância, pelas doenças deixadas às soltas, apresentam, quando adultos, aspecto semelhante, de desânimo e fatalismo, ao dos nacionais, que, desde várias gerações, se vem

⁵¹ Nesse tópico, sempre que falarmos em “raça brasileira”, estaremos nos referindo à população nacional.

degradando pelas endemias, agravadas pela licença do uso e abuso da cachaça e pela ignorância, na mesma proporção da doença⁵².

A doença era algo tão presente na vida dos habitantes do país, que era vista praticamente como elemento distintivo da condição de ser brasileiro⁵³. Tanto que era através dela que os estrangeiros se nacionalizavam, conforme afirmava Penna. Para ele, não havia povo, por melhor que fosse, capaz de resistir à essas causas de “degradação individual” e de destruição e degeneração da raça.

Na sua visão, era impossível conceber qualquer tipo de trabalho produtivo, riqueza ou mesmo alegria numa nação composta de gente doente e ignorante “vegetando no desconforto e na imundície”. Essas condições insalubres, que favoreciam por todos os meios a proliferação de parasitas, eram, por si só, capazes de aniquilar qualquer povo e impedir o progresso de qualquer país.

Renato Kehl também chamava atenção para o fato de a doença se constituir como um dos fatores orgânicos da decadência das populações urbanas e rurais do Brasil. Segundo ele, a indolência do povo também era explicada pelo estado de abandono e miséria em que essa se encontrava, tornando-a sujeita a uma série de males, como a anemia, à intoxicação, bem como fatores mórbidos tais como tuberculose, sífilis, impaludismo, verminoses e aos venenos sociais. A obra de eugeniização nacional, na visão do médico eugenista, passava pela prevenção de enfermidades capazes de corroer a saúde dos habitantes do país, pois estas também eram vistas como responsáveis pela sua degeneração.

Conforme artigo publicado no jornal *A noite*, Kehl argumentava que a população brasileira, ao entrar em contato com o grande número de endemias e verminoses que atingiam a nação, havia se tornado “mirrada, doentia, anêmica e feia”. Para ele, a higidez

⁵² Grifo do autor. O trecho em questão faz parte de um manuscrito encontrado no acervo pessoal do autor, sob os cuidados da FIOCRUZ. Embora não possua título nem data, parece ter sido escrito como carta endereçada “ao Chefe do Governo Provisório”

⁵³ MAIO, Marcos Chor (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 1996, p.23.

no Brasil era praticamente um mito, sendo o país constituído, “na sua quase totalidade, de gente doente ou em franca degeneração”⁵⁴. Em *A cura da fealdade*, voltaria a afirmar:

Em consequência desse estado de morbidez, é que os nacionais são, na quase generalidade, feios, esqueléticos, fracos, minguados, não podendo competir com os estrangeiros que aportam em nossas plagas com saúde e robustez, cheios de vida e de ânimo para o trabalho. Não há quem ignore a derrota em que são levados os nossos patrícios em quase todas as empreitadas comerciais e industriais⁵⁵.

Na opinião do eugenista, esse tipo brasileiro, cacogenizado e degenerado, não passava de uma “caricatura grotesca” de um povo, cuja constituição física e mental minguava a olhos vistos devido as péssimas condições sanitária e higiênicas a que estava exposto. Era natural, portanto, que sua condição física fosse débil e não tivesse condições de trabalhar, paralisado pela desnutrição, “a braços com a preguiça” e mergulhado em um profundo estado de apatia. Isso, somado aos problemas raciais, colocava o homem nacional em condição de inferioridade se comparado aos tipos estrangeiros, sendo uma das causas principais do nosso atraso econômico e pela má qualidade de nossa mão-de-obra. Faltava a eles iniciativa, constância e disciplina, características que considerava como sendo fundamentais para a prosperidade da indústria, do comércio e da agricultura e para o progresso econômico da nação.

Belisário Penna descrevia a condição patológica a que estava exposta a nossa população como como “calamitosa” e “alarmante”. Criticava o descaso dos dirigentes que, segundo ele, preocupavam-se bastante com “criação e melhoramento dos rebanhos”, mas cruzavam os braços ante os altos índices de mortalidade e ao estado deplorável de vida da “reduzida fração” dos que haviam resistido aos numerosos fatores “de morte e degeneração”. Cada uma dessas vidas perdidas era, na concepção do médico, “um instrumento de trabalho partido” e cada doente, “um instrumento de trabalho diminuído,

⁵⁴ KEHL, Renato. Os problemas da Regeneração das Raças. *A Noite*. Rio de Janeiro, 3 de julho de 1920. (Fundo Pessoal Renato Kehl, DAD-COC).

⁵⁵ KEHL, Renato. *A Cura da Fealdade*. São Paulo: Editora Monteiro Lobato & Co. 1923, p 165.

estragado, defeituoso ou paralisado, mas consumidor, a desvalorizar e arruinar o organismo coletivo”⁵⁶.

Incapaz de trabalhar e produzir, a parte adoecida da população acabava onerando a parte produtiva, afetando assim a prosperidade coletiva da nação. De acordo com o sanitarista:

Uma quarta parte da população está inutilizada pelas doenças e pela cachaça, nada produz, é parasita completa e inconsciente; duas quartas partes, constituídas de doentes não de todo inutilizados vegetam apenas, parasitas da terra, que estragam sem contribuir, por forma alguma, para a prosperidade coletiva, antes embaraçando-a, como depositários de vermes e de germens de doenças transmissíveis, da quarta parte restante, mais da metade trabalha na agricultura e no comércio, produzindo para si e para a coletividade, e a parte restante constitui as castas da política, da indústria, da administração pública, dos letrados, que sugam, insaciavelmente, esse trabalho. São parasitas muito piores do que os inconscientes acima apontados, porque conscientes do mal que praticam. [...]

Nenhum plano financeiro de conversão e estabilização monetária será capaz de normalizar a vida de um organismo social, onde há 23% da população que trabalha na terra e produz, parasitada, porém, pelos 77% restantes [...]⁵⁷.

O progresso econômico da nação acabava, assim, prejudicado pela falta de trabalhadores saudáveis e pelo excesso de gastos criados por elementos parasitários, formados em sua maioria pela fração doente e degenerada da população. Conforme a estimativa apresentada por Penna, pouco mais de um quarto do total de habitantes sustentava essa massa improdutiva, tornando quase impossível reverter a situação econômica do país sem que houvesse um amplo projeto de saneamento que incluísse não só a profilaxia, o tratamento de enfermidades e o controle de endemias, mas também priorizasse o ensino intelectual, profissional, moral e dos preceitos da higiene desde a infância.

Era de suma importância, na visão de Belisário Penna, que as ações de prevenção iniciassem desde a mais tenra infância. Afinal, dizia, a criança “é o começo do homem, e o começo é a metade do todo”. Era nela, portanto, que se depositava “a esperança do

⁵⁶ PENNA, Belisário. Saúde, trabalho e educação. **Saneamento**. Rio de Janeiro, ano III, n. 3, janeiro de 1927. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

⁵⁷ PENNA, Belisário. Saúde, trabalho e educação. **Saneamento**. Rio de Janeiro, ano III, n. 3, janeiro de 1927. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

futuro, a segurança da nacionalidade, a garantia da raça”. Se bem gerada, cuidada, educada e sua saúde mantida ao longo de sua vida, seria capaz de garantir a “grandeza, esplendor e prestígio da nação” no futuro. Se, no entanto, esses requisitos não fossem cumpridos, transformar-se-iam no “desespero do futuro, a fraqueza da nacionalidade e a degeneração da raça”⁵⁸. Em uma de suas palestras, proferida durante a semana da criança, instituída pela Inspetoria de Higiene Infantil do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), afirmava:

“Uma nação se constitui das gerações que lhe dão as famílias, do mesmo modo que o oceano se alimenta das águas dos rios que se derramam no seu seio. A infância é a sementeira da sociedade, a seiva e a força da pátria”.

É necessário que a semente seja abundante e boa, e a plantinha bem mimada para que se desenvolva com seiva nutriente e sadia, afim de produzir mais tarde bons frutos⁵⁹.

No Brasil, ao contrário, o que se observava era um verdadeiro “hecatombe da infância”, de acordo com Penna. A alta mortalidade que, para o médico, já havia se transformado em situação banal devido a sua frequência. Já a porcentagem escassa que escapava da “voracidade da morte”, evoluía desordenadamente “sob o guante da ignorância, da miséria, das doenças e das taras luética e alcoólica”. Como resultado dessa situação - que em dado momento, descreve como “infernai” – o contingente infantil, além de bastante reduzido, era composto por uma maioria que não havia se desenvolvido mental e fisicamente de maneira normal.

Que futuro estará reservado a esse país? “Que nacionalidade pode resultar duma infância nessas condições”⁶⁰? Esses eram os questionamentos que o médico sanitário levantava a partir do quadro que havia delineado.

O impacto negativo causado por essas “unidades humanas geradas, nascidas e criadas com o estigma da fraqueza orgânica, das taras patológicas” e afetadas pelos “malefícios de doenças evitáveis e não evitadas”, contraídas desde o início da vida era

⁵⁸ PENNA, Belisário. **Semana da criança**. Manuscrito. Sem data. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

⁵⁹ PENNA, Belisário. **Semana da criança**. Manuscrito. Sem data. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

⁶⁰ PENNA, Belisário. **Semana da criança**. Manuscrito. Sem data. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

imenso, afirmava Penna, e afetava o progresso da coletividade como um todo. Segundo ele, um povo como o nosso, sem infância sadia e sem uma mocidade vigorosa, só poderia desenvolver uma mentalidade fraca, “desordenada, fantasiosa, não criadora, apenas imitadora; palavrosa, teórica, inconstante, imprevidente, contraditória e sem continuidade de ação, quando age”. Daí a nossa evolução ter sido feita de maneira anárquica, mais ou menos indiferente à “hecatombe da infância, à degradação da mocidade, à degeneração da raça”, preocupando-se apenas com “as fachadas” e supondo, “na morbidez da sua mentalidade, iludir os outros povos”⁶¹.

Para Penna, “todas as nossas desditas”, a nossa insignificância econômica, a nossa falência financeira, e as falhas de caráter da nossa população e, principalmente da nossa elite, surgiam como consequência exatamente desse quadro de doenças que assolavam os brasileiros desde o início de suas vidas, somadas à desnutrição, à ignorância e do vício do nosso povo, “incapacitado física e psicologicamente, de cumprir sua finalidade biológica” e condenado a “vegetar com um psiquismo atrasado e trevoso, em piores condições que os irracionais”⁶².

O Brasil não poderia, na visão do médico, se constituir como uma nação respeitável se não cuidasse desses problemas. Somente assim o país poderia sair do “caos moral, mental, econômico, político e financeiro” em que havia afundado por conta do descaso dos governantes com relação à saúde e à qualidade da população brasileira. Caso contrário, a nação continuaria a evoluir, desastrosamente, sem progredir, resultando no seu aviltamento, no seu empobrecimento e na sua ruína.

A ideia da doença como fator de atraso social não foi algo restrito apenas à obra de Belisário Penna e Renato Kehl. Ela fez parte de um movimento mais amplo, iniciado no início do século XX e que mais tarde culminaria com a criação de diversas instituições que, como a Liga Pró-Saneamento e Sociedade dos Amigos de Alberto Torres⁶³, buscaram promover a higiene e o saneamento como forma de viabilizar a revitalização e

⁶¹ PENNA, Belisário. **Semana da criança**. Manuscrito. Sem data. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

⁶² PENNA, Belisário. **Finalidade biológica do homem**. Manuscrito. Sem data. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

⁶³ Embora, diferente da Liga Pró-Saneamento, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres não tenha se dedicado única e exclusivamente ao combate de doenças e à promoção do saneamento, parte de seu programa englobava a prevenção de endemias rurais e o incentivo à educação higiênica, tendo realizado vários projetos com este intuito.

desenvolvimento do Brasil como nação, através da prevenção de enfermidades e do investimento na saúde e no bem-estar da população.

O debate sobre a questão sanitária ganhou força, no Brasil, na virada do século XIX para o XX. Durante esse período, iniciaram-se uma série de obras e reformas em alguns dos principais centros urbanos do país, a fim de melhorar as condições de habitação e salubridade, além de aprimorar o aspecto das cidades. Dessas remodelações, a que ganhou maior destaque foi a empreendida na então capital da república, Rio de Janeiro, durante a administração de Francisco Pereira Passos. O “bota abaixo” - nome pela qual ficou conhecido o projeto de reorganização urbana – demoliu cortiços e desalojou seus moradores, empurrando-os para a periferia da cidade. Vistos como fontes de sujeira, doenças, criminalidade e desvios morais, esses locais foram os alvos principais das obras de reforma da cidade. Em seu lugar, foram construídos novos prédios e a cidade foi renovada aos moldes de Paris, com imensas ruas ao modelo dos *boulevards* franceses, de forma a permitir um melhor arejamento, ventilação e iluminação do centro e a adoção de uma arquitetura suntuosa, composta de imponentes edifícios.

A ideia era transformar o local nos moldes do que era concebido no período como uma capital moderna. Apoiada nos ideais de civilização e beleza, de regeneração física e moral, a reforma buscou reverter o aspecto colonial apresentado pela cidade do Rio de Janeiro.

A preocupação em sanear a cidade estava ligada a um de seus maiores problemas, pois, tal como se apresentava, não garantia condições mínimas de higiene no que dizia respeito à moradia, ao trabalho e ao saneamento. As epidemias de febre amarela, varíola e cólera assolavam a população, e as mortes em decorrência das doenças e das condições insalubres em que a maior parte dos habitantes vivia, conferiam ao Rio de Janeiro a fama internacional de “porto sujo” e “cidade da morte”, afastando cada vez mais os viajantes estrangeiros. A preocupação com o embelezamento serviria para, ao menos teoricamente, solucionar esta questão, já que tudo aquilo que se mostrava feio, sujo e doente, aos olhos da administração - e, portanto, caracterizava o atraso - parecia pronto para ser demolido e dar espaço ao novo, ordenado, limpo e modernizado.

Outras cidades, principalmente as capitais dos Estados, também passaram por mudanças. A forte intervenção sobre os espaços urbanos, juntamente com um intenso

combate a surtos epidêmicos de doenças como varíola, peste bubônica e febre amarela, seguiu-se de uma intensa campanha pública em prol do saneamento das áreas rurais e da centralização dos serviços de saúde por meio da criação de um ministério próprio.

A caracterização da população brasileira como doente e atrasada ganhou maior projeção após a realização das expedições ao interior do país, das quais se destacam as realizadas por Cândido Rondon, as da Comissão Geológica em São Paulo e as viagens científicas do Instituto Oswaldo Cruz. De acordo com Nísia Trindade Lima, essas incursões estiveram, em sua maioria, associadas a projetos modernizadores, como construção de ferrovias, avaliações da Inspetoria de Obras contra as Secas e construções de linhas telegráficas. Além de desbravar regiões do sertão até então pouco conhecidas, buscaram também conduzir investigações científicas em parcelas mais extensas do território nacional, de forma não só a implantar projetos oficiais de delimitação de fronteiras, saneamento e utilização de recursos naturais, mas também promover o povoamento de zonas remotas e integrar política e economicamente litoral e sertão⁶⁴.

Essas viagens também produziram relatórios que se converteram em poderosas imagens acerca das condições de vida da população que habitava o interior do país. Não somente isso, elas forneceram uma interpretação que, em parte fazia eco aos diagnósticos produzidos pelos viajantes estrangeiros que aqui passaram – ou seja, a caracterização do brasileiro como preguiçoso, indolente e fraco – e em parte apresentava uma explicação alternativa: não era a raça e sim a doença o fator debilitante. Se mestiço, ainda que continuasse sendo definido pelos intelectuais influenciados pelo movimento sanitarista como incapaz e inferior, encontrava-se em tal estado por ser “vítima indefesa da doença, da ignorância, da deficiência ou vício de alimentação. Se melhoradas suas condições de vida, através da educação, da alimentação correta e da prevenção e cura das doenças à que estava exposto, seria capaz de trabalhar e produzir como qualquer trabalhador europeu. Seria um equívoco, portanto, atribuir somente à raça a culpa pela degeneração do povo brasileiro.

Dentro dessa visão, apresentada por autores como Belisário Penna, o fracasso não era, portanto, inevitável. Havia chances de reversão. Afinal, se o país estava doente, atrasado e improdutivo para os padrões capitalistas de modernidade, eficiência e

⁶⁴ LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil** – 2ª Ed. Aumentada. São Paulo, Hucitec, 2013, p.114-117.

racionalidade econômica e social do século XX, o desenvolvimento do país e o aumento da produção de riquezas aconteceria através da modificação das condições de habitação, de saúde e de educação dos habitantes do interior do Brasil. De acordo com Ricardo Augusto dos Santos, com essa mudança de percepção, passou a ser determinante, para os intelectuais do país, encontrar o “verdadeiro Brasil”, pois para a construção da nação era preciso conhecer para integrar nacionalmente. Percorrer o território brasileiro foi considerado um ato absolutamente fundamental para a compreensão da identidade nacional. Era preciso, portanto, conhecer o país; conhecer suas doenças para então formular um diagnóstico e uma cura efetiva⁶⁵.

O diagnóstico apresentado por Penna teve ampla repercussão. O quadro apresentado por ele e outros intelectuais que haviam entrado em contato com o que se referiam como “país real” - em oposição ao país “legal”, idealizado pela classe política e pelos liberais – era difícil de ignorar. Nos anos seguintes à publicação dos relatórios das viagens científicas, inúmeros intelectuais se engajaram na causa sanitária, corroborando a visão do Brasil como país doente e improdutivo. A regeneração do Jeca Tatu, personagem icônico do escritor Monteiro Lobato, é um dos exemplos do impacto que tais relatos tiveram na intelectualidade brasileira.

Em obras como *Urupês* e *Velha Praga*, Lobato atribuía grande peso às teses raciais e climáticas como forma de explicar a pobreza e a inferioridade dos camponeses. Ricardo Augusto dos Santos sugere que o contato com o diário de viagem de Arthur Neiva e Belisário Penna tenha sido o ponto de inflexão no seu pensamento⁶⁶. Em *O Problema Vital*, o escritor faz menção às imagens fotográficas presentes no relatório, e como estas foram fundamentais na elucidação dos problemas que afetavam o país:

A ideia do saneamento é uma. Bastou que a ciência experimental, após a série de *instantâneos cruéis* que o diário de viagem de Arthur Neiva e Belisário Penna lhe pôs diante dos olhos, propalasse a opinião do microscópio, e esta fornecesse à parasitologia elementos para definitivas conclusões, bastou isso

⁶⁵ SANTOS, Ricardo Augusto. **Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do Eugenismo em Renato Kehl (1917-37)**. Niterói: UFF, 2008. 257f. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 57-59.

⁶⁶ SANTOS, Ricardo Augusto. **Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do Eugenismo em Renato Kehl (1917-37)**. Niterói: UFF, 2008. 257f. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 69.

para que o problema brasileiro se visse, pela primeira vez, focado sob um feixe de luz rutilante. E instantaneamente, vimo-la evoluir para o terreno da aplicação prática. E a ideia-força caminha avassaladoramente⁶⁷.

A própria epígrafe presente nessa obra indica essa mudança de posição: “O Jeca não é assim, está assim”. A degeneração do Jeca já não era mais algo permanente. Diagnosticado e curado da ancilostomíase, estava agora livre do cansaço e do desânimo que antes o afligiam. Livre das doenças, libera seu potencial, tornando-se um trabalhador produtivo, incansável e valente. A saúde impulsiona seu progresso: em pouco tempo, torna-se um próspero fazendeiro, com uma propriedade moderna, composta de novas lavouras e tecnologias. De mau-exemplo, torna-se modelo. Passa assim a utilizar seu conhecimento para educar os empregados de sua propriedade, lhes ensinando sobre os preceitos da higiene e do sanitarismo e abrindo postos de combate à moléstia que antes havia lhe vitimado. Aos 89 anos, sua vida chega ao fim, prolongada graças à intervenção da ciência e da Medicina. Ao empregar os mesmos métodos que o haviam ajudado e o livrado de uma vida vegetativa e improdutivo e de uma morte precoce, o Jeca partia com a satisfação de ter cumprido a sua missão⁶⁸.

Embora Lobato tenha mudado sua percepção acerca do problema que atingia a população, isso não significou que este tenha abandonado as teses “racistas”⁶⁹. O impacto causado pela campanha sanitaria e a indicação das doenças como fator degenerativo não implicou, em alguns casos, no descarte da ideia da raça e da mestiçagem como problema. De fato, alguns intelectuais, como Roquette-Pinto e Fróes da Fonseca combateram o enfoque da raça com a explicação de que o analfabetismo, as condições insalubres e à exposição à enfermidades e epidemias eram os principais culpados pela indolência e inferioridade do brasileiro. No entanto, a defesa das duas ideias não pode ser vista como algo contraditório.

⁶⁷ LOBATO, Monteiro. O problema vital. In: **Obras completas de Monteiro Lobato**. São Paulo: Brasiliense, 1957, p. 297.

⁶⁸ KORNDÖRFER, Ana Paula. “**An international problem of serious proportions**”: A cooperação entre a Fundação Rockefeller e o governo do Estado do Rio Grande do Sul no combate à ancilostomíase e seus desdobramentos (1919-1929). Porto Alegre: PUCRS, 2013. 302 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2013, p. 67.

⁶⁹ Lobato continuaria vendo as populações não-brancas como inferiores, acreditando que a revitalização da nação só se daria com a eliminação progressiva desses indivíduos. O autor considerava que a presença desses elementos era nociva, sendo elas responsáveis em parte pelo atraso do país.

É importante lembrar que, se o atraso era uma realidade, conforme alertou Piva, os altos índices de infecção e o pouco controle sobre as epidemias e endemias também. Se pegarmos os levantamentos de Fundações como a Rockefeller, que atuou no país no combate à enfermidades como a ancilostomíase, e os relatórios dos postos de profilaxia rural que se instalaram após a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, veremos que a doença era de fato um problema. Em alguns municípios, mais de 80% da população sofria de algum tipo de verminose, conforme dados apresentados pela *survey* conduzida pela Fundação Rockefeller em alguns Estados do Brasil⁷⁰. Ou seja, a ênfase no impacto que tais doenças causavam não população não era algo meramente retórico, ainda mais se levarmos em consideração que médicos como Penna acompanharam o tratamento e a melhora da população após as ações de combate. Daí o peso que tais questões ocuparam dentro de sua obra.

Chamamos atenção para esse fato pois trabalhos como o de Nancy Stepan passam a impressão de que a opção de alguns autores pela questão da raça e ou da doença como fator degenerativo – como se a escolha por uma dessas explicações fosse sempre algo contraditório – se deve a filiação dos intelectuais à determinadas teorias hereditárias. Ou seja, aqueles que privilegiavam as explicações relacionadas ao impacto das enfermidades na saúde e na qualidade da população seriam neolamarckistas; já os que preferiam atribuir os defeitos e a inferioridade à composição racial seriam mendelianos⁷¹. Acreditamos que,

⁷⁰ Utilizamos como referência os dados apresentados na tese de doutorado de Ana Paula Korndörfer, que analisa a ação da Rockefeller no Rio Grande do Sul. Segundo a historiadora, os municípios de Montenegro, na Ilha dos Marinheiros (Rio Grande), Torres e Conceição do Arroio foram os que apresentaram maior taxa de infecção por parasitas, de acordo com os dados da Rockefeller. Dentre as pessoas examinadas na cidade, os marcadores indicavam positivo para todos os vermes em 94%, 81%, 96% 96,5% respectivamente, nas localidades citadas. KORNDÖRFER, Ana Paula. **“An international problem of serious proportions”: A cooperação entre a Fundação Rockefeller e o governo do Estado do Rio Grande do Sul no combate à ancilostomíase e seus desdobramentos (1919-1929)**. Porto Alegre: PUCRS, 2013. 302 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2013, p. 180.

⁷¹ Essa questão é inclusive discutida dentro da obra do próprio Renato Kehl. Segundo Stepan, Pietra Diwan e Vanderlei Sebastião de Souza, Kehl teria sofrido uma “virada” em seu pensamento, devido ao peso que o autor teria atribuído à fatores sociais e ambientais – como a doença e o analfabetismo – em sua obra. Para esses autores, haveria um foco maior nessas questões em sua obra antes da década de 30, quando o autor teria mudado seu foco para medidas mais restritivas e uma visão mais negativa acerca do problema racial na população brasileira. Assim, propostas coercitivas que visavam a miscigenação ou mesmo a propagação de males hereditários teriam ganhado mais importância. Embora, de fato, tais alterações tenham acontecido, não significou que Kehl abandonou uma explicação em detrimento de outra. Ponto de vista semelhante é defendido por Ricardo Augusto dos Santos em sua tese. SANTOS, Ricardo Augusto. **Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do Eugenismo em Renato Kehl (1917-37)**. Niterói: UFF, 2008. 257f. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2008.

em muitos casos, a abordagem de tais problemas obedecia a um critério bem mais pragmático.

A questão é que tal explicação não dá conta da complexidade do debate dentro do campo intelectual brasileiro. Se, para alguns autores, a opção por uma explicação se dava em detrimento de outra, isso não é verdade para outros. O peso que cada uma teve dentro da obra de diferentes intelectuais variou, assim como o foco de análise. Por exemplo: se para Belisário Penna, a doença, o analfabetismo e as péssimas condições de saúde eram as principais causas da degeneração e da má qualidade da população brasileira, pra Roquette-Pinto e Fróes da Fonseca, elas poderiam ser consideradas as únicas causas. Já para Renato Kehl e Monteiro Lobato, elas eram apenas parte do problema.

Azevedo Amaral, assim com Kehl, Lobato e Penna, entendia que o combate às endemias e “outras causas deteriorantes da capacidade biológica do nosso povo” estava intimamente associado ao problema eugênico. Conforme escreveu em *Ensaios Brasileiros*, argumenta que “no exame dos meios de valorizar o fator humano”, a questão do combate às enfermidades teria “relevância fundamental”⁷². No entanto, o jornalista acreditava que a análise desses problemas já não se impunha com a mesma premência no período em que escrevia, uma vez que os trabalhos de pesquisa e a propaganda tenaz em torno do assunto, feita nas décadas anteriores, haviam criado uma “mentalidade disposta a enfrenta-lo resolutamente, restando apenas encontrar recursos financeiros para tornar efetiva as medidas sanitárias previstas em planos mais ou menos orientados por pensamento rigorosamente científico”⁷³.

Assim como Kehl, acreditava que as medidas sanitárias e higiênicas eram importantes para assegurar a constante elevação do nível e da capacidade biológica da população brasileira. No entanto, no caso de doenças contagiosas, tratava-se de um problema cuja solução já era conhecida, e o que faltavam eram apenas recursos para sua implementação. Já o problema racial ainda era algo que clamava solução mais urgente.

Com relação ao problema da doença como atraso, resta abordarmos mais uma questão – das chamadas “cargas sociais”. Como vimos anteriormente, um dos argumentos utilizados por Penna e Kehl era que algumas moléstias acometiam os indivíduos de tal

⁷² AMARAL, Azevedo. **Ensaios brasileiros**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 279.

⁷³ AMARAL, Azevedo. **Ensaios brasileiros**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 279.

modo que estes se tornavam incapazes de uma vida produtiva. Se, em alguns casos esse quadro podia ser revertido, em outros ele era permanente. Doenças hereditárias, ou mesmo aquelas que, como a Sífilis, deixavam marcas permanentes naqueles que delas sofriam. Muitas vezes, por não serem aptos para o trabalho, os portadores de tais males dependiam de ações filantrópicas ou de instituições que lhes amparassem, como hospitais, asilos e dispensários. Se, por um lado sua ação era vista como positiva, já que oferecia a possibilidade de tratamento – quando havia – em outros era criticada por sua ação “contra-seletiva”.

Para Kehl e Amaral, tais instituições e ajudas de caráter filantrópico exerciam um caráter disgênico na sociedade, pois permitia a multiplicação de indivíduos que, em ocasiões normais e sem interferência protetora de organizações de ajuda, seriam eliminados e não representariam perigo de transmitir suas taras a seus descendentes. Essas ações, além de consumirem valiosos recursos no custeio de locais de apoio e no sustento de “mediócras, dos débeis e dos degenerados”, eram responsáveis por agravar o que Renato Kehl chamou de “mediocrinização do gênero humano”⁷⁴. Segundo o médico eugenista, esses sujeitos “mediócras”, “doentes” e “incapazes”, com a ajuda filantrópica “conseguem vencer, em prejuízo da parte boa, sacrificada pela concorrência desleal “filantropicamente” estabelecida pela sociedade”.

Na visão de Azevedo Amaral e Renato Kehl, o prejuízo era arcado pela sociedade como um todo. Em texto intitulado *Os erros da filantropia – Filantropia contra-seletiva*, publicado no Boletim de Eugenia, o eugenistas expressava sua visão a esse respeito:

Pode-se calcular que cada homem válido arca com o peso morto de quatro indigentes, tal a sua contribuição pessoal, direta ou indireta, por meio de impostos e de outros recursos que sustentam esses elementos inúteis ou quase inúteis⁷⁵.

Em *Ensaio Brasileiro*, Amaral também comenta a respeito dessa questão:

⁷⁴ KEHL, Renato. Os erros da filantropia – Filantropia contra-seletiva. In: **BOLETIM de Eugenia**, Ano III, n.32, agosto de 1931, p. 1.

⁷⁵ KEHL, Renato. Os erros da filantropia – Filantropia contra-seletiva. In: **BOLETIM de Eugenia**, Ano III, n.32, agosto de 1931, p. 1.

Os recursos obtidos pelo Estado por meio da taxaço incidente sobre as classes ativas da coletividade foram e continuam a ser em grande parte aplicados no custeio de instituições que, embora muitas vezes simpáticas a quem as examina com uma perspectiva sentimental, não deixam de ser poderosas agências disgênicas pelo papel que exercem, como meios de neutralizar artificialmente a ação de forças naturais e sociais que, deixadas sem tais obstáculos, eliminariam uma boa parte dos degenerados, salvos para procriarem mais tarde proles taradas, graças à proteção das nossas organizações filantrópicas⁷⁶.

Para os dois intelectuais, os métodos da filantropia moderna haviam de ser severamente repensados, a fim de impedir que “seus generosos intuitos” fossem convertidos em fatores de “temível enfraquecimento da sociedade pela cultura de elementos que os interesses coletivos levariam a eliminar”⁷⁷.

2. 2 - Elites como causa do atraso

Durante sua trajetória como médico sanitaria, Belisário Penna foi um incansável defensor de um projeto amplo, que incluía reformas na área da saúde pública e na implantação de um programa de educação higiênica que atingisse toda a população. No entanto, seu plano ia além da melhoria das condições de vida e saúde dos brasileiros e da prevenção de doenças. Além de propostas compreendendo mudanças político-institucionais, como veremos adiante, Penna também acreditava que era necessário substituir as elites que compunham o quadro dirigente da nação. Tal como fizeram Vianna, Amaral e Kehl, Penna também atribuía a esse grupo parte da responsabilidade pela situação de atraso em que o país se encontrava.

Convictos da ideia de que a sociedade deveria funcionar tal qual um organismo, cujas partes eram integradas em um todo harmonioso, esses intelectuais expressavam sua crença de que cada grupo ocuparia um papel determinado dentro da estrutura social. Se a população formava o corpo desse organismo, às elites pertencia a função de cérebro,

⁷⁶ AMARAL, Azevedo. **Ensaio brasileiro**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 97.

⁷⁷ AMARAL, Azevedo. **Ensaio brasileiro**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 98.

devido à sua importância na coordenação do conjunto da sociedade e no estabelecimento de diretrizes a serem seguidas pelo país, determinando assim sua capacidade de desenvolvimento e evolução no decorrer do tempo.

No caso brasileiro, dois foram os problemas fundamentais identificados por Belisário Penna, Renato Kehl, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral: o idealismo das primeiras elites republicanas, cuja repercussão ocasionou num divórcio entre as instituições e a realidade brasileira, e a má qualidade das elites posteriores, selecionada por um sistema eleitoral que consideravam problemático, pois privilegiava a entrada de elementos baseados na sua afiliação partidária e nas alianças políticas por eles estabelecidas, ao invés da escolha com base em características como cultura, conhecimento, capacidade de apreender a realidade e superioridade intelectual, de caráter e de temperamento.

Sonhadores, fumadores de ópio, utopistas. Essas eram apenas algumas das expressões utilizadas por Vianna para caracterizar os idealizadores da República brasileira. Assim como muitos dos autores que produziram interpretações sobre o Brasil, criticava a ânsia dessa geração em adotar ideias e instituições estrangeiras que pouco ou nada tinham a ver com a realidade do país. Essa geração, a quem coube lançar as bases da primeira constituição republicana, havia sido educada fora do país, o que as tornava mais propensas à cópia e a ignorar as peculiaridades de nosso povo e os problemas que atingiam a nação brasileira. Essa educação extranacional, derivada do ambiente de idealismo que envolvia esse grupo e ao estado ainda metafísico e nebuloso da ciência política, os havia transformado em um bando de daltonizados, “através de cujas retinas, afeitas, pela adaptação, à visão do meio europeu, todas as realidades de nosso povo e do nosso meio tinham que se refletir naturalmente deformadas”⁷⁸.

Tendo que organizar uma constituição política para nosso povo após a queda da monarquia, era natural, portanto, que não considerassem a situação do país nem as singularidades de sua formação e de sua população. Ao invés disso, buscavam apenas objetivar seus ideais políticos, que não eram outros senão os que haviam aprendido nos centros universitários onde haviam iniciado e completado a sua educação mental.

⁷⁸ VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 18.

Essa mesma crítica vai estar presente nas análises de Amaral, Penna e Kehl sobre as gerações de dirigentes pós independência. A tradição cultural na qual esses indivíduos se formaram era tida como causa de sua preferência por um beletismo superficial, sua pouca praticidade e sua tendência a desprezar a experiência social, a realidade, a história do país, as idiosincrasias que caracterizavam nosso povo. Essa tradição cultural influenciou as gerações posteriores, tornando-as incapazes, na visão desses autores, não só de governar o país, mas de produzir o processo de renovação política e institucional que o país necessitava.

Algumas instituições, como a Escola Politécnica, já haviam, na visão de Amaral, produzido um avanço significativo em termos de mudanças culturais, inspirados pela preocupação de dar à obra educativa um sentido ditado pelo pensamento de “harmonizar a cultura nacional com os problemas que o país tinha a resolver”⁷⁹. Foi a partir daí que foi dado o primeiro passo em direção da emancipação da inteligência brasileira do círculo “acanhado e opressivo de um literalismo estéril e de um teorismo prematuro e através do qual se refletia o prurido de uma ligeira cultura livresca e não às ânsias profundas e nobres da pesquisa do conhecimento das grandes generalizações filosóficas”⁸⁰.

A influência exercida por estabelecimentos de ensino e pesquisa, tal qual a Escola Politécnica, citada por Amaral, e o Instituto Oswaldo Cruz, era vista pelos autores como salutar, pois se contrapunha à cultura utópica e ao verbalismo retórico vazio das tradições culturais das quais as gerações do final do Império e do início da República se formaram. As pesquisas conduzidas no incipiente campo da medicina experimental, da antropologia, da biologia e das ciências sociais no Brasil haviam acentuado, na opinião dos intelectuais aqui analisados, a preocupação em basear as considerações relacionadas aos problemas econômicos, sociais e políticos em dados positivos e informações estatísticas. Assim, era impensável que as elites dirigentes continuassem se baseando em métodos que consideravam ultrapassados, ao invés de recorrerem ao pensamento científico e à métodos técnicos. O argumento de que a nação decaíra politicamente no período republicano era baseado nessa premissa. Os grupos que governavam não eram considerados capazes de formular um projeto nacional orgânico e funcional para nação.

⁷⁹ AMARAL, Azevedo. **O Brasil na crise atual**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 143.

⁸⁰ AMARAL, Azevedo. **O Brasil na crise atual**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 143-144.

Outro aspecto levantado para desqualificar as elites era de que estas possuíam uma mentalidade atrasada, tornando-as avessas ao progresso. Amaral foi um dos que mais argumentou nesse sentido, destacando o impacto que o repúdio das classes dirigentes à industrialização havia causado no desenvolvimento econômico do país. Nos diagnósticos formulados pelo autor, um dos fatores importantes do atraso brasileiro o agrarismo e fragilidade e dependência econômicas do país:

Formara-se na classe dirigente uma mentalidade hostil a todo o progresso; e a satisfação com os resultados módicos da atividade restrita a um sistema de produção tão primitivo excluía das cogitações dos responsáveis pela direção do país o gosto por qualquer inovação modificadora do regime, com todos que se conformavam. O ideal da nação era produzir o bastante para manter a vida medíocre em que se restringiram as aspirações daquela gente satisfeita e resignada fatalisticamente às possibilidades acanhadas de uma economia rudimentar. As mesmas forças econômicas, que retardavam o progresso material do Brasil, infundiam nos nossos costumes políticos os vícios que ainda hoje perduram nos remanescentes com que lutamos para organizar uma democracia republicana. E na esfera cultural, o regime econômico fundado no trabalho escravo refletia-se no desdém por todas as formas de conhecimento aproveitáveis para a solução dos problemas práticos que nos defrontavam. Excluídos os estudos jurídicos, que se harmonizam com a tradição e encontram estímulo nos próprios interesses da classe privilegiada, ficam em abandono as preocupações de ordem científica e as melhores energias da inteligência brasileira são absorvidas por um beletismo a que os padrões da época conferem exclusividade como expressão da aristocracia mental⁸¹.

Como podemos ver, no raciocínio proposto por Amaral, nos faltavam dois dos componentes que eram fundamentais para o progresso e, dentro de sua concepção de funcionamento da evolução natural dos países: inovação técnica e industrialização. O desenvolvimento das civilizações, na concepção do jornalista, obedece a uma “corrente criadora”, dotada de elementos constantes e imutáveis: o determinismo dos instintos e a transformação inteligente da natureza como forma de satisfação daqueles impulsos, propulsores da própria evolução humana. Ou seja, a interação das forças determinísticas impostas pela natureza e do poder transformador da razão⁸².

De um lado, o determinismo imposto pelas necessidades instintivas humanas e a forma de organizar a transformação da natureza são os fatores que impulsionam a engenhosidade intelectual e a capacidade humana de pensar e agir sobre a própria

⁸¹ AMARAL, Azevedo. **Ensaio brasileiro**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 162-163.

⁸² PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrilhadore e Semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)**. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 201.

realidade, fazendo assim, daquele determinismo o propulsor em última instância da evolução.⁸³ De outro, o fator humano que, para Amaral, é aquele que “predomina na equação do problema sociológico”, apesar da “importância do papel dos elementos naturais no determinismo sociogênico”, uma vez que é deste primeiro que depende “o valor de incógnita dos destinos de uma coletividade”⁸⁴.

É exatamente a qualidade do elemento humano que determina maior ou menor domínio das condições naturais e a possibilidade de transformar o ambiente em benefício próprio. O domínio dessas capacidades são os motores de fundo geradores do aperfeiçoamento e da evolução dos povos.

Para Amaral, o estudo da marcha evolutiva da humanidade deixa bem claro que as obras de progresso material e cultural dos povos são realizadas exclusivamente pela ação social e política de certas classes cujos elementos eugênicos⁸⁵ são predominantes. Quando a ação destas é reprimida, mesmo que temporariamente, os outros grupos dessa mesma sociedade, ao se verem livres da influência dirigente dessas classes superiores, tendem a regredir a um estado de barbárie, da qual só serão resgatados pela reconstituição das forças que anteriormente haviam predominado, uma vez que estas propiciam condições para o reatamento do curso da civilização⁸⁶.

A presença desses elementos e classes superiores na direção de um país é importante pois são elas que propiciam os processos de mutação - ou revolução, como o autor se refere - na sociedade. Esses momentos de revolucionismo visam, na concepção de Azevedo Amaral, operar transformações no organismo social por meio de mutações, ao não se conformar com uma marcha lenta e gradual de desenvolvimento evolutivo, cuja eficácia considera extremamente duvidosa:

Esse espírito, que se define em última análise apenas pela preocupação de acelerar o progresso social, fazendo-o avançar por saltos pela intervenção consciente da própria sociedade, não implica necessariamente o recurso à violência armada. Este último processo corresponde às condições de

⁸³ PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrilheiros e Semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)**. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 201.

⁸⁴ AMARAL, Azevedo. **Ensaio brasileiro**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 51.

⁸⁵ Para Amaral, a concentração de indivíduos eugênicos não é só determinada pela presença de elementos de mentalidade e psicologia superiores. A questão racial é bastante importante, e o autor atribui à miscigenação um fator de degeneração e de fixação de “taras ancestrais indesejáveis”. Trataremos desse assunto de forma mais aprofundada no próximo capítulo.

⁸⁶ AMARAL, Azevedo. **Ensaio brasileiro**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 84.

inferioridade econômica, política e cultural dos povos atrasados. As nações altamente evoluídas podem conceber revoluções de caráter civilizado, como tem, aliás, conseguido realizar nos últimos tempos⁸⁷.

Faltava ao Brasil exatamente alguém que iniciasse esse processo de revolução, de forma a desencadear o “renovamento imprescindível de algumas das linhas mestras” da organização nacional. Mas para isso era necessário que quem quer que conduzisse essas mudanças tivesse uma noção clara da realidade e dos problemas práticos que atingiam a nação. Daí a impossibilidade das elites oligárquica e liberais de conduzirem esse processo de renovação, pois sua visão estava obscurecida pela ação de ideologias utópicas e importadas, e sua atenção voltada para os conchavos e para a superficialidade da política vigente.

Era exatamente essa falta de visão que impedia os dirigentes nacionais de adotar medidas voltadas para o desenvolvimento da industrialização. Afinal, pensava Amaral, a análise da história do país demonstrava que os primeiros impulsos formativos da consciência brasileira e quando a capacidade realizadora da nação esteve no seu ápice foi durante o século XVIII quando, com o desenvolvimento da indústria mineradora, começou a delinear-se uma espécie de “surto manufatureiro”. A direção da nacionalidade, nesse período, passou a gravitar para a classe que exercia o controle da produção em razão da “ação fatal do determinismo econômico”. Essa nova classe dirigente desenvolveram suas aptidões governamentais em um ambiente “onde riqueza muito mais ampla e menos sujeita às flutuações da instabilidade agrícola”, o que permitiu a eclosão de um espírito organizador e empreendedor “que não podiam possuir os que viviam no círculo mais acanhado e precário da lavoura”⁸⁸.

Este surto de desenvolvimento das potencialidades de crescimento e desenvolvimento do país, no entanto, retrocedeu, por conta do que o jornalista atribui à “inépcia do governo metropolitano”, desviando assim a nação do seu “histórico sentido econômico” e fazendo com que a perspectiva de permanente prosperidade e de grandeza futura viessem a se dissipar. O Brasil retornaria, assim, ao agrarismo exclusivo, que Amaral tanto criticava, e as consequências do retrocesso econômicos que o país sofreu

⁸⁷ AMARAL, Azevedo. **Ensaios brasileiros**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 192.

⁸⁸ AMARAL, Azevedo. **A aventura política no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935, p.183.

fizeram-se sentir de maneira profunda, tanto no plano social, como no plano político e cultural⁸⁹.

Os liberais eram, na visão de Amaral, herdeiros e continuadores dessas oligarquias agrárias e das classes parasitárias sem raízes na economia nacional, que dominavam a política desde o império. Eram, tais como foram aqueles dois grupos, propugnadores de um Estado sem contato com a realidade nacional. Sua falta de aptidão econômica e interesse pela ciência que, na visão de Amaral e dos intelectuais da época, era única capaz de revelar a realidade tal qual ela era, os impedia de apreender as finalidades do Estado como “órgão propulsor e regulador das forças produtoras”.

A ascensão de elementos pouco qualificados para dirigir e decidir os destinos do país era atribuída ao sistema de representação estabelecido durante a República. A formação de uma estrutura partidária, baseada em alianças e troca de favores entre uma elite restrita, somado à adoção do sufrágio universal como forma de escolha dos governantes, era tido pelos autores aqui analisados como uma das razões pela qual a qualidade dos grupos dirigentes havia decaído com o advento do período republicano.

Oliveira Vianna, em artigo intitulado *O eugenismo das elites* e publicado no *Boletim de Eugenia*, argumentava que a classe política que havia ascendido ao poder durante o período republicano era bastante pobre em elementos eugênicos:

Seria ilusão, porém, supor que todos os elementos componentes das camadas superiores sejam eugênicos. O fato de fazer parte da elite não indica por si só a posse de uma inteligência de elite ou um carácter de elite. Nas camadas superiores e dirigentes, ao lado de um pequeno número de individualidades eugênicas, há um grande número de personalidades secundárias e, mesmo, um certo número de individualidades nulas, ali colocadas pelos acidentes da riqueza, do nascimento ou da sorte.

Na classe propriamente política, este fato é frequentíssimo. Em regra geral, os elementos que dela fazem parte, aí estão sem nenhum título marcante.

Por isso mesmo, os indivíduos superiores – do padrão lapougeano ou galtoniano – constituem ali uma parcela infinitesimal. Daí os escrúpulos de Galton em tomar, como critério de superioridade individual, a posição política.

Uma alta posição política pode tanto caber a um homem realmente superior, como a uma personalidade mediana, como a um indivíduo nulo. Nos países, como o nosso, em que a política não tem, em geral, nenhum objetivo superior, e é apenas, como define Nabuco, “uma triste luta por ordenados”, o índice

⁸⁹ AMARAL, Azevedo. **A aventura política no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935, p.182-183

eugenístico da classe política é pequeno; de modo que, sob este aspecto, o fato de ser deputado, senador ou ministro, não quer dizer grande coisa⁹⁰.

De acordo com Vianna, os centros “mais legítimos do nosso eugenismo” deveriam, portanto, ser procurados em outras classes, que não a política. Elas se encontrariam dentro das elites profissionais e intelectuais do país. Coincidentemente – ou não - eram essas mesmas elites que seriam contempladas, dentro do projeto corporativo proposto por Vianna e Amaral, com o poder de escolher o chefe da nação e o auxiliá-lo na gestão do Estado.

Na visão de Renato Kehl a má qualidade da classe política que administrava o país era um reflexo da nossa população. Segundo o médico, somente um povo inculto como o brasileiro era capaz de eleger e de tolerar a existência de um governo constituído de “maus elementos”:

Os estadistas provêm da massa popular. Assim sendo, tanto mais culto, tanto mais equilibrado um povo, mais fácil é contar com maior número de bons políticos, de políticos patriotas, portanto moralizados e progressistas. Do seio de um povo atrasado, sem noção de progresso e de moralidade, *ipso facto*, só se podem esperar políticos equivalentes. Eugenizar, portanto, corresponde à fazer boa política, a saneá-la e moralizá-la⁹¹.

Como podia uma nação como a nossa, mestiça, disgênica e sem educação eleger uma classe dirigente formada de elementos de escol, se estes últimos eram escassos num país de inválidos e degenerados? “Cada povo tem o governo que merece”, afirmava.

Em *Aparas Eugênicas*, o eugenista questionava aqueles que, como Oliveira Vianna, afirmavam que a classe política era composta por “elementos da elite do país”. Na visão do médico, isso era um engano, pois os elementos que vinham se perpetuando nos postos de comando não podiam ser considerados como tal. Conclamava ainda: “Há gente melhor do que essa que nos governa”⁹².

Para Kehl, mesmo entre os elementos de destaque na nossa vida política, era possível verificar a presença de tipos mestiços inferiorizados, “trêfegos, indisciplinados,

⁹⁰ VIANNA, Oliveira. O eugenismo das elites (fragmento de capítulo). **BOLETIM de Eugenia**. Ano III, n.29, maio de 1931, p. 2.

⁹¹ KEHL, Renato. **Lições de Eugenia**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1929, p. 182.

⁹² KEHL, Renato. **Aparas Eugênicas: Sexo e Civilização – Novas Diretrizes**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933, p. 19.

fracos e instáveis”⁹³. Azevedo Amaral também foi um dos que chamaram atenção para a ascensão desses indivíduos miscigenados, que passaram a exercer funções na esfera administrativa e ocupar cargos dentro da burocracia estatal.

Conforme Amaral, essa classe de “mestiços”, que desde a primeira metade do século XVIII já constituía um grupo “muito ponderável da população”, passou a exercer, progressivamente, cada vez mais funções dentro da administração pública. Esse grupo, que o autor classificou como acentuadamente inadequado ao exercício de funções políticas, se concentrou em torno do “exercício de funções parasitárias”, tanto no setor econômico como em “cargos subalternos do Estado”.

Tais elementos, devido à fatores que o jornalista considerava como sendo de “ordem étnica” e somados a um tipo de psiquismo peculiar, gerado pelas funções que se especializaram dentro da sociedade, tiveram um impacto bastante negativo na plasmagem na mentalidade política nacional. Afastados do trabalho disciplinado e produtivo, não podendo erguer-se acima do nível de um “parasitismo medíocre”, acabaram por desenvolver tendências a uma “insubordinação crônica contra todas as formas de autoridade disciplinadora”⁹⁴. Essa mentalidade acabou deformando, na opinião do autor, o espírito brasileiro, gerando uma tendência cada vez mais hostil à organização estatal.

A chegada da corte portuguesa ao Brasil e a expansão dos serviços públicos foram vistos por Amaral como responsáveis pela ampliação de oportunidades de ascensão social e econômica, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, aos membros dessa classe mestiça parasitária. Em 1808, com a possibilidade de empregos dentro da máquina pública ampliada, essa classe, que antes fora mantida num plano inferior, não podendo atuar de modo significativo na vida pública do país, passou a se tornar parte da classe dirigente brasileira. Após o regresso da comitiva real à Lisboa em 1821, e com a questão da Independência entrando cada vez mais em foco, esse mesmo grupo passou a conquistar, no cenário político da nação, uma influência que, de então em diante, nunca mais deixaria de exercer.

⁹³ KEHL, Renato. Limitação da Natalidade. In: **BOLETIM de Eugenia**. Rio de Janeiro, Vol. I, nº. 12, dezembro de 1929, p.1.

⁹⁴ AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Disponível em: <<http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/bitstream/123456789/118/1/AMARAL,%20A%20O%20estado%20autorit%C3%A1rio.pdf>>. Página 26.

Ao mesmo tempo, os elementos tradicionalmente predominantes na sociedade colonial e que nela representavam uma espécie de aristocracia que, para Amaral, era melhor aparelhada para tomar o encargo da orientação política do país, começaram a perder força e prestígio, tendo que ceder espaço cada vez maior àquela classe parasitária e miscigenada. Essa nova e influente força social imprimiu o mesmo tipo de “deformação mental” que lhe era característica – ou seja, a hostilidade à organização estatal – à nossa formação política no momento crítico da Independência, imprimindo assim às instituições públicas e às leis brasileiras um cunho de artificialidade.

Esse mesmo período, que Amaral evidencia como o estágio em que se deu a ascensão desses grupos parasitários, coincide com a época que o autor identifica, em *O Brasil na crise atual*, em que teria havido um “abaixamento do nível de cultura de nossos governantes”⁹⁵. Segundo o jornalista, desde os dois últimos decênios do Império já era possível observar os “sinais da chegada ao poder e aos postos de influência dos portadores de uma mentalidade e de um temperamento alheios aos traços típicos do gênio político que caracteriza uma elite dirigente”⁹⁶. No entanto, os estadistas do período monárquico, diferente dos que ocuparam os mesmos cargos na época republicana, tinham a vantagem de possuir uma têmpera política, “conferida a alguns pela própria hereditariedade e alcançada por outros pela formação em um ambiente saturado por aquele espírito político tradicional”⁹⁷.

Para Amaral, além da falta de gênio político, nossos dirigentes careciam de espírito de ação. Embora considere que os indivíduos isolados representem um papel restrito dentro do processo de desenvolvimento social – ou processo sociogênico, como chama o autor -, mesmo quando estes possuem aptidões que os singularizam, “elevando-os acima da média da coletividade a que pertencem”. No entanto, existem casos que podem ser considerados exceções, embora não invalidem a regra de que o “determinismo sociogênico não pode ser interpretado pela atribuição de relevância decisiva a nenhum indivíduo considerado fora da sua situação de relatividade para com o meio social”⁹⁸. Em “fases atrasadas de evolução social”, esse desvio da norma é possível, uma vez que o papel desempenhado “por certas personalidades acentuadamente superiores ao meio e dotadas sobretudo de tendências que a psicologia coletiva da sociedade em que atuam é

⁹⁵ AMARAL, Azevedo. *O Brasil na crise atual*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 145.

⁹⁶ AMARAL, Azevedo. *O Brasil na crise atual*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 147.

⁹⁷ AMARAL, Azevedo. *O Brasil na crise atual*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 147.

⁹⁸ AMARAL, Azevedo. *Ensaio brasileiro*. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 152.

completamente estranha”⁹⁹, torna-se decisivo. Maurício de Nassau e o Visconde de Mauá aparecem como exemplos dessas “personalidades superiores que atuaram no nosso desenvolvimento histórico, imprimindo seus traços individuais em resultados definitivamente expressos em diretrizes ulteriores da vida nacional”¹⁰⁰. Em “outras terras”, a ação de líderes de inteligência e caráter superiores na política se traduziu na ascensão de líderes capazes de “reconstruir sua estrutura econômica”, colocando-as em “harmonia com o curso tomado pelo desenvolvimento histórico”¹⁰¹ e, assim, alavancaram o desenvolvimento e o progresso de suas nações. Foram eles: Lênin, na Rússia e Mussolini, na Itália. Ambos, de acordo com Amaral, tinham grande mérito pois foram capazes de compreender que os problemas de organização da produção no mundo contemporâneo só podiam ser solucionados pela ação interventora do Estado. Além disso, também perceberam que para que o Estado desempenhasse essa “função primacial”, era imprescindível adotar uma organização na qual preponderasse a autoridade executiva “com uma esfera de atribuições muito mais ampla que o permitia a orientação do liberalismo do século XX”¹⁰².

A nossa elite dirigente caminhava na direção contrária, não sendo capaz de abandonar o idealismo e a cópia de modelos estrangeiros. Esses problemas eram agravados pelas tradições de formação intelectual e excesso de “erudição livresca”, que via como traços típicos da cultura letrada brasileira. De acordo com Amaral:

Enraizou-se na nossa mínima classe culta o hábito de uma voracidade de leitura, que insensivelmente foi atrofiando a faculdade de pensar e sobretudo observar. Os nossos intelectuais criaram para si um mundo fictício, em que conviviam com as figuras e com as ideias das grandes civilizações, perdendo pouco a pouco qualquer contato com a realidade ambiente. Assim, foram deixando de levar em conta nos seus planos de reforma e de progresso o fator capital, que era evidentemente a realidade brasileira. Em todos os grandes movimentos políticos da nossa história nos últimos cem anos, verifica-se esse fato de modo impressionante. Os liberais do primeiro reinado e da regência, os seus sucessores do período da mania de copiar o parlamentarismo inglês, as figuras de maior valor da campanha abolicionista e da propaganda republicana pensavam, falavam e escreviam como se, em vez de estarem nas praias da Guanabara, tivessem para cenário das suas atividades cívicas as margens do Sena, do Tâmis ou do Hudson. Daí o enorme acúmulo de leis sem eficácia e

⁹⁹ AMARAL, Azevedo. **Ensaio brasileiro**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 152-153.

¹⁰⁰ AMARAL, Azevedo. **Ensaio brasileiro**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 153.

¹⁰¹ AMARAL, Azevedo. **Ensaio brasileiro**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 211.

¹⁰² AMARAL, Azevedo. **Ensaio brasileiro**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 222.

as majestosas catedrais constitucionais em que se abriga um povo, que não sabe ainda de aquilo é templo, café-concerto ou circo de cavalinhos¹⁰³.

Para Belisário Penna, outro aspecto negativo que era característico nossa classe dirigente era a falta de moralidade e a completa ausência de escrúpulos. Segundo o médico, foram essas falhas de caráter que permitiram que esses indivíduos que governavam o país tolerassem os deslizes e desregramento da política e da administração, que se materializaram na forma de desvios de dinheiro público e negociatas e na admissão de arbitrariedades e injustiças de toda a ordem, consideradas como práticas banais e corriqueiras. O organismo nacional estava infectado por esses grupos que considerava como “parasitas sugadores da nação”, e somente uma obra de saneamento ampla - que incluía a substituição do sistema de representação, supressão das atividades partidárias e o afastamento de tais indivíduos da vida política – seria capaz de frear o processo de decadência e de adoecimento progressivo que havia se instaurado no país.

Malfeitores, “profissionais da politicalha”, algozes da pátria¹⁰⁴. Essas foram algumas das expressões utilizadas pelo médico para exprimir seu repúdio à classe política. De acordo com o médico, sua ação se assemelhava a de vermes pois, além de não produzirem nada de útil para a nação, sugavam os recursos produzidos à duras penas pelos trabalhadores do país. Em entrevista ao *Correio da Manhã*, declarava:

Esta a pior praga deste regime infestado, desde o seu início, pelos adelistas acomodaticios, terríveis parasitas que, à semelhança dos vermes que roem e sangram os intestinos do nosso povo, e lhe injetam nas veias toxinas destruidoras do sangue e deprimentes do espírito, vivem no intestino da nação, roendo e digerindo, dia e noite, sugando e infectando nas suas veias tremendas toxinas, que o anemizam e degradam¹⁰⁵.

Penna, criticava o fato de que os cargos de responsabilidade da alta administração pública eram preenchidos com base em critérios puramente políticos, baseados num partidarismo cego e faccioso, sem levar em conta capacidade intelectual ou *expertise* técnica. De acordo com o médico, os nossos dirigentes guiavam-se apenas por interesses

¹⁰³ AMARAL, Azevedo. **O Brasil na crise atual**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 163.

¹⁰⁴ PENNA, Belisário. **Comédia Nacional**. Manuscrito. Sem data. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

¹⁰⁵ PENNA, Belisário. O civismo do povo de São Paulo. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1926. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

peçoais e por “preocupações subalternas”, cuja mentalidade “despótica, medieval, egoísta e inescrupulosa” os colocava em flagrante antagonismo com as necessidades da nação. O máximo desprezo pelas leis biológicas e pela educação higiênica, bem como uma verdadeira fobia por assuntos relacionados à saúde pública marcavam a mentalidade desse grupo que governava o país, fazendo com que, na visão do sanitarista, o país fosse se arrastando, progressivamente, “pela ladeira esburacada dos povos em decadência”¹⁰⁶.

O estado permanente de crise econômica, política e financeira na qual se encontrava o país era resultado de uma grave falha de natureza moral que atingia as classes letradas e aqueles responsáveis por dirigir os negócios na nação. Uma alarmante crise de caráter, “tomada esta expressão no sentido de fixidez de princípios morais, de coragem de convicções e de firmeza de vontade”, havia se abatido entre as elites do Brasil, criando uma condição calamitosa que repercutiam na forma como as questões vitais de interesse público eram tratadas.

Valores como probidade, honra, brio, coerência, lealdade, escrúpulos, ideais, altruísmo, patriotismo e solidariedade eram velharias incompatíveis com as novas gerações que compunham a vida política da nação. De acordo com Penna, salvo raras exceções, os componentes das classes dirigentes e dos partidos tinham como característica comum um “caráter pervertido, ou pelo menos vacilante, frouxo, dúbio, instável, sem vontade, sem princípios fixos de dignidade, de altruísmo e de moralidade”¹⁰⁷.

O meio político brasileiro, na análise do sanitarista, funcionava por meio de uma espécie de “seleção inversa” dos valores morais e cívicos que deveriam orientar a população. Corrupção, ausência de escrúpulos e um cinismo “insolente e audacioso” eram quase uma constante entre os estadistas do regime republicano. Desgraçadamente, lamentava Penna, esses males eram extremamente contagiosos, inundando a sociedade como um todo. Não escapavam dessa influência nefasta “nenhum departamento público, nenhuma instituição oficial, e até as particulares, e mesmo a familiar se vão adaptando aos processos desse ambiente imundo”¹⁰⁸. Estas razões explicavam o voluntário descaso

¹⁰⁶ PENNA, Belisário. Higiene e Civilização. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1925. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

¹⁰⁷ PENNA, Belisário. O grande mal. **Diário da noite**. São Paulo, 28 de outubro de 1925. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

¹⁰⁸ PENNA, Belisário. O grande mal. **Diário da noite**. São Paulo, 28 de outubro de 1925. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

aos interesses nacionais, substituídos pelos benefícios “inconfessáveis de grupos, de famílias ou simplesmente individuais; pela desfaçatez e covardia com que abusam do poder; pela constante e provocadora transgressão das leis, em detrimento sempre da liberdade, da justiça e dos mais sagrados interesses da comunidade”¹⁰⁹.

Renato Kehl também descreve os políticos brasileiros como sendo homens “da pior espécie” e responsáveis pela ruína moral e econômica do país. Esses homens, que deveriam servir de modelo de conduta, eram incapazes, na concepção do eugenista, de fornecer ao povo boas orientações em matéria de civismo, patriotismo e moralidade. Em posições sociais de destaque na vida pública, enfatizava o médico, os exemplos convencem mais do que palavras, tal qual “palavras vivas”, pois facilmente persuasíveis caso se pratique o que se aconselha.

Numa época onde, de acordo com o médico, eram comuns os desfalques, as roubalheiras, a desfaçatez, era normal que se questionasse se haviam mesmo “homens dignos na nossa boa terra”. A população, carente de exemplos “dos de cima”, em quem se espelhavam quem em matéria de “inspiração e convicção do que é legal ou ilegal, honesto e desonesto, patriótico ou impatriótico”; acabava, naturalmente, desconfiando de todos os governantes, “incluindo nessa desconfiança exceções honrosas que nunca faltam”.

Depois de tantas comédias, de tantos inquéritos administrativos que nada apuram, ou que apuram, mas os violadores da lei não são punidos; depois de tantos abusos de autoridade, de tanta impunidade revoltante para os que se locupletam com os dinheiros públicos, força é convir que as multidões têm razão de desconfiar dos governos.

Para satisfazê-las, aos demais vêm escasseando provas públicas e insofismáveis de sinceridade e, sobretudo, de exemplos positivos de autoridade.

Anuncia-se de vez em quando o castigo de um desprotegido, enquanto os velhacos vão ostensivamente se perpetuando, graças à intangibilidade que lhes outorga a posição social, o compadresco, o sentimentalismo piegas, muito nosso, **muito verde e amarelo** – de perdoar, de esquecer, de aceitar muçulmanamente tudo que é mau como natural, inevitável e, por isso, tolerável¹¹⁰.

¹⁰⁹ PENNA, Belisário. O grande mal. **Diário da noite**. São Paulo, 28 de outubro de 1925. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

¹¹⁰ Grifos do autor. KEHL, Renato. A força do exemplo (discurso de recepção na Academia Nacional de Medicina). **Medicamenta**, Ano X, n. 129, p. 16.

Na visão de Kehl, a força do exemplo constituía a “base e o eixo sobre as quais deve repousar e girar a boa sociedade”¹¹¹. Como busca-los num meio como a política, onde sobram maus ensinamentos e escasseiam os bons?

Citando Fialho de Almeida, Kehl afirmava que a política, no Brasil, havia se tornado uma ocupação subalterna “que só tenta os faladores e os intrigantes e, em geral se abandona às gentes de pequena virtude, que a exploram como uma alquilária ou uma tenda”¹¹². Ao invés de, como havia afirmado Bossuet, “ter por verdadeiro desígnio tornar cômoda a existência e felizes os povos”, a conduta dos nossos estadistas e o modelo democrático vigente haviam levado o país à uma completa anarquia moral, onde reinavam as transgressões de leis e de costumes, de incivilidade e “onde tudo se dissolve na opinião das massas”¹¹³.

2.3 – O problema político-institucional.

O diagnóstico formulado pelos intelectuais da Primeira República para as causas do atraso brasileiro, em grande parte das vezes, vinha acompanhado de um ideal de nação, que representava aquilo que acreditavam ser o melhor para o Brasil: melhor modelo político, melhores formas de organização, uma população mais branca e homogênea, etc. A ideia do descompasso caminhava lado a lado com as formulações que esses indivíduos faziam acerca daquilo que queriam para o futuro da nação. A inadequação do país, devia-se, portanto, à sua inabilidade de atingir esse ideal.

No entanto, ao mesmo tempo que concebiam um projeto, faziam questão de diferenciá-lo de outros modelos, argumentando a superioridade de suas propostas devia-se ao fato de que estas eram fundadas na experiência e no conhecimento da realidade. Oliveira Vianna chamava esse tipo de idealismo de “orgânico” - em oposição a outro tipo, que chama de “utópico” e que considerava como sendo negativo – era extremamente

¹¹¹ KEHL, Renato. A força do exemplo (discurso de recepção na Academia Nacional de Medicina). **Medicamenta**, Ano X, n. 129, p. 16.

¹¹² KEHL, Renato. **Lições de Eugenia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929, p. 181.

¹¹³ KEHL, Renato. A força do exemplo (discurso de recepção na Academia Nacional de Medicina). **Medicamenta**, Ano X, n. 129, p. 16.

fecundo e deveria ser incentivado. A classificação escolhida pelo sociólogo devia-se ao fato de que, segundo escreveu em *O idealismo da Constituição*, este tipo de idealismo era forjado dentro do próprio processo de evolução orgânica da sociedade, constituindo assim uma espécie de “visão *antecipada* de uma realidade futura”.

Para Vianna, um dos maiores entraves para o nosso desenvolvimento era exatamente a falta de organicidade das instituições e das leis nacionais. Ao invés de serem construídas a partir de uma anamnese cuidadosa da sociedade, da população e da formação histórica da nação, formando assim uma base sólida, basearam-se, a seu ver, no mais puro idealismo, fruto da utopia das primeiras gerações de políticos e intelectuais republicanos. Estes, inspirados em modelos estrangeiros, idealizaram o plano de organização nacional sem levar em conta a adaptabilidade desses sistemas às “peculiaridades essenciais” do nosso povo e de nossa cultura. Essa mentalidade se estendeu para as gerações seguintes, aprofundando ainda mais, na concepção do autor, o abismo entre o “país real” e “país legal” idealizado pela classe dirigente.

De acordo com o intelectual fluminense, três foram as referências fundamentais dos construtores do regime e dos elaboradores da constituição na qual se baseou a República:

Os que seguiram inspiração francesa eram os que chamavam propriamente “liberais”: sua grande preocupação era o desenvolvimento do princípio democrático, por um lado e, por outro, a organização das garantias individuais, das liberdades públicas, dos direitos do cidadão. Os que se orientavam pelo padrão inglês constituíam a falange dos “constitucionalistas” e dos “parlamentaristas” – porque pleiteavam a realização do espírito da Constituição de 24, que era, segundo eles, o do parlamentarismo à inglesa. O grupo dos americanizantes era o dos “federalistas” – porque só compreendiam um governo federativo para o Brasil e regiam contra os que pleiteavam a monarquia unitária, isto é, contra os “parlamentaristas e “constitucionalistas”¹¹⁴.

Devido a essas influências exógenas, ao invés de termos um sistema político e institucional sólido, tal qual um edifício bem construído, “constituído da mais pura alvenaria nacional”, havíamos acabado com “formidável barracão federativo, feito de

¹¹⁴ VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 24-25.

improvisado e a martelo, com sarrafos de filosofia positiva e vigamentos de pinho americano”¹¹⁵.

Essa mesma crítica vai estar presente nos escritos de Amaral, Penna e – em menor escala – nos trabalhos de Renato Kehl¹¹⁶. Assim como Vianna, esses intelectuais também atribuíram à cópia de modelos estrangeiros a causa da desorganização da nação e do Estado brasileiro. Este último, visto como inadequado e governado por uma elite incapaz de dar conta dos problemas reais que atingiam o país, criando leis e administrando instituições a partir de um ideal que não existia. Penna, evocando a obra de Oliveira Vianna, argumentava:

Vivemos fora da realidade, no mundo dos sonhos e da utopia, o que levou o eminente sociólogo patricio O. Vianna a dizer profundamente a verdade seguinte: ‘há duas espécies de idealismo: o idealismo ‘utópico’ que não leva em conta os dados da experiência, e o idealismo ‘orgânico’, que se forma da realidade, que se apoia na experiência, que só se orienta pela observação do povo e do meio’. Este nunca o praticamos, aquele tem sido o nosso grande pecado de 100 anos e a razão única de não termos conseguido, ainda, no longo espaço de um século de independência, realizar a definitiva organização social e política do nosso povo.

Os diagnósticos e análises dos autores que aqui analisamos sobre o que consideravam como sendo a realidade nacional confluíram, dadas as suas diferenças, para uma crítica pesada ao liberalismo, às classes políticas e à organização do Estado, visto como ineficiente e incapaz de conduzir o país ao progresso e à prosperidade. Estes modelos, escolhidos pelos idealizadores da República sem uma análise prévia de sua aplicabilidade dentro de nossas instituições e desconsiderando a psicologia e o desenvolvimento histórico da nação brasileira, eram vistos como estando na origem da origem da anarquia e da desorganização nacional.

¹¹⁵ ¹¹⁵ VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 58.

¹¹⁶ É importante destacar que os autores concentraram sua atenção em pontos diferentes. Se a questão racial e eugênica ocupa quase que predominantemente a obra de Kehl, as críticas à organização política e institucional do país aparecem de maneira bem mais esparsa. Em geral não ganham textos ou obras com esse propósito, como no caso de Vianna e de Amaral, mas aparecem em meio a outros assuntos. No entanto, bastam para termos uma ideia da posição de Kehl sobre o papel do Estado e sobre que tipo de modelo este deveria assumir.

A desqualificação do federalismo também esteve presente nos escritos desses intelectuais, uma vez que acreditavam que o modelo de descentralização administrativa adotado teria levado à fragmentação do país, causada pelo excesso de autonomia dos estados e a ausência de um poder central forte. Esse texto de Belisário Penna ilustra bem essa ideia:

Os assuntos das minhas conferências versavam sempre sobre os problemas brasileiros referentes ao saneamento, mas saneamento no sentido amplo da palavra – físico, intelectual, moral, social e político.

Nelas profligui sempre, em linguagem candente, a péssima conduta da República liberal democrática, que não passa de uma ré pública, cujos crimes não tem conta, a começar pelo mais monstruoso, desde o seu nascedouro, que foi a divisão do país, unido, coeso, formado por um bloco respeitável, em 20 republiquetas, com o nome pomposo de Estados, com bandeiras, hinos e exércitos, na sua quase totalidade, sem competência nem recursos para se governarem, no entanto cheias de empáfias, a proclamarem-se pátria tal ou qual, desdenhando umas às outras, com o domínio de duas ou três sobre a pátria verdadeira – o Brasil.

Do crime monstruoso do retalhamento do Brasil resultaram o regionalismo dissolvente, o espírito separatista, ora mais, ora menos acentuado [...] ¹¹⁷.

Por não levarem em conta as especificidades da sociedade brasileira, esses três modelos – liberalismo, democracia e federalismo – além de não resolverem os problemas que levavam ao atraso e impediam a prosperidade e a modernização da nossa nação, potencializavam os defeitos advindos da nossa formação histórica. Fragmentação, repúdio à existência de autoridade forte e a uma administração centralizada, elites desqualificadas, partidos que apenas representam o interesse de facções locais, sistema democrático sem opinião pública formada e sem um povo consciente e culto – tudo isso contribuía para que o país fosse, na opinião dos intelectuais aqui analisados, cada vez mais caminhando para um estado de desorganização e esfacelamento. Diante de uma situação como essa, era impensável que medidas que visassem corrigir as mazelas que atingiam a população e impulsionassem o progresso pudessem ser aplicadas sem que houvesse uma mudança profunda na organização do Estado, nas instituições políticas, e no processo de escolha das elites dirigentes.

¹¹⁷ PENNA, Belisário. **S. Paulo e o brasilismo**. Sem data. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC). Embora não seja datado, acreditamos que esse texto tenha sido escrito após 1932, uma vez que trata-se de uma das conferências proferidas por Penna já como integrante da Ação Integralista Brasileira.

2.3.1 – O liberalismo como problema

Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Belisário Penna e Renato Kehl, assim como muitos de seus contemporâneos, acreditavam que os problemas nacionais seriam resultado da incongruência entre a realidade e o artificialismo das instituições liberais. Para esses intelectuais, o olhar clínico fornecido pela observação e por saberes como sociologia, antropologia, história, geografia - entre outros – havia demonstrado os efeitos nocivos causados por ideologias que consideravam alheias à nossa evolução histórica.

Ganhou popularidade, durante as primeiras décadas do século XX, a ideia de que o liberalismo deveria ser substituído por uma ideologia nacional autêntica e orgânica, capaz de dar conta dos problemas e das peculiaridades da nação brasileira. Somente assim seria possível superar o “idealismo utópico” dos liberais, conforme colocava Oliveira Vianna, inspirados em modelos estrangeiros que nunca se adaptariam a realidade do nosso meio e de nosso povo¹¹⁸. De acordo com Azevedo Amaral, os brasileiros só iriam acordar de seu “estado de passividade”, responsável por sua transformação em “repetidores automáticos de movimentos estranhos” através do abandono de ideias e modelos estrangeiros, alheios a nossa realidade. Somente assim poderiam tornar-se criadores de seus “próprios destinos e plasmadores das formas de existência nacional”, desenvolvendo assim “as potencialidades particulares de um gênio autônomo”¹¹⁹.

Argumentavam que a adoção de uma constituição de caráter liberal tinha efeitos nefastos sobre nosso país, devido ao fato de esse sistema ter sido transplantado sem nenhuma observação ou estudo da mentalidade ou da psicologia da população, nem dos aspectos de distinguem a formação do povo brasileiro, cuja falta do que Vianna chamava de solidarismo e espírito de associação tornava inviável um sistema baseado na participação ativa da sociedade civil em assuntos de interesse público. Como resultado, o país não havia sido capaz de superar o descompasso entre a marcha da evolução do progresso brasileiro e o ritmo geral da evolução da evolução do mundo civilizado”, como havia observado Azevedo Amaral no prefácio de *O Brasil na crise atual*¹²⁰. Assim, um

¹¹⁸ Vianna, inclusive, utiliza metáforas bastante interessantes para designar os defensores do liberalismo no Brasil. Em *Populações Meridionais do Brasil*, descreve-os como sonhadores, semelhantes a “fumadores de ópio”, que “gozam a volúpia dos paraísos artificiais e encontram nessa ilusão procurada a sensação eufórica da força, da grandeza e do triunfo”. VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil: Primeiro Volume – Populações Rurais do Centro Sul (paulistas, fluminenses, mineiros)**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1952, p. 21.

¹¹⁹ AMARAL, Azevedo. **Ensaio Brasileiro**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 107-108.

¹²⁰ AMARAL, Azevedo. **O Brasil na crise atual**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

estado de crise havia emergido, levando à desorganização e à decomposição da nação brasileira.

O liberalismo havia, na visão desses intelectuais, levado à atomização do sistema político, além de ser responsável, junto com o federalismo, por descentralizar e fragilizar o poder estatal e as instituições políticas nacionais. Além disso, por fornecer poder de decisão aos indivíduos, impedia que o Estado pudesse exercer uma ação mais coercitiva no sentido de aplicar medidas que visassem o aperfeiçoamento eugênico da população. Na visão de Renato Kehl, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, um dos elementos estruturais da crise brasileira era a não consolidação da nação em virtude da falta de homogeneidade étnica do povo. Durante séculos, a miscigenação de raças distintas e a infusão de sangue “inferior” havia contribuído para o desenvolvimento de uma população de saúde frágil, de psicologia instável, de mentalidade inferior e possuidora de taras hereditárias e constituição cacogênica. Como forma de corrigir o problema racial, o Estado deveria atuar como o principal agente no sentido de imprimir uma política eugênica que controlasse a imigração, selecionasse os casamentos, de forma a propiciar a preponderância do elemento branco superior e a eliminação progressiva do negro e do índio na formação racial do tipo brasileiro. Da mesma forma, o poder central deveria cuidar do saneamento e da higiene da população, proporcionando trabalhadores aptos e fortes para a produção de riquezas da nação. Por meio de cuidados amplos, que incluíam a prevenção de doenças físicas e mentais, bem como o tratamento de doenças contagiosas, medidas de contenção de endemias e epidemias, o Estado deveria também usar sua força para isolar portadores de doenças contagiosas e mentais, e quando necessário, proporcionar meios para a sua esterilização. Como então resolver esses problemas num Estado liberal, se o país necessitava adotar urgentemente medidas que garantissem o bem coletivo em detrimento das liberdades individuais? Mais que liberdade, o Brasil precisava de autoridade, afirmava Vianna.

O tema do atraso socioeconômico do país e as explicações que ressaltavam a inadequação do liberalismo à nossa realidade ganhou cada vez mais adeptos, e a defesa de soluções mais autoritárias passou a ganhar cada vez mais popularidade na década de 30. Essas questões, que começaram a atrair interesse ainda no período da Primeira República, ganhavam uma gravidade inusitada, principalmente após o período de crise mundial desencadeado pelo *crack* da bolsa de Nova York e pelo descontentamento de diversos segmentos sociais e revoltas armadas contra o pacto político formado pelas elites

nas primeiras décadas do período republicano. O desencadeamento de conflitos que iniciaram-se a instalação do governo provisório em 1930, e mais tarde a Revolução Constitucionalista de 1932 potencializaram o clima de radicalização política, aumentando cada vez mais as críticas aos procedimentos liberais, que culminaram com o desprezo e abandono da Constituição de 1934. Os múltiplos desdobramentos na esfera política e socioeconômica gerados pelos episódios revolucionários da primeira metade dos anos de 1930 acentuaram a ideia de que os problemas brasileiros podiam e deviam ser resolvidos por meio da intervenção e do engajamento da sociedade, principalmente de seus setores ilustrados¹²¹.

O descrédito das instituições liberais não se resumia a um fenômeno local. Conforme observou o historiador Eric Hobsbawm, os valores e instituições da sociedade liberal burguesa do século XIX começaram a sofrer, durante as primeiras décadas do século XX, um processo de decadência, principalmente após a Primeira Guerra Mundial. Valores como “a desconfiança da ditadura e do governo absoluto; o compromisso com um governo constitucional com ou sob governos e assembleias representativas livremente eleitos, que garantissem o domínio da lei; e um conjunto aceito de direitos e liberdade dos cidadãos, incluindo a liberdade de expressão, publicação e reunião” passaram a ser alvo de constantes ataques dos críticos das ideologias liberais¹²².

Assim, dúvidas acerca da nova ordem que viria a substituir o liberalismo começaram a surgir, e a discussão de alternativas passaram a figurar nos debates intelectuais em várias partes do mundo. Segundo Beired, por meio da Revolução Russa e da ascensão do fascismo, a extrema direita e a extrema esquerda transformaram nas grandes forças emergentes que reclamaram para si a tarefa de determinar a “nova ordem” mundial e os destinos que a humanidade iria seguir a partir dali. A direita política surge, na Europa, como uma força bastante vigorosa, tendo como agenda um programa nacionalista, antiliberal, anti-igualitário, xenófobo e, por vezes, imperialista e antisemita¹²³.

¹²¹ GOMES, Ângela de Castro. Azevedo Amaral e o Século do Corporativismo, de Michael Manoiesco, no Brasil de Vargas. **Sociologia&Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 185 – 209, 2012, p. 185 – 186.

¹²² HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos – O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 113.

¹²³ BEIRED, José Luis Bendicho. **Sob o signo da nova ordem : intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina**. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 18.

No Brasil, o debate sobre a crise do sistema liberal adquiriu alguns denominadores comuns, principalmente entre os setores da direita nacional. Entre eles, podemos citar os seguintes: necessidade de forjar e consolidar uma consciência nacional, combater ideologias exógenas, conferir maior prerrogativa ao poder central através do combate ao federalismo e ao poder de oligarquias locais, substituição dos fundamentos institucionais brasileiros.

Oliveira Vianna foi um dos autores que ficou conhecido pelos seus constantes ataques à ideologia liberal. O intelectual não via problema no liberalismo em si, mas criticava a sua adoção pela elite brasileira, uma vez que acreditava que era fruto do idealismo destas e de sua falta de noção da realidade:

Ocorre, porém, que em nosso país, na sua elite política principalmente, dominam os espíritos do segundo tipo da classificação de Jung. Ora, para os idealistas deste tipo pode-se dizer que a realidade social não existe; portanto a experiência social lhes vale pouco, ou nada vale. Cem anos de experiência, um ano de experiência ou nenhuma experiência são para eles a mesma coisa.

Estes idealistas é que tem feito aquela ilusória “política silogística”, da ironia de Nabuco: - “Uma pura arte de construção no vácuo: a base são as teses – e não os fatos; o material, ideias – e não homens; a situação, o mundo – e não o país, os habitantes, as gerações futuras – e não as atuais”¹²⁴.

Desde Populações Meridionais, Vianna já argumentava sobre a inadaptabilidade de sistemas liberais e democráticos no Brasil. Segundo o autor, faltava na nossa psicologia e na nossa formação social alguns princípios básicos, necessários para o bom funcionamento de um sistema de tal tipo. Munido pelos instrumentos fornecidos por “novas ciências”, como a antropogeografia, a antropossociologia, psico-fisiologia e a psicologia coletiva, Oliveira Vianna chega à conclusão de que inexitem em nossa sociedade laços de solidariedade e espírito de *self-government*.

Conforme o sociólogo fluminense, a experiência brasileira demonstrava que o liberalismo só servia para potencializar os defeitos e as falhas que havíamos adquirido em nossa formação histórica:

O que as experiências do Código de Processo e do Ato Adicional demonstram, entretanto, é que essas instituições liberais, fecundíssimas em outros climas, servem aqui, não à democracia, à liberdade e ao direito, mas apenas aos nossos

¹²⁴ VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. XII-XIII.

instintos irredutíveis de caudilhagem local, aos interesses centrífugos do provincialismo, à dispersão, à incoerência, à dissociação, ao isolamento dos grandes patriarcas territoriais do período colonial. Esta é, em suma, a tendência incoercível de nossas gentes do norte e do sul, todas as vezes que adquirem a liberdade da sua própria direção¹²⁵.

A tendência à violência, o repúdio à autoridade, a fragmentação e a recusa a seguir as orientações de um poder central aparecem como características negativas da nossa população e das nossas elites e que poderiam ter sido corrigidas caso fosse implantado um sistema que visasse coibir esses problemas.

A ideia de que a organização política nos moldes liberais havia contribuído para o que Belisário Penna classificou como aviltamento do Brasil, colaborando para o aumento das mazelas e o empobrecimento do país também vai permear os textos dos outros intelectuais aqui analisados.

Em carta a M. Paula Filho, publicada no jornal *A ofensiva* e compilada anos mais tarde na *Enciclopédia do Integralismo*, Penna atribuía a miserável situação que o país se encontrava ao “regime amoral e licencioso, instituído em 15 de novembro de 1889”. Assim como em muitas de suas cartas, artigos e discursos, credita à política republicana de tendências liberais, a “ruína moral, econômica e financeira” do país¹²⁶. Do mesmo modo que Vianna e Amaral, seu tom irônico se sobressai nas críticas à liberal-democracia, classificando-a como “uma escola de latrocínio e de desfibramento de caráter”¹²⁷, e atribuindo a ela a responsabilidade pela degradação da população e do país.

A classe política, cuja incompetência e falta de caráter as havia transformado, na visão de Penna, em verdadeiros parasitas, eram alheias aos interesses da população, cujo bem-estar e saúde eram prejudicados pela sua incompreensão do que acreditava serem os grandes problemas da nação. Desde as primeiras incursões ao interior do Brasil, o médico chamava a atenção para o fato de que as classes políticas do regime republicano eram culpadas pelo quadro miserável em que se encontravam as pessoas que viviam no interior. O descaso com a qual tratavam esses problemas, tornava-os, na visão de Penna,

¹²⁵ VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil: Primeiro Volume – Populações Rurais do Centro Sul (paulistas, fluminenses, mineiros)**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1952, p. 297.

¹²⁶ PENNA, Belisário. Carta a M. Paula Filho. In: PENNA, Belisário; et all. **Enciclopédia do Integralismo II – Estudos e Depoimentos**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira.

¹²⁷ Ao utilizar essa expressão, Belisário faz menção à um dos editoriais publicados no Correio da Manhã.

responsáveis pela exploração material e moral do povo, constantemente ignorado e humilhado pelos dirigentes do país.

Para Penna, os liberais haviam sacrificado a prosperidade, a honra e o futuro da nação, em nome da utopia e da manutenção de um regime tido por ele como fracassado e condenado. Em artigo publicado no Correio da Manhã no ano de 1916, e citado novamente na carta escrita à M. Paula Filho na qual reafirmava suas convicções, o governo liberal era retratado da seguinte maneira:

Uma organização (?) política que desce às abjeções a que tem baixado a que desgraça e avilta o Brasil, em completa bancarrota de caracteres e de competência dos dirigentes, covardemente subordinados às influências perniciosas de corrinhos e quadrilhas em estado permanente de anarquia, com a justiça desmoralizada e envilecida, com a população operária urbana e rural faminta e prejudicada por doenças evitáveis, com a nação falida e humilhada perante os credores e as outras nações, que conhecem de sobra a situação de miséria do povo e a vida de fausto e de luxo dos regentes dessa orquestra infernal, é um regime absolutamente condenado, que urge ser banido e amaldiçoado, e com ele os que de barriga cheia têm a audácia de afrontar a população esfarrapada, faminta e vilipendiada, apertando-lhe cada dia mais a cinta à barriga murcha, sob o pretexto de salvar a honra da nação, que eles sacrificam de caso pensado¹²⁸.

Tanto Penna quanto Vianna viam o período Republicano como aquele que instaurou uma série de retrocessos, potencializados pela adoção de diretrizes liberais-democráticas e pelo estabelecimento de um federalismo que viam como altamente desagregador. Amaral, embora criticasse os mesmos princípios, não os vê atrelados necessariamente à primeira fase da República, tal qual fez Penna, onde liberalismo e república são utilizados sempre de maneira conjunta, e carregando sempre um tom negativo. Ao contrário, Amaral chega a ver pontos positivos durante os primórdios republicanos, reconhecendo certa autenticidade nas propostas formuladas durante esse período e admitindo que avanços políticos foram feitos, principalmente no sentido de

¹²⁸ PENNA, Belisário. Carta a M. Paula Filho. In: PENNA, Belisário; et all. **Enciclopédia do Integralismo II – Estudos e Depoimentos**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, p. 9-10.

evitar a fragmentação do país e assegurar a unidade nacional¹²⁹ e no estabelecimento do presidencialismo¹³⁰.

Entretanto, e por forma que se diria paradoxal, o movimento republicano apresentava nas correntes profundas que o propeliu um sentido nitidamente realístico e nacionalista. Havia um contraste altamente interessante entre as razões determinantes da onda antimonárquica e a demagogia superficial, que se estendia efervescente na sua crista. Estas forças autenticamente representativas dos interesses vitais da economia brasileira, que se insurgiam contra o império em uma reação salvadora do próprio instinto de conservação nacional.

A monarquia desarticulava-se da realidade nacional, fascinada sempre pelos ídolos exóticos do parlamentarismo e do livre-cambismo. Em associações extravagantes no seu ilogismo, a demagogia e as correntes retrógradas penetravam no organismo debilitado do império, apressando-lhe a decomposição e ameaçando o país com a perspectiva das mais imprevisíveis situações¹³¹.

No entanto, se admite que progressos foram feitos no sentido de uma maior aproximação da ordem política e da realidade nacional durante o regime inaugurado pela revolução de 1889, isso não implicava que o autor negasse o efeito negativo daquilo que chamou de “elementos perturbadores”, cuja ação havia imprimido ao estatuto político da Primeira República “defeitos gravíssimos que [...] acabaram precipitando a destruição do regime” e agravando os males surgidos durante o período monárquico¹³². O federalismo e a adoção do sufrágio universal associado ao sistema de eleição direta estabelecidos pela liberal-democracia estão entre as causas atribuídas por Amaral para a desagregação do regime republicano¹³³.

¹²⁹ PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrilheiros e Semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)**. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 211-212.

¹³⁰ Sobre as vantagens da adoção do presidencialismo na obra de Amaral, ver: AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Disponível em: <<http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/bitstream/123456789/118/1/AMARAL,%20A%20O%20estado%20autorit%C3%A1rio.pdf>>. Página 46-47.

¹³¹ AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Disponível em: <<http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/bitstream/123456789/118/1/AMARAL,%20A%20O%20estado%20autorit%C3%A1rio.pdf>>. Página 38.

¹³² AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Disponível em: <<http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/bitstream/123456789/118/1/AMARAL,%20A%20O%20estado%20autorit%C3%A1rio.pdf>>. Página 39.

¹³³ Amaral cita outras causas além dessas, mas preferimos nos ater aos pontos em comum na análise dos três autores. Para uma análise mais detalhada da visão de Amaral sobre essa questão, consultar o capítulo *Antecedentes do Estado Novo*, na obra *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*.

Essas duas questões também estão presentes na análise de Penna e Vianna, que viam na adoção do liberalismo, associados ao federalismo e ao modelo eleitoral baseado no sufrágio direto e democrático as razões principais da incompatibilidade das instituições políticas e a realidade nacional. Tais sistemas foram constantemente classificados como anomalias, e sua implantação como uma ameaça ao futuro do país.

De acordo com Oliveira Vianna, a análise da nossa formação histórica havia demonstrado que as elites brasileiras apresentavam uma tendência à fragmentação e um constante repúdio ao estabelecimento da autoridade central. A adoção de uma organização nos moldes liberais, somada à autonomia conferida pelo federalismo eram fatais para a unidade nacional, uma vez que agravavam essas características, que considerava como defeitos. Para eles, a implantação artificial e forçada de um sistema inadequado às nossas condições históricas, econômicas e culturais só podia levar à uma profunda crise econômica e política, resultando num processo de decadência, caos e desmembramento da nação. Assim, era impossível, na visão desses intelectuais, que o país pudesse prosperar perante tantos fatores de desagregação.

Em *Populações Meridionais do Brasil*, o sociólogo demonstra como a implantação de tais modelos esbarravam em dois problemas centrais de organização do Estado: o problema de *liberdade* e o problema de *autoridade*¹³⁴.

No mundo europeu, segundo Oliveira Vianna, a organização da autoridade antecede todos os outros. A resolução e o estudo sobre a questão dos limites efetivos a serem posto à autoridade, e a colocação da mesma ao alcance do povo só teria sido feita após as sociedades do Velho Mundo terem sofrido uma “preparação” secular por meio de regimes de força e autoridade. Foi desse processo que surgiram um complexo de instituições e franquias destinadas à amparar os cidadãos contra os abusos de poder e resguardar o povo da usurpação aristocrática. Também a partir desse contexto foi possível conceder autonomia aos grupos locais e de onde nasceu o princípio de *self-government* dessas populações.

No caso do Brasil e das sociedades americanas, observava Vianna, o problema da liberdade precede o problema da autoridade, em direção contrária ao que aconteceu nos países europeus. Desse princípio, erigiram a liberdade como “questão primeira e basilar

¹³⁴ VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil: Primeiro Volume – Populações Rurais do Centro Sul (paulistas, fluminenses, mineiros)**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1952, p. 426.

de suas edificações constitucionais”. Fizeram, sem ao menos observar a própria realidade, “das aspirações europeias as suas aspirações; e dos ódios europeus os seus próprios ódios”¹³⁵. Assim, repudiam a autoridade, procurando enfraquecê-la sempre que possível, e temem a criação de um poder central. Conforme aponta o intelectual, aí residia um erro fundamental, pois, em sua concepção, as sociedades americanas possuíam uma tendência à anarquia, e é exatamente a existência de uma autoridade forte que teria a possibilidade de fortalecê-las, resolvendo seus problemas de organização. Observa também que em sociedades novas, como a brasileira, o poder central “nunca foi opressor e sempre, ao contrário, se fez força defensiva e protetora dos cidadãos contra as violências e as usurpações da caudilhagem local e provincial”¹³⁶.

Vianna acreditava que da adoção sistemática e cega das instituições do liberalismo europeu resultaria – e, de acordo com sua análise, resultou em alguns casos – no sacrifício inevitável dos princípios de autoridade e de unidade nacional. Em seu lugar, reinaria a anarquia e o separatismo, resultando em uma sociedade dispersiva, fragmentária e desunida.

Para Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e Belisário Penna, a organização federativa e o desaparecimento da autoridade central, que no período imperial tinha sua figura personificada no Imperador, aprofundou esse problema, aumentando consideravelmente a força e a influência das elites regionais, passando estas a se constituir em núcleos autônomos de atividade política. Essa “maquinaria política inadequada”, da qual se referiu Amaral, também permitiu a ascensão, na política, de elementos pouco eugênicos e, na opinião de Penna, de moralidade questionável. Tais grupos, que passaram a ocupar cargos importantes na administração pública, contribuíram para a acentuação dos defeitos já existentes nessa área e para o desenvolvendo um tipo de parasitismo ainda mais extenso, caracterizado, na visão de Amaral e de Penna, pela apropriação do dinheiro público em benefício de um pequeno núcleo privilegiado.

Na opinião dos autores, essa nova classe política, cuja ascensão se deu após a instalação da Primeira República, tinha sua lealdade atrelada aos interesses de facções e oligarquias locais, o que as incapacitava para servirem à causa pública e aos interesses da

¹³⁵ VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil: Primeiro Volume – Populações Rurais do Centro Sul (paulistas, fluminenses, mineiros)**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1952, p. 427.

¹³⁶ VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil: Primeiro Volume – Populações Rurais do Centro Sul (paulistas, fluminenses, mineiros)**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1952, p. 427.

coletividade. Oliveira Vianna, ressaltava que o poder desses grupos políticos tinha se tornado tal que a figura do presidente se achava cerceada por esses “clãs facciosos”, que acabavam dominando o chefe da nação e reduzindo-o a “simples instrumentos dos seus interesses e ambições”¹³⁷. A extinção de uma figura que, tal qual o Imperador e seu poder moderador, conseguisse se colocar acima dessas elites oligárquicas, era vista pelo sociólogo como algo desastroso. A figura do presidente, destituída dos mesmos mecanismos possuídos pelo regente do império, não era capaz de exercer o mesmo controle, colocando-o quase como um refém das demandas desses grupos privados.

A falta de organicidade do liberalismo e do federalismo colocava em perigo a estabilidade da nação, que era incapaz de se organizar de maneira eficiente. Ao invés de ordem, segundo a perspectiva dos intelectuais que analisamos, tínhamos caos. Dentro de sua concepção, de maneira alguma um país poderia evoluir e progredir de modo adequada em tais circunstâncias.

Belisário Penna também atentava para os danos que a organização federativa da nação havia causado para a implementação de medidas sanitárias e de combate à epidemias no território nacional. Em seus textos, o médico ressaltava o quanto a descentralização administrativa havia se constituído num empecilho para a criação de um órgão nacional de saúde pública que fosse capaz de atingir, além das áreas urbanas, as regiões rurais.

Penna teceu várias críticas ao modelo federalista, implantado pela a Constituição de 1891, identificando na partilha de poder entre as elites regionais um dos grandes entraves à solução dos problemas nacionais. De acordo com o médico, a federação era responsável por extinguir os laços de solidariedade, dissolvendo os elos da nacionalidade em prol do interesse de oligarquias retrógradas e parasitárias. O abandono das populações do interior do Brasil, que viviam em condições extremamente precárias e insalubres, sem acesso a serviços básicos de educação e saúde, era atribuído à ausência e inoperância do poder público, que não assumia a responsabilidade de zelar pelo bem-estar e pelo progresso do povo brasileiro.

Para Belisário Penna, o pacto federativo vigente, tornava a implementação de projetos de saúde pública sujeita às oscilações causadas pela alternância de poder entre

¹³⁷ VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 108.

as oligarquias. Ações voltadas para o combate às epidemias que cada vez mais se alastravam pelo país, perdiam em muito a sua eficácia devido à descentralização dos serviços de saúde. Por mais que um estado ou município fosse bem-sucedido nas suas medidas de contenção, seus habitantes continuariam expostos às ameaças provenientes de regiões vizinhas onde o problema não houvesse sido resolvido.

Federalismo e liberalismo apareciam como empecilhos para o estabelecimento de um projeto eugênico e de saneamento tal qual idealizado por Renato Kehl e Belisário Penna. Se o primeiro dificultava que os esforços voltados para reverter a “calamitosa condição patológica do Brasil” fossem aplicados de maneira efetiva, o segundo, ao resguardar os direitos dos indivíduos em detrimento do bem coletivo, apresentava um grande obstáculo para a implementação de medidas coercitivas, tal como internação e isolamento compulsória em caso de doenças mentais ou contagiosas, ou mesmo esterilização de degenerados e portadores de taras hereditárias.

Para os dois médicos, essas políticas eram fundamentais para salvaguardar a sociedade contra os perigos representados pelo aumento crescente do número de indivíduos indesejáveis. O grande número de criminosos, degenerados, e portadores de enfermidades que fortaleciam os fatores disgênicos de uma sociedade saudável - tal como sífilis, lepra, tuberculose e alcoolismo – eram tidos como fatores primordiais da situação de “debilidade econômica, e conseqüente debacle financeira e desorientação social” na qual se encontrava o país¹³⁸. Era necessário, na sua visão, que houvesse um Estado forte e centralizado, capaz de intervir em nome da coletividade e capaz de garantir a aplicação em larga escala dos métodos eugênicos, de forma a garantir que os benefícios dessas medidas fossem ampliados para atingir o número máximo de cidadãos. Somente assim seria possível melhorar a “raça” e tornar a sociedade brasileira cada vez mais moderna e civilizada.

No nosso país, onde campeiam, quase sem peias, doenças endêmicas e epidêmicas, o índice mórbido é, infelizmente, formidável. Nestas más condições não é de se esperar o seu progresso de acordo com as possibilidades e riquezas desta prendada terra de promessa. A política salvadora será, pois, aquela que conduzir o povo à regeneração física, intelectual e moral, isto é,

¹³⁸ Carta de Belisário Penna à Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Junho de 1931. Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC.

será a política sanitária, e o combate ao analfabetismo, completado pela política eugênica¹³⁹.

Para ambos os autores, a ideia de saneamento remetia a algo mais abrangente. Em trecho anterior, vimos Belisário referir-se a uma noção mais ampla, que englobava sanear não só com o sentido de prevenção e cura de doenças, mas também no sentido de reformar a sociedade, de forma que esta funcionasse de maneira integrada, saudável, orgânica, tal qual um grande organismo vivo. O corpo social deveria ser tratado e as doenças que o atingiam deviam ser identificadas e erradicadas, pelo bem e pela prosperidade da nação.

Penna e Kehl, assim como muitos dos intelectuais do movimento eugenista e sanitaria, acreditavam que a sociedade estava infeccionada com um “vírus temeroso”, que havia contaminado “todas as camadas da sociedade”, tendo-se infiltrado “nos velhos, nos moços, nas famílias, nos governantes e nos governados, rebaixando o caráter, obliterando a consciência, corrompendo os costumes, destruindo as tradições, arruinando os sentimentos religiosos, dissolvendo a família e profanando a sociedade”¹⁴⁰. O vírus, descrito por Penna em *O Saneamento do Brasil*, era a *politicalha*, causadora de uma doença mais grave do que qualquer endemia tropical, pois era responsável não só por arruinar o caráter dos homens, mas também por anarquizar o Estado e destruir a sociedade¹⁴¹. O termo, emprestado de Rui Barbosa, referia-se à política que, ao invés de ter como objetivo o bem nacional, girava em torno de indivíduos e de seus interesses pessoais. Estes, por sua vez, formavam grupos “que se fazem e se desfazem, se misturam e se separam, se conchavam e se desconchavam, por motivos mais ou menos inconfessáveis, casualmente, raríssimamente em prol do interesse coletivo”¹⁴². Tais “elementos funestos” parasitavam a sociedade brasileira tal qual acontecia nas doenças

¹³⁹ KEHL, Renato. **Lições de eugenia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929, p. 12. Ricardo Augusto dos Santos chama atenção para o fato de que esse mesmo trecho aparece em um dos textos anteriores de Kehl, intitulado “O HOMEM PURO SANGUE. A possibilidade da sua criação”, datado de 13 de abril de 1923. SANTOS, Ricardo Augusto. **Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do Eugenismo em Renato Kehl (1917-37)**. Niterói: UFF, 2008. 257f. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 79.

¹⁴⁰ PENNA, Belisário. **O Saneamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora dos Tribunais, 1918, p. 85.

¹⁴¹ SANTOS, Ricardo Augusto. **Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do Eugenismo em Renato Kehl (1917-37)**. Niterói: UFF, 2008. 257f. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 82.

¹⁴² PENNA, Belisário. **Ao digno eleitorado do Distrito Federal**. Recorte avulso. Fevereiro de 1926. Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC.

tropicais. “É a malária dos povos de moralidade estragada”, sentenciava Penna, citando Rui Barbosa¹⁴³.

A *politicalha* agia tal qual o “espírito de clã”, da qual falava Vianna. Este havia contaminado de tal modo a política que os partidos políticos não eram mais do que seu mero reflexo, carregando consigo o mesmo facciosismo e caráter personalista. Daí a necessidade de substituir não só o sistema representativo, como a própria classe política.

Tornava-se imperioso e extremamente necessário “fazer o saneamento político do Brasil”, conforme pregava Kehl. A fim de neutralizar os efeitos da *politicalha*, ou do espírito de clã, era necessário, de acordo com Penna, que se criasse uma antitoxina para esse vírus, constituída de “verdades cruéis”. Somente assim seria possível frear a ação desse patógenos que “desde muito vêm corrompendo ou arruinando todos os elementos vitais da nação”¹⁴⁴.

2.3.2 - Inexistência de opinião pública organizada e o fracasso do modelo democrático.

A mesma insistência na aplicabilidade de modelos exógenos que levou as elites dirigentes brasileiras a implementar o federalismo e o liberalismo como princípios que orientariam a política e o funcionamento das instituições e leis brasileiras, também foi a razão que as levou a adotar um sistema de representação democrática e de voto direto.

Oliveira Vianna, por exemplo, afirmava que a coincidência entre a fase em que se dava início nossa organização política e o “grande movimento de organização democrática”, que havia renovado por inteiro os fundamentos políticos do Velho Mundo, alimentou ainda mais o espírito sonhador dos liberais brasileiros, que forçaram sua incorporação na constituição brasileira. A Democracia era, ao seu ver, o “mito do

¹⁴³ PENNA, Belisário. **Ao digno eleitorado do Distrito Federal**. Recorte avulso. Fevereiro de 1926. Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC.

¹⁴⁴ PENNA, Belisário. **O Saneamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora dos Tribunais, 1918, p. 87.

momento”, daí o “entusiasmo fanático” do idealismo liberal pelo advento e pela criação de instituições que traduzissem esse ideal democrático¹⁴⁵.

No entanto, alertava Oliveira Vianna, esses idealistas, por viverem “em pleno sonho”, não eram capazes de perceber que não havia opinião pública organizada no Brasil. Aliás, no Brasil, segundo a concepção do sociólogo, não havia nem ao menos “povo” no “sentido anglo-saxão da expressão, isto é, massas populares esclarecidas e independentes”. O que existia aqui era o oposto:

[...] uma vasta congerie humana, acumulada nas cidades ou dispersas pelos campos e pelos sertões; congerie de desplantados, de infixos, de seminômades, de servilizados, sem pão, sem-terra, sem vontade, sem consciência cívica, agrupados em clãs, sob a proteção dos grandes proprietários rurais¹⁴⁶.

Essa população era, na ótica de Vianna, inteiramente indiferente à organização, à composição ou mesmo à forma adquirida pelo governo político do país pois, devido à sua formação histórica, “nunca sentiu, por assim dizer necessidade disso”. Faltava a esse povo qualquer laço de solidariedade e cooperação comunal, tal qual havia nas *towns* inglesas e que permitia a esses povos a criação de um espírito de *self-government*.

A presunção da existência de uma opinião pública “na sua forma prática, na sua forma democrática e sua forma política” era parte do que Vianna considerava como “quixotismo” dos defensores do liberalismo e do sufrágio individual. Conforme o intelectual, havia uma grande inconveniência em adotar o sistema de voto direto na eleição de representantes, pois este exigia das “massas eleitorais” algo que elas não possuíam: espírito político e cultura cívica. De acordo com Vianna, a maciça maioria formada pelas populações incultas do interior do país, “presas pela fidelidade aos chefes locais”, acabava “anulando inteiramente o voto dado pelos núcleos eleitorais das grandes cidades e capitais, mais conscientes e esclarecidos”¹⁴⁷.

Também havia o fato de que em regiões, como no norte do Brasil, ainda reinava o barbarismo e o espírito de vendeta. Ali, a ordem pública não pudera se estabelecer, e os

¹⁴⁵ VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 45.

¹⁴⁶ VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 61.

¹⁴⁷ VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 251-252.

clãs rurais resolviam seus conflitos particulares e partidários por meio do assassinato, da chacina ou saque de seus adversários e dos vencidos. Oliveira Vianna atentava para o absurdo que seria “fazer sair dessa população os órgãos da justiça e da polícia” tal qual como queriam os “radicais de 68”. Isso, conforme a visão do autor, não poderia ser classificado como defesa da liberdade e da justiça, mas sim como uma condenação fatal desses indivíduos “à morte certa pelo trabuco do banditismo”, tal qual haviam demonstrado os “horrores do Código de Processo de 32 e os desmandos do Ato Adicional de 34”¹⁴⁸.

Assim como Oliveira Vianna, outros autores também chamavam atenção para o fato de que a população do interior, abandonada pelo poder público e pelas autoridades nacionais, estando sujeita à tirania de líderes locais.

Belisário Penna, no relatório de sua viagem, publicado pela primeira vez pelo no periódico científico em *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, no ano de 1916 observava:

Hoje, que nos move profunda simpatia por aquela gente iniquamente esquecida pelos poderes públicos, tivemos a preocupação de escrever um depoimento onde a insuspeição da linguagem pudesse ser de maior utilidade que os fáceis e falazes períodos ecomiásticos. Qualquer que, ao atravessar aquelas plagas, examinae as condições sociais daquele povo, logo surpreende uma organização atrasada e rudimentar; as caatingas estão povoadas de habitantes, vivendo à margem da civilização; a organização da família legalmente não existe pois, só por exceção, os casais se unem pelo casamento civil, os filhos quase nunca são registrados, os enterramentos realizam-se na ausência de qualquer formalidade legal. O fazendeiro mais abastado e com um pouco mais de cultura, exerce grande influência entre os moradores, e esta somente cessa ao entrar em contato com a esfera de influência de outro proprietário pelo menos tão abastado; longe dos núcleos de população é isto que se observa.

Aliás, é impossível evitar; cada fazenda é um latifúndio de dimensões sempre crescentes conforme o afastamento das cidades; a pequena propriedade quase não existe, de maneira que os moradores estão, de qualquer modo, na dependência do proprietário das terras. [...]

Em toda a zona onde se explora a maniçoba, existe praticamente a escravidão; o *barraquista*, assim se chama o dono do pessoal que extrai a maniçoba, alicia gente nas povoações ribeirinhas e a leva sob promessas de grandes salários para a zona explorar; antecipadamente é adiantada certa quantia de compras de objetos e para se deixar com a família; no lugar onde se instalam barracões, funda-se um armazém de propriedade do *barraquista* e onde o pessoal é obrigado a se fornecer pelos preços impostos pelo proprietário e que são, pelo menos, o dobro do corrente no “comércio” mais próximo; nas zonas onde a água é escassa, esta é vendida aos maniçobeiros, ao cabo de algum tempo, o empregado é devedor e está impossibilitado de sair enquanto não saldar a dívida, que só faz crescer. É inútil qualquer fuga ou rebelião, as turmas são guardadas à vista por capatazes armados e o sistema é tão

¹⁴⁸ VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 62-63.

generalizado que, mesmo na Fazenda Serra, administrada por 2 ingleses, os capatazes fazem o serviço de carabina em punho [...].

As autoridades prestam mão forte ao maniçobeiro que procura o devedor fugido e, na vila Paranaguá, tivemos o desprazer de assistir a prisão de 4 maniçobeiros levados à viva força para o barracão dum *barraquista*, já celebrizado em toda a zona que atravessamos, pelos crimes cometidos¹⁴⁹.

Oliveira Vianna, ao analisar a estrutura das sociedades rurais ao longo da história brasileira, também destaca alguns pontos semelhantes aos observados pelo médico mineiro em sua viagem ao sertão nordestino: a inexistência de pequenas propriedades, sufocadas pela presença de culturas extensivas praticadas pelos grandes domínios, ou seja, os latifúndios; a força exercida pelos grandes domínios rurais, que acabavam monopolizando as atividades e a mão de ferro com que os chefes territoriais governam aqueles sob sua tutela. Vianna utiliza esses exemplos para explicar como essa estrutura, centrada nos clãs rurais e nos grandes fazendeiros sufocou o desenvolvimento de uma classe média “forte, independente, prestigiosa, com capacidade para exercer, defronte da grande propriedade, a ação admirável dos *yomen* saxônios ou dos burgueses da Idade Média”¹⁵⁰. Daí, segundo afirmava o sociólogo fluminense, a justeza da afirmação de Luiz Couty que, ao descrever a nossa sociedade, proclamou “O Brasil não tem povo”.

Assim como Penna, Oliveira Vianna também observa que os aparelhos de justiça, nessas regiões, eram os menos capazes de assegurar o direito das populações do interior. O mandonismo local exercia tal influência nos magistrados que a justiça, nesses territórios, estava “condenada à ser facciosa”¹⁵¹, sujeita à “parcialidade e à venalidade dos magistrados”¹⁵², uma vez que estes eram eleitos pelos “homens bons” das cidades e vilas:

Esse caráter eletivo dos juízes ordinários e de vintena os faz logicamente caudatários dos potentados locais. De posse das câmaras municipais e do aparelho eleitoral, os caudilhos rurais só escolhem para os juizados os principais do seu clã, homens de sua parcialidade e confiança. Os votos são

¹⁴⁹ Grifos dos autores. NEIVA, Arthur; PENNA, Belisário. **Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás**. Brasília: Academia Brasileira de Letras, 1984, p. 179-180.

¹⁵⁰ VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil: Primeiro Volume – Populações Rurais do Centro Sul (paulistas, fluminenses, mineiros)**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1952, p. 197.

¹⁵¹ VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil: Primeiro Volume – Populações Rurais do Centro Sul (paulistas, fluminenses, mineiros)**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1952, p. 207.

¹⁵² VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil: Primeiro Volume – Populações Rurais do Centro Sul (paulistas, fluminenses, mineiros)**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1952, p. 205.

comprados por ocasião das eleições e já se sabe de antemão quais são os eleitos¹⁵³.

A violência exercida pelos chefes de clã também é discutida por Vianna. Esses líderes, ao canalizarem os mestiços inferiores – que Vianna explica serem aqueles mestiços “refratários à arianização”¹⁵⁴ e oriundos do cruzamento de “tipos étnicos menos ricamente providos de qualidades eugênicas”¹⁵⁵ - aterrorizam a população, uma vez que estes sicários são, devido à sua formação psicológica racial, extremamente afeitos à violência.

Tais exemplos citados estão na base do que Vianna chama de “falta de solidarismo da população”, bem como explica a força dos clãs rurais em controlar a vida e os destinos da política, da sociedade e da economia local. As populações do interior, desamparadas pelo poder central, pelas instituições, pela justiça, acabavam obedecendo tais líderes, e se submetendo à sua patronagem. Daí, observa Vianna:

[...] a particularidade nossa, a particularidade da nossa organização social: todas essas classes rurais, que vemos, no ponto de vista dos interesses econômicos, separadas, desarticuladas, pulverizadas, integram-se na mais íntima interdependência, para os efeitos políticos. O que nem o meio físico, nem o meio econômico podem criar de uma forma estável, à semelhança do que acontece no Ocidente, cria-o a patronagem política, *a solidariedade entre classes inferiores e a nobreza rural*. Vimo-las disjuntas; vêmo-las agora dependentes e conexas¹⁵⁶.

Questiona Vianna: como crer que exista opinião pública organizada, noções de civismo ou mesmo a possibilidade de uma democracia? Era essa a realidade, conforme apontava, que os liberais não conseguiam ver. Daí a falta de organicidade de suas propostas, argumentava o sociólogo:

[...] todo o idealizador de reformas políticas e constitucionais em nosso país, que se recuse a levar em conta o nosso espírito de clã como um fator de

¹⁵³ VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil: Primeiro Volume – Populações Rurais do Centro Sul (paulistas, fluminenses, mineiros)**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1952, p. 207.

¹⁵⁴ VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil: Primeiro Volume – Populações Rurais do Centro Sul (paulistas, fluminenses, mineiros)**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1952, p.257.

¹⁵⁵ VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil: Primeiro Volume – Populações Rurais do Centro Sul (paulistas, fluminenses, mineiros)**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1952, p.253.

¹⁵⁶ VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil: Primeiro Volume – Populações Rurais do Centro Sul (paulistas, fluminenses, mineiros)**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1952, p. 221.

perturbação no funcionamento de qualquer mecanismo político, terá construído um sistema fatalmente condenado à ser desvirtuado ou, mesmo, a fracassar¹⁵⁷.

A presunção da existência de uma opinião pública “na sua forma prática, na sua forma democrática e sua forma política” era parte do que Vianna considerava como “quixotismo” dos defensores do liberalismo e do sufrágio individual. Conforme o intelectual, havia uma grande inconveniência em adotar o sistema de voto direto na eleição de representantes, pois este exigia das “massas eleitorais” algo que elas não possuíam: espírito político e cultura cívica. De acordo com Vianna, a maciça maioria formada pelas populações incultas do interior do país, “presas pela fidelidade aos chefes locais”, acabava “anulando inteiramente o voto dado pelos núcleos eleitorais das grandes cidades e capitais, mais conscientes e esclarecidos”¹⁵⁸.

Essa descrição dos habitantes do interior como pessoas iletradas e ignorantes quanto a ideias como pátria, nação e pertencimento e sem qualquer noção cívica aparece igualmente nos relatos daqueles que se aventuraram pelo interior do Brasil. Belisário Penna, no diário escrito durante a sua participação na expedição científica organizada pelo Instituto Oswaldo Cruz, observava:

Uma mulher com quem conversamos aí, não nos soube, não nos soube dizer se era pernambucana ou baiana – “*sou da banda de cá*”, era só o que explicava.¹⁵⁹ [...]

[...] Raro o indivíduo que sabe o que é Brasil. Piauí é uma terra, Ceará outra terra, Pernambuco outra e assim os demais Estados. O governo, é para esses párias um homem que manda na gente, e a existência desse governo conhecem-na porque esse *homem* manda todos os anos cobrar-lhes os dízimos (impostos). Perguntados se essas terras (Piauí, Ceará, Pernambuco, etc.) não estão ligados entre si, constituindo uma nação, um país, dizem que não entendem disso. Nós éramos para eles *gringos, lordaços* (estrangeiros fidalgos). A única bandeira que conhecem é a do divino. O analfabetismo é geral e abrange mais de 80% da população.¹⁶⁰

¹⁵⁷ VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 69.

¹⁵⁸ VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 251-252.

¹⁵⁹ Grifos dos autores. NEIVA, Arthur; PENNA, Belisário. **Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás**. Brasília: Academia Brasileira de Letras, 1984, p. 187.

¹⁶⁰ Grifos dos autores. NEIVA, Arthur; PENNA, Belisário. **Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás**. Brasília: Academia Brasileira de Letras, 1984, p. 191.

Não raro, os autores utilizavam um forte tom de ironia para referir-se aos defensores da democracia liberal. Azevedo Amaral, por exemplo, acreditava que a prática do sufrágio universal e da eleição direta no Brasil era tão absurda que fornecia “assunto mais adequado a servir de matéria prima ao humorista, que ao sério historiador”. Assim como os outros autores, acreditava que o liberalismo representava um “simulacro de sistema representativo, tão alheio a nossas realidades nacionais, que não saberíamos sequer executar fielmente a imitação de suas exterioridades”¹⁶¹. Em sua concepção, esse sistema funcionava de forma “grotesca” e “trágica”, pois colocava “a voz oracular da soberania nacional” nas mãos de eleitores que “ainda não sabia bem se o Brasil era uma república, ou ainda uma monarquia”¹⁶². Num país como o nosso, onde a maioria da população era analfabeta, além de extremamente diluída e desarticulada, econômica e socialmente pelas grandes distâncias e incapaz de formar uma ideia, “mesmo confusa, dos problemas nacionais”, a implantação de um método representativo baseado no sufrágio universal só poderia produzir, de acordo com o autor, “os mais caóticos resultados”¹⁶³.

No entanto, Amaral, diferente de Vianna, via a ascensão dos grupos oligárquicos à política nacional não como resultado de um processo histórico de fortalecimento e ascensão desses grupos devido ao seu poder cada vez mais crescente desde o período colonial. Para o jornalista, o papel desempenhado pelos núcleos oligárquicos no cenário político brasileiro – que via igualmente como sendo nocivo – era resultado da adoção de instituições exóticas que levaram à dissolução da primeira República. A implementação de um “regime constitucional desvirtuado”, que colocava em “evidente contradição” a ordem política estabelecida e a realidade nacional, ocasionou o crescimento do poder das oligarquias, principalmente, conforme o autor, nas “unidades federativas mais fracas e atrasadas”. No entanto, para Amaral, o crescimento do poder dos grupos oligárquicos não era a origem do fracasso do sistema liberal representativo, “mas o efeito da imposição de

¹⁶¹ AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Disponível em: <<http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/bitstream/123456789/118/1/AMARAL,%20A%20O%20estado%20autorit%C3%A1rio.pdf>>. Página 59.

¹⁶² AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Disponível em: <<http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/bitstream/123456789/118/1/AMARAL,%20A%20O%20estado%20autorit%C3%A1rio.pdf>>. Página 59-60.

¹⁶³ AMARAL, Azevedo. **O Brasil na crise atual**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 158.

uma organização política inadaptável às condições sociais e econômicas do país”.

Conforme destacou em *O Estado autoritário e a realidade nacional*:

As oligarquias destituídas em 1911 e 1912, embora passíveis de muitas das críticas que contra elas se articularam, constituíam verdadeiras expressões de reação orgânica da sociedade no sentido de estabelecer uma forma de ordem política, que substituísse o caos a que fatalmente seríamos arrastados, se não surgissem núcleos de força para orientar coletividades incapazes de seguir diretrizes próprias no jogo de instituições, que não conseguiam assimilar e que a grande maioria dos seus membros não podia sequer compreender. Por outro lado, aquelas formações oligárquicas tinham todos os defeitos derivados de sua origem anômala e do caráter de elementos dirigentes de emergência, cuja função só se justificava pela impossibilidade de dar à sociedade uma efetiva dentro dos moldes do estatuto básico que lhe fora arbitrariamente imposto¹⁶⁴.

Na opinião de intelectuais como Penna, Vianna, Amaral e Kehl, era simplesmente absurdo que a decisão de algo tão fundamental como a escolha dos quadros dirigentes da nação ficasse a cargo uma população sem o mínimo de educação e sem qualquer noção do impacto que suas escolhas causariam. Além disso, viam a massa de eleitores como facilmente influenciada por líderes demagogos, o que as tornava um instrumento de manipulação de chefes e líderes locais. Assim, a suposta “opinião pública” era vista como uma farsa porque, quando existia, era resultado da influência de grupos cujos interesses eram, na maioria das vezes, facciosos e escusos. Por representarem um número absoluto muito maior do que o eleitorado culto e informado das cidades, sua decisão acabava tendo maior peso de decisão. Dessa forma, para os autores, a quantidade se sobrepunha à qualidade.

Se em nações de “elevada cultura”, onde cada cidadão tivesse plena consciência de seus direitos e deveres a implementação de um sistema democrático produziria resultados proveitosos, em países como o Brasil, vastos, de população heterogênea, disseminada e inculta, as consequências eram desastrosas. De acordo com Penna, a liberal-democracia tinha, em solo brasileiro, efeito pernicioso e dissolvente, capaz de levar a pátria à um processo de ruína moral, econômica e financeira, seguido pela

¹⁶⁴ AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Disponível em: <<http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/bitstream/123456789/118/1/AMARAL,%20A%20O%20estado%20autorit%C3%A1rio.pdf>>. Página 67.

separação dos Estados e, posteriormente, “à absorção, por outros povos, de parte ou partes do seu território”¹⁶⁵.

Para o médico, a qualidade dos representantes eleitos por meio do sufrágio universal dizia muito sobre o fracasso desse sistema. Ele, assim como os Kehl, Amaral e Vianna, acreditava que os quadros dirigentes que ocuparam cargos na administração estatal nesse período careciam de uma série de atributos mentais e morais que os qualificariam como aptos a governar a nação. A política, desqualificada por Penna e Vianna como *politicalha*, durante o período republicano, havia reunido homens sem caráter e sem escrúpulos, reduzindo a República a um “regime de pilhagem organizada”, lançando mão de “todos os meios, principalmente do comércio de consciências e da mentira para esmagar a vontade da nação” e agir em prol de seus benefícios próprios, mesmo que no processo tivessem que reduzir o país à frangalhos¹⁶⁶.

Desde o início do regime, argumentava o sanitarista, o Brasil havia evoluído “materialmente e morbidamente, sem progresso, num acentuado estado de inconsciência”, em razão do “profundo divórcio entre a política, a sociedade e os interesses vitais da nação” que havia se instaurado a partir da adoção do modelo liberal-democrático. Essa “política de traficâncias”, fantasista, “sem princípios e sem rumo”, girava exclusivamente em torno de “baixos interesses individuais” ou de grupos, empenhados na espoliação da terra e do homem que trabalha. De tais exemplos, só podia resultar uma sociedade egoísta, “divorciada da fé e da moral, com os sentimentos embotados, a alma metalizada, tendo uma única preocupação: a riqueza sem trabalho, o luxo, os gozos materiais e as sensações extravagantes. Assim, a nação caminharia rumo a um caminho sem progresso, de aviltamento e desmoralização crescentes. Enquanto essa situação perdurasse, observava Penna, a pátria brasileira continuaria tendo uma “independência muito precária”, evoluindo desordenadamente e lutando apenas por uma ‘vida vegetativa’, tal qual animais, “e não para melhorar física, intelectual e moralmente”¹⁶⁷.

¹⁶⁵ PENNA, Belisário. Realidade brasileira – conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna, no dia 18 de fevereiro de 1933, na cidade de Campos, na fundação do Núcleo Campista da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1933. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

¹⁶⁶ PENNA, Belisário. Uma vibrante oração de Belisário Penna na Rádio Gaúcha. **Estado do Rio Grande**. 7 de agosto de 1930. Recorte avulso. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

¹⁶⁷ PENNA, Belisário. Evolução e Progresso. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1925. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

Como podemos observar, ideia de um sistema de representação direta era repudiada, e sua eliminação era algo que estava na agenda desses pensadores. Azevedo Amaral se referia ao sistema de sufrágio universal de maneira bastante pejorativa, classificando-o várias vezes como “sufrágio promíscuo”. Nisso assemelhavam-se a Alberto Torres, para quem o sistema de sufrágio direto não deveria ser tomado como uma direção governamental ou mesmo um mandato imperativo ao representante escolhido para ocupar o poder. Para Torres, o que deveria ocorrer era exatamente o contrário: o governante que teria o dever elementar de imprimir à massa social a direção mais racional e mais sábia, e não o inverso. Dizia o jurista:

É erro imputar aos povos, na crítica dos acontecimentos sociais, a responsabilidade dos desvios da evolução e esperar deles a iniciativa de reformas e movimentos reparadores. O corpo alimenta; não inspira nem dirige o cérebro. Só há um fator, uma força, um instrumento, um órgão, uma vontade, uma inteligência, com a função de promover a ação nacional, de manter a vida do país, no que o interessa em conjunto e permanentemente: é o aparelho político-administrativo, com seus vários órgãos. A nação a quem falta este órgão está condenada a dissolver-se, a desagregar-se, a ser conquistada, se o movimento é propício ao surto de outro povo mais forte, mais bem governado¹⁶⁸.

Sob a perspectiva desses intelectuais, dada a ignorância do eleitorado e a falta de opinião pública organizada, bem como de discernimento e prerrogativas cívicas; o sufrágio universal deveria ser substituído por um sistema de voto selecionado, restrito e corporativo. Consideravam que o governo deveria ser escolhido por uma elite, já que, para Vianna, “o governo é uma função de elite e das elites; cabe, portanto, às elites elegerem os agentes supremos do governo”¹⁶⁹.

Amaral atribuía a uma minoria de indivíduos superiores o papel de dirigentes. Não era à toa que Amaral atribuía a condução das Revoluções – fator essencial na destruição de organizações sociais e políticas obsoletas - a uma minoria dotada de inteligência e vontade de domínio. Era um erro, pois, para o autor, supor que o conceito de revolução

¹⁶⁸ TORRES, Alberto apud LIMA, Augusto Sabóia. **Alberto Torres e sua obra**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 170.

¹⁶⁹ VIANNA, Oliveira. **Problemas de Política Objetiva** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947, p. 252.

tivesse de que ser associado de maneira indissolúvel à ideia da “expansão de poder das multidões em detrimento do predomínio das minorias superiores”¹⁷⁰.

Outro argumento utilizado para desqualificar as massas no seu exercício do direito de votar era que estas, além de não serem dotadas da cultura e da psicologia dos povos que adotavam o sistema democrático, ainda havia sofrido o efeito nefasto causado pelo caldeamento racial, que havia fixado no “tipo brasileiro médio” uma série de taras hereditárias e de falhas psicológicas e morais. O intenso processo de mestiçagem entre raças antropológicamente e psiquicamente diferentes havia criado uma instabilidade psicológica, mantendo nos indivíduos resultantes dessa mistura “o conflito interior de heranças psicológicas não apenas distintas, mas em muitos pontos irreconciliáveis”¹⁷¹.

Azevedo Amaral acreditava, por exemplo, que o caráter cacogênico de nossas massas havia sido agravado pelas democracias que, sob pressão de “correntes sentimentais” influenciadas pela obra de Rousseau, desenvolveu um sistema de filantropismo político¹⁷². Estas últimas, Amaral considerava como “poderosas agências disgênicas”, uma vez que entendia que eram responsáveis por “neutralizar artificialmente a ação das forças naturais e sociais que, deixadas sem tais obstáculos, eliminariam boa parte dos degenerados, salvos para procriarem mais proles taradas”¹⁷³.

Com uma população analfabeta, mestiça, enferma e cada vez mais degenerada, cujos problemas se viam agravados sob um regime liberal-democrático, sem controle nenhum sobre a multiplicação da massa disgênica, como não esperar que as decisões fossem atribuídas à um grupo restrito? Esse era o questionamento que levantavam esses intelectuais.

Para Renato Kehl, deixar que a decisão sobre os rumos da nação fosse deixada à essa maioria era uma “vitória da mediocridade”:

A vitória da mediocridade parece, pois, um fato a ser consumado. Eis a razão dos prosélitos de Galton duvidarem do sufrágio universal e da democracia, tendentes a nivelar os indivíduos, abatendo a influência das *elites*. A Índia, com seus milhões de habitantes, é submetida por alguns milhares de ingleses. Que seria do mundo, se esses milhões de plebeus e muitos outros milhões de

¹⁷⁰ AMARAL, Azevedo. **O Brasil na crise atual**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 63.

¹⁷¹ AMARAL, Azevedo. **O Brasil na crise atual**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 237.

¹⁷² AMARAL, Azevedo. **Ensaio brasileiro**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 96.

¹⁷³ AMARAL, Azevedo. **Ensaio brasileiro**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 97.

medíocres, existentes no planeta, tomassem as rédeas do carro e o impelisses ao sabor da ideia *democracia niveladora*, que é o governo pela massa ou duma tal maioria no seu próprio interesse?¹⁷⁴

A ideia de que o governo devesse ser dirigido por interesses de grupos que não fossem de elite também parecia desagradar Belisário Penna. Quando Luís Carlos Prestes escreveu o *Manifesto de Maio*, declarando que o governo deveria ser conduzido pelas “verdadeiras massas trabalhadoras das cidades e dos sertões”, por meio de “conselhos de trabalhadores da cidade e do campo, soldados e marinheiros”¹⁷⁵, Penna enviou ao *Jornal de Notícias* uma carta aberta à Prestes, na qual se dizia ter o “coração amargurado por esmagadora desilusão, provocada pelo desastrado manifesto com que o ilustre patricio traiu a esperança de seus mais sinceros admiradores”. Juntamente com críticas a outros pontos do texto de Prestes, Belisário criticou sua decisão de “entregar o governo do país a soldados, marinheiros e proletários ignorantes, doentes, sem personalidade e sem rumo na vida”. Isso seria, na visão do médico mineiro, “querer transformar o ventre em cérebro, os órgãos vegetativos em psíquicos”¹⁷⁶, em alusão à frase de Alberto Torres, acima citada.

Constatada a falência do sistema de representação, que Penna via como sujeito à todo o tipo de compressão, suborno, fraude e falsificação¹⁷⁷, bem como do liberalismo e da República em si, era preciso que a questão da soberania política fosse repensada. A ideia de um poder soberano, instituído pela concordada vontade dos indivíduos, associados por vontade própria por meio de um pacto social, apresentada pelos liberais, foi constantemente desqualificada por Vianna, Amaral e Penna. Além disso, recusavam também a concepção marxista, que punha a soberania do Estado a cargo das classes revolucionárias. Penna, principalmente durante o período que militou em favor do integralismo (pós 1932, quando rompe com o governo Vargas), criticou com veemência esses dois princípios, que classificou em seus discursos como “orquestra infernal” e

¹⁷⁴ KEHL, Renato. A vitória da mediocridade. In: **BOLETIM de Eugenia**. Ano III, n.28, abril de 1931, p. 1-2.

¹⁷⁵ PRESTES, Luís Carlos. Manifesto de Maio. In: PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

¹⁷⁶ PENNA, Belisário. Carta Aberta a Luís Carlos Prestes. In: **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 06 de novembro de 1930. Recorte de jornal. Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC. A frase de Torres seria citada por Penna em texto escrito em homenagem à abertura da nova sede da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, na cidade de campos. PENNA, Belisário. Aos Srs. Torreanos de Campos. Rio de Janeiro, 30 de Janeiro de 1933. Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC.

¹⁷⁷ PENNA, Belisário. Carta Aberta a Luís Carlos Prestes. In: **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 06 de novembro de 1930. Recorte de jornal. Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC

“escola de latrocínio e desfibramento de caráter” (referindo-se à liberal democracia)¹⁷⁸ e “lepra comunista” e “pestilência bolchevista” (com relação ao comunismo).

Os direitos fundamentais do indivíduo, estabelecidos pelo liberalismo – isto é, liberdade, igualdade, segurança e propriedade – eram rechaçados, com exceção do último¹⁷⁹. Para Penna, estes não passavam de uma abstração e uma comédia, pois a realidade mostrava que estes princípios eram meramente ilusórios:

Não lhes ocorreu que tudo tem um começo e um fim; que o regime de pilhérica liberdade, de falsa igualdade e de fingida fraternidade não ilude mais o povo, completamente descrente e enojado dessa tragicomédia megaloclepto-erótica, que tem sido a liberal democracia¹⁸⁰.

Quando não tratados com escárnio, como no caso do discurso de Penna, eram vistos como um impedimento à implementação de um projeto que levasse em conta o bem coletivo. Muitos eugenistas criticavam esse princípio, uma vez que o consideravam como um entrave à aplicação de medidas eugênicas como esterilização compulsória, como mencionamos anteriormente. Para Kehl, era necessário que essa prática fosse aplicada de maneira ampla e em larga escala, não poupando nem indivíduos que aparentassem uma normalidade superficial, mas fossem “intrinsecamente [...] defeituosos”. A prática da esterilização eugênica era vista como parte essencial da “elevação somática e física da espécie humana” e seus efeitos eram “indubitáveis e claros”¹⁸¹. Na sua visão, “o individualismo ignorante e egoísta” era visto como empecilho para a criação de uma ampla campanha de regeneração que visasse o progresso do país e a “felicidade da nação”, pois impedia que a Eugenia pudesse controlar o aparecimento de indivíduos cacogênicos e degenerados e promover a formação de uma elite eugênica no Brasil.

¹⁷⁸ PENNA, Belisário. Carta a M. Paula Filho. In: PENNA, Belisário; et all. **Enciclopédia do Integralismo II – Estudos e Depoimentos**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, p. 10.

¹⁷⁹ BEIRED, José Luis Bendicho. **Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina**. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 165.

¹⁸⁰ PENNA, Belisário. **S. Paulo, e o brasilismo**. Sem data. Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC.

¹⁸¹ KEHL, Renato. A esterilização sob o ponto de vista eugênico. In: **O Brasil Médico – Revista Semanal de Medicina e Cirurgia**. Rio de Janeiro: Policlínica Geral do Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1921. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

A ideia de que os indivíduos pudessem ter plenos direitos de escolha não funcionava num país de degenerados, na opinião de Kehl:

Fala-se, escreve-se, proclama-se e se glosa, a todo pretexto ou sem qualquer pretexto as virtudes da soberania popular, da atenção e da compreensão mútuas e outras finalidades abstratas, sem levar na devida conta a capacidade de compreensão de deveres e de direitos, o respeito das normas ditadas pela lei da reciprocidade e o intento superior da harmonia social, só atingíveis em meios constituídos por percentagens consideráveis de indivíduos-personalidades dotadas de saúde e de inteligência para seguir os postulados democráticos de viver bem, deixando também que os outros vivam. Como é possível tal objetivo num mundo de mentiras convencionais, de tabus políticos e místicos, num mundo pejado de tarados associais, em suma, de oligofrênicos, de recalçados, neste agregado humano tão mal misturado e tão confuso?¹⁸²

Para o autor, somente uma democracia mal interpretada poderia ser “hostil por instinto e por natureza” a tudo que se assemelhasse com uma elite.

[...] a falsa democracia crê que a igualdade, necessária e justa na ordem dos direitos, é em toda a parte a única lei; ignora que a natureza inteira progride pelo desenvolvimento da superioridade, pela marcha para a frente dos melhores, não somente no sentido da força, como no reino animal, mas ainda sob o ponto de vista da inteligência e, sobretudo, da moral. Os indivíduos que formam o corpo nacional, iguais em direitos, não são mais iguais, em função e em importância, do que as células que formam o corpo humano. É preciso, pois, não querer nivelar tudo sob o pretexto de falsa igualdade. O paradoxo é o mesmo se dissermos: “só há no corpo humano células e todas são iguais cisto em todas encontrarmos o carbono, o hidrogênio e o [ilegível]. No entanto, responde Laffitte: se [ilegível] me tirar uma onça de carne do braço ou da perna, continuarei eu mesmo; se ele tirar do coração ou do cérebro, deixarei de existir”. “Uma democracia bem compreendida, longe de excluir as superioridades naturais, ao contrário, deve procurar favorecê-las.

Dentro desse critério, ou pelo menos, à margem dele, preconizo a formação, não de uma elite privilegiada, mas de várias elites, como tenho procurado evidenciar, ao propugnar pela de todas as classes e a constituição, no seio delas, de núcleos de escol.

“Se a força de uma nação”, segundo o pensador e médico Le Bon, “não se mede pelo número de habitantes, mas pelo valor de suas elites”, cabe aos adeptos de uma política de alto senso adotar o critério fundamental da política de base ou política eugênica, da imperiosa necessidade de concorrer para a formação desses núcleos, dos quais saem os orientadores, os criadores, as

¹⁸² KEHL, Renato. Eugeniização Nacional – Filosofia e política de base. **Jornal do Comércio**. Recorte de Jornal. Sem data. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz. Embora não conste a data no recorte, é possível crer que o texto tenha sido publicado por volta de 1948, uma vez que o autor menciona terem decorrido trinta anos após a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo, criada em 1918. O texto, publicado no Jornal do Comércio, tinha sido apresentado na conferência realizada por Renato Kehl na Biblioteca Municipal de São Paulo.

forças vivas da renovação e da consolidação dos resultados obtidos “em cada classe” e, por conseguinte, em toda a coletividade.

Do mesmo consagrado autor acima citado é a frase: “o povo é o grande reservatório de energia de um país, mas esta energia não é utilizável senão quando canalizada por uma elite”, ao que acrescento, retificando: senão quando canalizada por diversas elites, em íntima colaboração, cada qual no seu setor, ligadas por um espírito superior de comunhão idealística e, concomitantemente, realística.

Se a sociedade, conglomerado de forças diversas, muitas vezes antagônicas, requer para a sua subsistência e progresso a cultura e a boa compreensão, incentivemo-las sob o signo da política da boa geração, única apta a multiplicar o número de indivíduos capacitados para manter a harmonia progressista, que a todos beneficia¹⁸³.

Seria essa elite, cujos caracteres superiores de mentalidade e temperamento a tornavam apta para a função, que deveria dirigir o país. No entanto, mesmo esses elementos de elite deveriam ser escolhidos com cuidado, e obedecendo uma série de critérios. Assim, sua seleção não podia ficar a cargo da população, pois, na concepção dos intelectuais aqui analisados, a República havia produzido inúmeros exemplos de como isso poderia produzir resultados desastrosos. Era preciso, pois, adotar um novo critério para a escolha dos governantes, de forma que a massa incivilizada, mestiça e analfabeta fosse excluída do processo decisório. Somente assim o país teria chance de ser representado por uma classe política apta, educada e capaz de perceber os problemas reais da nação e ciente da necessidade de se realizar uma ampla reforma legal, institucional e política.

¹⁸³ KEHL, Renato. Eugeniação Nacional – Filosofia e política de base. **Jornal do Comércio**. Recorte de Jornal. Sem data. Fundo Pessoal Renato Kehl, COC/Fiocruz.

CAPÍTULO 3 - EM BUSCA DE UMA NAÇÃO MODERNA: AUTORITARISMO E EUGENIA COMO SOLUÇÃO PARA O PROBLEMA DO ATRASO

Há um aparelho de limpar os tubos das caldeiras por onde passa a chama vinda da fornalha. Esses tubos, com o tempo, vão se encrostando de resíduos carbônicos e acabam por se obstruírem. É necessário a espaços proceder-se uma limpeza. Embora o uso das máquinas de vapor já seja bem velho, só recentemente se inventou um meio prático de desencrostá-las: o martelo trepidante. Ford me dá a sensação desse instrumento. É o martelo trepidante que nos desencrosta os tubos do cérebro, obstruídos pela fuligem das ideias falsas. [...]. É, pois, o melhor tipo atual do idealista orgânico. Sonha, mas sonha a realidade de amanhã. A desaglomeração da indústria urbana, por exemplo, a estandarização de todos os produtos, a indústria posta na base de uma associação de três sócios – trempe que abrange todas as classes sociais, a simplificação da vida pela eliminação dos milhares de coisas inúteis que consomem tanto material e energia, tudo isso vi realizado no futuro e, no meu entender, com ponto de partida no idealismo pragmático de Henry Ford. (LOBATO, 2009, p. 89-90)

À medida que os intelectuais brasileiros foram formulando seus diagnósticos sobre o atraso e a desorganização que se tinha instalado no país devido à adoção de ideias alheias à nossa realidade, surgia a necessidade de apontar caminhos para a superação dessa condição, de forma a construir um futuro mais próspero, no qual o Brasil alcançasse estágios superiores de civilização, riqueza, organização, cultura e poder.

Tornava-se fundamental, portanto, a intervenção imediata, de forma a corrigir os rumos do país antes que a situação se agravasse. Era preciso que esse processo fosse dirigido por aqueles que, dotados de um idealismo orgânico¹ fundado na experiência e no conhecimento da realidade, fossem capazes de reconhecer as características distintas e próprias da sociedade brasileira. A política das oligarquias e dos clãs, de acordo com Penna, Kehl, Vianna e Amaral, era incapaz de estabelecer diretrizes para a sociedade, uma vez que atuavam apenas com base em interesses próprios. A maneira como essas elites políticas haviam conduzido o país durante o período republicano respondia pelas

¹ VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 11-13.

mazelas que assolavam a nação. Criticavam principalmente seu despreparo, irresponsabilidade e corrupção, bem como sua inabilidade para governar².

Para uma parcela importante da intelectualidade brasileira, a modernização e a reforma do Estado deveriam ser conduzidas por meio da ciência e da *expertise* técnica. Afinal, acreditavam que somente uma política cientificamente orientada, isenta de interesses, seria capaz de expressar integralmente os ideais nacionais.

O intelectual se apresentava como a figura ideal para coordenar esse processo de reconstrução nacional. A posse de um saber científico, reconhecido e valorizado por amplos setores da sociedade, conferia a legitimidade necessária para que estes pudessem influir nos rumos a serem tomados pela nação. Formulam, assim, uma teorização da política como competência: a arte de governar estava ligada, quase que obrigatoriamente, ao conhecimento fornecido pela ciência. Dessa maneira, proclamava-se a semelhança entre o ofício intelectual e o de governante. Essa foi uma forma de certos indivíduos declararem diretamente sua candidatura a postos de direção política³.

Muitos autores da época, e isso inclui aqueles que são o foco desta tese, expressaram sua vontade de colocar suas ideias e seus escritos a serviço da nação, fazendo destes um instrumento de mudança social e política. Compartilhavam, assim, as ambições das gerações intelectuais do início do século, ou seja, apagar as fronteiras tradicionais que havia entre os chamados homens de letras e os homens de *sciencia* e o homem de ação. Dessa forma, ao proclamarem sua competência mediante assuntos de interesse nacional, tomaram como ponto de concordância que a sua missão era, antes de tudo, política.

Apesar de enxergarem a si mesmos como “porta vozes da nação”, advogaram, sobretudo, em causa própria, não pretendendo falar em nome de nenhuma classe social determinada. Sua pretensão era afirmar a legitimidade de seu papel como elite dirigente, defendendo a ideia de que o progresso só seria alcançado por meio de uma mudança vinda “de cima”, de forma a dar forma a sociedade. Para isso, muitos rejeitaram o modelo de democracia representativa, alegando que a população, em sua maioria ignorante,

² SANTOS, Ricardo Augusto. **Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do Eugenismo em Renato Kehl (1917-37)**. Niterói: UFF, 2008. 257f. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 41-42.

³ PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: Entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990, p. 31.

analfabeta e suscetível aos interesses dos chefes de clã, não teria condições de seguir o caminho apropriado para a implantação de um projeto de organização nacional, nem de adquirir, por si só, uma consciência nacional.

As afirmações sobre a maior competência dos intelectuais para lidar com questões relacionadas à política também eram uma constante. A posse de saberes relativos à dinâmica das massas cegas, a possibilidade de trazer à tona uma cultura nacional que se encontrava latente e a percepção de que o Brasil precisava de instituições políticas orgânicas e adaptadas à nossa realidade, e sua capacidade de utilizar esses conhecimentos com eficácia, era vista como algo que os tornava-os aptos à tarefa de (re)organização nacional. Não seria truísmo, portanto, afirmar que seu conhecimento sobre questões sociais, culturais e políticas conferiam as qualificações necessárias para o seu acesso à posição de elite dirigente do país, pois, de acordo com Pécaut, estes estariam no “próprio princípio de hierarquização social, como também da fixação dos objetivos políticos necessários para que a sociedade tomasse corpo”⁴.

Além do argumento de que possuíam de conhecimento e de uma visão analítica capaz de demonstrar a verdadeira natureza dos problemas brasileiros, alguns ainda recorreram a explicações oriundas de áreas do que hoje conhecemos como biologia e antropologia para afirmar sua capacidade inata para liderança. Autores como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Renato Kehl, conclamavam que a superioridade mental e psicológica de alguns indivíduos, encontrados entre as “elites das letras, das artes, das ciências, da grande indústria, da grande propriedade e do alto comércio”⁵, mais do que nas “classes políticas” e muito raramente nas classes médias e inferiores, tornava-os mais aptos ao exercício das funções elevadas que eram exigidas para que se determinassem os rumos que o país deveria tomar. Embora nem todos intelectuais do período concordassem com tais visões, ou pelo menos não fossem tão explícitos, poucos foram os que, segundo Pécaut, “não aderiram a uma visão da seleção natural das capacidades, que justifica o direito de uma minoria impor a sua lei à maioria”⁶.

⁴ PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: Entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990, p. 40.

⁵ VIANNA, Oliveira. O eugenismo das elites (fragmento de capítulo). In: **BOLETIM de Eugenia**. Ano III, n.29, maio de 1931, p. 2.

⁶ PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: Entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990, p. 36.

Proclamada a superioridade de sua capacidade de apontar a direção a ser seguida pela nação brasileira, os intelectuais passaram a apresentar para a sociedade uma série de propostas com o intuito de estabelecer uma “nova ordem”, conforme apontou Beired, que levaria a humanidade a uma outra fase de civilização. Em comum, estava a ideia de que o Estado seria um espaço privilegiado de mudanças⁷. Seria também, a partir dele, que a possibilidade de criar um povo e forjar uma nação se realizaria, uma vez que, no Brasil, não havia nem povo organizado politicamente, muito menos instituições capazes de orientá-lo e conduzi-lo.

As interpretações dos quatro autores que analisamos privilegiavam a organização e a ação do Estado, conferindo-lhe um caráter que se baseava no pressuposto de uma sociedade de organização frágil e de uma população culturalmente e politicamente despreparada para exercer um papel ativo nos negócios públicos e na determinação do futuro nacional⁸. Podemos dizer, tal qual apontou Octávio Ianni, que a agenda de reformas proposta por esses intelectuais se insere dentro de um projeto de “modernização conservadora”, que se impõe, pelo alto, à sociedade como um todo, em seus grupos e classes, instituições e formas de organização⁹. A nova ordem política deveria promover a organização política e unidade nacional, através da supressão não só da participação popular e mas também do federalismo. Esse novo modelo atenderia às características históricas, raciais e psicológicas da nossa população, suprimindo as forças que, como vimos anteriormente, levavam o país à desorganização e ao atraso.

Além disso, seria através dessa remodelação político-institucional que os projetos de eugeniização, saneamento e educação higiênica atingiriam seu potencial pleno. Embora sua implementação fosse possível dentro de um Estado liberal, Belisário Penna e Renato Kehl sublinhavam que este modelo apresentava empecilhos importantes, que prejudicavam a eficiência ou mesmo a promulgação de leis eugênicas e de reformas sanitárias mais amplas. Programas nacionais esbarravam no federalismo, que prejudicava sua continuidade e alcance; o mesmo podia ser dito com relação à alternância de partidos

⁷ BEIRED, José Luis Bendicho. **Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina**. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 103.

⁸ SANTOS, Ricardo Augusto. **Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do Eugenismo em Renato Kehl (1917-37)**. Niterói: UFF, 2008. 257f. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 35.

⁹ IANNI, Octávio. Estilos de Pensamento. In: BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartim de (Orgs.). **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Editora Unicamp, 1993, p. 434.

e facções no poder garantidos pelo sistema representativo. A defesa das liberdades individuais proposta pelo liberalismo impedia que medidas compulsórias fossem aplicadas. Assim, a segregação e o isolamento de portadores de doenças infecciosas, como a lepra, ou de doentes psiquiátricos eram impedidas com base nesse princípio. Para muitos eugenistas, Penna e Kehl inclusos, os ideais de melhoramento da população e a eliminação de cacoplastas e doentes exigiam o sacrifício individual em prol do bem da nação. Como fazê-lo dentro de um Estado que tem o liberalismo como princípio? O povo brasileiro era por demais inculto para se submeter voluntariamente a essas medidas, e o alcance da educação limitado demais para que, num futuro próximo, as pessoas fossem instruídas a optar por seguir as diretrizes propostas pela Eugenia e pela Higiene. Dessa forma, caberia ao Estado coordenar e decidir quem deveria ser submetido à internações em instituições, à esterilizações, ou mesmo ter sua entrada no país recusada.

Por isso, para os autores analisados – talvez com exceção de Renato Kehl, uma vez que sua posição sobre o assunto não é clara – era preciso, antes de tudo, uma reforma político-institucional. O Estado passa a ser visto, assim, como um espaço privilegiado, de onde partiriam as mudanças necessárias para retirar o país do atraso e organizar a sociedade brasileira. No entanto, era preciso que essa remodelação político-institucional viesse acompanhada da implementação de leis eugênicas. Como iremos ver adiante, ambos projetos aparecem entrelaçados na proposta de modernizar a nação. Isso porque, dados os diagnósticos apresentados pelos quatro autores, somente uma mudança conjunta, que resolvesse simultaneamente os problemas relativos à desorganização da sociedade, à má qualidade das elites e à inferioridade do tipo brasileiro poderia impulsionar mudanças efetivas na nação brasileira. Sua dissociação implicaria em severas limitações no plano de melhoria do país, pois não removeria todos os obstáculos que impediam o progresso do Brasil.

A nova face do Estado brasileiro seria, para autores como Oliveira Vianna, Renato Kehl¹⁰, Azevedo Amaral e Belisário Penna¹¹, autoritária, corporativa,

¹⁰ Diferente dos outros intelectuais, Kehl não chegou a assumir uma posição mais enfática sobre o projeto de Estado que defendia. No entanto, a partir de algumas indicações presentes em seus textos, é possível afirmar que o eugenista apresentava um repúdio ao modelo liberal-democrático, e suas posições apontavam uma certa simpatia por um tipo de estado mais forte, interventor e que reservasse um lugar para intelectuais e cientistas, de forma que esses pudessem auxiliar e aconselhar os governantes sobre questões vitais, como àquelas relativas à saúde, à raça e à melhoria eugênica da população nacional.

¹¹ É importante apontar que Belisário Penna mudaria de ideia sobre a questão do autoritarismo a partir de 1930, quando rompe com o Governo Vargas e se filia ao Integralismo. No entanto, continuaria defendendo

intervencionista e nacionalista. Na sua visão, somente através desse modelo seria possível erradicar os males do passado e controlar, de maneira adequada, os processos sociais de mudança. Justificavam, assim, a hipertrofia do poder executivo, na qual o Estado assumiria a função de arbitrar e coordenar as atividades nacionais, ampliando sua esfera de influência e recursos de poder. A partir dessa ampliação da autoridade estatal, o Estado passaria a exercer funções qualitativamente novas: políticas, econômicas, sociais, educacionais, entre outras¹².

Devido a essa concepção de que a reforma deveria começar pelo Estado, iniciaremos as discussões deste capítulo por esse ponto, e não pelas questões relativas à melhoria racial e eugênica da população, como no capítulo anterior. Para fins analíticos, as discussões envolvendo a nova arquitetura político institucional idealizada por Kehl, Penna, Vianna e Amaral precedem o debate sobre as elites que deveriam dirigir o novo regime. É um tanto complicado, na obra dos autores, entender qual mudança ocorreria primeiro: a ascensão de uma nova elite, e a partir dela a implementação de um Estado autoritário, ou o contrário.

Se partirmos da análise dos autores, que acreditavam que o sistema representativo da liberal-democracia dificultava a entrada de elementos que não fossem parte do jogo partidário e de grupos ligados às classes políticas já estabelecidas, como esperar que elites mais preparadas ingressassem na vida política e iniciassem as reformas necessárias para implantar um estado autoritário e corporativista? A mudança certamente não poderia, de acordo com sua concepção, partir das elites liberais, uma vez que estas, por sua falta de idealismo orgânico eram incapazes de perceber a realidade e os problemas nacionais, e assim formular um programa que se adequasse às nossas peculiaridades.

Se, no entender desses intelectuais, o Estado, em sua forma autoritária e corporativista, seria responsável por selecionar elites dirigentes mais preparadas para assumir a condução da nação, quem então abriria o caminho para que esse modelo fosse estabelecido? Difícil saber quem modifica quem: o Estado reforma as elites, ou as elites reformam o Estado?

os mesmos ideais de mudança, embora acreditasse, a partir daí, que a forma mais adequada de alcançar estes objetivos se daria através de um Estado integral, ao invés de autoritário.

¹² BEIRED, José Luis Bendicho. **Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina**. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 105-109.

Preferimos, assim, por fins analíticos, iniciar nossa análise pela questão estatal e logo após debatermos sobre os estratos que ocupariam os cargos de direção na nova ordem estabelecida, dada a imprecisão dos autores sobre o assunto.

3.1 – Estabelecendo novos alicerces para a nação: uma busca por uma nova arquitetura político-institucional.

Descontentes com o liberalismo, implantado durante a República, com o artificialismo das elites dirigentes, e apresentando uma grande hostilidade à democracia, a política de partidos e ao federalismo, os intelectuais apostaram num modelo político que buscasse reverter o atraso e sanar os problemas nacionais, ampliando a esfera de poder estatal e centralizando a administração, de forma a imprimir uma direção política ao país, organizando a sociedade, melhorando a qualidade do povo e unificando a nação.

Convictos da ideia de que era necessário promover a organização e a unidade nacionais por meio da consolidação de um poder central e de um Estado nacional, o autoritarismo era visto como uma solução salvadora, capaz de superar o estado de desordem e garantir a adoção de políticas civilizatórias que levassem o país a estágios mais elevados de civilização e progresso. Conforme aponta Luiz Guilherme Piva, nos círculos intelectuais brasileiros dos anos de 1920 e 1930, a defesa de um projeto de centralização girava em torno dos seguintes elementos: no campo estritamente político, a centralidade era vista como uma necessidade de substituir as elites dirigentes, alterando profundamente os sistemas de eleição e representação, de forma a proporcionar a extração de quadros capazes de implementar as políticas que esses intelectuais consideravam como sendo mais adequadas. No campo sociocultural, lamentavam a ignorância, o analfabetismo, a falta de cultura, a barbárie, os problemas raciais e falta de eugenia da população, majoritariamente mestiça e doente; condenavam também o beletismo infrutífero e a “cultura de polainas” de segmentos das elites. Em ambos os casos, requeria-se o que Piva classificou como *tour de force* educador para que a nação conquistasse novos patamares de desenvolvimento. Somado à medidas educacionais, que no caso da

população teria o papel de conscientizá-la sobre a necessidade da adoção de medidas de higiene e de eugenia, e no caso das elites fornecer uma maior clareza sobre os problemas e a realidade nacional, tal qual o martelo trepidante, cuja função era desencrostar “os tubos do cérebro, obstruídos pela fuligem das ideias falsas”¹³. No campo econômico, trata-se da “longa e traumática trajetória da sustentação do café e das divisas e seu posterior declínio, com a crescente diversificação produtiva e a expansão industrial algo titubeante nos anos 30”¹⁴. Embora apenas Azevedo Amaral e Belisário Penna – o primeiro mais que o segundo – tenham levado em conta o aspecto da modernização sob o ponto de vista econômico, podemos considerar que todos os outros aspectos citados por Piva estiveram dentro do projeto de reforma idealizado pelos autores aqui analisados. Para eles, seriam essas transformações que assegurariam um futuro melhor e mais próspero para o Brasil, ainda que os obstáculos a serem transpostos fossem bastante complicados.

A agenda modernizadora desses intelectuais tinha como um de seus pontos centrais a organização nacional, de forma a transpor e corrigir as falhas adquiridas ao longo de nossa formação nacional e potencializar nossas características positivas, moldando o povo e a nação de uma maneira que a grandeza futura do país pudesse estar assegurada. Essa obra de organização nacional se faria por meio do estabelecimento de um poder central forte, capaz de coordenar e remodelar a sociedade e as instituições para que estas se adaptem de maneira orgânica, seguindo as peculiaridades e se ajustando a nossa realidade.

Oliveira Vianna, por exemplo, já em suas primeiras obras, apontava nessa direção. Em *Populações Meridionais* o autor argumentava que somente pela instituição de um “Estado centralizado, com um governo nacional poderoso, dominador, unitário, incontestável” o Brasil seria capaz de realizar, em sua plenitude, a consolidação da nacionalidade e a organização de sua ordem legal. Dessa forma, seria possível estruturar o nosso agregado nacional, dando-lhe “massa, forma, fibra, nervo, ossatura, caráter”¹⁵.

¹³ LOBATO, Monteiro. **O Presidente Negro**. São Paulo: Globo, 2009, p. 89-90.

¹⁴ PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrilhadores e Semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)**. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 64-65.

¹⁵ VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil: Primeiro Volume – Populações Rurais do Centro Sul (paulistas, fluminenses, mineiros)**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1952, p. 429.

De acordo com sua análise da realidade brasileira, acreditava ser essa a solução racional e orgânica, na qual estavam refletidas todas as necessidades da nação.

Vianna também acreditava que a reestruturação institucional, juntamente com a supressão dos poderes locais por meio da centralização do poder estatal, seria um passo fundamental para neutralizar a ação nociva dos clãs oligárquicos. Através de sua supressão, seria possível criar condições para o desenvolvimento da solidariedade social. Isso porque, para o sociólogo fluminense, o latifúndio e os grandes oligarcas rurais haviam suprimido de tal forma qualquer outro tipo de associação entre a população que não fosse a do clã, que outros tipos de solidariedade social e política não haviam florescido em nosso país. Partidos, seitas, corporações, sindicatos, comunas... nenhuma dessas entidades encontrava sentido em nossa cultura, sendo, de acordo com Oliveira Vianna, vistas pelos brasileiros apenas como “meras entidades artificiais e exógenas, ou simples aspirações doutrinárias, sem realidade efetiva na psicologia subconsciente do povo”¹⁶.

Sendo esses laços, de acordo com o autor, fundamentais para preparar a sociedade para a organização da autoridade pública, para a consolidação de um aparelho governamental efetivo, bem como para a instituição de um órgão de defesa comum da população, com o encargo supremo de zelar pela segurança coletiva, tornava-se imprescindível que o Estado o fizesse, dada a impossibilidade da própria sociedade em criá-los.

Oliveira Vianna via no corporativismo a possibilidade de restaurar a unidade do corpo social e organizá-la em categorias – ou partes funcionais – não competitivas e integradas a um todo solidário, extirpando confrontos de natureza política ou de classe e favorecendo, em seu lugar, a instauração de relações sociais solidárias. O Estado exerceria um papel tutelar, capaz de impor a melhor direção a ser seguida, ao mesmo tempo que trabalhava para coibir os mais variados interesses particularistas¹⁷.

A restrição dos poderes do Parlamento seria uma das formas de afastar os clãs que haviam se instalado dentro das instituições estatais após a falência da estrutura agrícola

¹⁶ VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil: Primeiro Volume – Populações Rurais do Centro Sul (paulistas, fluminenses, mineiros)**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1952, p. 362.

¹⁷ BEIRED, José Luis Bendicho. **Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina**. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 104.

causada pela abolição. Essa aristocracia, deslocada “da sua grande indústria da terra”, acabou por buscar na “indústria do emprego público” uma nova base econômica como forma de substituir a antiga. A multiplicação de cargos públicos se deu, de acordo com Vianna, durante o regime republicano que, pelo seu caráter democrático e seu espírito descentralizador e federativo, multiplicou prodigiosamente na União, nos Estados e nos Municípios, os cargos administrativos e representativos, que passaram a ser preenchidos pelos “desplantados da Abolição”, que passaram a fazer “do emprego público o polo de todas as suas aspirações”¹⁸.

Outra forma seria a abolição dos partidos políticos. Estes, na visão do autor, caracterizados pelo seu gregarismo e personalismo, não eram mais que meras transmutações dos velhos clãs rurais, que passaram a se organizar como partidos a partir do regime constitucional de 1822. Não representavam, portanto, o interesse público, continuando a agir, como os seus sucessores, em prol de interesses privados e com o fim exclusivo de explorar o País.

Azevedo Amaral seguia na mesma linha, afirmando que o sistema de representação direta fazia com que o Estado fosse um instrumento de poder a ser capturado pelo partido vencedor das eleições. Assim, dentro do modelo liberal-democrático, a Nação jamais se identificava com o Estado. Para ele, os partidos políticos eram elementos perturbadores da vida nacional, cuja superfluidade era evidente. Sua existência era, ao seu ver, incompatível “com a marcha normal da vida da nacionalidade”¹⁹.

Belisário Penna também criticava os partidos políticos, que via como “simples parasitas da nação”, que se juntavam sob “uma infinidade de rótulos sem significação alguma [...], que se fazem e desfazem, se cindem e se recompõe, se conchavam e se desconchavam, se misturam e se separam, mudando de rótulo ao sabor das conveniências ocasionais”. Esse tipo de política, que via como uma espécie de vírus a infectar a nação, havia trazido caos, resultando num “labirinto de confusão, de hipocrisia, de mistificação, de embuste, de fraude, de falsidade, de traição e de venalidade”, que havia transformado

¹⁸ VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 88-89.

¹⁹ AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Disponível em: <<http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/bitstream/123456789/118/1/AMARAL,%20A%20O%20estado%20autorit%C3%A1rio.pdf>>. Página 199-200.

o país num “mercado de consciências e um balcão de interesses inconfessáveis, individuais e de grupos, grupinhos e grupetes regionais e municipais”, conhecidos vulgarmente como partidos²⁰. O Brasil, mesmo doente, havia produzido a partir de suas reservas vitais uma anti-toxina capaz de combater a infecção causada pela politicalha. Disso teriam resultado as obras de Alberto Torres, Oliveira Vianna, Oswaldo Cruz, Euclides da Cunha, Jackson de Figueiredo - entre outros - que, na concepção de Penna, teriam dado início a uma ampla campanha de saneamento moral, intelectual e político, responsável por restaurar a vitalidade orgânica da nação.

O remédio proposto por Vianna, e da qual se referia Penna, era inspirado na proposição de Alberto Torres de uma revisão constitucional capaz de estabelecer novas bases para Estado brasileiro, mais reais e orgânicas. A ênfase que o sociólogo fluminense dá na mudança do sistema representativo e na limitação de poder dos clãs rurais e partidos políticos se dá exatamente porque acreditava que qualquer reforma política ou constitucional que não levasse em consideração a ação nociva do espírito de clã “como um fator de perturbação no funcionamento de qualquer mecanismo político, terá construído um sistema fatalmente condenado a ser desvirtuado ou, mesmo, a fracassar”²¹. Daí a necessidade de solucionar esse problema ser fundamental para a elaboração de uma reforma fundada em bases realísticas e “dignas de serem defendidas propagadas por uma geração de homens de cultura positiva”²². Qualquer tentativa de ignorar esse fato tenderia a cair no “quixotismo” ou no idealismo irreal e utópico.

O primeiro passo apontado por Vianna a ser tomado na reformulação das instituições seria o estabelecimento de um Poder Executivo forte e, “ao lado dele e contra ele um Poder Judiciário ainda mais forte”²³. Este último deveria ser um órgão exclusivamente federal e ser investido de força e autonomia amplas, de forma que estas pudessem ser “estendidas até ao máximo das suas possibilidades”²⁴. Caso isso não fosse possível, apresentava como alternativa a criação de um quarto poder, à semelhança do

²⁰ PENNA, Belisário. **S. Paulo e o brasilismo**. Sem data. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

²¹ VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 69.

²² VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 72.

²³ VIANNA, Oliveira. **Problemas de Política Objetiva** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947, p. 40.

²⁴ VIANNA, Oliveira. **Problemas de Política Objetiva** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947, p. 54.

antigo Poder Moderador, de caráter vitalício e imbuído de um tipo de direito de iniciativa que faltaria ao Judiciário.

A criação desses “centros de força”, deveria ser livre de qualquer atinência ou dependência com os grupos partidários e organizado de tal maneira que “pudesse agir direta e espontaneamente, e com eficiência imediata quando se fizesse preciso, sobre os grupos, as facções, os clãs, neutralizando-lhes a influência e a nocividade na vida administrativa do país”²⁵.

Vianna tomava como orientação o projeto de reforma delineado por Alberto Torres nas obras *A organização nacional* e *O problema nacional brasileiro*, publicada em 1914 e 1912, respectivamente. Cinco seriam seus pontos capitais:

1º — O mandato do Presidente, que amplia para oito anos (e que seria melhor ampliasse para dez);

2º — A eleição do Presidente, que passa a ser feita por um corpo selecionado de eleitores;

3º — O Senado, cuja composição altera profundamente, introduzindo nele os representantes das diversas classes e das diversas correntes da opinião, eleitos pelo critério corporativo, ou de classe;

4º — O art. 6º, cujas dubiedades deslinda numa série de parágrafos explicativos e cujos limites amplia num sentido favorável ao Poder Federal ou à União;

5º — O Poder Coordenador - peça nova que ele ajusta ao nosso aparelho constitucional e que, pensa ele, o completa²⁶.

Azevedo Amaral também acreditava que era preciso reconstruir as colunas mestras da estrutura constitucional brasileira, de forma a articular a nova ordem política com a “corrente histórica das tradições brasileiras”. Semelhante a Vianna e Alberto Torres, propunha a eliminação do sistema de representação direta, que repudia de maneira veemente em seus escritos, referindo-se de maneira pejorativa a esse sistema como “sufrágio promíscuo”. Para esses autores, o sufrágio universal não deveria ser tomado

²⁵ VIANNA, Oliveira. **Problemas de Política Objetiva** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947, p. 54.

²⁶ VIANNA, Oliveira. **Problemas de Política Objetiva** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947, p. 63.

como uma direção governamental ou mesmo um mandato imperativo ao representante escolhido para ocupar o poder. Bem pelo contrário. Era exatamente o governante que teria o dever elementar de imprimir à massa social a direção mais racional e mais sábia, e não o inverso. Dizia Torres:

É erro imputar aos povos, na crítica dos acontecimentos sociais, a responsabilidade dos desvios da evolução e esperar deles a iniciativa de reformas e movimentos reparadores. O corpo alimenta; não inspira nem dirige o cérebro. Só há um fator, uma força, um instrumento, um órgão, uma vontade, uma inteligência, com a função de promover a ação nacional, de manter a vida do país, no que o interessa em conjunto e permanentemente: é o aparelho político-administrativo, com seus vários órgãos. A nação a quem falta este órgão está condenada a dissolver-se, a desagregar-se, a ser conquistada, se o movimento é propício ao surto de outro povo mais forte, mais bem governado²⁷.

Sob a perspectiva desses intelectuais, dada a ignorância do eleitorado e a falta de opinião pública organizada, bem como de discernimento e prerrogativas cívicas; o sufrágio universal deveria ser substituído por um sistema de voto selecionado, restrito e corporativo. Consideravam que o governo deveria ser escolhido por uma elite, já que, para Vianna, “o governo é uma função de elite e das elites; cabe, portanto, às elites elegerem os agentes supremos do governo”²⁸.

Amaral atribuía a uma minoria de indivíduos superiores o papel de dirigentes. No entanto, para que pudessem atuar, era necessário que se emancipassem da contingência de precisar do apoio e da colaboração das grandes massas. Não era à toa que Amaral atribuía a condução das Revoluções – fator essencial na destruição de organizações sociais e políticas obsoletas - a uma minoria dotada de inteligência e vontade de domínio. Era um erro, pois, para o autor, supor que o conceito de revolução tivesse que ser associado de maneira indissolúvel à ideia da “expansão de poder das multidões em detrimento do predomínio das minorias superiores”²⁹.

²⁷ TORRES, Alberto apud LIMA, Augusto Sabóia. **Alberto Torres e sua obra**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 170.

²⁸ VIANNA, Oliveira. **Problemas de Política Objetiva** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947, p. 252.

²⁹ AMARAL, Azevedo. **O Brasil na crise atual**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 63.

3.1.2 - O corporativismo como projeto.

A ideia de um novo Brasil, reorganizado e livre da influência de ideologias estrangeiras utópicas e de dirigentes que não contemplavam os problemas reais do país, respondendo apenas à interesses pessoais e não da coletividade, estava no horizonte dos intelectuais que aqui analisamos. Fica bem claro aqui qual Brasil que eles não queriam: atrasado, desorganizado, disgênico. Essas características, constantemente rejeitadas, precisavam ser revertidas. Afinal, como diria Penna, eram elas que infectavam o organismo nacional, deixando-o enfermo. O liberalismo, o espírito de clã, o sistema de representação democrática, a politicalha, o federalismo, tudo isso atuava tal qual um patógeno que atingia o corpo social, impedindo-o de reagir. Somente a ação de uma antitoxina seria capaz de dar chances do país melhorar. Para autores como Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, o corporativismo seria esse “antissoro”, capaz de imunizar o Brasil e fortalecê-lo, propiciando sua melhoria e, conseqüentemente, sua modernização e seu progresso.

Esse ambicioso projeto de mudança esteve presente, de diferentes formas, dentro da concepção de inúmeros intelectuais brasileiro, fossem eles ligados à direita católica, ao integralismo ou mesmo à defesa do autoritarismo. De acordo com Ângela de Castro Gomes, é dentro do Estado Novo que ele vai ser implementado de forma mais incisiva, materializando-se na montagem de um modelo de organização da sociedade e do Estado por meio das associações profissionais³⁰.

O corporativismo apresentava-se como uma alternativa não só ao liberalismo, como ao sistema democrático. Primeiro porque estabelecia um sistema de representação anti-individualista, na qual o poder de decidir quem seriam os representantes recairia sobre os conselhos técnicos, formados por delegados eleitos pelos diferentes sindicatos profissionais, devidamente registrados no Ministério do Trabalho³¹. A participação das

³⁰ GOMES, Ângela de Castro. Oliveira Vianna: o Brasil do insolidarismo ao corporativismo. In: LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos Palomares (Orgs.). **Os intelectuais do antiliberalismo: Projetos e políticas para outras modernidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 221.

³¹ PINTO, Antônio Costa; MARTINHO, Francisco Palomanes. **A onda corporativa: Corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

decisões passa a ser, portanto, coletiva, na qual os indivíduos, enquanto membro das corporações, representariam a vontade de um grupo unido pela consciência de um interesse profissional comum. De acordo com Vianna:

Esta participação coletiva é a pedra de toque de uma verdadeira organização democrática. Uma democracia só é realmente digna deste nome quando repousa, não na atividade dos seus cidadãos, *agindo como tais*, isto é, como *indivíduos*; mas na atividade dos seus cidadãos *agindo como membro* desta ou daquela corporação, como parcelas de *um dado agrupamento*, unidos pela consciência de um interesse comum, — de classe³².

Tanto Vianna quanto Amaral almejavam um regime que oferecesse liberdades civis sem liberdade política, pois entendiam que as primeiras eram muito mais importantes que a segunda³³. O contrário, no entanto, não era aceitável, conforme podemos ver nesse trecho de *Problemas de Política Objetiva*:

Ora, a verdade é que é possível existir um regime de perfeita liberdade civil sem que o povo tenha a menor parcela de liberdade política: e o governo do "bom tirano" é uma prova disto. Mas seria pueril conceber a existência de um regime de liberdade política sem a condição preliminar da liberdade civil³⁴.

Amaral criticava os extremos com relação à questão de liberdade tal qual eram tratadas nos regimes liberais e totalitários. Enquanto no primeiro o indivíduo tem liberdade em excesso, assumindo assim função primacial na ordem social, no segundo ele não tem "liberdade alguma", pois a única entidade livre é o próprio Estado. O ideal seria uma "combinação harmoniosa" entre os postulados individualistas, defendidos pelos liberais, e o "reconhecimento da ideia coletivista da ascendência necessária do interesse social", posto pelos regimes totalitários. Para Amaral, o Estado Novo, ao afastar-se

³² VIANNA, Oliveira. **Problemas de Política Objetiva** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947, p. 138.

³³ BEIRED, José Luis Bendicho. **Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina**. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 168.

³⁴ VIANNA, Oliveira. **Problemas de Política Objetiva** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947, p. 88.

radicalmente tanto do “conceito totalitarista como da ideologia liberal-democrática”, havia alcançado essa síntese:

O Estado Novo [...] diverge do primeiro [totalitarismo] pelo acatamento que consagra à posição do indivíduo como elemento irreduzível na organização social e opõe-se à segunda pelo reconhecimento da supremacia do interesse coletivo sobre as conveniências dos componentes individuais da Nação. **Assim, o Estado brasileiro é, ao mesmo tempo, individualista e coletivista**³⁵.

A liberdade individual, na concepção de Azevedo Amaral, teria “forçosamente de coincidir com a capacidade de exprimir a sincronização do indivíduo com o ritmo de vontade coletiva e com os interesses nacionais”³⁶. A manutenção dessa harmonia entre individualismo e coletivismo seria fundamental, ao seu ver, para a segurança, o bem-estar e o progresso da Nação. O interesse individual não poderia, em momento algum, opor-se ao “funcionamento regular do organismo coletivo”. O Estado, como forma de assegurar essa “harmonia” deveria incluir em suas atribuições precípua a vigilância, como forma de evitar a ocorrência de tais desarmonias. Negar este princípio seria equivalente, dentro da concepção de Amaral, a “violiar os próprios fundamento ideológicos do regime”³⁷.

Em *O Estado Autoritário e Realidade Nacional*, o jornalista também coloca como dever do Estado o exercício da vigilância sobre as expressões de pensamento. Os limites da liberdade de expressão seriam estabelecidos com base na “elevação intelectual” e no “grau de apuro cultural da forma dada ao pensamento expresso”, não devendo ser, portanto, igual para todos. Ela deveria ser maior ou menor, dada a “capacidade mental cultural” do indivíduo.

Sendo os indivíduos desiguais em termos de cultura, intelecto e “aspirações peculiares”, o conceito de liberdade não poderia ser compatível, conforme acreditava

³⁵ Grifo meu. AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Disponível em: <<http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/bitstream/123456789/118/1/AMARAL,%20A%20O%20estado%20autorit%C3%A1rio.pdf>>. Página 270-271.

³⁶ AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Disponível em: <<http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/bitstream/123456789/118/1/AMARAL,%20A%20O%20estado%20autorit%C3%A1rio.pdf>>. Página 274.

³⁷ AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Disponível em: <<http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/bitstream/123456789/118/1/AMARAL,%20A%20O%20estado%20autorit%C3%A1rio.pdf>>. Página 275.

Amaral, com a ideia de igualdade. Aplicar esse princípio a uma sociedade de desiguais seria, para o jornalista, implicar numa injustiça aos “elementos superiores” da população, pois não só os obrigaria a “descer muito abaixo da altitude espiritual que já haviam atingido”, como obrigá-los-ia a adaptar-se “ao círculo da mediocridade”, acanhando as possibilidades criadoras “contidas e personificadas no potencial das inteligências altamente desenvolvidas”³⁸.

Sendo essa “liberdade espiritual” um privilégio de poucos indivíduos, nada mais natural que estes fossem incorporados ao Estado, uma vez que Amaral acreditava que este ocuparia uma função educativa “no sentido mais amplo da expressão”. Entre suas atribuições, estava o dever de orientar a “formação mental e moral” dos elementos componentes da coletividade, não apenas na “restrita acepção pedagógica da função educadora, mas no sentido da plasmagem de uma consciência cívica caracterizada pela identificação com a ideologia do regime”.

No entanto, seria errôneo supor que às elites espirituais, composta pelos “expoentes da inteligência e cultura do país”, caberia apenas o papel de impor ao conjunto da nação “um certo número de doutrinas e tendência ideológicas”, criando uma tábua de valores orientadores da cultura cívica e das atividades sociais das massas. Conforme Amaral, a função dos intelectuais seria mais sutil. Por serem o que considerava como “expressões mais lúcidas do que ainda não se tornou perfeitamente consciente no espírito do povo”, sua função seria retransmitir à população, de forma clara e compreensível, aquilo que nelas se manifestava como “uma ideia indecisa e uma aspiração mal definida”³⁹. A elite cultural do país, tornar-se-ia, dentro de regimes autoritários como o Estado Novo, uma espécie de órgão associado ao poder público, que serviria de centro de elaboração ideológica e como núcleo de irradiação do pensamento nacional, coordenado e sublimado por essa mesma elite. Essa cooperação é forneceria um caráter realístico e orgânico ao Estado, permitindo-lhe adaptar-se e integrar-se à vida da nação, tal qual um organismo vivo.

³⁸ AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Disponível em: <<http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/bitstream/123456789/118/1/AMARAL,%20A%20O%20estado%20autorit%C3%A1rio.pdf>>. Página 288-289.

³⁹ AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Disponível em: <<http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/bitstream/123456789/118/1/AMARAL,%20A%20O%20estado%20autorit%C3%A1rio.pdf>>. Página 291.

Esses mesmos critérios, isto é, de seleção de elites intelectuais e culturais, também deveria ser aplicado na constituição do corpo eleitoral que elegeria o chefe da nação. Vianna propunha que, além do critério de “cultura geral”, também se levasse em conta a posse de conhecimento dos negócios públicos *nacionais*. Assim, os elementos propriamente políticos seriam menos numerosos dentro desse grupo selecionado, devendo ser superados em quantidade pelos indivíduos cultos, não dependentes de qualquer filiação partidária. Deputados, senadores, membros do executivo federal e estadual não deveria ultrapassar 40% da massa eleitoral. Já o segundo grupo, cuja preponderância era fundamental, era composto por magistrados, juízes de Tribunais de Contas, professores de Universidades e Escolas Superiores, membros de Conselhos Técnicos e integrantes de associações culturais.

Cabendo, pois, aos políticos apenas uma terça parte do eleitorado, conforme o cálculo apresentado por Vianna em *O idealismo da constituição*, seriam as elites culturais e técnicas que elegeriam de fato o presidente⁴⁰. Assim, o chefe da nação teria, na visão do autor, sua autoridade política reduplicada em face da Assembleia Nacional, sendo assim uma expressão real da vontade e do pensamento das elites dirigentes do país, que considerava como sendo as únicas dotadas de consciência sobre os “grandes interesses da nacionalidade”⁴¹.

Era imperativo que, antes de exercer seu papel como representantes políticos, as classes deveriam se organizar por meio da formação de associações profissionais. Dado o insolidarismo e a ausência de espírito de cooperação, seria através da articulação de sindicatos, federações e confederações profissionais que se formariam o sentimento e o hábito de cooperação entre as classes, bem como o espírito sindicalista e de organização corporativa. Entretanto, isso deveria ser feito gradualmente, já que no Brasil tais instituições ainda se encontravam em caráter embrionário, devido ao longo histórico de dispersão e desorganização social. Sua formação deveria ser algo gradual a espontâneo, não podendo ser imposto ou forçado, sob o risco de formarem grupos improvisados e artificiais. Sua formação se daria, portanto, mais por “obra do tempo do que das leis”⁴².

⁴⁰ Ver páginas 254 e 255 de *O idealismo da Constituição*.

⁴¹ VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 255.

⁴² VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 267.

Oliveira Vianna então propõe que, enquanto não se opera a integração das classes, de forma que possam participar da vida política por meio da Assembleia Nacional, utilize-se como alternativa viável a formação de Conselhos Técnicos. Estes não exigiriam a formação de uma poderosa estrutura sindical, tal qual a representação por meio de classes pressupõe, uma vez que seu papel seria de representação de *competências* e não de *interesses*.

As corporações técnicas atuariam junto ao Governo Federal por meio da participação de profissionais de diversas áreas, e ocuparia funções consultivas e administrativas. Conforme o intelectual fluminense, a consulta aos conselhos deveria ser obrigatória, e todos os projetos de lei e regulamento deveriam passar por sua análise. Além disso, acreditava que estas deveriam ter autonomia de regulamentação, administração e mesmo jurisdição dentro de seu campo especializado de interesses.

Essa proposta de formação de conselhos técnicos era extremamente atraente para os eugenistas. Em sua maioria médicos, buscavam uma maior participação destes na condução das políticas públicas do país, uma vez que viam na saúde – ou na falta dela – um dos maiores entraves ao desenvolvimento do país. Sem uma população hígida e saudável, não era possível formar uma mão-de-obra apta para o trabalho e para a produção de riquezas, tornando o sonho de um país próspero e moderno praticamente impossível. Além disso, sem a orientação dos eugenistas, não seria possível regenerar a população mestiça – vista como uma forma de atraso – nem orientar a formação de elite eugênicas – tal qual queria Kehl – o que impossibilitava que a nação possuísse aqueles núcleos de escol que, na visão de Amaral, seriam capazes de revolucionar as antigas estruturas e modificar os rumos nacionais. Também não podemos esquecer o quanto a participação de elementos de mentalidade superior era valorizada não só por Renato Kehl, mas também por Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, pois acreditavam que estes eram os mais aptos a exercer funções diretivas e administrativas dentro do Estado.

Kehl atribuía a crescente participação dos médicos no Estado alemão como um dos mais notáveis fatores de seu progresso e de sua “admirável organização social”. De acordo com o eugenista, estes profissionais, devido ao tipo de conhecimento que possuíam, estavam entre os “elementos mais cultos e melhor aparelhados não só para a própria luta pela vida como para a disseminação do progresso nos diversos ramos de

atividades”⁴³. Devido à expansão de seu campo de atividades, proporcionada pelos avanços nos estudos de áreas como física, química e biologia, já não era necessário que o médico se dedicasse exclusivamente “à arte de curar os doentes e preservar os sãos”⁴⁴. No artigo intitulado *Médicos, curandeiro e charlatães*, publicado no *Boletim de Eugenia*, da qual também era editor, destacava:

O médico constitui uma das alavancas nobres da evolução. No exercício da sua profissão entra em todos os lares, tanto dos pobres quando dos ricos, fazendo, por isso, juízo mais seguro do que seja a vida de um povo, dos seus hábitos e costumes. Representam, à vista desse fato, os mais preciosos elementos para exercer funções legislativas e administrativas de um país⁴⁵.

O título do texto nos aponta para outra questão. O sistema de corporações, tal qual idealizado por Vianna e Amaral, previa a organização profissional por meio de sindicatos únicos, reconhecidos e filiados ao Estado. Para Kehl, como médico, isso era algo essencial, uma vez que, mesmo a Medicina já sendo uma profissão regulamentada no Brasil, ainda era bastante comum a atuação de outros profissionais da cura, como curandeiros, benzedeadas, etc. O reconhecimento do Estado dos médicos diplomados como únicos aptos a reivindicar a jurisdição exclusiva sob as atividades que lhe competiam. Além disso, contava com este para reprimir e limitar a ação daqueles que classificavam como “charlatães”, garantindo-lhe exclusividade de atuação.

Isso era de suma importância, uma vez que o projeto de regeneração nacional proposto por eugenistas – na sua maioria formados em Medicina – colocava o médico como figura central que, devido ao seu conhecimento superior e expertise técnica, o habilitava não só a apontar os problemas do país, mas também a ocupar posições no Estado, a partir das quais pudessem ditar os rumos a serem tomados pela nação. No entanto, essa função política não poderia ser desempenhada sem que se instituísse, conforme apontou Roberto Machado “a figura normalizada do médico, através,

⁴³ KEHL, Renato. Médicos, curandeiro e charlatães. **BOLETIM de Eugenia**, Vol.I, n.3, março de 1929, p. 1.

⁴⁴ KEHL, Renato. Médicos, curandeiro e charlatães. **BOLETIM de Eugenia**, Vol.I, n.3, março de 1929, p. 1.

⁴⁵ KEHL, Renato. Médicos, curandeiro e charlatães. **BOLETIM de Eugenia**, Vol.I, n.3, março de 1929, p. 1.

sobretudo, da criação do médico, e produzir a personagem desviante do charlatão para a qual exigirá a repressão do Estado”⁴⁶.

Além de efetivar essa visão do médico como aquele que detém exclusividade do tratamento e cura das doenças, construído durante o processo de profissionalização da Medicina e reforçado pelos sindicatos, a criação de Conselhos Técnicos também foi vista como uma forma de ampliar a ação destes profissionais para questões de Estado, relacionados não só à administração da saúde pública, mas também na criação de leis que garantissem a aplicação de projetos sanitários, eugênicos e voltados para a ampliação da educação higiênica. O profissional da Medicina passa a adquirir, dentro dessa concepção, um novo papel - um misto de político e *expert* – que vai disputar espaço com o bacharel na primazia das decisões acerca do futuro da nação.

Kehl, por exemplo, afirmava que o médico não deveria se manter afastado da política. Esta, por sua vez, deveria ser essencialmente voltada para o futuro, “uma política biológica”. Citando Tandler e Virchow, declarava:

Tandler diz: “A estreita dependência entre a arte médica e o bem-estar do povo faz, a priori, com que os médicos sejam políticos ativos”. E são de Virchow as palavras seguintes: “A medicina é política ‘em grosso””.

Conseqüentemente devemos nos esforçar por constituir a nossa ordem social sobre os fundamentos fisiológicos. Seja esse o alevantado fim de todo o amigo do povo e não somente dos médicos sanitários⁴⁷.

Essa inclinação dos eugenistas em defender projetos tecnocráticos foi sublinhada por historiadores como Paul Weindling e Andrés Reggiani. Conforme estes autores, “eugenics was closely linked to the attempt to move beyond the divisive arena of party politics through science and medicine”⁴⁸, processo que, de acordo com Weindling, “presented a novel role for the professional expert”⁴⁹. Para Reggiani, tal tendência foi compartilhada entre diversos defensores da eugenia na América Latina. No entanto, trabalhos como o de Weindling e de Marius Turda e Aron Gillette demonstram que essa

⁴⁶ MACHADO, Roberto et al. **(Da)nação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p.156.

⁴⁷ KEHL, Renato. A eugenia no Brasil (Esboço histórico e bibliográfico). In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro, vol. I, 1929, p. 50.

⁴⁸ REGGIANI, Andrés. Depopulation, Fascism, and Eugenics in 1930 Argentina. **Hispanic American Historical Review**, Vol. 90, n. 2, maio de 2010, p. 286.

⁴⁹ WEINDLING, Paul. **Health, Race and German Politics Between National Unification and Nazism, 1870-1945**. New York: Cambridge University Press, 1989, p. 7.

orientação também esteve presente nos discursos eugênicos de países como Itália e Alemanha⁵⁰. De acordo com Reggianni, essas semelhanças seriam as seguintes:

First, calls to adopt a science-based policy to improve the population was part of a broader process by which medical, legal, and economic experts and social reformers came to view successful social modernization in terms of rational and efficient administration of human resources. **Second, this process entailed the consolidation of the technical elites and the legitimization of their specific knowledge alone as valid for government purposes.** As a result, professions like medicine set themselves to “colonize” other areas deemed vital for the state, such as child rearing, education, physical training, job performance, and nutrition. Both trends led to a gradual proliferation of bureaucratic institutions, technical agencies, and regulations aimed at surveying specific population groups (Indians, Afro-Americans, peasants, children, women, workers) and devising methods to improve their psychophysical makeup - or, to use the language of the time, to “revalorize” the nation’s “human capital.” Another common feature was the import of European intellectual and scientific paradigms with which to make sense of Latin America’s demographic specificities and ensure that they would not endanger the modernizing plans⁵¹.

O governo passa a ser visto, não só pelos eugenistas, mas também pelos defensores do autoritarismo, como lugar de técnica e não de política. Na visão de tais intelectuais o representante tradicional da antiga política, ou seja, o bacharel em direito, deveria ceder lugar aos cientistas que, devido a sua capacidade de observar a realidade de forma neutra e, portanto, livre de interesses pessoais, teria melhores condições de conduzir uma política que levasse em conta o bem da nação.

Tais visões davam suporte para a ideia defendida por autores como Oliveira Vianna, que propunham a substituição do parlamento por Conselhos Técnicos. Além disso, reforçavam uma visão autoritária, pois, ao acreditarem que os problemas do país só poderiam ser solucionados por meio da ciência, excluía a população da tomada de decisão de inúmeras questões, fossem elas relacionadas aos rumos a serem seguidos pela nação, ou mesmo sobre o poder de determinar se podiam ou não ter filhos. Para Paul Weindling, a ciência do final do século XIX passou a ser cada vez mais monopólio de

⁵⁰ WEINDLING, Paul. **Health, Race and German Politics Between National Unification and Nazism, 1870-1945**. New York: Cambridge University Press, 1989. TURDA, Marius; GILLETTE, Aaron. **Latin Eugenics in Comparative Perspective**. London: Bloomsbury Academic, 2014.

⁵¹ Grifo meu. REGGIANI, Andrés. Depopulation, Fascism, and Eugenics in 1930 Argentina. **Hispanic American Historical Review**, Vol. 90, n. 2, maio de 2010, p. 287.

uma reduzida elite tecnocrática, motivada pela ideia de que conhecimento era uma ferramenta de poder:

Contrasting to science as popular ideology was science as expert knowledge of a technocratic elite. Knowledge as power motivated the appropriating of science to the domain of expert groups. Indeed, the very concept of the professional ‘scientist’ was a nineteenth-century invention, that pointed to the separation of the natural sciences from broader cultural movements. Scientific education and discoveries were accompanied by hopes of enhanced social status in the form of academic degrees, titles, medals and offices, as well as career opportunities and wealth. Statistical, historical, and anthropological data were collected on every aspect of society and nature. Although the natural sciences retained a commitment to the philosophical generalities of the *Wissenschaft*, there was a tendency to reduce social and moral problems to scientific terms. Such an approach opened the possibility to scientific solutions to social problems. This was attractive to a state concerned with defusing socialist analysis of poverty, sickness and crime as the result of economic inequalities. **Scientific solutions to social ills avoided public consultation, participation and accountability**⁵².

Juntamente com essa apologia da técnica e da organização, cresce também o apelo à intervenção Estatal, não só por parte dos defensores do autoritarismo, mas também dos eugenistas. De acordo com Ângela de Castro Gomes, a nova arquitetura institucional idealizada por Vianna e Amaral punha em cheque o princípio de separação de poderes, instituída durante a Primeira República. O modelo autoritário previa a conversão do presidente em autoridade suprema do Estado, transformando a Presidência em um órgão de coordenação, direção e iniciativa na vida política do país. A criação de um Executivo forte e personalizado apresentava-se como um instrumento estratégico na aproximação entre lei e justiça. Dentro desse novo sistema, da qual Vianna referia-se como “democracia autoritária”⁵³, a autoridade encarnava-se na figura do presidente/Executivo, dispensando assim a manutenção dos partidos políticos e dos parlamentos, vistos pelo sociólogo como inútil, dispendioso e inepto, além de ser responsável por canalizar e dar

⁵² Grifo meu. WEINDLING, Paul. **Health, Race and German Politics Between National Unification and Nazism, 1870-1945**. New York: Cambridge University Press, 1989, p. 3-4.

⁵³ Em *O idealismo da constituição*, Vianna explica que a expressão “democracia autoritária” foi utilizada pela primeira vez por Goebbels, e significava uma “democracia fundada na **autoridade** e não mais na **liberdade**, como princípio essencial” (grifos do autor). Para Vianna, a expressão “Estado Autoritário” era um tanto pleonástica, uma vez que, segundo acreditava, “o conceito de Estado implica, de si mesmo, a ideia de autoridade”. Daí a sua preferência pela primeira denominação. VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 149.

voz a antagonismos sociais. Essa “nova democracia”⁵⁴ repudiava a ideia de uma sociedade fundada no dissenso. Daí a sua busca por unidade e coesão em todos os aspectos, fossem eles econômicos, políticos, sociais e morais⁵⁵. Em *Estado Autoritário e Realidade Nacional*, Azevedo Amaral expressa bem esse repúdio às atividades que dessem vazão a opiniões políticas divergentes. Para o jornalista, era completamente justificável que o Estado reprimisse tais manifestações, em nome da formação de um consenso na opinião nacional:

O Estado Autoritário tem uma doutrina em torno da qual podemos postular a existência de um consenso de opinião nacional, mesmo antes do pronunciamento plebiscitário, tantas e tão claras já tem sido as expressões de acordo sobre esse ponto. **Consentir em atividades políticas contrárias a essa ideologia seria um ato de suicídio, uma lamentável manifestação de imbecilidade política. Toda a ação cívica tem, no novo regime, a sua órbita nitidamente demarcada.** Mas essa delimitação das atividades políticas não implica em restrições ou acanhamento das possibilidades de cada um, porque o círculo traçado pela unidade de pensamento em torno do Estado abrange a totalidade da existência nacional. O único partido admissível no atual regime é o partido do Estado e, como este se acha identificado com a coletividade nacional, esse partido é constituído pela própria nação⁵⁶.

Às instituições estatais caberia também o papel de coordenar a economia, atuando, na visão de Amaral, de forma a corrigir abusos, reajustando situações prejudiciais ao

⁵⁴ Interessante notar que todos os autores que analisamos, sem exceção, utilizam a expressão “democracia” para denominar o tipo de regime que apoiam. No entanto, por mais que falem em democracia, entendem esta como algo bastante limitado e circunscrito. Para eles, a “verdadeira democracia” seria um governo autoritário, governado por elites e sem participação popular. Não podem, por isso, serem classificados como defensores de um regime democrático (basta ver as críticas pesadas que apresentam ao que consideram como “democracia liberal”). Também discordamos da ideia de que o autoritarismo de Vianna possa ser considerado “instrumental”, defendida por autores como Wanderley Guilherme dos Santos. Concordamos com Piva quando o autor aponta que “os conteúdos de *liberdade e democracia* em Vianna são muito distintos dos conteúdos clássicos que nos autorizariam a concluir pelo seu liberalismo e pelo seu espírito democrático”. Embora algumas vezes dê a impressão de que o modelo autoritário seria uma espécie de “preparação” da nação para uma instalação, em um horizonte distante, de um sistema liberal e democrático, tais concessões na obra de Oliveira Vianna devem ser vistas como meramente retóricas, “feitas para adocicar o argumento ou em momentos em que elas se tornavam necessárias, como em 1945, ano da 2ª edição de *Problemas de Política Objetiva*. PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrilheiros e Semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)**. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 94.

⁵⁵ GOMES, Ângela de Castro. Oliveira Vianna: o Brasil do insolidarismo ao corporativismo. In: LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos Palomares (Orgs.). **Os intelectuais do antiliberalismo: Projetos e políticas para outras modernidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 221-222.

⁵⁶ AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Disponível em: <<http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/bitstream/123456789/118/1/AMARAL,%20A%20O%20estado%20autorit%C3%A1rio.pdf>>. Página 204-205.

interesse coletivo, amparando certos grupos de interesse “contra a pressão econômica exagerada de outras forças econômicas que os poderiam prejudicar injustamente”⁵⁷. O Estado, sendo a expressão orgânica da nação, estaria investido, portanto, de autoridade absoluta para coordenar, ajustar e equilibrar as correntes “de qualquer natureza que se justaponham no jogo do dinamismo social”⁵⁸.

Apesar da sua forte atuação como propulsor e interventor na economia, isso não significava que o Estado detivesse o monopólio de todas as esferas e ações produtivas. Deveria haver um equilíbrio entre ação estatal e iniciativa privada. À esta última caberia um papel preponderante na produção de riquezas e no desenvolvimento da indústria nacional. Para Amaral, o poder estatal não deveria sobrepor-se nem suplantar o papel da iniciativa privada, cabendo a esse “uma função complementar além do papel coordenador que lhe cabe precipuamente”.

Amaral também era favorável a entrada de capitais estrangeiros, pois acreditava que a evolução em direção à civilização tecnológica e industrial não poderia prescindir do investimento e da técnica estrangeiros, dada a escassez de nossas reservas nacionais. Essa colaboração teria, no entanto, caráter temporário. A medida que o país fosse desenvolvendo sua economia, era recomendável que esse afluxo fosse diminuído, permitindo uma maior autonomia nacional ⁵⁹.

Mas esse progresso econômico só o poderemos realizar promovendo o afluxo de capitais estrangeiros, explorando por meio deles as riquezas naturais do país até que, como forçosamente terá de acontecer, formemos as nossas próprias reservas capitalistas, o que nos permitirá então dispensar a colaboração de estranhos. Embaraçar, no momento atual da evolução brasileira, a entrada livre de capitais e a ação ampla do empreendimento estrangeiro é criar obstáculos irremovíveis, não apenas ao nosso progresso material, social e cultural, como

⁵⁷ AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Disponível em: <<http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/bitstream/123456789/118/1/AMARAL.%20A%20O%20estado%20autorit%C3%A1rio.pdf>>. Página 208.

⁵⁸ AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Disponível em: <<http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/bitstream/123456789/118/1/AMARAL.%20A%20O%20estado%20autorit%C3%A1rio.pdf>>. Página 209.

⁵⁹ MARTINS, Luis Carlos dos Passos. Azevedo Amaral e o debate sobre o desenvolvimento: entra nacionalismo, industrialismo e desenvolvimentismo. In: ABREU, Luciano Aronne de; SILVEIRA, Helder Gordim (Orgs.). **De Vargas aos militares: autoritarismo e desenvolvimento econômico no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, p.125.

também impedir que se removam as causas de instabilidade política e de insegurança da sociedade⁶⁰.

A questão econômica também foi discutida em termos da qualidade da mão de obra. O Estado teria o papel de assegurar não só a saúde dos trabalhadores, mas também garantir a disponibilidade de trabalhadores aptos e produtivos. Para autores como Kehl, Vianna e Amaral, esse último ponto significava o investimento e o incentivo de medidas imigratórias que trouxessem contingentes de população europeia e branca, livre dos vícios e dos traços indesejáveis que haviam se fixado com o intenso processo de miscigenação, tal qual os mestiços brasileiros.

Azevedo Amaral afirmava que a entrada de correntes imigratórias de origem europeia era uma das questões de maior importância na evolução brasileira, pois o país carecia imperiosamente de “unidades trabalhadoras” e, em “escala não menos considerável”, de elementos necessários no “processo de caldeamento em que se está formando a etnia brasileira”⁶¹. O futuro da nacionalidade dependia, literalmente, do número de imigrantes da raça branca que o país iria assimilar nos próximos decênios, afirmava o jornalista. Para ele, o valor das populações europeias que aqui iriam se estabelecer não deveria se constituir numa matéria de controvérsia. Ao analisar retrospectivamente o desenvolvimento da economia brasileira, principalmente no último quartel do século XX, Amaral afirmava que as regiões para onde havia fluído os maiores contingentes de indivíduos de origem europeia teriam experimentado um “impulso progressivo”, colocando-as à frente de zonas “desfavorecidas de imigração”⁶². Segundo argumentava em *O Estado autoritário e a realidade nacional*, entre essas localidades havia se formado tamanhas diferenças a nível social e econômico que tais efeitos justificavam, por si só, sua defesa em prol da imigração.

⁶⁰ AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Disponível em: <<http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/bitstream/123456789/118/1/AMARAL,%20A%20O%20estado%20autorit%C3%A1rio.pdf>>. Página 239-240.

⁶¹ AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Disponível em: <<http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/bitstream/123456789/118/1/AMARAL,%20A%20O%20estado%20autorit%C3%A1rio.pdf>>. Página 245.

⁶² AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Disponível em: <<http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/bitstream/123456789/118/1/AMARAL,%20A%20O%20estado%20autorit%C3%A1rio.pdf>>. Página 246.

Enquanto nas províncias que não recebiam imigrantes em massa se observava marcha lenta do desenvolvimento econômico e social, quando não positiva estagnação do movimento progressivo, as regiões afortunadas a que iam ter em caudal contínua as levas de trabalhadores europeus forma cenário de surpreendentes transformações econômicas de que temos os exemplos mais impressionantes em S. Paulo e no Rio G. do Sul. Aliás, aconteceu entre nós o mesmo que por toda a parte onde nações novas surgem e prosperam com a cooperação de elementos colonizadores vindos de países mais adiantados e habitados por povos de raças antropológicamente superiores⁶³.

Nessa mesma obra o autor criticava a lei de cotas sob a imigração, estabelecida com a Constituição de 1934, classificando-a como “infeliz”. Concordava que deveria haver uma espécie de fiscalização à entrada de estrangeiros no país, fosse por razões de ordem étnica ou mesmo por motivos políticos, sociais e econômicos, ou mesmo por considerações atinentes à segurança nacional. No entanto, o controle exercido pelo poder federal não deveria ser no sentido de estabelecer barreiras a todos os tipos de imigrantes, mas de “assegurar os processos mais eficazes de escolha dos elementos alienígenas”, permitindo a entrada de indivíduos eugênicos, cuja entrada no país concorreria para “levantar os caracteres superiores da raça”, ao mesmo tempo que deveria vedar “o acesso ao nosso território de todos aqueles cuja influência disgênica seja reconhecida”⁶⁴.

Amaral, como podemos observar, acreditava que o progresso econômico da nação estava intimamente ligado à presença de elementos brancos no país. Daí o seu projeto econômico ter em vista uma rigorosa política de seleção racial como forma de promover a ascendência da cultura e da raça branca⁶⁵. O predomínio desta raça em nossa formação teria um importante papel na ascensão das “futuras formas estruturais da civilização brasileira”⁶⁶, que somente dessa maneira seria capaz de manifestar plenamente seu dinamismo econômico, social e cultural.

⁶³ AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Disponível em: <<http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/bitstream/123456789/118/1/AMARAL,%20A%20O%20estado%20autorit%C3%A1rio.pdf>>. Página 246-247.

⁶⁴ AMARAL, Azevedo. O problema eugênico da imigração. In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro, vol. I, 1929, p. 331.

⁶⁵ Em *O Brasil e a crise atual*, Amaral aponta que o conflito entre as três etnias brasileiras só seria resolvido pela ascendência de uma das raças em particular. A vencedora deveria impor “autoritariamente às outras seu ritmo especial”. AMARAL, Azevedo. **O Brasil na crise atual**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 261.

⁶⁶ AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Disponível em: <<http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/bitstream/123456789/118/1/AMARAL,%20A%20O%20estado%20autorit%C3%A1rio.pdf>>. Página 249.

3.1.3 – Novas elites, novos rumos.

Algo bastante recorrente nos escritos dos intelectuais aqui analisados foi a ideia de que os quadros dirigentes que comandavam o país deveriam ser substituídos. Diferente do povo, cuja falta de eugenia e pureza racial eram problemas que levariam décadas para ser solucionados, por meio de um cuidadoso processo de depuração do sangue negro e de controle eugênicos, existiam grupos de escol que, devido à desorganização política e a adoção de um sistema representativo, acabaram afastadas dos núcleos de poder. Não havia necessidade de forjá-las, nem de importar uma nova elite: esta já existia, e não lhes faltavam elementos de mentalidade e de caráter superior, qualidades que eram valorizadas como sendo atributos indispensáveis para se comandar um país. Faltava apenas uma maneira de coloca-las no lugar que lhes era devido.

O sistema corporativo apresentava, como vimos, uma vantagem sob o sistema de representação democrática, uma vez que, ao estabelecer um eleitorado restrito. Assim, de acordo com Oliveira Vianna, o Chefe do Executivo Nacional, ao invés de ser escolhido nas “fontes espúrias dos partidos políticos e das assembleias dos partidos”, cujos interesses não possuíam nenhuma significação social ou conteúdo coletivo, seria recrutado a partir da vontade de “fontes puras e límpidas das classes e profissões organizadas, cujos interesses coincidem com os próprios interesses da Nação”⁶⁷.

Ao eliminar os partidos políticos e substituí-los por representantes das classes produtivas e das associações profissionais, o modelo corporativo idealizado por Vianna e Amaral diminuiria a representação no governo de grupos improdutivos, cuja ação nociva era orientada apenas por interesses privados e personalistas, substituindo-os por indivíduos cuja atividade era responsável por promover a grandeza e a riqueza do país. Se, para Amaral, esses estratos parasitários eram formados, em sua maioria, por mestiços, que haviam ingressado nessas atividades exatamente por sua aversão ao trabalho e às atividades produtivas, impedir a sua ascensão no novo regime não deixava de significar a eliminação desses mestiços disgênicos da administração pública.

⁶⁷ VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 168-169.

Ambos acreditavam que os sindicatos, ao representarem os grupos econômicos e profissionais, poderiam ser considerados como as forças autênticas de representação da nação. Diferente dos bacharéis, cujo excesso de erudição livresca havia, na opinião de Azevedo Amaral, havia atrofiado sua capacidade de pensar e de observar a realidade⁶⁸, os representantes das classes produtivas e das diferentes profissões possuíam uma melhor dimensão dos problemas nacionais, além de serem responsáveis por concretizar “realidades no conjunto da vida ainda informe da nacionalidade em organização”⁶⁹. Esse “conhecimento de causa” era o que dotava esses grupos de um “idealismo orgânico, positivo, oposto ao “idealismo utópico” das elites liberais. O primeiro tipo diferia do segundo por ser forjado dentro do próprio processo de evolução orgânica da sociedade, constituindo assim uma espécie de “visão *antecipada* de uma realidade futura”⁷⁰.

O corpo eleitoral seria escolhido com base em critérios como competência, *expertise* técnica, cultura geral e conhecimento dos da realidade e dos negócios públicos nacionais. De acordo com Vianna, essa seleção asseguraria a entrada na política nacional das “inteligências mais fortes e mais cultas do País”⁷¹ e de elementos ricos em eugenismo. Para ele, era dentro das elites das letras, das artes, das ciências, da grande indústria, da grande propriedade e do alto comércio” que se concentravam os “centros mais legítimos do nosso eugenismo”⁷². Isso porque, conforme argumentava o autor, os tipos eugênicos tendiam “a imprimir à sua atividade uma diretriz ascensional”, fazendo com que se concentrassem em posições de destaque na vida nacional. Dotados de ambição e de traços superiores de caráter e de inteligência, complementados por características como “força, robustez, amplitude de pensamento; lucidez, clarividência, intuição, senso das realidades, senso das combinações e de organização; senso dos expedientes; imaginação, inventividade, originalidade”, bem como “audácia, coragem, intrepidez de ação; **self control, self reliance, endurance**, paciência, tenacidade”, essas individualidades eugênicas também costumavam possuir “energia moral; aptidões de comando; força magnética; irradiação pessoal”.

⁶⁸ AMARAL, Azevedo. **O Brasil na crise atual**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 163.

⁶⁹ AMARAL, Azevedo. **O Brasil na crise atual**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 158.

⁷⁰ VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 11.

⁷¹ VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 273-274.

⁷² VIANNA, Oliveira. O eugenismo das elites (fragmento de capítulo). **BOLETIM de Eugenia**. Ano III, n.29, maio de 1931, p. 2.

Para Oliveira Vianna, esses tipos eugênicos tendem a ser “grandes organizadores, grandes condutores, guias ou chefes de partidos, de seitas, de escolas, de grupos, ou multidões”, pois é justamente esse “dom misterioso da atração pessoal, de fascinação, essa sorte de aura magnética” que possibilita a essas personalidades o triunfo e a irradiação⁷³. Daí, em condições ideais, sua tendência a ascenderem à classe dirigente. No caso brasileiro, a corrupção do sistema partidário e a falta de renovação dos quadros de representação parlamentar haviam afastados esses indivíduos que, cansados de esperar por uma possibilidade de ascensão, acabavam derivando suas ambições para outras atividades mais profícuas ou aplicando todo o seu idealismo orgânico e energia política na conquista de cargos de “significação política secundária, ou nula”⁷⁴.

Era preciso, portanto, que a nova Constituição fosse capaz de corrigir esses inconvenientes criados pelo sistema democrático. Isso seria feito através da renovação contínua da representação política, impedindo a reeleição, de forma a quebrar com a tendência à perpetuação dos parlamentares em suas cadeiras. Somente assim, de acordo com o sociólogo, seria possível assegurar uma “representação eficiente”, de forma que os elementos mais cultos e inteligentes pudessem ascender continuamente aos postos de direção.

Para Vianna e Amaral, os cargos de direção passam a ser espaços privilegiados a serem ocupados apenas pelos indivíduos mais aptos, dotados de uma visão mais ampla da realidade nacional. Ao invés de se criar um nicho para onde convergiam elementos parasitários e improdutivos, tal qual havia acontecido durante a administração republicana, a esfera estatal, dentro do sistema corporativo, canalizaria para seu interior representantes das classes produtivas, conhecedores da realidade e, portanto, aptos a exercer a função de escolher e auxiliar o chefe da nação em suas atribuições.

Renato Kehl e Belisário Penna também concordavam com a ideia de que o país se beneficiaria da substituição dos quadros dirigentes. Para Kehl, o Brasil só seria capaz de entrar “no caminho certo da ordem, da disciplina e da prosperidade” por meio de uma “ordenação pública, de cima a baixo”. Para isso, era necessário seguir os seguintes passos: o estabelecimento de uma autoridade máxima, culta e equilibrada e moralmente

⁷³ VIANNA, Oliveira. Os tipos eugênicos. **BOLETIM de Eugenia**. Ano II, n.15, março de 1930, p. 3.

⁷⁴ VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 273.

inflexível; a escolha de administradores probos, eficientes e incorruptíveis; e por último a “seleção de valores para a criação de uma elite moral e representativa”⁷⁵.

Para o eugenista, com a nomeação um líder possuidor de cultura e características morais ilibadas, “sem ligações e compromissos, nem contemplações com o passado político”, estabelecer-se-ia um ambiente de confiança, dando maior prestígio a sua autoridade e estancando o “regime da irresponsabilidade” e inibindo os costumes dissolutos e complacentes. Por meio da força do exemplo, erigir-se-ia “por norma a consciência do dever e a segurança dos princípios que devem nortear os verdadeiros reclamos de uma democracia, eticamente, estabilizada”⁷⁶. Isso porque, conforme acreditava Kehl, o civismo só poderia existir se firmado “no exemplo cívico vindo de cima”.

A seleção de administradores “probos e incorruptíveis” seria o que, na visão do médico, colocaria a “máquina administrativa nos trilhos”. Como consequência, as finanças do país se restaurariam, “volvendo ao fastígio em que se encontravam em outros tempos”. Tal qual no caso do chefe da nação, os atributos morais e a conduta exemplar “evolvia das nascentes aos afluentes, para criar um estado psicossocial de confiança e de segurança”, fundamentais para o reestabelecimento das vigas mestras, “das quais depende tudo o que condiz com o interesse privado e público”⁷⁷.

Assim como ninguém conceberia a escolha de um “desordenado ou perdulário” para dirigir a economia do próprio lar, ou mesmo de um cidadão cuja conduta não seja idônea para cuidar daquilo que pertence à comunidade, dizia Kehl, a permanência de indivíduos em cargos de responsabilidade que, “por tolerância, inadvertência ou conveniência” pactuam com as irregularidades de seus superiores ou subordinados, não deveria ser admitida.

Renato Kehl acreditava que era necessário se operar uma seleção de valores para a criação de uma classe representativa, pois dela dependia a consolidação de toda a estrutura política, econômica, financeira e, sobretudo, moral de uma nação. Esta, na

⁷⁵ KEHL, Renato. **Ordenação Pública**. Recorte de jornal avulso. 20 de julho de 1948. (Fundo Pessoal Renato Kehl, DAD-COC).

⁷⁶ KEHL, Renato. **Ordenação Pública**. Recorte de jornal avulso. 20 de julho de 1948. (Fundo Pessoal Renato Kehl, DAD-COC).

⁷⁷ KEHL, Renato. **Ordenação Pública**. Recorte de jornal avulso. 20 de julho de 1948. (Fundo Pessoal Renato Kehl, DAD-COC).

opinião do eugenista, deveria ser composta de núcleos de escol, possuidores de ampla cultura e conhecimento dos negócios públicos e constituídos de personalidades capazes de se impor “moral e intelectualmente”. Somente dessa forma, seria possível restaurar a ordem, a disciplina e o decoro público e privado da nação.

A supressão dos partidos políticos seria, na opinião de Belisário Penna, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, um dos meios de afastar da direção da nação indivíduos cujo interesse recaía apenas na obtenção de vantagens pessoais. Com a instalação da República, a vida política havia se transformado, na opinião desses autores, em uma “triste e degradante luta por ordenados”, como havia observado Joaquim Nabuco. Os padrões de ética política modificaram-se com o novo regime. Para Penna e Vianna, os valores morais que haviam orientado os homens do Império, determinando suas atitudes na vida pública, teriam perdido seu preço, deixando de nortear - salvo raras exceções - a conduta do que ingressavam na elite dirigente⁷⁸. De acordo com o sanitarista, os estadistas, os magistrados e os administradores, durante a Monarquia, faziam parte de um “escol intelectual de sólida cultura”⁷⁹, ascendendo aos seus respectivos postos por sua capacidade intelectual e conhecimento, não estando atrelados às disputas regionalistas que marcaram a época republicana⁸⁰. Características como “dignidade, brio, fixidez de princípios morais, coragem de convicções, firmeza de vontade, espírito de sacrifício pelo bem público, em suma, civismo e patriotismo”⁸¹ eram as marcas das classes dirigentes do Império. Exemplos de retidão moral e compostura, sua conduta demonstrava respeito à justiça e pouca tolerância com pessoas incapazes ou que, devido a atos condenáveis na vida pública ou particular, haviam decaído no conceito da opinião pública⁸². Criavam assim, por meio do exemplo, um ambiente propício para educação e formação de caráter da população, pois, de acordo com o médico:

⁷⁸ VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 281.

⁷⁹ PENNA, Belisário. Psicologia do caboclo. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1932. Recorte de Jornal. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

⁸⁰ PENNA, Belisário. Bons intuítos não bastam. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 4 de março de 1932. Recorte de Jornal. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

⁸¹ PENNA, Belisário. Psicologia do caboclo. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1932. Recorte de Jornal. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

⁸² PENNA, Belisário. Psicologia do caboclo. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1932. Recorte de Jornal. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

É sobretudo, imitando os gestos e as ações dos pais e mestres que a infância e a juventude se educam; é observando os gestos e as ações das classes dirigentes que o povo se orienta. Do modo pela qual se comportam esses agentes depende o rumo bom ou mau dos elementos passivos.

Quando capazes e moralizados, esses agentes corrigem defeitos e vícios, estimulam qualidades e virtudes; quando incapazes e desmoralizados, destroem qualidades e virtudes, açulam defeitos e vícios⁸³.

Com a proclamação da República, que dividiu o país em “20 republiquetas, que se desmandaram na politicalha”, perderam-se os escrúpulos que orientavam a escolha daqueles que “tinham de exercer escolhas da maior responsabilidade”. Nesse período em diante, dizia Penna, nas raras vezes em que se aproveitaram homens de experiência e saber, este “se viam tolhidos nos seus movimentos, porque rodeados de incompetentes, porém presunçosos e audazes”.

Fundado nos testemunhos de Joaquim Nabuco sobre a elite política do Império, Vianna também sublinha a retidão e superioridade moral dos dirigentes monárquicos, afirmando que as mesmas características poderiam ser encontradas contemporaneamente nas lideranças dos chamados Estados Autoritários. Manoilescu, a quem o sociólogo fluminense cita como referência, havia feito observações semelhantes, argumentando que as elites políticas dos modernos governos autoritários se caracterizavam por sua abnegação, tendência ao sacrifício e despreocupação com o dinheiro e com vantagens pessoais⁸⁴.

Sendo as preocupações materialistas algo muito intenso na vida social brasileira, a criação de um partido único constituía um problema, na visão de Vianna, uma vez que, para ele, era como “pedir a um grupo de sybaritas, de epicuristas e comodistas, que se transforme numa aristocracia moldada pelo canon de Sparta...”⁸⁵. Daí a necessidade de se implementar um regime que não abrisse espaço a nenhum tipo de partido, ainda que fosse único.

⁸³ PENNA, Belisário. Psicologia de caboclo. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1932. Recorte de Jornal. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

⁸⁴ VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 280.

⁸⁵ VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 281.

3.2 – O Estado autoritário como condição para um projeto eugênico mais amplo e eficiente.

Entre as atribuições do novo modelo de Estado idealizado pelos intelectuais aqui analisados, estava a busca pelo aperfeiçoamento da população brasileira. Dotado de amplos poderes, caberia ao Estado o papel de controlar a entrada imigrantes no país, monitorar os cruzamentos raciais de forma a assegurar o processo de branqueamento, assumir o controle da reprodução de grupos indesejáveis, segregar portadores de doenças mentais e contagiosas. Renato Kehl chegava ao extremo de deixar ao encargo das instituições estatais a interferência na concepção estética e fisiológica dos indivíduos, de forma a tornar os brasileiros mais belos, harmonizando seus traços e suas proporções corporais, e assegurando que estes adquirissem uma constituição física mais forte e robusta:

O homem são é todo aquele que tem órgãos normais e um bom funcionamento, sem doenças e perturbação de qualquer natureza. O homem robusto é aquele que se acha em pleno gozo de sua potencialidade física, capaz de resistir as fadigas e as doenças, ao trabalho e as intempéries. Finalmente, o homem belo é o homem que apresenta relativa proporção das partes constitutivas do corpo, harmonia das formas, traços fisicamente delicados, boas cores, delicadezas nos gostos e graça nos movimentos⁸⁶.

Se, por um lado, o estabelecimento de um projeto eugênico significava uma expansão da autoridade estatal, estendendo sua jurisdição para assuntos que antes pertenciam à esfera privada – como casamento, reprodução, estabelecimento de comportamentos aceitáveis, etc. – tornando-os matéria de interesse público; por outro, aumentava a esfera de influência do profissional da medicina, uma vez que, por meio da Eugenia, este seria capaz de controlar os agentes disgênicos responsáveis pela degeneração da nação.

⁸⁶ KEHL, Renato. **A cura da fealdade – Eugenia e medicina social**. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923, p. 298.

Eugenia e autoritarismo caminhariam juntos, na concepção dos autores aqui estudados. Se a primeira funcionava como garantia de melhoria no que diz respeito à qualidade da população, o segundo dotaria os eugenistas do respaldo necessário para que seus praticantes pudessem tomar as decisões mais autoritárias e efetivas relativas à vida e à saúde dos indivíduos e da sociedade como um todo. Por meio dessa combinação, emerge um novo tipo de relação entre elites científicas e poder estatal, semelhante à observada por Aristotle Kallis em regimes totalitários: “ [...] a new type of relationship between scientific elites and sovereign state power, one providing the legislative, political and bureaucratic framework for the implementation of a far-reaching bio-political vision”⁸⁷. O médico eugenista aparece, assim, como “a potent agent of ‘healing’, whose main responsibility was to prolong life and battle against the “threat” (real or potential) of ‘disease’ ”⁸⁸.

O projeto eugênico-autoritário apontava para um novo tipo de sociedade, orgânica, coesa, organizada, onde as distinções entre expertise científica e poder político caminhariam lado a lado, incorporadas dentro de um paradigma mais amplo de “saúde”, administrada por profissionais competentes que, unindo os conhecimentos da medicina e da ciência eugênica, atuariam em prol da nação e de seus habitantes, fosse por meio da erradicação de doenças, fosse por meio da melhoria racial, ou mesmo pela criação de elites eugênicas dentro do conjunto populacional.

De acordo com Aristotle Kallis, essa tendência da Eugenia em associar-se a regimes autoritários e totalitários tem relação com algumas mudanças fundamentais ocorridas na passagem do século XIX para o XX. Conforme o autor, a emergência, nesse período, de novos paradigmas de modernidade, combinados com a expansão do processo de secularização, “opened up new areas of enquiry for science and empowered empirical

⁸⁷ KALLIS, Aristotle A. Racial Politics and Biomedical Totalitarianism in Interwar Europe. In: TURDA, Marius; WEINDLING, Paul (Eds.). **Blood and homeland: Eugenics and racial nationalism in Central and Southeast Europe, 1900-1940**. Budapest: Central European University Press, 2007, p. 390. Aristotle Kallis utiliza o conceito “totalitarismo biomédico” para definir essa relação entre totalitarismo e Eugenia. Embora o projeto eugenista dentro de regimes totalitários como Itália e Alemanha (casos analisados pelo autor no referido artigo) tenham sido muito mais amplos do que os propostos pelos autores aqui analisados (com exceção talvez de Renato Kehl, que muitas vezes tomou o projeto eugenista alemão como referência), não podemos deixar de notar algumas similaridades, principalmente no tocante à relação estabelecida entre Estado e eugenistas.

⁸⁸ KALLIS, Aristotle A. Racial Politics and Biomedical Totalitarianism in Interwar Europe. In: TURDA, Marius; WEINDLING, Paul (Eds.). **Blood and homeland: Eugenics and racial nationalism in Central and Southeast Europe, 1900-1940**. Budapest: Central European University Press, 2007, p. 390

research to seek wider, more absolute solutions for human problems”⁸⁹. No entanto, como vimos no primeiro capítulo, essa tendência não constituiu uma regra. Sendo assim, tal ligação não é algo óbvio, dado que a Eugenia também se associou a ideias de democracia, liberalismo, chegando mesmo a repudiar a interferência estatal na condução de medidas eugênicas, como foi o caso dos eugenistas defensores do anarquismo.

A medicalização do espaço social, uma das consequências dessa nova visão de mundo que começava a ganhar popularidade em fins do século XIX, avançava a passos largos, desafiando visões e narrativas impregnadas pela tradição religiosa ao clamar jurisdição sobre esferas cada vez mais amplas da vida individual e coletiva, “positing itself as the superior prescription for a brave modern world”. Para Kallis,

The intensification of medicalization (sometimes understood as a form of “medical imperialism”) was predicated on a more fundamental paradigmatic shift already underway by that time: developing a global approach to health and welfare that shifted the focus from individual to universal concerns. A stream of scientific studies about the natural world, initially confined to plants and animals, were gradually imported into the analysis of the human condition. This trend carried with it a potential for bringing into focus a wide range of human activities traditionally viewed as belonging to the private sphere and regulated by a different set of moral codes—for example the role of religion in influencing patterns of social conduct, sexual behavior, and reproduction, as well as in providing explanations for the descent of man.

At the same time, a sense of unbound opportunity, fuelled by the elevation of the prestige of science and a positivist belief in steady progress, provided new ammunition for utopian thinking about new forms of human agency, and teleological visions of society. Making full use of modern forms of enquiry and technological progress, biomedical practitioners could enhance the scope of treatment while at the same time strengthening their ambitions with regard to the range of human conditions over which they could now claim jurisdiction⁹⁰.

Assim, a própria definição de nação passa a ser influenciada por essa nova visão, passando a ser vista como uma entidade composta de indivíduos que, juntos, formam um corpo coletivo, tal qual células em um organismo. Se atingidos por algum mal, estes

⁸⁹ KALLIS, Aristotle A. Racial Politics and Biomedical Totalitarianism in Interwar Europe. In: TURDA, Marius; WEINDLING, Paul (Eds.). **Blood and homeland: Eugenics and racial nationalism in Central and Southeast Europe, 1900-1940**. Budapest: Central European University Press, 2007, p. 396.

⁹⁰ KALLIS, Aristotle A. Racial Politics and Biomedical Totalitarianism in Interwar Europe. In: TURDA, Marius; WEINDLING, Paul (Eds.). **Blood and homeland: Eugenics and racial nationalism in Central and Southeast Europe, 1900-1940**. Budapest: Central European University Press, 2007, p. 396-397.

teriam o poder de contaminar todo o grupo, devendo, por isso, ser curados ou eliminados em prol do bem da coletividade.

Esse tipo de concepção teve implicações fundamentais no período, uma vez que redefinia a extensão da responsabilidade estatal em termos de bem-estar coletivo, passando assim a ser matéria de interesse nacional. Embora a higiene e a medicina pudessem reintegrar e reabilitar, em alguns casos, indivíduos considerados perigosos para a sociedade – como no caso de portadores de doenças contagiosas que possuísem cura – os pré-requisitos para essa integração tornavam-se cada vez mais inflexíveis.

A percepção da raça como um problema a ser resolvido em nome do bem e da saúde da nação teve implicações importantes nesse processo de medicalização do corpo nacional. Como vimos anteriormente, inúmeros intelectuais consideravam a presença de elementos negros e indígenas como uma das causas do atraso brasileiro. Assim, a eliminação desses grupos, seja por meio do impedimento da sua entrada no país, fosse por meio da miscigenação controlada pelo Estado, era vista como um meio de modernizar a nação.

A preservação da vitalidade e do bem-estar da nação tornou-se questão de defesa, tanto a nível interno como externo. De acordo com Kallis, “medicalized racial-national prejudice provided the external dimension of exclusion, while medicalized social prejudice pitted the “racial health” of the community against its own internal forms of ‘deviance’”⁹¹.

O ideal eugenístico proposto por autores como Kehl e Penna determinava que o Estado regulasse a vida da população tanto a nível individual como coletivo. Sua realização, fosse ela parcial ou completa, dependia do nível de poder das instituições políticas, em especial da esfera estatal. Isso porque, no período em questão, o Estado era um espaço crucial para a legitimação de grandes projetos sociais. Conforme Kallis,

This responsibility was perfectly congruent with the rationale of bio-politics, in the sense that modern states exercised their authority over nationals on the rational basis of ensuring and facilitating the continuity of life. It equipped state authorities with an expanding scope of intervention, from demographic and population policies to public health projects, environmental interventions, and social obligations. At the same time, however, the state as sole guarantor of

⁹¹ KALLIS, Aristotle A. Racial Politics and Biomedical Totalitarianism in Interwar Europe. In: TURDA, Marius; WEINDLING, Paul (Eds.). **Blood and homeland: Eugenics and racial nationalism in Central and Southeast Europe, 1900-1940**. Budapest: Central European University Press, 2007, p. 399.

collective life could not be deprived of the right to exclude and eliminate an external or internal “threat”⁹².

Esse aumento do poder de intervenção do Estado tornava-se cada vez mais incompatível com a aplicação de princípios liberais e democráticos. Para autores como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Renato Kehl, que viam os indivíduos como possuidores de desigualdades inerentes, ideais como igualitarismo e poder de escolha era algo simplesmente absurdo dentro de uma sociedade inculta e racialmente mestiça como a nossa. Mesmo Belisário Penna, defensor de um nacionalismo mais inclusivo se comparado aos outros três, via o liberalismo como empecilho à aplicação eficiente e medidas eugênicas.

3.2.1 – Melhorando a raça nacional.

Francis Galton, em sua obra *Inquiries into human faculty and its development*, propunha, entre outras coisas, examinar questões que, segundo ele, estavam “more or less connected with that of the cultivation of race, or, as we might call it, with “eugenic” questions [...]”⁹³. A Eugenia apresentava-se, assim, como uma ferramenta através da qual seria possível mapear e conhecer “all influences that tend in however remote a degree to give to the more suitable races or strains of blood a better chance of prevailing speedily over the less suitable than they otherwise would have had”⁹⁴.

Apesar de ter usado inúmeras vezes o termo “raça” dentro de seu trabalho, Galton não definiu de maneira clara o seu significado. Analisando mais atentamente seu texto, é possível perceber que seu uso é utilizado para se referir, segundo Turda, a determinados grupos ou comunidades, na qual as pessoas compartilham traços fisiológicos e

⁹² KALLIS, Aristotle A. Racial Politics and Biomedical Totalitarianism in Interwar Europe. In: TURDA, Marius; WEINDLING, Paul (Eds.). **Blood and homeland: Eugenics and racial nationalism in Central and Southeast Europe, 1900-1940**. Budapest: Central European University Press, 2007, p. 400.

⁹³ GALTON, Francis. **Inquiries into human faculty and its development**. Disponível em: <<http://galton.org/>>, p. 17.

⁹⁴ GALTON, Francis. **Inquiries into human faculty and its development**. Disponível em: <<http://galton.org/>>, p. 17 (nota de rodapé).

psicológicos semelhantes, transmissíveis de geração para geração. “Raça” passa a significar, dentro da obra de Galton, “a complex amalgam of biological factors determined by heredity and determining the close bond between the individual and the society at large”⁹⁵.

Essa compreensão de que a Eugenia seria capaz de melhorar a qualidade da população, controlando os fatores causadores de degeneração, fez parte do repertório de inúmeros intelectuais ao redor do mundo, incluindo os que são objeto de análise desta tese. Para Renato Kehl, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Belisário Penna, o aperfeiçoamento biológico e eugênico da nação brasileira se daria, em linhas gerais, de duas formas: pela homogeneização racial, eliminando as taras e os traços psicológicos indesejáveis resultantes da mistura com raças inferiores, e pela eliminação de fatores causadores de moléstias e distúrbios que impossibilitassem os indivíduos de se tornarem cidadãos saudáveis, produtivos e moralmente íntegros. Cada autor abordou essas questões de maneira diferente: Belisário Penna, por exemplo, concentrou seu foco no último aspecto, e em várias ocasiões negou que a miscigenação pudesse ser um problema. Renato Kehl talvez seja o que trabalhou de forma mais balanceada os dois aspectos – suas prescrições levaram em conta não só a questão da mistura racial, mas também tratou de questões relacionadas à necessidade de controlar doenças e evitar a proliferação de indivíduos portadores de doenças hereditárias. Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, por sua vez, preocuparam-se majoritariamente com a questão do branqueamento e da erradicação de qualquer traço de sangue negro ou indígena da população, embora o segundo tenha alertado para a possibilidade de se estender a ação de leis eugênicas para além da questão racial, ressaltando a necessidade erradicação de grupos improdutivos, o impedimento da entrada de pessoas possuidoras de males herdáveis ou transmissíveis via contágio. Também em seus trabalhos chamou atenção para a conveniência de se estudar as linhagens eugênicas das famílias brasileiras por meio do estudo das árvores genealógicas de famílias eminentes, de forma a incentivar a sua proliferação.

Como vimos anteriormente, a questão étnica era vista por Azevedo Amaral, Renato Kehl e Oliveira Vianna como sendo uma importante causa de atraso no nosso país. Sendo assim, era fundamental que qualquer plano que visasse a revitalização da

⁹⁵ TURDA, Marius. Race, Science and Eugenics in the twentieth century. In: BASHFORD, Alison; LEVINE, Phillipa (Org.). **The Oxford Handbook of the History of Eugenics**. New York: Oxford University Press, 2010, p. 64.

nação deveria incluir soluções para controlar o processo de caldeamento racial que se operava na sociedade brasileira. Se, na concepção desses intelectuais, nação desenvolvida = nação branca, era preciso que, em um país onde a miscigenação havia ocorrido largamente, houvesse algum tipo de intervenção de forma a garantir que os cruzamentos sempre gerassem tipos mais próximos do branco europeu, e no mínimo de tempo possível.

Em *Raça e Assimilação*, Oliveira Vianna alertava para o fato de que as nações não poderiam demonstrar indiferença “nem à *qualidade*, nem à *quantidade* dos elementos raciais” que entravam na sua composição⁹⁶. Isso porque os tipos raciais presentes em uma comunidade determinavam quais formas de temperamento e grau de inteligência geral da massa social. O estudo das matrizes étnicas da população era algo que considerava se suma importância para determinar o tipo de civilização, o ritmo de progresso, as formas de expressão de cultura, o desenvolvimento de diferentes formas de arte, de ciência, de política e de atividades econômicas dentro de uma determinada sociedade. De acordo com o sociólogo:

Os modos de expressão da vida social, sejam morais, sejam intelectuais, de um dado grupo, como se vê, estão dependentes dos tipos de temperamentos e dos tipos de inteligência nele preponderantes. Estes tipos de inteligência e de temperamento estão, por sua vez, dependentes dos “tipos de constituição”. Ora, como estes, por sua vez, estão dependentes dos “tipos étnicos”, isto é, daqueles tipos somatológicos a que chamamos de “raças”, a conclusão é que a raça é, em última análise, um fator determinante das atividades e dos destinos de um grupo⁹⁷.

No caso brasileiro, o processo de caldeamento estava longe de ser concluído, caminhando para uma divergência cada vez maior dos tipos originários, de forma que a população, em termos antropológicos, tornava-se cada dia mais heterogênea. Isso era visto com preocupação, uma vez que, como vimos no capítulo anterior, a constante miscigenação de tipos diferentes tendia, na visão de Amaral, Kehl e Vianna, ao agravamento do problema racial, uma vez que era tida como fonte de instabilidade psíquica e de atavismo, contribuindo para uma degeneração progressiva das gerações seguintes.

Era preciso, pois, intervir, de forma a selecionar um tipo homogêneo e superior, livre de estigmas e taras causadas pela mistura de elementos “profundamente

⁹⁶ VIANNA, Oliveira. **Raça e assimilação**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 49.

⁹⁷ VIANNA, Oliveira. **Raça e assimilação**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 51-52.

diferentes”⁹⁸. Para esses intelectuais, uma providência fundamental a ser tomada nesse sentido era assegurar a ascendência definitiva do tipo branco europeu no processo de “tríplice miscigenação” que se operava na sociedade brasileira a séculos⁹⁹. De acordo com Azevedo Amaral, a “chave de todo o destino da nacionalidade” residia na garantia de sobreposição dos elementos representativos das raças e da cultura europeias no processo de caldeamento racial em curso, de forma a assegurar a predominância de valores étnicos superiores, capazes de assegurar o progresso e modelar as “ futuras formas estruturais da civilização brasileira”, bem como “as manifestações do seu dinamismo econômico, político e social”¹⁰⁰.

Numa etnia como a nossa, argumentava Amaral, que estava longe de seu período final de cristalização, era do mais alto interesse nacional incentivar a entrada do maior número possível de elementos brancos superiores, “a fim de que, no epílogo do caldeamento”, pudéssemos “atingir um tipo racial capaz de arcar com as responsabilidades de uma grande situação”¹⁰¹.

Na visão de Renato Kehl, o país deveria financiar, com dinheiro dos cofres públicos, a entrada maciça de imigrantes arianos. Segundo o eugenista, a entrada desses “homens altivos e pertinazes” ajudaria a melhorar “estoque genético” da nacionalidade. Assim como Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, argumentava que o Estado deveria garantir um fluxo constante de sangue branco, de forma a purgar a influência negra e indígena na raça nacional.

A questão da imigração, para esses intelectuais, era tida como um assunto de grande importância eugênica, como havia referido Kehl em *Lições de Eugenia*. Como tal, deveria ser levado em “alta conta pelos nossos dirigentes”. Em países como o Brasil, onde a miscigenação havia transformado o povo em “uma verdadeira salada de raças incompatíveis”, tornava-se mister considerar o valor étnico dos imigrantes que aqui

⁹⁸ AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Disponível em: < <http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/bitstream/123456789/118/1/AMARAL,%20A%20O%20estado%20autorit%C3%A1rio.pdf>>. Página 248.

⁹⁹ AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Disponível em: < <http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/bitstream/123456789/118/1/AMARAL,%20A%20O%20estado%20autorit%C3%A1rio.pdf>>. Página 248.

¹⁰⁰ AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Disponível em: < <http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/bitstream/123456789/118/1/AMARAL,%20A%20O%20estado%20autorit%C3%A1rio.pdf>>. Página 249.

¹⁰¹ AMARAL, Azevedo. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Disponível em: < <http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/bitstream/123456789/118/1/AMARAL,%20A%20O%20estado%20autorit%C3%A1rio.pdf>>. Página 250.

aportavam, estabelecendo leis severas e operando uma seleção rigorosa daqueles que buscavam obter cidadania brasileira¹⁰².

Tendo como base a legislação imigratória americana, Kehl e Amaral propunham que um rigoroso sistema de fiscalização fosse estabelecido nos portos, a fim de estabelecer quem podia e quem não podia entrar no país. Além de indivíduos de raças consideradas “inassimiláveis”, outros critérios deveriam ser considerados na hora de se admitir um candidato à imigração para o país. Estes deveriam passar por exames que atestassem não só sua saúde, mas também analisassem características como capacidade física, perfil psicológico e atributos mentais, tais como inteligência e emotividade, bem como “outros pontos importantes ao rendimento social”.

Para Azevedo Amaral, deveriam ser selecionados apenas aqueles elementos que concorressem para “levantar os caracteres superiores” da nossa raça, vedando ao mesmo tempo o acesso a todos aqueles “cuja influência disgênica fosse conhecida”¹⁰³. A “imigração promíscua”, feita sem nenhum tipo de critério que não o de quantidade, havia causado a “ruína racial” do país que, carente de braços para trabalhar e necessitando de colonos que se fixassem a fim de povoar o seu imenso território, havia acolhido “pressurosamente todos que aportavam”. Embora não se pudesse negar, conforme argumentava o jornalista, que “essa imigração promíscua teve a indiscutível vantagem de acelerar o desenvolvimento econômico” que, sem o concurso de “milhões de braços alienígenas teria sido indefinidamente retardado”, o progresso da técnica nas indústrias não só manufatureira, como agrária e extrativa, habilitava as nações novas a “dispensarem sem inconvenientes o flagelo da imigração promíscua”, evitando assim gravíssimas consequências para o futuro racial nesses países¹⁰⁴.

Sendo assim, a seleção dos imigrantes deveria se pautar, acima de tudo, por um padrão qualitativo. Além de atestados de saúde, que garantiriam que os indivíduos que aqui se instalassem fossem saudáveis e que doenças contagiosas pudessem se espalhar, era importante também que fossem avaliados por meio de testes que medissem o seu grau de inteligência e avaliassem suas características psicológicas. Para Kehl e Amaral, somente indivíduos de mentalidade superior ao tipo médio predominante no país

¹⁰² KEHL, Renato. **Lições de Eugenia**. Rio de Janeiro: Editora Livraria Francisco Alves, 1929, p. 187-188.

¹⁰³ AMARAL, Azevedo. O problema eugênico da imigração. In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro, vol. I, 1929, p. 331.

¹⁰⁴ AMARAL, Azevedo. O problema eugênico da imigração. In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro, vol. I, 1929, p. 332.

deveriam ser aceitos. Esse tipo de cuidado seletivo tinha por objetivo excluir “os cretinos, os mentecaptos, os epiléticos e até os doidos”, que tinham entrada franca no Brasil “por complacência” ou porque conseguiam escapar a fiscalização dos portos¹⁰⁵.

A formação de uma raça superior deveria, na opinião desses intelectuais, considerar o valor mental e moral acima de atributos como robustez e saúde física. Isso porque, para eles, as condições somáticas, por si só, não tinham um impacto tão significativo na determinação do futuro racial. Ambos compartilhavam a perspectiva de que o plasma germinativo estava de tal forma protegido que, mesmo quando submetido à condições ambientais precárias, os indivíduos, apesar de sofrerem abalos na sua condição física, não sendo capazes de transmitir essas debilidades aos seus descendentes¹⁰⁶. Traços de superioridade ou inferioridade mental ou de caráter, no entanto, eram transmissíveis de geração para geração, sendo “perpetuados pela fatalidade hereditária”¹⁰⁷. Comentando sobre a relação existente entre hereditariedade e inteligência, Kehl também afirmava: “Acha-se estabelecido em ciência, que o nível intelectual de um indivíduo é determinado em primeiro lugar pelas suas disposições hereditárias”¹⁰⁸.

Embora o critério racial tivesse a vantagem de barrar muitos elementos cacogênicos, cuja psique e mentalidade eram inerentemente inferiores por pertencerem a determinadas raças, ele não era suficiente. As populações brancas também estavam sujeitas à todo o tipo de degeneração, embora numa escala bem menor que as de origem “etíope” ou “silvícola”, por exemplo.

Kehl cita o exemplo das levas de imigrantes que chegaram ao país por meio de incentivos governamentais no período monárquico e republicano constituíam “a escória social das várias nações europeias”. Para cá, dizia, “mandavam ou vinham os tipos boçais e ordinários, que lá não conseguiam vencer a luta diuturna pelo pão e pelo teto, ou que lá se tornavam perigosos à tranquilidade pública”¹⁰⁹. Estimulavam-se, nessa época, as correntes imigratórias, em busca apenas de “braços” para o trabalho, “fossem eles de

¹⁰⁵ KEHL, Renato. **Lições de Eugenia**. Rio de Janeiro: Editora Livraria Francisco Alves, 1929.

¹⁰⁶ Vianna, diferente dos dois, admitia que condições ambientais e climáticas específicas eram capazes de degenerar os indivíduos de maneira tão profunda que os problemas adquiridos eram passados para as gerações seguintes.

¹⁰⁷ AMARAL, Azevedo. O problema eugênico da imigração. In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro, vol. I, 1929, p. 333.

¹⁰⁸ KEHL, Renato. Hereditariedade e inteligência. **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro, vol. I, nº 6-7, junho-julho de 1929, p. 8.

¹⁰⁹ KEHL, Renato. **Lições de Eugenia**. Rio de Janeiro: Editora Livraria Francisco Alves, 1929.

qualquer espécie, contanto que servissem para colher café”, e pouco ou nenhuma atenção era dada ao “perigo da transfusão de seus maus sangues nas veias de nosso povo”.

Essa “colossal massa de inferiores”, além de transmitirem taras, eram vistos por Kehl e Amaral como responsáveis por influírem terrivelmente na constituição racial da nação. O eugenista também argumentava que a entrada de “elementos de caráter moral e mental baixo” concorriam, sobretudo no seu período de adaptação, para o aumento da criminalidade¹¹⁰.

Inspirados no exemplo americano, os dois intelectuais sugeriam que *tests* de inteligência fossem aplicados aos indivíduos das diferentes nacionalidades que aqui iriam aportar, bem como àqueles de mesma origem que já haviam se instalado e seus descendentes, estabelecendo uma escala intelectual com base na origem desses imigrantes. Essa “valiosa fonte de informação”, fornecida por esses *tests*, seria vital para traçarmos “as grandes linhas de nossa política imigratória”, devendo a imigração ser apenas incentivada nos países de origem dos elementos que obtiveram os melhores resultados, garantindo assim o fluxo de indivíduos de mentalidade e intelecto superiores¹¹¹.

Embora, argumentava Amaral, a “necessidade de manter tanto quanto possível os traços originários da nação” nos levasse a preferir imigrantes de procedência ibérica ou italiana, razões de “ordem eugênica e motivos de ordem econômica” apontavam que a escolha com base no grau de inteligência trazia mais vantagens:

[...]o imigrante inteligente é sempre melhor, melhor não apenas pelo seu rendimento imediato como unidade trabalhadora mais produtiva, mas melhor sob o ponto de vista racial, porque na superioridade mental do indivíduo se afirma o maior valor dos caracteres hereditários de que ele é portador¹¹².

O jornalista apontava que estudos comparativos das condições políticas, sociais e econômicas dos diferentes países europeus, juntamente com o resultado dos *tests* a que foram submetidos 1.700.000 indivíduos nos Estados Unidos, o forçavam a concluir que as populações mediterrâneas, “tanto as ibéricas como as da Itália meridional”,

¹¹⁰ KEHL, Renato. **Lições de Eugenia**. Rio de Janeiro: Editora Livraria Francisco Alves, 1929.

¹¹¹ AMARAL, Azevedo. O problema eugênico da imigração. In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro, vol. I, 1929, p. 336.

¹¹² AMARAL, Azevedo. O problema eugênico da imigração. In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro, vol. I, 1929, p. 336.

encontravam-se em processo de declínio intelectual, em contraste com a “pujança mental dos povos mais setentrionais”. Tendo isso em vista, manifestava seu receio de que, caso o país continuasse a receber ondas imigratórias formadas preponderantemente por elementos latinos da Europa meridional, o nível intelectual da nossa população tenderia à decair, assim como “a eficiência da nossa raça”.

Em *Lições de Eugenia*, Kehl também se refere aos povos do mediterrâneo como sendo inferiores, classificando-os como uma “sub-raça inferior”, composta por indivíduos “morenos e pequenos”, em oposição a sub-raça superior dos povos nórdicos, “altos e claros”, cujas traços excepcionais faziam com que representassem a “máxima energia das forças progressistas da civilização”¹¹³. Tanto ele quanto Amaral acreditavam que os povos de origem alemã e escandinava deveriam compor o contingente imigratório a ser subsidiado e incentivado a habitar o Brasil. A admiração do eugenista por esses povos, bem como a crença de que estes eram aqueles que melhor contribuiriam para melhorar a raça brasileira levou Fróes da Fonseca a se referir a ele, de maneira pejorativa, como “pregoeiro do sangue ariano”¹¹⁴.

Para Oliveira Vianna, a escolha do melhor tipo de imigrante deveria levar em consideração a sua adaptação a determinados meios e climas. Isso porque, do ponto de vista antropológico, as raças conforme a classificação baseada em critérios de cor (isto é, negro, caucasiano, mulato, caboclo, etc.) utilizada nos tempos não levava em conta a variedade biotipológica existente dentro desses próprios grupos. Utilizando o branco europeu como exemplo, destacava que esse possuía uma série de subdivisões, cada uma correspondente a um tipo antropológico diferente, com características próprias. Assim, os “tipos brancóides” que haviam se fixado no Brasil apresentavam, de acordo com Vianna, as seguintes variantes: tipo *Europeus*, compreendendo a maior parte dos alemães do norte, holandeses, dinamarqueses, ingleses, suecos, noruegueses e bálticos (lituanos, letões, estonianos, grandes russos); tipo *Slavonicus*, formado pelos polacos vistulianos, russos brancos, alemães silesianos; tipo *Alpinus*, que concentrava a maior parte dos austríacos, húngaros, tcheco-slovacos, pequenos russos, e parte importante dos italianos das regiões da Lombardia, Piemonte e Trentino; tipo *Dinaricus*, que incluía iugoslavos, sérvios, bosníacos, croatas, montenegrinos, bem como grande parte dos imigrantes do

¹¹³ KEHL, Renato. *Lições de Eugenia*. Rio de Janeiro: Editora Livraria Francisco Alves, 1929.

¹¹⁴ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. 2006, 220f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2006, p. 188.

Trieste, de Veneto, de Istria e da Dalmácia; e por fim, o *homo meridionalis*, na qual apareciam os representantes da raça ibérico-insular, tão comuns no país, englobando portugueses, espanhóis, italianos do sul, gregos, insulares do Mediterrâneo e do Atlântico, vindos principalmente dos Açores, das Canárias, das Baleares, da Córsega, da Sicília, da Sardenha, de Malta, das ilhas do Tyrrenio e do Egeu¹¹⁵.

Além das diferenças físicas, esses diferentes tipos morfológicos também apresentavam variabilidade de traços psicológicos e maior ou menos adaptabilidade a certos tipos de clima. Vianna defendia que as raças de tipo ariano e nórdico, por exemplo, possuíam péssima capacidade de aclimação em climas tropicais, manifestando estigmas de degenerescência quando submetida a esse tipo climático:

Com efeito, em face das experiências colonizadoras da África, da Austrália, da Ásia e da América, os grupos formados por etnias de raça Nórdica parecem revelar sensível incompatibilidade com os climas de tipo tropical, principalmente os equatoriais. [...] Nos centros tropicais de colonização nórdica, os estigmas de degenerescência se revelam de uma maneira muito frequente entre os “descendentes”. É o que se observa na Austrália Tropical, na Índia, na África Inglesa e na América Insular. Ainda agora o último recenseamento de 1921, realizado na África Inglesa, assinala uma redução muito forte no crescimento da população branca nestes últimos dez anos e, ao mesmo tempo, manifesta a sua inquietação ante o desenvolvimento alarmante dos “fracassados”, dos degenerados e indigentes, isto é, dos “poor whites” e “crackers”¹¹⁶.

Os elementos do grupo Mediterrâneo, ao contrário, revelavam uma inegável capacidade de adaptação aos climas tropicais, não apresentando nenhum sinal de degeneração física ou moral mesmo em descendentes longínquos de terceira e quarta gerações.

Além da resposta adaptativa, os tipos antropológicos apresentavam, de acordo com Vianna, diferentes índices de morbidade, mortalidade, natalidade, esterilidade, fertilidade sob diferentes circunstâncias. Esses fatores deveriam ser levados em consideração na hora de determinar a capacidade de adaptação de um certo tipo étnico em tipos climáticos específicos. Além disso, destacava que esses dados tinham grande

¹¹⁵ VIANNA, Oliveira. **Raça e assimilação**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 58-59.

¹¹⁶ VIANNA, Oliveira. **Raça e assimilação**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 63-64.

significação econômica, uma vez que eram capazes de mostrar maior ou menor produtividade material ou intelectual num dado meio.

Daí a necessidade de se levar em conta essas diferenciações na hora de estabelecer colônias no Brasil. Se os elementos arianos tendiam a adaptar-se bem às regiões do sul do país, o mesmo não aconteceria se fixados nas áreas mais ao norte, dada a sua incompatibilidade em ambientes de temperatura elevada.

Outro aspecto a ser considerado, conforme a perspectiva de Vianna, era à maior ou menor tendência de determinadas etnias à fusão ou ao isolamento. O estrangeiro, uma vez instalado no país, deveria ser assimilado à nossa cultura e contribuir para o processo de caldeamento em curso da nossa raça. Certos povos, como o japonês e os judeus, possuíam uma grande tendência à endogamia e à formação de quistos étnicos. Isso representava, na opinião do sociólogo, uma espécie de reação sutil dessas etnias à “ação assimiladora dos novos meios”¹¹⁷. No Brasil, faltavam pesquisas que apontassem qual o índice de fusão das massas estrangeiras no nosso território. Embora, argumentava, a questão do enquistamento dos alemães em Santa Catarina havia sido “trombeteada pelos quatro horizontes”, este fato ainda carecia de confirmação por “meios seguros”, isto é, não havia passado pela análise de métodos científicos que pudessem atestar matematicamente essa afirmação¹¹⁸.

Vianna, diferente de Amaral e Kehl, atribuía grande peso à ação do meio sob os indivíduos. Para ele, este era capaz de modificar as combinações hereditárias daquele sob sua influência, fazendo aparecer “qualidades que até então não existiam”. Toda vez que uma raça se transplantasse para um novo habitat, argumentava o sociólogo, o seu sistema de hereditariedade se alteraria em muitos pontos, podendo, inclusive, ocorrer a irrupção de novos atributos que jamais haviam se revelado anteriormente. Sendo assim, não bastava levar em conta apenas o índice eugenístico das raças no seu ambiente de origem, uma vez que ele tendia à mudança em meios “estranhos à sua biologia”:

Na seleção das nossas matrizes étnicas não nos basta, pois, levar em conta o índice eugenístico das várias raças *nos seus habitats de origem*. O eugenismo, que uma determinada raça revela no seu meio originário, pode sofrer alterações quando ele penetra em meio novo, estranho à sua biologia. Não seria mesmo absurdo supor que raças ou indivíduos destituídos de eugenismo possam, sob

¹¹⁷ VIANNA, Oliveira. **Raça e assimilação**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 163.

¹¹⁸ VIANNA, Oliveira. **Raça e assimilação**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 165.

a ação desequilibradora do novo *habitat*, revelar imprevistas qualidades eugenísticas. Ou, então, ao contrário disto: raças ou indivíduos de alto teor eugenístico num certo meio, ao transplantarem-se para outros muito diferentes, revelarem uma imprevista diminuição no seu índice de eugenismo. Esta última transmutação, aliás, parece ser fato frequente entre os indivíduos de raça germânica, quando fixados em meios caracteristicamente tropicais¹¹⁹.

Devido a essa crença, que considerava que havia uma grande interdependência entre raça e meio e da “biologia do eugenismo e da influência do ambiente”, Oliveira Vianna acreditava que, sem a realização de pesquisas preliminares realizadas nas diferentes regiões do país sobre o “eugenismo positivo e negativo das raças aqui afluentes”, não seria possível realizar, com fundamentos seguros, o processo de seleção de imigrantes com base no critério puramente racial¹²⁰.

Embora considerasse a possibilidade de que um habitat pudesse exercer influência positiva, melhorando o índice eugênico de algumas raças, Vianna ainda recomendava que a imigração de negros fosse evitada. Em estudo, intitulado *Imigração e solução imigratória*, elaborado em 1945, escrevia:

Neste particular, confesso que não sou dos que acreditam na igualdade de todas as etnias ou raças e consideram, portanto, sem importância este problema. Penso, ao contrário, que devemos selecionar, segundo um critério racial ou, melhor, étnico, os grupos imigrantes que procurem o Brasil.

Não sou favorável, por isso, nem à imigração negra (mesmo os negros já civilizados, como os da América do Norte), nem à imigração asiática, especialmente a nipônica. Esta eu a repeliria, mas não já com o fundamento na sua inferioridade racial, ou na sua eficiência, ou na sua incapacidade econômica, pois este fundamento não seria verdadeiro, nem justo; mas pela particularidade de que os colonos desta etnia oferecem se só serem eficientemente produtivos quando aglomerados em colônias *homogêneas*; dispersos ou misturados com outras etnias, fracassam, não dão quase nada. Isto os torna contraindicados como elementos *plásticos* da nossa nacionalidade¹²¹.

Como podemos ver, a seleção racial só era contraindicada por Oliveira Vianna quando se tratava de raças brancas. No caso de negros e asiáticos, o critério ainda se

¹¹⁹ Grifos do autor. VIANNA, Oliveira. **Raça e assimilação**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 211-212.

¹²⁰ VIANNA, Oliveira. **Raça e assimilação**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 212.

¹²¹ VIANNA, Oliveira apud GERALDO, Endrica. **O "perigo alienígena": política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)**. 2007. 238f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2007, p. 27.

aplicava, dadas as limitações e problemas que, na sua visão, a aceitação desses imigrantes em território brasileiro causava.

O sociólogo também advogava a favor da utilização do método de seleção individual de imigrantes, tal qual estava sendo feito nos Estados Unidos¹²². Chamada de política de “selecionismo negativo”, a lei americana vedava a entrada de indivíduos que traziam patentes “os estigmas de profundas hereditariedades mórbidas: surdos, mudos, loucos, retardados, criminosos, etc.”¹²³. Segundo Vianna, o rigor dos norte-americanos nesse sentido havia “preservado a massa da população dos Estados Unidos de uma copiosa multidão, oriunda de matrizes mórbidas”, repelindo dos portos americanos a entrada de “7.000 indivíduos, entre loucos, idiotas, mendigos, criminosos e portadores de moléstias contagiosas”¹²⁴.

Tanto ele, como Renato Kehl, Azevedo Amaral e, nesse caso, também Belisário Penna, acreditavam que a seleção de imigrantes com base em critérios individuais, evitando assim a entrada de portadores de enfermidades hereditárias, mentais ou mesmo moléstias contagiosas, pessoas na qual fosse constatada a presença de “desvios” morais ou comportamentais e ainda aqueles que por algum motivo não fossem capazes de tornarem-se cidadãos produtivos, devido a alguma deformidade, doença ou mesmo idade. Assim, somente cidadãos hígidos, eugênicos e capazes de contribuir para a melhoria racial e o para a produção de riquezas seriam admitidos.

Todos eles faziam questão de ressaltar a necessidade de leis e de fiscalização igualmente rígidas, de forma que nenhum indivíduo com potencial cacogênico pudesse entrar no país. Para Oliveira Vianna, Renato Kehl e Azevedo Amaral, o que estava em jogo era a formação da raça nacional, daí a necessidade de que tal questão fosse tratada como vital pelos dirigentes da nação.

Este último, na conferência proferida no Congresso de Eugenia, argumentava que a formação de um novo tipo étnico se daria por meio da seleção sistemática dos elementos de elite já existentes dentro da população e daqueles que “forem importados de outras

¹²² Embora a lei de imigração americana utilizasse o critério de raça juntamente com a seleção individual, Vianna acreditava que somente essa segunda parte poderíamos utilizar até que fossem realizados estudos conclusivos sobre “as variações do eugenismo das diversas raças ádvenas *em função do nosso meio tropical*”. Grifos do autor. VIANNA, Oliveira. **Raça e assimilação**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 214.

¹²³ VIANNA, Oliveira. **Raça e assimilação**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 214.

¹²⁴ VIANNA, Oliveira. **Raça e assimilação**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 214.

terras”¹²⁵. Para a formação desses “elementos de elite” da qual falava Amaral, uma gama de leis com o intuito de melhorar eugenicamente a população deveria ser aplicados.

Primeiramente, era preciso identificar, por meio do estudo da genealogia das famílias brasileiras, apanhar o que o jornalista classificou como “fio condutor”, que nos levaria ao encontro das “heranças benéficas os malfazejas cujos reflexos se patenteiam nas atitudes e nas aptidões das gerações contemporâneas”¹²⁶. Para o autor, as possibilidades de um povo de organizar “formas superiores de civilização” e de exercer uma “influência mais acentuada na vida mundial” eram consequências diretas do número de árvores genealógicas eugênicas dos indivíduos que o constituem. Em razão disso, a pesquisa da genealogia das famílias deveria ocupar uma posição de “inexcedível relevância” na investigação sociológica, de forma a se estabelecer uma orientação política inspirada pelo pensamento científico.

Citando a conferência de Affonso de Taunay no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, alertava para a necessidade de se realizar no país a coleta do maior número possível de dados sobre as árvores genealógicas brasileiras. Lamentando que nem o grande público, nem as classes dirigentes mostrassem compreensão sobre a utilidade nem o alcance desse tipo de pesquisa, o autor observava que países onde tais levantamentos haviam sido feitos haviam “permitido coligir elementos altamente interessantes para a elucidação das incógnitas sociais, até agora abordadas por meio de conjecturas sem base positiva”¹²⁷:

Neste particular, as investigações com que tem contribuído os cientistas norte-americanos e ingleses estão fornecendo material suficiente para autorizar a conclusão de que, em todas as expressões da atividade individual proveitosa ou desvantajosa à sociedade, se verificam respectivamente as manifestações de uma boa herança ou de taras ancestrais indesejáveis. Trata-se de um estudo que não poderia ter sido feito com os resultados hoje alcançados ao tempo do domínio de um conceito simplista de hereditariedade. Segundo este, a prole recebia de seus progenitores certos caracteres nos quais se delineavam os traços de uma herança transmitida de geração em geração. Depois das pesquisas de Mendel, o problema da herança apresenta-se-nos sob aspecto muitíssimo mais complexo¹²⁸.

¹²⁵ AMARAL, Azevedo. O problema eugênico da imigração. In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro, vol. I, 1929, p. 330.

¹²⁶ AMARAL, Azevedo. **Ensaio Brasileiro**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 88.

¹²⁷ AMARAL, Azevedo. **Ensaio Brasileiro**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 89.

¹²⁸ AMARAL, Azevedo. **Ensaio Brasileiro**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 89.

Entre essas investigações, da qual Amaral se refere, estão os estudos conduzidos por Francis Galton, na Inglaterra e pelo *Eugenics Record Office*, nos Estados Unidos, que tinham por objetivo a verificação das árvores genealógicas das famílias dos respectivos países, de forma a verificar a presença de traços eugênicos, como intelecto, e de taras hereditárias, como criminalidade, doenças, etc. Esses trabalhos tinham como objetivo a promoção de medidas eugênicas tanto de caráter positivo, quanto negativo. As primeiras visavam a identificação de linhagens onde traços superiores predominavam, de forma a incentivar que os integrantes dessas estirpes eugênicas procriassem entre si, cooperando para o aumento progressivo de “homens física, psíquica e moralmente sadios” na sociedade, conforme explicava Renato Kehl¹²⁹. Já a eugenia negativa reunia esforços que visassem “a diminuição paulatina do contingente de fracos, doentes e degenerados”¹³⁰.

Assim como Amaral, Kehl também acreditava que através da cuidadosa seleção por meio da eugenia poderia ser possível a criação de uma “elite humana” dentro da nação, num espaço de tempo “relativamente curto”¹³¹. Bastaria, na visão do eugenista, a escolha de reprodutores dos dois sexos, baseado no “acurado estudo da sua genealogia”, de forma a provar que ambos possuíssem boas condições somato-psíquicas e uni-los por meio de laços matrimoniais. Através da identificação e da seleção de reprodutores eugênicos seria possível, no decorrer de alguns decênios, formar um agrupamento de indivíduos bem-dotados, que constituiriam uma “verdadeira população de elite”¹³².

Na visão de Renato Kehl, se as taras eram passadas através de gerações, o inverso também era verdadeiro. Em texto intitulado *Qual o mecanismo da hereditariedade normal e mórbida?*, publicado nas páginas do Boletim de Eugenia, o médico explicava:

Em famílias normais, criadas em regime favorável, em que se verificam uniões de indivíduos com caracteres bons ou ótimos, uniões estas que se repetem por muitas gerações, determinam o armazenamento de tais caracteres, que um dia, fazem surgir um indivíduo de cerebração superior. Assim se formam os gênios, os grandes artistas, músicos e pintores, os grandes homens da literatura, da política, da ciência, da administração, do comércio e da indústria¹³³.

¹²⁹ KEHL, Renato. **BOLETIM de Eugenia**. Vol. I, n.4, abril de 1929, p. 1.

¹³⁰ KEHL, Renato. **BOLETIM de Eugenia**. Vol. I, n.4, abril de 1929, p. 1.

¹³¹ KEHL, Renato. Talvez – quem sabe? **BOLETIM de Eugenia**. Vol. I, n.10, outubro de 1929, p. 3.

¹³² KEHL, Renato. Talvez – quem sabe? **BOLETIM de Eugenia**. Vol. I, n.10, outubro de 1929, p. 3.

¹³³ KEHL, Renato. Qual o mecanismo da hereditariedade normal e mórbida? **BOLETIM de Eugenia**. Ano II, n.16, abril de 1930, p. 2-3.

Infelizmente, lamentava Kehl, o que se verificava na sociedade é que as classes média e superior, onde acreditava se concentrarem a maioria dos indivíduos eugênicos, havia uma tendência casa vez à limitação da natalidade. Ao mesmo tempo, essa prática permanecia “desconhecida e impraticada entre os indivíduos da baixa esfera social”¹³⁴. Isso criava, conforme observava o médico, uma “, verdadeira crise da natalidade de um lado, e uma desoladora super-natalidade de outro”, resultando num desequilíbrio na sociedade entre o número de pessoas eugenicamente superiores e inferiores, com um rápido aumento entre o último tipo. Em face a esse grave problema, dizia Kehl, eugenistas e sociólogos sugeriam que fosse instituída uma “limitação racional da natalidade”, de forma a “amparar a parte aproveitável e produtiva da humanidade contra o perigo asfixiante e compressor da massa inculta e amorfa, que constitui formidável peso morto”¹³⁵.

Para o eugenista, o incentivo da natalidade entre indivíduos eugênicos e a restrição do matrimônio entre as porções disgênicas da sociedade deveriam ser implementados em conjunto, de forma a se formar “a *elite* eugênica do futuro”. Em um de seus artigos escritos para o periódico *Boletim de Eugenia*, argumentava:

Não é por meio de estacas, por meio de podas e de simples artifícios deste gênero, que se obtém belos espécimes de árvores frutíferas e ornamentais, - mas sim pela seleção das sementes, pelos enxertos convenientemente feitos, pelo trato da terra e proteção da planta.

Não é por simples meios legais e educativos e nem sempre por processos corretivos, que se obtém tipos fortes, belos e moralizados de homem, - mas sim, pelos frutos de uniões matrimoniais entre indivíduos sadios, portadores, portanto, de *sementes* eugenizadas e em seguida pela proteção pré-natal dos mesmos¹³⁶.

A aplicação dessas medidas era fundamental, conforme a visão de Kehl, para que a criminalidade e outros “males sociais” fossem extinguidos. Sem a aplicação de uma profilaxia matrimonial adequada, esses problemas nunca seriam resolvidos. Ainda no mesmo texto, Renato Kehl especulava que prisões, penitenciárias e manicômios só seriam despovoados quando homens e mulheres compreendessem “a verdadeira significação do casamento” e da “monstruosidade representada pela procriação de enfermigos, de imbecis, de alienados, de criminosos”¹³⁷.

¹³⁴ KEHL, Renato. Limitação da natalidade. **BOLETIM de Eugenia**. Ano I, n.12, dezembro de 1929, p. 1.

¹³⁵ KEHL, Renato. Limitação da natalidade. **BOLETIM de Eugenia**. Ano I, n.12, dezembro de 1929, p. 1.

¹³⁶ KEHL, Renato. Crescei e multiplicai-vos. **BOLETIM de Eugenia**. Ano II, n.18, junho de 1930, p. 1.

¹³⁷ KEHL, Renato. Crescei e multiplicai-vos. **BOLETIM de Eugenia**. Ano II, n.18, junho de 1930, p. 1.

Kehl acreditava que a melhoria da hereditariedade era fundamental para o avanço e para o aperfeiçoamento da sociedade como um todo. Para que a nação atingisse patamares superiores de desenvolvimento e civilização, era preciso, portanto, que fossem efetuadas as seguintes medidas: 1) impedimento da reprodução de indivíduos portadores de “taras e degenerações sérias”; 2) cultivo do “orgulho de uma boa hereditariedade”, 3) favorecimento de casamentos “convenientes”, 4) conservar, cuidadosamente, “as melhores mutações ou variações hereditárias”¹³⁸.

Em *Ensaio Brasileiro*, Azevedo Amaral destacava questões semelhantes, sublinhando a necessidade de se assegurar “a eficiência e o progresso” por meio da “seleção consciente de seus elementos formativos”. O intelectual, assim como Renato Kehl, acreditava que a prosperidade e o bem-estar da coletividade dependiam da proporção em que elementos eugênicos da sociedade preponderavam sobre os portadores de “taras indesejáveis”. Sendo assim, as nações encontravam ao seu alcance a “chave solucionadora de muitas das principais dificuldades” que se opunham ao “desenvolvimento da civilização”¹³⁹.

O ponto de vista fornecido pela eugenia, conjugado com o conceito de que os interesses individuais só se tornam legítimos quando coincidem com o bem-estar social, determinava, na visão de Amaral, que a adoção de critérios cada vez mais generalizados e rigorosos com o intuito de impedir a multiplicação de “elementos indesejáveis”¹⁴⁰. Isso porque acreditava que, em sociedades onde a presença de indivíduos inferiores impedia que estes pudessem agir sobre o meio, modificando-o e aproveitando-o em seu benefício, impulsionando assim o progresso econômico, estas estavam fadadas a nunca se desenvolver ou, no caso do descuido com a seleção biológica, ao retrocesso às condições iniciais de barbárie. Para Azevedo Amaral, a transformação do fator humano em uma nação só seria possível, na sua opinião, por meio da modificação das condições responsáveis por levantar obstáculos à “seleção conveniente” dos elementos cujo predomínio iria levar ao desenvolvimento progressivo do processo civilizatório¹⁴¹.

Como vimos anteriormente, uma das formas de eliminação dos “indesejáveis” citadas por Amaral era a supressão de instituições filantrópicas, cuja ação considerava

¹³⁸ KEHL, Renato. Crescei e multiplicai-vos. **BOLETIM de Eugenia**. Ano II, n.18, junho de 1930, p. 1.

¹³⁹ AMARAL, Azevedo. **Ensaio Brasileiro**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 94-95.

¹⁴⁰ AMARAL, Azevedo. **Ensaio Brasileiro**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 95.

¹⁴¹ AMARAL, Azevedo. **Ensaio Brasileiro**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 99-100.

como sendo contra-seletiva, uma vez que permitia, por meio do apoio estatal, a sobrevivência e a multiplicação de indivíduos que normalmente teriam sido neutralizados pela ação de “forças naturais e sociais”. Para o jornalista, medidas de assistência eram disgênicas porque comprometiam o equilíbrio natural da sociedade, na qual, de acordo com as leis de seleção natural, tendia a selecionar os mais aptos em detrimento dos degenerados e inaptos.

De maneira semelhante, Renato Kehl condenava a filantropia e atos de caridade que, “embora louváveis”, conforme ele e Amaral admitiam, acabavam por contribuir para a manutenção de doentes, criminosos e vadios:

Admitindo artifícios, inventando recursos salvadores, multiplicando filantropias contra-seletivas, a civilização quase sacrificou os propósitos da seleção natural, sem dúvida ditados pela necessidade imperiosa da espécie. À proporção que o progresso avança, maiores as condescendências, maiores as protelações. Os fracos, os degenerados, protegidos pela generosidade social (aliás, louvabilíssima), são na maioria poupados. Essa protelação implica, entretanto, no amontoado de resíduos humanos que não são eliminados a seu tempo. Daí o nosso planeta apresentar-se, no presente século, pejado de elementos nocivos e de pesos mortos que impedem a vida normal da sociedade humana¹⁴².

Ambos intelectuais entendiam que a filantropia era responsável pela multiplicação de “pesos mortos” e “fracos de todo o gênero”¹⁴³ que, além de onerarem economicamente a parte produtiva da sociedade, cuja parte da renda acabava sendo aplicada no custeio de instituições de apoio, representavam o perigo maior de transmitir seus genes defeituosos para as gerações seguintes. Investir, portanto, em instituições de apoio e caridade era, para esses autores, quase como financiar a ruína da própria sociedade.

Ao invés de sua completa extinção, Renato Kehl propunha uma espécie de “reorientação” nos objetivos e nos fins dessas instituições filantrópicas, cujo intuito não mais seria responsável por “agravar a mediocrinização do gênero humano”. Na opinião do eugenista, as filantropias deveriam voltar sua atenção para os “filhos sadios de pais empobrecidos, amparando-os, educando-os, favorecendo-os na luta pela existência”, e

¹⁴² KEHL, Renato. **Aparas Eugênicas: Sexo e Civilização**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933, p. 36.

¹⁴³ AMARAL, Azevedo. **Ensaio Brasileiro**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 97.

para “jovens animosos, mas desamparados, que desejam estudar ou aperfeiçoar-se na profissão que lhes faculta constituir um lar próspero e feliz”¹⁴⁴.

Outra medida proposta por Kehl, com o intuito de suprimir a multiplicação de indivíduos considerados inferiores e anormais, era impor critérios para quem podia ou não casar e ter filhos. Inicialmente, propunha que fosse feita uma extensa propaganda educativa, de forma a informar sobre os perigos da propagação de “taras e deformidades”. No entanto, até que a população fosse devidamente educada e pudesse escolher de forma consciente os seus cônjuges, o Estado assumira o papel de submeter os nubentes à exames pré-nupciais, proibindo o casamento entre aqueles que se revelassem “perigosos à descendência”. No entanto, essa precaução, por si só, não bastava. Para o eugenista, a simples interdição legal ao casamento de portadores de doenças e taras hereditárias constituiria um “meio atenuado”, passível de ser burlado. Daí a necessidade da adoção conjunta de leis que estabelecessem a possibilidade de esterilização de “grandes degenerados e criminosos”. Embora considerasse que, para alguns, tal determinação pudesse parecer “radical”, ela era necessária para a proteção da raça como um todo¹⁴⁵.

As propostas eugênicas, a fim de que produzissem o resultado esperado, deveriam atuar de maneira integrada, e não aplicadas isoladamente. Conforme explicava em *Lições de Eugenia*, o processo de seleção racional e de melhoria racial da comunidade nacional só seriam atingidos se fossem adotadas, simultaneamente, as seguintes práticas:

- 1) registro do pedigree das famílias; 2) segregação dos deficientes criminais; 3) Esterilização dos anormais e criminosos; 4) Neo-malhusianismo com os processos artificiais para evitar a concepção nos casos especiais de doença e miséria (controle do nascimento); 5) regulamentação eugênica do casamento e exame médico pré-nupcial obrigatório; 6) educação eugênica obrigatória nas escolas secundárias e superiores; 7) propaganda popular de preceitos e conceitos eugênicos; 8) luta contra os fatores disgenizantes por iniciativa privada e pelas organizações oficiais; 9) testes mentais das crianças entre 8 e 14 anos; 10) regulamentação dos filhos ilegítimos; 11) estabelecimento de cuidados pré-natais das gestantes e pensões para as mulheres pobres; 12) regulamentação da imigração sobre a base da superioridade média dos habitantes do país, estabelecidos por testes mentais; 13) estabelecimento dos defeitos hereditários disgênicos que impedem o matrimônio e os que podem servir de base à pleiteação do divórcio¹⁴⁶.

A higiene atuaria juntamente com a Eugenia, de forma a prevenir o aparecimento de doenças e males que pudessem deteriorar a capacidade física e cognitiva da população.

¹⁴⁴ KEHL, Renato. Os erros da filantropia – Filantropia contra-seletiva. In: **BOLETIM de Eugenia**, Ano III, n.32, agosto de 1931, p. 1.

¹⁴⁵ KEHL, Renato. **Lições de Eugenia**. Rio de Janeiro: Editora Livraria Francisco Alves, 1929, p.151-152.

¹⁴⁶ KEHL, Renato. **Lições de Eugenia**. Rio de Janeiro: Editora Livraria Francisco Alves, 1929, p. 155-156.

Isso porque doenças como sífilis e vícios como o alcoolismo eram vistos como causas de perturbações mentais e improdutividade, levando os indivíduos atingidos por esses males a depender da assistência do Estado. Além disso, doenças venéreas eram conhecidas pelo potencial de gerar recém-nascidos cegos e surdos, que na visão de autores como Kehl e Penna, acabariam futuramente por depender da caridade alheia, tornando-se pesos mortos para a sociedade. Não era a toa que muitos eugenistas, não só no Brasil como em outros países, classificavam essas e outras moléstias como “venenos raciais”, uma vez que traziam consigo um grande potencial de degeneração, mesmo que seus efeitos não fossem transmitidos hereditariamente. O psiquiatra Henrique Roxo, membro da Liga Brasileira de Higiene Mental, chegava a afirmar que “se não houvesse sífilis e alcoolismo, 80% das doenças mentais não existiriam”¹⁴⁷. Da mesma forma, o médico Amadeu Amaral afirmava, em artigo publicado na prestigiosa *Revista do Brasil*, que esses males eram responsáveis pelos nascimentos de um grande número de criancinhas mal geradas, que vinham ao mundo com “toda uma sementeira de atrocidade: cegueira, surdez, chagas, ataques, paralisia, alucinações, angústias, vícios, maldades”¹⁴⁸. Belisário Penna também opinou sobre o assunto. Segundo ele, o alcoolismo atingia pessoas em todas as camadas sociais, criando não somente “degenerados inferiores”, mas “igualmente degenerados superiores”, oriundos das classes mais altas. Além disso, o vício em álcool não só preparava o leito, conforme as palavras do sanitarista, para outras enfermidades mais graves, mas também era responsável pelo aumento das taxas de mortalidade e pela diminuição da natalidade no país, bem como pela produção de “indivíduos anormais”¹⁴⁹.

Para Belisário Penna, a Higiene era indispensável para que a saúde da população atingisse seu potencial máximo, condição que considerava imprescindível para que esta tivesse uma “vida ativa, operosa e próspera”¹⁵⁰. Em qualquer agrupamento humano, argumentava, onde cada qual, na sua esfera de ação, praticasse os preceitos da Medicina Social e da Higiene, reinaria a saúde, “motor do trabalho, fator da produção e da alegria,

¹⁴⁷ ROXO, Henrique apud SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)**. 2006, 220f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2006, p. 51.

¹⁴⁸ AMARAL, Amadeu apud Vanderlei Sebastião de. **A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)**. 2006, 220f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2006, p. 51.

¹⁴⁹ PENNA, Belisario. A Luta contra o alcoolismo. **Revista Brazil-Médico**. Rio de Janeiro, ano XXXVI, Vol.11, outubro de 1922, p. 212.

¹⁵⁰ Carta de Belisário Penna à Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Junho de 1931. Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC.

que provocam e estimulam as iniciativas e a cultura da inteligência, de tudo isso resultando a força e o progresso” de uma nação¹⁵¹.

Segundo o médico higienista, antes mesmo que os preceitos da Eugenia fossem aplicados, era indispensável que se praticasse o “Eugenismo”, ou seja, a preparação do ambiente e do indivíduo “para a boa geração, para a procriação de filhos física e psiquicamente hígidos”. Penna entendia que o saneamento, a Higiene, a Medicina Social e a educação higiênica como forma de despertar a consciência sanitária na população constituíam, por esse motivo, o “o alicerce da Eugenia, sem o qual ela não poderá ser praticada senão de modo deficiente, em âmbito muito limitado”¹⁵².

Renato Kehl, apesar de ter afirmado em várias ocasiões a importância da higiene e do sanitarismo, discordava da premissa de que os cuidados higiênicos e sanitários deveriam anteceder a aplicação de medidas eugênicas. Isso porque, na visão do eugenista, algumas doenças possuíam uma espécie de potencial selecionador, como era o caso da tuberculose, uma vez que esta tendia a atingir em boa parte negros e mestiços, podendo, inclusive, ser classificada como uma “doença dos fracos”, de acordo com o médico. Em *Lições de Eugenia*, o autor destacava o caráter “útil” desta patologia, que via como um fator de eliminação dos “incapazes” na sociedade:

A tuberculose poderia ser considerada, pelos amigos de preposições arrojadas, uma doença eminentemente selecionadora, cujo alfanje está sempre afiado para a eliminação implacável dos fracos. É doença dos intemperantes, dos desregrados, dos débeis, dos deserdados em potencias orgânicos [...]. A tuberculose, perdoem-nos, talvez, o paradoxo, é uma doença, até certo ponto misericordiosa, porque abrevia a vida sofredora de incapazes e defende a espécie da sua influência debilitadora. Não fosse ela, e estaríamos esmagados pela massa colossal de monstruosidades: - ter-se-ia criado uma sub-raça cacoplástica [...]. A tuberculose é uma doença de caráter mais social do que, propriamente, de caráter individual. Ela tem sido um terrível fator de sofrimento e de mortes. [...] **Não podemos negar, porém, ter sido cruel, mas “útil” flagelo selecionador, o único que tem resistido a todos os beneméritos esforços de milhares de instituições humanitárias que, não obstante, prejudicam a seleção natural**¹⁵³.

¹⁵¹ PENNA, Belisário. A educação higiênica (Conferência realizada na Biblioteca Pública pelo Dr. Belisário Penna). **Revista de Instrução Pública**. Sem data. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

¹⁵² PENNA, Belisário. Eugenia e Eugenismo. **BOLETIM de Eugenia**. Vol. I, n.10, outubro de 1929, p. 3-4.

¹⁵³ Grifo meu. KEHL, Renato. **Lições de Eugenia**. Rio de Janeiro: Editora Livraria Francisco Alves, 1929, p. 119-120.

Essa posição também foi corroborada por outros eugenistas, como foi o caso de Octávio Domingues, membro da Comissão Brasileira de Eugenia e editor do Boletim de Eugenia após a viagem de Kehl à Europa em 1930. Formado em agronomia e professor de zootecnia na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queirós¹⁵⁴, chegava ao extremo de afirmar que “a higiene, quanto mais se aperfeiçoa, mais parece trabalhar com as conquistas da eugenia”¹⁵⁵. Isso porque, em casos onde o indivíduo acabasse por herdar uma constituição orgânica ruim de seus ancestrais, a higiene, com todos os seus recursos, acabaria por deixá-lo mais robusto e resistente, tornando-o “praticamente um homem de saúde”. Essa conquista, lamentava Domingues, era efêmera, pois os caracteres adquiridos não passariam aos descendentes. A pessoa em questão transmitiria sexualmente à sua prole não as vantagens que a higiene lhe conferiu, mas apenas aquilo que havia lhe sido transmitido geneticamente, isto é, um biótipo débil. A higiene teria, portanto, de ser aplicada a cada nova geração dessa linhagem, para que estes pudessem, por sua vez, também se transformarem em homens saudáveis. “É um trabalho de Sísifo”, concluía¹⁵⁶.

Sem a interferência da higiene, argumentava o eugenista, todo indivíduo hereditariamente fraco, “condenado a ser vítima da primeira enfermidade”, sucumbiria e assim, seria extinta sua estirpe e não mais nasceriam seres “mal constituídos para a vida”. A seleção natural cumpriria seu papel, eliminando os incapazes e permitindo que os seres robustos e bem adaptados prosperassem. As medidas higiênicas interferiam, portanto, nesse processo, tornando viável a sobrevivência de tipos “organicamente inviáveis”. Funcionava, conforme sua concepção, como uma “seleção às avessas”.

Apesar dessa posição, Domingues dizia não se opor à Higiene, considerando-a “mais um mal do que um bem”. A sua posição era a de que ela deveria ser aplicada de maneira seletiva, de forma a não prolongar a vidas que considerava de “valor negativo”

¹⁵⁴ De acordo do Waldir Stefano, Domingues também lecionou em outras instituições, como a Faculdade de Pharmacia e Odontologia de Piracicaba e a Escola Nacional de Agronomia do Rio de Janeiro. Além disso, o eugenista também trabalhou no Instituto de Zootecnia do Rio de Janeiro, atuando igualmente como Diretor do ensino agrícola juntamente ao Ministério da Agricultura, À Escola Nacional de Agronomia e ao Departamento Nacional de Produção Animal. Foi sócio fundador da Sociedade Brasileira de Zootecnia tendo ocupado a cadeira de presidente entre os anos de 1951 a 1968. Além das obras relacionadas à zootecnia, Domingues também publicou uma série de trabalhos voltados para o estudo e a divulgação de preceitos eugênicos, como *Eugenia: seus propósitos, suas bases, seus meios (em cinco lições)* (1933), *A hereditariedade em face à educação* (1935) e *Hereditariedade e eugenia* (1936). STEFANO, Waldir. Octavio Domingues: Concepções sobre miscigenação no contexto eugênico. **Temas & Matizes**, Cascavel, v. 8, n. 15, p. 42-54, 1º. Semestre de 2009.

¹⁵⁵ DOMINGUES, Octávio. Saúde, Higiene e Eugenia. **BOLETIM de Eugenia**. Ano II, n.18, junho de 1930, p. 3.

¹⁵⁶ DOMINGUES, Octávio. Saúde, Higiene e Eugenia. **BOLETIM de Eugenia**. Ano II, n.18, junho de 1930, p. 3.

para a sociedade. O que no texto de Octávio Domingues aparece de maneira explícita, e que em autores como Penna nem sempre é dito, é que o valor da vida humana é algo relativo. Se pessoas bem constituídas e saudáveis, capazes de produzir e contribuir para o progresso e o enriquecimento da sociedade eram extremamente valorizadas, aqueles indivíduos que se tornaram, por motivo de doença ou de má hereditariedade, “pesos sociais”, que parasitavam o corpo social sem nada contribuir, tornando-se fatores deficitários, deveriam ser excluídos ou mesmo eliminados da sociedade.

Para Belisário Penna, no entanto, a alternativa da cura através da aplicação de medidas de higiênicas e sanitárias era algo a ser considerado, uma vez que nem todos os males eram irreversíveis. Além disso, acreditava que certos fatores sociais poderiam agir, assim como a hereditariedade, para fertilizar ou esterilizar “o terreno, tornando-o refratário ou propício ao desenvolvimento de pragas e ervas daninhas”¹⁵⁷. Em países como o Brasil, onde doenças evitáveis assolavam grande parte da população, fosse ela nacional ou estrangeira, independente de boa ou má condição herdadas, não era possível que o ponto de partida não visasse o combate à essas patologias. As moléstias, na sua opinião, não faziam distinção entre indivíduos eugênicos e disgênicos, podendo debilitar até mesmo o melhor e mais superior dos indivíduos, tornando-o débil e improdutivo. Daí a necessidade de que o combate e a prevenção de enfermidades contagiosas fossem tidos como prioridade e precedesse a Eugenia.

Apesar das ressalvas apresentadas por eugenistas como Kehl e Domingues, isso não significava que seu plano eugênico não envolvesse a higiene como parte do melhoramento da espécie. Ambos reconheciam o potencial de melhorar e potencializar qualidades inatas, a ponto de tornar viável a vida daqueles que, sem o seu auxílio, tenderiam a perecer por conta do processo de seleção natural. A questão que colocavam, é que esta devia ser aplicada apenas depois que se identificassem os indivíduos eugênicos, de forma a não onerar a sociedade, que acabava arcando com o custo de manter pessoas improdutivas e que representavam o perigo de passarem adiante as suas taras e males hereditários, comprometendo o desenvolvimento sadio e eugênico da mesma.

Kehl, por exemplo, reconhecia o caráter preventivo assumido pela higiene e pelo saneamento no plano de defesa da raça, de forma a evitar fatores de degeneração mórbidos

¹⁵⁷ PENNA, Belisário. Eugenia e Eugenismo. **BOLETIM de Eugenia**. Vol. I, n.10, outubro de 1929, p. 3-4.

- tais como os causados por patologias como tuberculose, sífilis, impaludismo e verminoses – ou mesmo causados por venenos sociais. Políticas que promovessem o saneamento rural e urbano, a regulamentação do trabalho e a proteção da infância e tinham por vantagem “a organização ativa de uma higiene profilática” capaz de promover a saúde dos individual e coletiva¹⁵⁸.

No prefácio da obra *Eugenia e Medicina Social*, escrita por Renato Kehl, Belisário Penna via de maneira favorável uma Eugenia que englobasse o saneamento e a higiene, destacando a importância desta última como “precursora do plano de aperfeiçoamento da humanidade”¹⁵⁹.

A higiene ocupava o importante papel de impedir a disseminação de doenças contagiosas, verminoses, além diminuir o número de mortes precoces e de natimortos. Moléstias como a sífilis eram tidas como um verdadeiro perigo nacional, já que seus malefícios não atingiam apenas as pessoas infectadas, mas também as futuras gerações, devido a possibilidade de infecção do bebê durante a gestação. De acordo com Kehl, a sífilis era um verdadeiro “cupim da raça”, sendo um dos maiores “exterminadores de vida”, uma vez que, segundo o eugenista, a patologia era responsável por 80 a 90% dos casos de aborto ou de natimortos, sendo também a causa de morte de 20 a 30% dos adultos do país¹⁶⁰. Quando não resultava em óbito, a sífilis congênita gerava estragos irreparáveis àqueles que sobreviviam à sua ação mórbida. As crianças de pais portadores desta patologia cresciam “anêmicas, raquíticas, feias, nevropatas”, tornando-se candidatas à morte precoce” e propensos a tornarem-se indivíduos “cretinos, loucos, paranoicos, [...], cegos, paralíticos, enxaquecados, sujeitos a uma existência de tormentos, de martírios para as outras, e sobrecarga para o Estado”¹⁶¹.

Por considerarem que os indivíduos estavam expostos durante todos os estágios de sua vida, inclusive antes mesmo de sua concepção, à inúmeros males orgânicos, a ação de eugenistas e higienistas deveria iniciar antes mesmo do casamento. Kehl e Penna

¹⁵⁸ KEHL, Renato. Os problemas da Regeneração das Raças. **Jornal A Noite**. Rio de Janeiro, 3 de julho de 1920. (Fundo Pessoal Renato Kehl, DAD-COC).

¹⁵⁹ PENNA, Belisário apud SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)**. 2006, 220f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2006, p. 101.

¹⁶⁰ KEHL, Renato. **O perigo venéreo**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Saúde Pública, 1924, p. 39.

¹⁶¹ KEHL, Renato. Filhos de Luéticos. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 17 outubro 1923. (Fundo Pessoal Renato Kehl, DAD-COC).

propunham uma ação ampla, reunindo esforços que focassem não só na criação de leis que impedissem a reprodução e o contato de doentes com pessoas sadias, mas também englobassem o ensino e a prevenção, de forma a impedir a manifestação de patologias que consideravam evitáveis, bem como a transmissão de taras hereditárias. Começando desde a mais tenra infância, a ação educativa era orientada para a conscientização e o aprendizado dos preceitos da higiene e da eugenia e para a profilaxia de diversos tipos de enfermidades.

Para Penna, a saúde era tida como “alicerce do edifício nacional”, daí a necessidade de ela ser “prevista e acautelada desde o óvulo”, passando pela “gestação, a amamentação, a desmama, a meninice e a juventude, até que cada indivíduo, forte e consciente, saiba se defender das doenças e conservar puro o sangue”¹⁶². Somente assim poderíamos formar uma raça capaz e eficiente, dizia o médico.

Kehl acreditava que, para que o aprendizado dessas noções fosse eficaz, de forma a despertar “bons hábitos de saúde”, fazia-se necessário que fossem trabalhados desde o início da vida, iniciando com as mães, através de conselhos diários, e mais tarde pelos mestres do jardim de infância e nas escolas primárias. Através desse esforço, as crianças iriam aprender tais preceitos e praticá-los de forma quase instintiva, tornando-se “automaticamente praticantes das regras de higiene”¹⁶³.

Na visão de Penna, a alfabetização, se não acompanhada de uma eficiente instrução higiênica e moral, acabava sendo “inútil, contraproducente e perigosa”. Era preciso que as crianças em idade escolar aprendessem hábitos de asseio, de sobriedade, de trabalho e de castidade, “grandes virtudes higiênicas”, capazes de assegurar a saúde e a felicidade. De acordo com o médico,

O asseio, além de contribuir para o bom funcionamento dos órgãos, é um elemento primordial de beleza e o melhor preservativo das moléstias transmissíveis; a sobriedade, isto é, a moderação em tudo quanto possa entreter a vida, é o fator mais notável de conservação, de melhoramento da saúde e de prolongamento da vida, porque condena os excessos, que alteram a estrutura dos órgãos, perturbam e prejudicam seu funcionamento; o trabalho é condição imprescindível para a atividade funcional dos órgãos. Sobriedade e trabalho, em conjunto, são o melhor preservativo das moléstias de nutrição; finalmente

¹⁶² PENNA, Belisário. Educação física e escolar. **O Imparcial**. Data não legível. Recorte avulso. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

¹⁶³ KEHL, Renato. O ensino da higiene nas escolas primárias. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1923 (Fundo Pessoal Renato Kehl, DAD-COC).

a castidade, isto é, o domínio sobre as funções sexuais, impondo regras à função de reprodução, assegura a continuidade sadia e melhorada da espécie¹⁶⁴.

Na concepção de Penna, higiene e moral estavam intimamente ligadas. Levar uma vida sóbria e produtiva, longe de vícios e desvios morais era parte fundamental na manutenção da saúde. Sob essa perspectiva, uma educação moralizadora e disciplinadora, de forma a criar bons trabalhadores e cidadãos responsáveis e hígidos, era tida como indispensável para alcançar novos patamares de civilização e progresso. Conforme explicava o higienista, os bons hábitos inclinariam a natureza dos educandos para a ordem e para o bem, enquanto que os maus os tornavam propensos à desordem, ao mal e à doença¹⁶⁵.

Dentro da escola deveriam também ser ensinados os preceitos da puericultura e da eugenia, de forma que os futuros pais pudessem escolher de maneira mais racional possível seus cônjuges. Como observou Vera Regina Marques, na medida que a Eugenia buscava administrar a procriação de tipos considerados indesejáveis, e dados os estreitos limites jurídicos – considerando que as leis que estabeleciam exames pré-nupciais obrigatórios, a restrição de casamentos e a esterilização de degenerados não haviam sido aprovadas – os eugenistas buscaram dificultar a procriação de indivíduos não-eugênicos por outras vias¹⁶⁶. Assim, procuraram ensinar as vantagens de praticar voluntariamente os pressupostos da ciência galtoniana, de forma que as pessoas se submetessem espontaneamente à avaliação médica antes do casamento, de forma a detectar doenças hereditárias, venéreas ou que pudessem afetar o desenvolvimento da prole.

A educação sexual se tornava uma poderosa aliada, pois era através dela que os professores e eugenistas poriam aconselhar os jovens a evitar, segundo Kehl, consequências lamentáveis ao futuro moral e reprodutivo da sociedade¹⁶⁷. Juntamente com os pais, o médico da família e o instrutor escolar deveriam “chamar a atenção dos

¹⁶⁴ PENNA, Belisário. Plano de educação de higiene na escola e no lar. **Hygia – Revista Popular de Medicina e Educação Sanitária**. Porto Alegre, Ano II, n. 2, p. 1- 4. Julho de 1928, p.1.

¹⁶⁵ PENNA, Belisário. Plano de educação de higiene na escola e no lar. **Hygia – Revista Popular de Medicina e Educação Sanitária**. Porto Alegre, Ano II, n. 2, p. 1- 4. Julho de 1928, p. 2.

¹⁶⁶ MARQUES, Vera Regina Beltrão. **Eugenia da disciplina – o discurso médico pedagógico nos anos 20. 1992**. 170f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais aplicadas à Educação) – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 1992, p. 89.

¹⁶⁷ KEHL, Renato. O problema da Educação Sexual (Tese apresentada na Primeira Conferência Nacional de Educação – 1927). **A Folha Médica**. Rio de Janeiro, 15 março 1928 (Fundo Pessoal Renato Kehl, DAD-COC).

adolescentes para os deveres dos indivíduos em relação à vida matrimonial e a descendência”.

Penna também recomendava a instalação de escolas de educação e propaganda sanitária, que funcionariam nas dependências do Departamento de Instrução Pública de cada Estado. Voltada para o ensino da biologia humana, da higiene, da puericultura, da maternologia e da enfermagem, constituiria um curso a parte, porém obrigatório, da escola normal. Ao concluir o curso, o título de Bandeirante da Saúde era obtido, e o médico considerava que este deveria ser obrigatório para aqueles que desejassem ser nomeados como professores nas instituições de ensino, fossem elas públicas ou particulares¹⁶⁸.

A educação física também era recomendada por Belisário Penna, que via “imensas vantagens” na sua adoção durante o período escolar, considerando estes como um valioso elemento no desenvolvimento motor e na constituição corporal dos brasileiros jovens. Os exercícios, ao melhorarem a resistência, a atividade e a capacidade de trabalho, eram considerados por Penna como uma ferramenta fundamental no “melhoramento e aperfeiçoamento da raça”. Para que seus benefícios fossem amplamente aproveitados, era preciso, no entanto, que os indivíduos estivessem plenamente saudáveis, ou do contrário, tendiam a agravar a sua situação mórbida. Tampouco servia educa-las a fim de melhorar suas capacidades mentais se o corpo e o sangue estivessem “corrompidos por venenos de parasitas patogênicos”. Argumentava que de nada adiantaria submetê-los a atividades físicas metódicas e à instrução se não tivessem hígidos e livres da influência de doenças e verminoses:

Nada [se] conseguir[ia] de eficiente antes de arrancar-lhes dos intestinos os vermes, e do sangue os parasitas patogênicos; antes de purificar-lhes o líquido vital e normalizar o seu volume e o equilíbrio dos seus [ilegível]; e ao mesmo tempo [edu]cá-las, para impedir que sejam contaminados o solo e as águas a fim de que não se reinfestem depois de curadas.

Cérebros pouco irrigados ou irrigados por sangue envenenado são impermeáveis à compreensão dos ideais de pátria, de família, de arte, de progresso e de solidariedade humana, que fazem o encanto da existência.

O horizonte dos cérebros encurta-se até o limite da [vida] simplesmente vegetativa – como dormir e procriar – formando uma imensa legião de

¹⁶⁸ PENNA, Belisário. Plano de educação de higiene na escola e no lar. **Hygia – Revista Popular de Medicina e Educação Sanitária**. Porto Alegre, Ano II, n. 2, p. 1- 4. Julho de 1928, p. 2.

escravizados às doenças e ao domínio dos exploradores da ignorância e da fraqueza das massas¹⁶⁹.

Um dos passos para atingir uma vida saudável era cuidar para que os brasileiros tivessem acesso a ambientes e moradas saudáveis. Isso incluíam não só espaço doméstico, mas também, de acordo com Belisário Penna, os locais de trabalho, de ensino, casas de diversão, hotéis e hospedarias, meios de transporte, como trens e navios, bem como ranchos e barracas onde os viajantes costumavam se abrigar em suas excursões pelo país. Esses recintos deveriam obedecer à alguns requisitos gerais, devendo-se observar, em cada caso, “a natureza do clima e do lugar, relativos ao arejamento e à iluminação, às dependências, ao modo de construção, à situação, etc.”, de forma a garantir a saúde de seus ocupantes¹⁷⁰. As habitações deveriam oferecer, principalmente na infância e na adolescência, condições higiênicas para o desenvolvimento físico normal dos residentes, de forma a protegê-los contra patógenos transmissíveis pela água, pela terra contaminada, pela picada de mosquitos, barbeiros, pulgas e percevejos – principais vetores de infecções “destruidoras e corruptoras do sangue, degeneradoras da raça, aniquiladoras da energia e matadoras, em alta escala, da gente brasileira”¹⁷¹.

Especial atenção deveria ser dada às moradas rurais pois, de acordo com Penna, esses locais não obedeciam à “nenhuma regra de higiene e do mais significativo conforto”. Os “trabalhadores da terra” estavam entre os mais castigados pelas endemias e verminoses, exaurindo sua energia e capacidade de trabalho. Para o médico higienista, eram simplesmente absurdas as condições de abandono em que vivia essa parcela da população, e era urgente que essa situação fosse revertida, principalmente pois se tratavam de “elementos indispensáveis” para a riqueza e o progresso do país, uma vez que “as fontes econômicas” da nação residiam quase que exclusivamente nos produtos naturais cultivados em seu vastíssimo território¹⁷².

Se as Bandeirantes da Saúde se dedicavam ao ensino da higiene na escola, às Guardiãs da Saúde caberia o papel de propagar os preceitos da higiene e da eugenia no

¹⁶⁹ PENNA, Belisário. Educação física e escolar. **O Imparcial**. Data não legível. Recorte avulso. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

¹⁷⁰ PENNA, Belisário. **Defesa nacional. Influência da habitação sobre a saúde. O capira de outr’ora, o Jeca Tatu de agora**. Maio de 1919. Recorte avulso. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

¹⁷¹ PENNA, Belisário. **Defesa nacional. Influência da habitação sobre a saúde. O capira de outr’ora, o Jeca Tatu de agora**. Maio de 1919. Recorte avulso. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

¹⁷² PENNA, Belisário. **Defesa nacional. Influência da habitação sobre a saúde. O capira de outr’ora, o Jeca Tatu de agora**. Maio de 1919. Recorte avulso. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

lar. Não era necessário que estas, ao contrário das Bandeirantes, possuísem diploma no ensino normal. Bastava apenas que frequentassem um curso de dois anos na Escola de Propaganda e Educação Sanitária, onde cursaria disciplinas semelhantes às aprendidas pelas Bandeirantes. Em uma de suas conferências, publicada posteriormente da *Revista de Instrução Pública*, Penna descrevia as funções desempenhadas pelas Guardiãs da Saúde da seguinte maneira:

Ela penetrará em todos os lares, levando a educação, pregando e fazendo praticar o asseio, o trabalho metódico; demonstrando a influência benéfica do ar, do sol, da terra limpa, da água não contaminada, da alimentação sadia; zelando os doentes, prevenindo o contágio; orientando a mulher grávida, amparando o recém-nascido, acompanhando o seu desenvolvimento até a idade escolar, quando passará às mãos da Bandeirante da Saúde, que continuará sua educação, a par da intelectual e moral.

Ela ensinará em cada lar os preceitos da higiene geral e a profilaxia das doenças transmissíveis; guiará doentes aos postos sanitários, aos dispensários e aos médicos, quando necessário, demonstrará as vantagens do banho diário, do calçado, da lavagem repetida das mãos, do exercício ao ar livre, da escovação diária dos dentes e sua conservação; mostrará os meios de evitar a contaminação do solo e das águas, bem como de impedir a criação de moscas, mosquitos, pulas, percevejos, piolhos, fíngos, etc.; de higienizar a habitação, de estimular o trabalho metódico e salutar, adequado às forças, à idade e aptidões de cada um; indicará a alimentação nutriente e sóbria, que convirá aos seus assistidos, conforme as idades e condições individuais e do meio; evidenciará os tremendos malefícios das bebidas alcoólicas; infiltrará, enfim, nas camadas proletárias, com a paciência, a cordura, a bondade e a tenacidade próprias da mulher, os hábitos de higiene, criando destarte a consciência sanitária coletiva¹⁷³.

Além de desempenharem essa função de orientação no âmbito doméstico, as Guardiãs também atuavam nas fazendas, nas fábricas e nas municipalidades, esclarecendo, socorrendo e ensinando brasileiros de todas as classes sociais, de forma a promover a valorização do homem por meio da educação higiênica, do melhoramento do ambiente e pela indicação de medidas de saneamento. Na visão de Penna, essas funcionárias possuíam, devido ao seu papel, uma missão “verdadeiramente patriótica, de dignificação da nacionalidade, de legítima defesa nacional”¹⁷⁴. Afinal, a doença, conforme a concepção do médico, deveria ser encarada como um perigo nacional, devido ao seu potencial de degeneração, empobrecimento e conseqüente atraso social. Para ele, o nível de proteção de uma nação não deveria se basear na proporção de soldados e

¹⁷³ PENNA, Belisário. A educação higiênica (Conferência realizada na Biblioteca Pública pelo Dr. Belisário Penna). **Revista de Instrução Pública**. Sem data. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

¹⁷⁴ PENNA, Belisário. A educação higiênica (Conferência realizada na Biblioteca Pública pelo Dr. Belisário Penna). **Revista de Instrução Pública**. Sem data. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

marinheiros, “nos modernos e mortíferos vasos de guerra, no número e calibre de canhões e metralhadoras, nos tanques e aeroplanos de guerra”, e sim no vigor físico e valor moral do povo, no povoamento “útil” do solo, no trabalho “inteligente e produtivo”, na produção abundante e variada, assim como na instrução e na educação da população. Um povo educado e sadio, conforme argumentava Penna, seria naturalmente prolífero e próspero, “valente e progressista, patriota e destemido, que não agride nem teme agressões”¹⁷⁵.

A proteção das crianças também era vista como assunto de fundamental importância na defesa e no plano de progresso da nação. O cuidado eugênico dirigido às crianças não se resumia apenas a garantir que essa possuísse bons genes. Era preciso também garantir que esta nascesse e crescesse saudável, tornando-se mais tarde um adulto “física, plástica e eugenicamente perfeito”, conforme as palavras de Renato Kehl. A mortalidade infantil era um assunto que preocupava eugenistas e higienistas, e a puericultura era altamente incentivada¹⁷⁶.

De acordo com Renato Kehl e Belisário Penna, os números elevados de mortes entre crianças se devia à ignorância das mães quanto aos preceitos mais básicos de higiene, ao grande atraso em que viviam mergulhadas boa parte da população brasileira, à falta de medidas de assistência e proteção à infância e ao estado precário dos procriadores, “na sua maioria sífilíticos, palúdicos, verminóticos ou de condição orgânica miserável”.

Além das doenças congênitas e hereditárias, o mau aleitamento artificial era visto como artificial um dos primeiros fatores de letalidade entre os recém-nascidos. Embora crianças bem constituídas, devido aos bons caracteres herdados dos pais fossem mais propensas a sobreviver aos males causados por leites com impurezas, Belisário Penna

¹⁷⁵ PENNA, Belisário. A educação higiênica (Conferência realizada na Biblioteca Pública pelo Dr. Belisário Penna). **Revista de Instrução Pública**. Sem data. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

¹⁷⁶ O termo puericultura foi utilizado pela primeira vez pelo médico francês Alfred-Charles Caron, em 1858, para referir-se a um conjunto de medidas a serem tomadas do ponto de vista moral e higiênico nos cuidados infantis¹⁷⁶. Embora não tenha, a princípio, sido bem recebido pela comunidade científica da época, a expressão ganharia popularidade, mais tarde, com a divulgação dos trabalhos de Adolphe Pinard. O obstetra definia a puericultura como “investigação dos conhecimentos relativos à reprodução, conservação e melhoramento da espécie humana”, e abrangia os cuidados com o indivíduo desde a concepção, passando pela gravidez e estendendo-se ao momento do parto e à primeira infância. SCHNEIDER, Willian H. **Quality and Quantity: The Quest for Biological Regeneration in Twentieth-century France**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. DIAS, Patrícia Fortunato. **Prevenir é melhor do que curar: As especificidades da França nos estudos da Eugenia**. 2008. 130f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

argumentava que as doenças gastro-intestinais eram responsáveis por 37% dos óbitos infantis no Rio de Janeiro e 48% em São Paulo.

Era preciso, portanto, que fosse ensinado às futuras mães os preceitos da puericultura, incentivando o cuidado com a higiene e a alimentação das crianças desde os primeiros meses de vida. A instalação de centros de puericultura e de institutos de proteção e atenção à infância, que orientassem as mulheres sobre os cuidados necessários a serem tomados antes, durante e após a gravidez, tinha exatamente esse objetivo. A criação de lactários, que reunia serviços de creche, instrução para as genitoras e distribuição de leite destinado à alimentação dos bebês.

Na opinião do higienista, o Brasil só poderia se considerar uma nação respeitável se investisse na salvação das crianças, desde sua gestação até idade pós-escolar, “quando elas já poderão orientar-se na vida com relativa segurança”. Penna, aludindo à fala de Ruy Barbosa, comparava a ação dos diretores de tais instituições à de plantadores de carvalho:

Eles são os plantadores de carvalho de que tão brilhantemente Ruy Barbosa: “Quando praticamos uma ação boa, não sabemos se é para hoje, ou para quando. O caso é que os seus frutos podem ser tardios, mas são certos. Uns plantam a semente da couve para o prato de amanhã; outros a semente do carvalho para o abrigo do futuro. Aqueles cavam para si mesmos. Estes lavram para o seu país, para a felicidade dos seus descendentes, para o benefício do gênero humano”¹⁷⁷.

Como podemos ver, para os intelectuais aqui analisados, os eugenistas e higienistas se assemelhavam, portanto, a estes últimos. Suas ideias e ações não se orientavam para sanar um problema imediato, mas sim para resguardar o futuro da nação como um todo, investindo na sua proteção, melhoria e engrandecimento vindouros.

¹⁷⁷ PENNA, Belisário. **Os idealistas e a infância**. Manuscrito. 1923. (Fundo Pessoal Belisário Penna, DAD-COC).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando Monteiro Lobato escreve sua obra *O Presidente Negro*, em 1926, o futuro por ele mostrado através das lentes do porviroscópio em muito se assemelha ao futuro idealizado por Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Renato Kehl e Belisário Penna. Ao invés do Brasil, descreve os Estados Unidos no ano de 2228. O país, cujo desenvolvimento havia atingido seu ápice, havia adotado severas leis eugênicas e reestruturando a sociedade, que passava a ser orientada pelos preceitos da eugenia, da organização e da eficiência. Eliminando o conflito de classes, tal qual propunham alguns dos defensores do corporativismo, e todas as formas de parasitismo, fossem eles causados pelos “pesos mortos” – “o vadio, o doente e o pobre”, conforme descrevia o escritor – ou aquele perpetrado no interior do organismo governamental, os Estados Unidos haviam atingido patamares nunca antes vistos de progresso e civilização. A sociedade, funcionando como uma colmeia de abelhas “que raciocinam”, havia atingido a plena produtividade, e todos nela produziam. A organização do trabalho era, na concepção de Lobato, o “característico mais frisante de toda a época”. Segundo o criador do Jeca Tatu, muito cedo a sociedade americana havia chegado à conclusão de que os males do mundo vinham daquelas três categorias de “cargas inúteis” antes citadas, que sobrecarregavam a coletividade e oneravam a economia. Ao invés de combater-los por meio do castigo, do remédio e da esmola, como se fazia em sua época, o país adotou a solução que Lobato considerava como sendo mais inteligente: sua completa eliminação. Assim, a eugenia deu cabo do primeiro. Do segundo, cuidou a higiene. Do terceiro a eficiência¹.

Ao conservar na sociedade apenas os indivíduos superiores, física, moral e, sobretudo, intelectualmente, o sistema representativo pode ser mantido. No entanto, só eram eleitos “homens cujo viver social os apontava como seres de escol pela força e equilíbrio do cérebro”. Ocupar cargos de direção não era, nos Estados Unidos de 2228, uma situação sujeita a disputas eleitoreiras. Era, antes, de tudo, uma contingência. Explicava o autor: “os homens de elite viam-se colocados nesses postos naturalmente, como o melhor músico das orquestras sobe naturalmente à cadeira da regência”². O princípio da eficiência, de acordo com Lobato, não se restringira apenas à ordenar as

¹ LOBATO, Monteiro. **O Presidente Negro**. São Paulo: Globo, 2009, p. 117.

² LOBATO, Monteiro. **O Presidente Negro**. São Paulo: Globo, 2009, p. 118.

relações sociais, mas também havia sido aplicado no organismo governamental. Deixou, assim, o governo de perpetuar os antigos “sistemas de parasitismo”, tal como a antiga realza francesa ou a burocracia ineficiente, que apenas devorava o orçamento, sugando o estado e a sociedade sem nada oferecer em troca.

O Brasil, no romance lobatiano, havia tomado rumos diferentes. O país, outrora unificado, havia cindido em duas nações diferentes. Um, centralizador de toda grandeza sul-americana, “filho que era do imenso foco industrial surgido às margens do rio Paraná”, havia evoluído a ponto de ocupar no mundo, em quesito de eficiência, lugar imediato aos Estados Unidos. O outro, uma república tropical, agitava-se ainda “nas velhas convulsões políticas e filológicas”. Lá, dizia Lobato, ainda se discutiam sistemas de voto e a colocação dos pronomes da “semimorta língua portuguesa”. Conforme o diagnóstico dos sociólogos da época, a razão desse descompasso desse outro Brasil era resultado do desequilíbrio sanguíneo consequente à fusão de quatro raças bastante distintas: o branco, o negro, o vermelho e o amarelo, tendo esse último predominado na região do vale do Amazonas³.

Conforme explicava uma das personagens do livro, a separação havia se dado com base no clima. Na região tropical, onde os portugueses, aclimatados àquela zona quente, haviam dado continuidade ao processo de mestiçagem, acabando por formar um povo de mentalidade incompatível com a do Sul, que havia recebido constante levas de sangue europeu superior durante o final do império e início da república.

O caminho traçado por Lobato em sua obra de ficção em muito se assemelha às previsões de Amaral, Vianna, Penna e Kehl sobre o Brasil do futuro. Se, no caso do romance, a ferramenta utilizada para vislumbrar a realidade vindoura foi o *porviroscópio*, no caso dos intelectuais analisados a visão do que estava por vir era dada com base na ciência, através dos conhecimentos fornecidos por áreas como a biologia, a sociologia, a antropologia – entre outras.

A visão do Brasil na prosa lobatiana se assemelha aos dois futuros possíveis apontados pelos quatro autores aqui estudados: aquele surgido das margens do rio Paraná, assim como os Estados Unidos, seria o “país que deu certo”, exatamente porque, ao organizar a sociedade, eliminando o conflito social e estabelecendo o princípio de cidadania com base na produção do trabalho e melhorando a população por meio da

³ LOBATO, Monteiro. **O Presidente Negro**. São Paulo: Globo, 2009, p. 99-100.

eugenia e da higiene, o progresso não encontrou entraves, alcançando assim o seu ápice. Já o do vale do Amazonas, ao conservar o idealismo, a propensão ao beletismo e à retórica em detrimento da praticidade e do realismo, ignorando igualmente a questão racial, representaria o que aconteceria com o país caso os problemas nacionais não fossem resolvidos.

Tanto em *O choque das raças*, como nos escritos de Vianna, Kehl, Amaral e Penna, temos a ideia de que a grandeza de um povo se dava não só pela sua organização e eficiência, como também pela qualidade de seus habitantes. Não só o atraso brasileiro era medido dentro desses quesitos, mas também as soluções apontadas por estes intelectuais buscavam remediar esses problemas.

Ao investigar o passado, encontraram as raízes dos nossos problemas na formação histórica e racial do nosso povo. A falta de uma autoridade central, capaz de se impor às facções locais, era vista como responsável pelo caos, pela fragmentação da nação e pela inabilidade do país em progredir. Penna também argumentava que esta era uma das razões pelas quais o país não conseguia combater de maneira eficiente as doenças e epidemias, dado que a descentralização havia dificultado a adoção de um programa nacional de combate às moléstias que atingiam a população brasileira.

Uma elite utópica, desconhedora da realidade nacional e inspirada por modelos estrangeiros, havia estabelecido um modelo de Estado pouco adequado à nossa sociedade. Liberalismo e democracia haviam colocado decisões fundamentais sobre os rumos da nação nas mãos de uma elite despreparada e de um povo analfabeto, ignorante e doente. Este último, por sua vez, além de não possuir noções básicas de cidadania, ainda estava a mercê dos chefes de clã que, devido à falta de uma autoridade que coibisse a ação e a tirania destes, acabavam sendo manipulados e intimidados a obedecer suas ordens e escolher os seus candidatos. Esse ciclo se retroalimentava, e caso não fosse interrompido, levaria o país à estagnação, perpetuando sua condição de atraso.

Devido inabilidade dos dirigentes em perceber a realidade, fruto de uma educação voltada para a retórica e para a cópia de teorias exógenas, propunha-se a sua substituição por profissionais capacitados e detentores do conhecimento necessário para identificar a realidade nacional. Foi dentro desse tipo de proposta que esses intelectuais puderam

apresentar a si mesmos como verdadeiros “missionários da reorganização nacional”⁴. Havia uma profunda ligação entre essa demanda e uma dada visão racional-cientificista adotada pela intelectualidade brasileira, que cada vez mais tendia a destacar seu papel como profissionais/técnicos, dotados de um saber científico legítimo, condição esta indispensável para a formulação de caminhos que visassem a superação do atraso brasileiro.

Embora daí tenham surgidos soluções distintas para organizar a nação brasileira e inseri-la na “marcha para o progresso”, temas comuns de discussão surgem na esfera intelectual da Primeira República. A identificação de “lugares-comuns” nos possibilitou perceber que havia uma proximidade entre as ideias de Penna, Kehl, Amaral e Vianna”⁵.

A discussão sobre os caminhos que levariam o Brasil ao progresso e à modernidade é uma das partes centrais nas obras desses quatro autores. Em todos, pudemos detectar uma preocupação com aquilo que acreditavam ser os motivos do atraso brasileiro, e a partir daí se desdobram soluções e projetos de futuro para superar tal condição. Outro assunto recorrente em seus discursos é a uma ênfase na busca pela análise da realidade nacional, no sentido de não apenas procurar as raízes do Brasil, mas também apontar caminhos que inserissem o país no processo civilizatório. Propunham, assim, a construção de um novo Brasil.

Outro aspecto que emerge a partir da leitura das obras desses autores é a preocupação com a composição racial da população ocupou um espaço bastante importante nos debates intelectuais e científicos do período. É importante destacar, no entanto, que o entendimento de raça dentro dos trabalhos analisados variam desde sua compreensão como terminologia científica - ou seja, que vê a raça como diferentes espécies na qual o *homo sapiens* estaria dividido, ou como uma simples variação dentro da mesma espécie, podendo ambas visões serem organizadas a partir de uma ordem

⁴ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro**. 2011. 382f. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2011, p. 148.

⁵ Utilizamos aqui a noção de Myriam R. D’Allones, comentada por Stella Bresciani em sua obra *O charme da ciência e a sedução da objetividade sobre o que seriam esses “lugares-comuns”*. Para a autora, temos um conceito que vai além dos “simples clichês e banalidades”, mas demonstra um fundo compartilhado de “ideias, noções, teorias, crenças e preconceitos, permitindo a troca de palavras, argumentos e opiniões sobre uma comunidade política efetiva”. BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 41.

hierárquica⁶ - mas também como forma de identificar a população de determinado país (raça brasileira, raça americana, raça alemã, etc.) ou, de uma forma mais ampla, para identificar povos de origem comum (raça latina, anglo-saxônica, etc.).

Por ter sido utilizada comumente como sinônimo de “população nacional”, a questão racial acabou permeando as discussões nesse período. Definir quem era o brasileiro era tão importante quanto definir a própria nação. A identidade nacional foi determinada, assim, não só por laços culturais e sociais, mas também a partir de tipologias raciais, que podiam incluir traços psicológicos e comportamentais, físicos e mesmo genéticos, muitas vezes vistos como elementos inatos da população originária de determinado território/país/região.

Identificar, portanto, se determinado grupo de indivíduos representa um perigo nacional, ou se este representa um elemento perturbador do processo de composição racial por sua condição disgênica, era de extrema importância, uma vez que sua presença representava, na visão de inúmeros intelectuais, um dos entraves para o projeto de desenvolvimento nacional.

Junto com essa concepção, caminhava a noção de que determinados povos poderiam a ser caracterizados e organizados a partir de uma ordem hierárquica, baseada na qualidade de seus habitantes. Tal forma de organizar os diferentes países não era estática, uma vez que, havendo perturbações no “grande organismo” que era a nação, podendo resultar num processo de degeneração biológica. Nesses casos, intelectuais e cientistas investiram suas energias em buscar alternativas para interromper ou mesmo reverter esse processo. Como podemos perceber, esperança de regeneração e temores de decadência e degeneração caminhavam lado a lado.

Kehl, Vianna e Amaral criticaram ferozmente não só os dirigentes da nação por ignorar o problema da inferioridade do brasileiro, mas também os defensores de teses igualitaristas, que afirmavam que a mestiçagem não era um problema. Esses três autores defendiam que a nação não poderia almejar um futuro próspero se não lidasse com o problema da miscigenação, que acreditavam ser responsável pela formação de um povo débil, doente, feio, de psicologia instável e disgênico. Mesmo Penna, que não concordava

⁶ Tal hierarquia se expressava, em grande parte dessas teorias, na classificação de raças dentro dos seguintes termos: inferiores x superiores/ mais desenvolvidas x menos desenvolvidas / primitivas x civilizadas/ eugênicas x disgênicas.

com a ideia de que a raça era a principal razão da má qualidade da população nacional, argumentava que o tipo brasileiro era fraco e inferiorizado, e que a questão eugênica era uma das respostas para um futuro mais próspero.

Como pudemos observar ao longo desta tese, autoritarismo e eugenia são apresentados como fórmulas que, em ação conjunta, colocariam o Brasil nos trilhos do progresso. Se o primeiro aspecto trataria de adequar a arquitetura político-institucional à realidade do país, selecionando os melhores elementos para ocuparem os cargos de direção da nação, a segunda cuidaria da melhoria da população, eliminando os elementos inferiores e criando um povo mais saudável, produtivo e eugênico. As duas propostas também dariam conta, assim como nos Estados Unidos de Lobato, da seleção de elites mais adequadas e possuidora de caracteres superiores para dirigir a nação. A eugenia atuaria no sentido de identifica-las, através de árvores genealógicas e bancos de dados das famílias eminentes da sociedade, bem como de seu melhoramento futuro. Já o sistema autoritário corporativista promoveria meios de canalizá-las para dentro da burocracia estatal, ao mesmo tempo que impediria a ascensão de indivíduos inferiores. Ambos projetos aparecem, assim, entrelaçados nos escritos dos quatro autores, e sua dissociação ou implementação parcial implicaria em uma solução incompleta.

Ao investir na implementação de uma nova organização e na aplicação de medidas eugênicas, eliminava-se a sensação de incógnita sobre o futuro da civilização brasileira. Isso porque, na visão dos intelectuais analisados, as propostas baseadas na eugenia e no modelo autoritário-corporativista eram oriundas de um “idealismo orgânico”, inspirado num desejo real de melhorar a sociedade, ao invés uma simples doutrina metafísica abstrata, sem nenhuma conexão com a realidade. Esse tipo de idealismo, único admitido por autores como Oliveira Vianna, era tido como verdadeiramente fecundo, uma vez que era derivado da própria evolução orgânica da sociedade e baseado no conhecimento e na experiência, não sendo outra coisa senão uma espécie de visão *antecipada* de uma evolução futura⁷.

A adoção de modelos orgânicos, auxiliados pelas ferramentas fornecidas pela ciência possibilitaria, na visão dos quatro autores, a implementação daquilo que Amaral classificou como “uma política verdadeiramente científica”⁸, capaz controlar o processo

⁷ VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 11.

⁸ AMARAL, Azevedo. **Ensaio Brasileiro**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930, p. 60.

de evolução social e humana dentro de uma determinada nação, de forma a impulsionar o seu desenvolvimento e atingir patamares mais elevados de modernidade, de riqueza, de civilização e de cultura.

Em síntese, o que se pode perceber, é que há uma confluência entre os projetos apresentados por Belisário Penna, Renato Kehl, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, não só relativos aos diagnósticos dos problemas nacionais, mas também em seus projetos de futuro. Todos eles não só veem a desorganização da nação como um problema a ser solucionado, mas também a inabilidade das elites dirigentes em percebê-los, propondo soluções adequadas, bem como a impossibilidade de uma população inferiorizada, doente e disgênica em proporcionar meios para que o país alcançasse a prosperidade.

Eugenia e autoritarismo aparecem como soluções que viabilizariam o tão sonhado caminho para o progresso e para a modernidade. Mas sua eficácia dependeria de uma ação conjunta entre essas duas propostas, dados que, sozinhas, não seriam capazes de superar as três principais causas do atraso nacional: raça, elites e organização político-institucional.

FONTES CONSULTADAS

AMARAL, Azevedo. **A aventura política no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

_____. **Ensaio Brasileiro**. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930.

_____. **O Brasil na crise atual**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

_____. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Disponível em: <<http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/bitstream/123456789/118/1/AMARAL,%20A%20O%20estado%20autorit%C3%A1rio.pdf>>.

_____. O problema eugênico da imigração. In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro, vol. I, 1929.

COUTO, Miguel. A imigração japonesa. In: REPÚBLICA dos Estados Unidos do Brasil. **Anais da Assembléia Nacional Constituinte**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1934, vol. VIII. <Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/8169>>.

KEHL, Renato. **A Cura da Fealdade**. São Paulo: Editora Monteiro Lobato & Co. 1923.

_____. **Aparas Eugênicas: Sexo e Civilização**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933.

_____. A esterilização sob o ponto de vista eugênico. In: **O Brasil Médico – Revista Semanal de Medicina e Cirurgia**. Rio de Janeiro: Policlínica Geral do Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1921.

_____. A vitória da mediocridade. In: **BOLETIM de Eugenia**. Ano III, n.28, abril de 1931.

_____. A força do exemplo (discurso de recepção na Academia Nacional de Medicina). **Medicamenta**, Ano X, n. 129.

_____. **Aparas Eugênicas, Sexo e Civilização. Novas Diretrizes.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933.

_____. A Eugenia no Brasil (esboço histórico e bibliográfico). In: **Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia.** Rio de Janeiro, vol. I, 1929.

_____. Crescei e multiplicai-vos. **BOLETIM de Eugenia.** Ano II, n.18, junho de 1930.

_____. Eugeniização Nacional – Filosofia e política de base. **Jornal do Comércio.** Recorte de Jornal. Sem data.

_____. Filhos de Luéticos. **Gazeta de Notícias.** Rio de Janeiro, 17 outubro 1923.

_____. **Lições de Eugenia.** Rio de Janeiro: Editora Livraria Francisco Alves, 1929.

_____. Limitação da Natalidade. In: **BOLETIM de Eugenia.** Rio de Janeiro, Vol. I, nº. 12, dezembro de 1929.

_____. Médicos, curandeiro e charlatães. **BOLETIM de Eugenia,** Vol.I, n.3, março de 1929.

_____. O ensino da higiene nas escolas primárias. **Gazeta de Notícias.** Rio de Janeiro, 14 de julho de 1923.

_____. O perigo venéreo. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Saúde Pública, 1924.

_____. O problema da Educação Sexual (Tese apresentada na Primeira Conferência Nacional de Educação – 1927). **A Folha Médica.** Rio de Janeiro, 15 março 1928.

_____. **Ordenação Pública.** Recorte de jornal avulso. 20 de julho de 1948.

_____. Os erros da filantropia – Filantropia contra-seletiva. In: **BOLETIM de Eugenia,** Ano III, n.32, agosto de 1931

_____. Os problemas da Regeneração das Raças. **A Noite**. Rio de Janeiro, 3 de julho de 1920.

_____. Pelas Gerações Futuras: Esboço de um programa avançado de eugenia nacional. In: **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, 21 abril de 1932.

_____. Qual o mecanismo da hereditariedade normal e mórbida? **BOLETIM de Eugenia**. Ano II, n.16, abril de 1930.

_____. Questões de raça. In: **BOLETIM de Eugenia**, Vol.I, n.6-7, junho/julho de 1929.

PENNA, Belisário. A educação higiênica (Conferência realizada na Biblioteca Pública pelo Dr. Belisário Penna). **Revista de Instrução Pública**. Sem data.

_____. A Luta contra o alcoolismo. **Revista Brazil-Médico**. Rio de Janeiro, ano XXXVI, Vol.11, outubro de 1922.

_____. **Ao digno eleitorado do Distrito Federal**. Recorte avulso. Fevereiro de 1926.

_____. Bons intuitos não bastam. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 4 de março de 1932.

_____. Carta a M. Paula Filho. In: PENNA, Belisário; et all. **Enciclopédia do Integralismo II – Estudos e Depoimentos**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira.

_____. Carta Aberta a Luís Carlos Prestes. In: **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 06 de novembro de 1930.

_____. **Comédia Nacional**. Manuscrito. Sem data.

_____. **Defesa nacional. Influência da habitação sobre a saúde. O capira de outr'ora, o Jeca Tatu de agora**. Maio de 1919. Recorte avulso.

_____. Educação física e escolar. **O Imparcial**. Data não legível. Recorte avulso.

_____. Eugenia e Eugenismo. **BOLETIM de Eugenia**. Vol. I, n.10, outubro de 1929.

_____. **Evolução desordenada e mórbida**. Sem data.

_____. Evolução e Progresso. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1925.

_____. Higiene e Civilização. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1925.

_____. **Higiene para o povo: Amarelão e Maleita**. São Paulo: Editora Monteiro Lobato & Cia, 1924.

_____. **Finalidade biológica do homem**. Manuscrito. Sem data.

_____. O civismo do povo de São Paulo. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1926.

_____. O grande mal. **Diário da noite**. São Paulo, 28 de outubro de 1925.

_____. **O Saneamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora dos Tribunais, 1918.

_____. **Os idealistas e a infância**. Manuscrito. 1923.

_____. Plano de educação de higiene na escola e no lar. **Hygia – Revista Popular de Medicina e Educação Sanitária**. Porto Alegre, Ano II, n. 2, p. 1- 4. Julho de 1928.

_____. Psicologia do caboclo. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1932.

_____. Realidade brasileira – conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna, no dia 18 de fevereiro de 1933, na cidade de Campos, na fundação do Núcleo Campista da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1933.

_____. **Saneamento rural e educação higiênica.** Conferência realizada pelo Dr. Belisário Penna, em Juiz de Fora, a 22 de Junho de 1918, a convite da Sociedade de Medicina e Cirurgia.

_____. Saúde, trabalho e educação. **Saneamento.** Rio de Janeiro, ano III, n. 3, janeiro de 1927.

_____. **S. Paulo e o brasilismo.** Sem data.

_____. **Semana da criança.** Manuscrito. Sem data.

VIANNA, Oliveira. O eugenismo das elites (fragmento de capítulo). In: **BOLETIM de Eugenia.** Ano III, n.29, maio de 1931.

_____. **O idealismo da Constituição** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

_____. Os tipos eugênicos. **BOLETIM de Eugenia.** Ano II, n.15, março de 1930.

_____. **Populações Meridionais do Brasil: populações rurais do centro-sul.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

_____. **Problemas de Política Objetiva** – 2ª edição aumentada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

_____. **Raça e Assimilação.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Luciano Aronne de; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Autoritarismo e Cultura Política**. Porto Alegre: Edipucrs: Editora FGV, 2013.

_____.; SILVEIRA, Helder Gordim (Orgs.). **De Vargas aos militares: autoritarismo e desenvolvimento econômico no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

ADAMS, Mark (Org.). **The Wellborn Science: Eugenics in Germany, France, Brazil, and Russia**. New York: Oxford University Press Inc., 1990.

AGASSIZ, Luiz; AGASSIZ, Elisabeth Cary. **Viagem ao Brasil, 1865-1866**. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1938.

ALONSO, Angela. **Ideias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

APPELBAUM, Nancy; MACPHERSON, Anne S.; ROSEMBLATT; Karin Alejandra. **Race & Nation in Modern Latin America**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2003.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio De Janeiro: Mauad X, 2007.

BARKAN, Elazar. **The retreat of scientific racism: changing concepts of race in Britain and the United States between world wars**. Cambridge, New York, Melbourne: Cambridge University Press, 1992.

BASHFORD, Alison; LEVINE, Phillipa (Org.). **The Oxford Handbook of the History of Eugenics**. New York: Oxford University Press, 2010.

BASTOS, Élide Rugai; BOTELHO, André. Para um sociologia dos intelectuais. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 53, n. 4, p. 889- 919, 2010.

_____.; MORAES, João Quartim de (Orgs.). **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BEIRED, José Luis Bendicho. **Sob o signo da nova ordem : intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BERTUCCI, Liane Maria. Informar para formar. Educação e ciência da saúde no início do século XX. In: **27ª Reunião Anual da ANPED, 2004, Caxambu - MG. 27ª ANPED - Sociedade, democracia e educação: qual universidade ?**. Manaus: Microservice (por encomenda da ANPED), 2004. v. 1. p. 1-16.

BIGNOTTO, Cilza. Monteiro Lobato: editor revolucionário? In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Orgs.). **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

BITTENCOURT, André Veiga. **O Brasil e suas diferenças: uma leitura genética de Populações Meridionais do Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 2013.

BLACK, Edwin. **A Guerra contra os fracos: a eugenia e a campanha norte-americana para criar uma raça superior**. São Paulo: A Girafa Editora, 2003.

BOBBIO, Norberto; METTEUCCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política – Volume 1**. Brasília: Editora UNB, 1999.

BORGES, Dain. “Inchado, feio, preguiçoso e inerte”: a degeneração no pensamento social brasileiro, 1880-1940. **Teoria & Pesquisa**, n.47, jul/dez de 2005.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. Gente com História, gente sem História – Diálogo entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In.: **História Unisinos**. São Leopoldo, UNISINOS, v.10, n.1, jan/abr 2006. p. 90-98.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. **Razões Práticas**. Campinas: Papirus, 2001.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

_____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983

BOWLER, Peter J. **Biology and social thought, 1850-1914**. Berkeley: Office for History of Science and Tecnology, Universisty of California. 1993.

BOWLER, Peter. **Evolution: the history of an idea** (25th Anniversary Edition). California: University of California Press, 2009.

_____. **The Eclipse of Darwinism: Anti-Darwinian Evolution Theories in the Decades Around 1900**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983.

_____. **The Mendelian Revolution: The Emergence of Hereditarian Concepts in Modern Science and Society**. London: Athlone Press, 1989.

BRASIL JÚNIOR, Antônio da Silveira. **Uma sociologia brasileira da ação coletiva: Oliveira Vianna e Evaristo de Moraes Filho**. 2007. 191f Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, 2007.

_____. Oliveira Vianna e os dilemas da ação coletiva no Brasil. **Perspectivas**, São Paulo, v. 31, p. 65-83, jan./jun. 2007.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

BRITTO, Nara. **Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1995.

BULHÕES, Tatiana Silva. **“EVIDÊNCIAS ESMAGADORAS DOS SEUS ATOS”: fotografias e imprensa na construção da imagem pública da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)**. 2007. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Faculdade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

CAPONI, Sandra. Biopolítica e medicalização dos anormais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, Vol. 19, n.2, p. 529-549, 2009.

CASTAÑEDA, Luzia Aurélia. Apontamentos sobre a fundamentação biológica da eugenia. In: **Episteme**, Porto Alegre, v. 3, n.5, p. 23-48, 1998.

_____. Eugenia e casamento. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. vol. 10, n.3, p. 901- 930 set/dez 2003.

CASTRO SANTOS, Luiz Antônio de; FIGUEIREDO, Regina Érika Domingos de. Belisário Penna, Combatente: um capítulo da história da saúde pública brasileira. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.21, n.4, p.848-857, 2012.

CHILDS, Donald J. **Modernism and Eugenics: Woolf, Eliot, Yeats, and the culture of degeneration**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

CLEMINSON, Richard. “A century of civilization under the influence of eugenics”: Dr. Enrique Diego Madrazo, socialism and scientific progress. **Dynamis: Acta hispanica ad medicinae scientiarumque historiam illustrandam**, v. 26, p. 221-251, 2006.

_____. Eugenics without the state: anarchism in Catalonia, 1900–1937. **Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences**. Oxford, n. 49, p. 232-239, 2008.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões: Campanha de Canudos**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1966.

DEGLER, Carl N. **In Search of Human Nature: The Decline and Revival of Darwinism in American Social Thought**. Nova York: Oxford University Press, 1991.

DEL CONT, Valdeir. **Eugenia: a ciência do melhoramento das especificidades genéticas humanas**. 2007. 370f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2005.

_____. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. **Scientiae studia**. São Paulo, v.6, n.2, p.201-218, 2008.

DIAS, Patrícia Fortunato. **Prevenir é melhor do que curar: As especificidades da França nos estudos da Eugenia**. 2008. 130f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

DOMINGUES, Octávio. Saúde, Higiene e Eugenia. **BOLETIM de Eugenia**. Ano II, n.18, junho de 1930.

DUQUE FILHO, Alvaro Xavier. **Política internacional na revista Diretrizes (1938-1942)**. 2007. 130f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP/Assis, Assis, 2007

EDLER, Flávio. Medicina Tropical: uma ciência entre a Nação e o Império. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos (Orgs.). **Ciência, civilização e república nos trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2010.

ELLIS, Havelock. **The Problem of Race-Regeneration**. London: Cassell, 1911.

FARIA, Luiz de Castro. **Oliveira Vianna : de Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 - Niterói: o autor, os livros, a obra**. Rio de Janeiro : Relume Dumará : Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

FIORUCCI, Rodolfo. **A trajetória da Revista *Anauê* (1935-1937): o jornalismo partidário e ilustrado da Ação Integralista Brasileira – a “netinha” que não cresceu**. 2014. 295 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France: 1970-1982**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

GALTON, Francis. **Inquiries into Human Faculty and Its Development**. Disponível em: <<http://galton.org/>>.

_____. **Hereditary Genius: an inquiry into its laws and consequences**. Disponível em: <<http://galton.org/>>.

GERALDO, Endrica. **O "perigo alienígena" : política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)**. 2007. 238f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2007.

_____. A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. **Cadernos da AEL**, Campinas, v. 15, n. 27, p.173-209, 2009.

GINNEKEN, Jaap van. **Crowds, Psychology & Politics, 1871-1899**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

GÓIS JÚNIOR, Edivaldo. Alberto Torres e os higienistas: intervenção do Estado na educação do corpo (1910-1930). **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.23, n.4, p.1445-1457, 2014.

GLAD, John. Hermann J. Muller’s 1936 Letter to Stalin. **The Mankind Quarterly**, Edinburgh, Vol. 43, n.3, p. 305-329, Spring 2003.

GÓIS JÚNIOR, Edivaldo. Alberto Torres e os higienistas: intervenção do Estado na educação do corpo (1910-1930). **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.23, n.4, p.1445-1457, 2014.

GOMES, Ângela de Castro. História, ciência e historiadores na Primeira República. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos (Orgs.). **Ciência, civilização e república no trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

_____. Azevedo Amaral e o *Século do Corporativismo*, de Michael Manoilescu, no Brasil de Vargas. **Sociologia&Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 185 – 209, 2012.

GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martim Fontes, 2003.

_____. **O sorriso do flamingo: reflexões sobre história natural**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GRAHAM, Richard (Ed.). **The Idea of Race in Latin America (1870-1940)**. Austin: University of Texas Press, 1990.

GRIFFIN, Roger. **Modernism and Fascism: The Sense of a Beginning under Mussolini and Hitler**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de construção de uma memória nacional. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1988.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil: Sua História**. São Paulo: EDUSP, 2012.

HERSCHMANN, Micael. A arte do operatório: medicina, naturalismo e positivismo (1900-1937). In: HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto. **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos – O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **A Era dos Impérios : 1875 – 1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Anpocs, 1998.

_____.; LIMA, Nísia Trindade (Org.). **Médicos Intérpretes do Brasil**. São Paulo: HUICITEC, 2015.

HUXLEY, Julian. **UNESCO: It's purpose and philosophy**. Disponível em: [<http://unesdoc.unesco.org/images/0006/000681/068197eo.pdf>].

KALLIS, Aristotle A. Racial Politics and Biomedical Totalitarianism in Interwar Europe. In: TURDA, Marius; WEINDLING, Paul (Eds.). **Blood and homeland:**

Eugenics and racial nationalism in Central and Southeast Europe, 1900-1940. Budapest: Central European University Press, 2007.

KEVLES, Daniel J. **In the name of Eugenics: genetics and the uses of human heredity.** New York: Harvard University Press, 1995.

KINOSHITA, Carolina Toshie. **Um D. Quixote científico a pregar para uma legião de Panças: os manuais escolares de higiene à sombra da Eugenia (1926-1936).** 2013. 192f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2013.

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante Ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

KORNDÖRFER, Ana Paula. “**An international problem of serious proportions**”: **A cooperação entre a Fundação Rockefeller e o governo do Estado do Rio Grande do Sul no combate à ancilostomíase e seus desdobramentos (1919-1929).** Porto Alegre: PUCRS, 2013. 302 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2013.

KROPF, Simone Petraglia. A descoberta da doença dos sertões: ciência e saúde nos trópicos brasileiros no início do século XX. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos (Orgs.). **Ciência, civilização e república nos trópicos.** Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2010.

_____. Carlos Chagas e os debates e controvérsias sobre a doença do Brasil (1909-1923). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, p.205-227, jul. 2009.

LEMKIN, Rapahel. **Axis Rule in Occupied Europe: Laws of Occupation - Analysis of Government - Proposals for Redress.** Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, 1944.

LEPICARD, Etienne. Eugenics and Roman Catholicism - An Encyclical Letter in Context: Casti connubii, December 31, 1930. **Science in Context**, vol. 11, n. 3-4, p. 527– 544, 1998.

LESSER, Jeffrey. Imigração e mutações conceituais da identidade nacional, no Brasil, durante a Era Vargas. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 14, n.28, 1994.

LIMA, Augusto Sabóia. **Alberto Torres e sua obra**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. São Paulo: HUICITEC, 2013.

_____. Uma brasileira médica: o Brasil Central na expedição científica de Arthur Neiva e Belisário Penna e na viagem ao Tocantins de Julio Paternostro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, p.229-248, jul. 2009.

LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos Palomares (Orgs.). **Os intelectuais do antiliberalismo: Projetos e políticas para outras modernidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LOBATO, Monteiro. O problema vital. In: **Obras completas de Monteiro Lobato**. São Paulo: Brasiliense, 1957.

_____. **Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital**. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1956.

_____. **O Presidente Negro**. São Paulo: Globo, 2009.

LÖWY, Illana. **Vírus, mosquitos e modernidade : a febre amarela no Brasil entre ciência e política**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

LUCA, Tânia de. **A Revista do Brasil: Um Diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999

MCDONNELL, Michael A.; MOSES, A. Dirk. Raphael Lemkin as historian of genocide in the Americas. In: **Journal of Genocide Research**, vol. 7, n. 4, p. 501-529, 2005.

MACIEL, Maria Eunice. A eugenia no Brasil. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 11, p. 121-143, jul. 1999.

MACHADO, Roberto et al. **(Da)nação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MACNICOL, John. The Voluntary Sterilization Campaign in Britain, 1918-39. **Journal of the History of Sexuality**, Vol. 2, No. 3, Special Issue, Part 2: The State, Society, and the Regulation of Sexuality in Modern Europe, p. 422-438, Jan. 1992.

MAIO, Marcos Chor (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 1996.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **Eugenia da disciplina – o discurso médico pedagógico nos anos 20**. 1992. 170f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais aplicadas à Educação) – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 1992.

MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira. Bateson e o programa de pesquisa mendeliano. **Episteme**, Porto Alegre, n. 14, p. 27-55, jan./jul. 2002.

_____. Herbert Spencer e o Neolamarckismo: um estudo de caso. . In: MARTINS, Roberto de Andrade; MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira; SILVA, Cibelle Celestino; FERRERIRA, Juliana Mesquita Hidalgo (Eds.). **Filosofia e História da Ciência no Cone Sul: 3º Encontro**. Campinas: AFHIC, 2004.

_____. August Weismann e evolução: os diferentes níveis de seleção. **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, vol. 1, n.1, p.53-74, 2003.

MASIERO, André Luis. A psicopatologia na obra de Renato Ferraz Kehl. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, vol. 7, n.2, p. 164-178, jul/dez, 2014.

MAZUMDAR, Pauline M. H. **Eugenics, Human Genetics and Human Failings: The Eugenics Society, Its Sources and Its Critics in Britain**. London: Routledge, 1992.

MENDES, Rogério Baptistini. **Azevedo Amaral e o Brasil moderno: a via autoritária da modernização**. 1995. 171f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1995.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIRANDA, Marisa; VALLEJO, Gustavo (Org). **Uma Historia de la Eugenesia: Argentina y las redes biopolíticas internacionales (1912-1945)**. Buenos Aires: Biblos, 2012.

_____. VALLEJO, Gustavo (Org). **Darwinismo Social y Eugenesia em el mundo latino**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2005.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Unijuí, 2007.

_____. Análise de conteúdo. In: **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOSES, A. Dirk. Raphael Lemkin, Culture, and the Concept of Genocide. In: BLOXHAM, Donald Bloxham; MOSES, A. Dirk (Eds). **The Oxford Handbook on Genocide Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

_____. The Holocaust and World History: Raphael Lemkin and Comparative Methodology. In: STONE, Dan (Ed.). **The Holocaust and Historical Methodology**. New York and Oxford: Berghahn Books, 2012.

MURARI, Luciana. **Brasil, ficção geográfica: ciência e nacionalidade no país d'Os sertões**. São Paulo; Belo Horizonte: Annablume; Fapemig, 2007.

NEIVA, Arthur; PENNA, Belisário. **Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás**. Brasília: Academia Brasileira de Letras, 1984.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo – Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

PAUL, Diane B. Eugenics and The Left. **Journal of the History of Ideas**, Pennsylvania, Vol. 45, n. 4, p. 567-590, Oct./ Dec. 1984.

PEARSON, Karl. **The Life, Letters and Labours of Francis Galton - vol. 3**. London: Cambridge University Press, 1930.

_____. **The Academic Aspect of the Science of National Eugenics**. London: Dulau, 1911.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: Entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PINHO, Silvia Oliveira Campos de. **Alberto Torres: uma obra, várias leituras**. 2007. 246 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2007.

PINTO, Antônio Costa; MARTINHO, Francisco Palomanes. **A onda corporativa: Corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrilheiros e Semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)**. São Paulo: Editora 34, 2000.

PONTES, Heloísa. “Retratos do Brasil: editores, editoras e “Coleções Brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50”. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n.26, p. 56-89, 2º sem. de 1988.

PRESTES, Luís Carlos. Manifesto de Maio. In: PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

PROMITZER, Christian, TRUBETA, Sevasti, TURDA, Marius (Eds.). **Health, Higiene and Eugenics in Southeastern Europe to 1945**. New York, Budapest: Central European University Press, 2011.

RAMOS, Jair de Souza. Ciência e racismo: uma leitura crítica de Raça e assimilação em Oliveira Vianna. **História, Ciência e Saúde – Manguinhos**, vol.10, n.2, maio/ago, 2003.

REGGIANI, Andrés. Depopulation, Fascism, and Eugenics in 1930 Argentina. **Hispanic American Historical Review**, Vol. 90, n. 2, maio de 2010.

REIS, José Roberto Franco. **Higiene Mental e Eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30)**. 1994. 354f. Dissertação

(Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 1994.

REVEL, Judith. **Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, João. Questiuínculas. In: **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro, ano 1, nº 2, fev. 1929.

ROY, Ashwin et all. "The Human Rights of Women with Intellectual Disability." **Journal of the Royal Society of Medicine**, v. 105, n. 9, p. 384-389, 2012. Disponível em: < <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3439660/>>.

ROSA, Alessandra. **Quando a Eugenia se distancia do Saneamento: as ideias de Renato Kehl e Octávio Domingues no Boletim de Eugenia (1929-1933)**. 2005, 126f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2005.

SÁ, Dominichi Miranda de. Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, p.183-203, jul. 2009.

SANTOS, Ricardo Augusto. **Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do Eugenismo em Renato Kehl (1917-37)**. Niterói: UFF, 2008. 257f. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2008.

_____. Oliveira Vianna, Eugenia e o Campo Intelectual da Primeira República. In: **VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura**, 2010, Aracaju. VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura, 2010.

SCHAFFER, Gavin. **Racial Science and British Society, 1930-1962**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.

SCHNEIDER, Willian H. **Quality and Quantity: The Quest for Biological Regeneration in Twentieth-century France**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWEICKARDT, Júlio César; LIMA, Nísia Trindade. Os cientistas brasileiros visitam a Amazônia: as viagens científicas de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas (1910-1913). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p.15-50, dez. 2007.

SIMÕES, Renata Duarte. **A educação do corpo no jornal *A ofensiva***. 2009. 205 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Orientações do Pensamento Brasileiro**. Rio de Janeiro, Casa Editora Vecchi Ltda, 1942.

SOLOWAY, Richard A. **Demography and degeneration: eugenics and the declining birthrate in twentieth-century Britain**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1995.

_____. From Mainline to Reform Eugenics – Leonard Darwin and C. P. Blacker. In: PEEL, Robert A. (Ed.). **Essays in the History of Eugenics**. London: The Galton Institute, 1997.

SOUZA, Ricardo Alexandre Santos de. **Agassiz e Gobineau: as ciências contra o Brasil mestiço**. 2008. 163f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)**. 2006, 220f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2006.

_____. **Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. 2011, 382f. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2011.

_____. Em nome da raça: a propaganda eugênica e as ideias de Renato Kehl nos anos de 1910 e 1920. In: **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v.11, n.2, p.29-70, Inv. 2006,

_____. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 146-166, jul/dez 2010.

_____; SANTOS, Ricardo Ventura. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. *Boletim do Museu Paranaense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 7, n. 3, p. 745-760, set-dez. 2012.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

THIELEN, Eduardo Vilela; DOS SANTOS, Ricardo Augusto. Belisário Penna: notas fotobiográficas. **História, Ciências e Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2., p. 387-404, mai-ago 2002.

TORRES, Vasconcelos. **Oliveira Viana: sua vida e sua posição nos estudos brasileiros de sociologia**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, S.A., 1956.

TURDA, Marius (Ed.). **Crafting Humans: From Genesis to Eugenics and Beyond**. Göttingen: V&R unipress, 2013.

_____. GILLETTE, Aaron. **Latin Eugenics in Comparative Perspective**. London: Bloomsbury Academic, 2014.

_____. **Modernism and Eugenics**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.

VALLEJO, Gustavo; MIRANDA, Marisa (Org.). **Políticas del cuerpo: estrategias modernas de normalización del individuo y la sociedad**. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana, 2007.

VENANCIO, Giselle Martins. **Na trama do arquivo : a trajetória de Oliveira Vianna (1883 - 1951)**. 2003. 340 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

_____. Da *Revista do Brasil* ao Brasil em Revista: Breve análise da trajetória editorial de Oliveira Vianna. **Varia História**, Belo Horizonte, n.26, p. 132-150, jan. de 2002.

VIEIRA, Felipe de Almeida. **“Fazer a classe”: identidade, representação e memória na luta do sindicato médico do Rio Grande do Sul pela regulamentação profissional (1931-1943)**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 261f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

XAVIER, Rogério Pereira. **Corpos disponíveis: análise foucaultiana do discurso do sanitarismo, da genética e da eugenia**. 2006. 126f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006.

WEINDLING, Paul J. **Health, race and german politics between National Unification and Nazism, 1870 – 1945**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

WEISS, Sheila F. **Race Hygiene and national efficiency: the Eugenics of Wilhelm Schallmayer**. Berkeley: University of California Press, 1987.

_____. **The nazi symbiosis: human genetics and politics during the Third Reich**. Chicago: University of Chicago Press, 2010.

WELLS, H. G. Socialism and The New World Order. In: **Journalism and Prophecy, 1893-1946**. Londres: Bodley Head, 1984.

WOLF, Tamsen. **Mendel’s Theatre: Heredity, Eugenics and Early Twentieth-Century American Drama**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria Acadêmica
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: proacad@pucrs.br
Site: www.pucrs.br/proacad